

QUANDO PISO EM FLORES



PPGS UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



QUANDO PISO EM FLORES



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Fotos de Jesus Marmanillo Pereira e

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Drª Alana Maria Cerqueira de Oliveira – Instituto Federal do Acre

Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Ana Paula Florêncio Aires – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná



Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof. Dr. Miguel Adriano Inácio – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista



Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Clodomir Cordeiro de Matos Júnior
Karina Almeida de Sousa
Wheriston Silva Neris

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M433 Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de
Quando piso em flores: cidades, representações sociais e
experiências na Amazônia Maranhense /
Organizadores Clodomir Cordeiro de Matos Júnior,
Karina Almeida de Sousa, Wheriston Silva Neris. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0539-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.399220209>

1. Ciências Sociais. 2. Saúde. 3. Tecnologia. I. Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de (Organizador). II. Sousa, Karina Almeida de (Organizadora). III. Neris, Wheriston Silva (Organizador). IV. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



“Quando piso em flores
Flores de todas as cores
Vermelho sangue, verde-oliva, azul colonial
Me dá vontade de voar sobre o planeta
Sem ter medo da careta
Na cara do temporal.”

Boi de Haxixe, Zeca Baleiro, 1999.

APRESENTAÇÃO

O livro *Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia maranhense* é fruto dos esforços dos/as docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). O programa está vinculado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) na cidade de Imperatriz, município localizado na região Sudoeste do Maranhão, porção do estado que compreende a parte maranhense da Amazônia Brasileira.

O PPGS iniciou suas atividades em 05 de setembro de 2018, quando da sua aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), e tem em seu quadro docente profissionais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), dos campi de Imperatriz, Bacabal, São Bernardo e São Luís, e da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus Tocantinópolis.

Este livro ganha importância inaugural por ser a primeira coletânea organizada pelos(as) docentes e discentes que compõem o PPGS, dando vazão e forma às múltiplas agendas e temas que permeiam as duas linhas de pesquisa do programa e os interesses investigativos do grupo. Nessa perspectiva, o livro representa um dispositivo capaz de dar visibilidade à produção realizada no âmbito da universidade pública.

*Quando piso em flores*¹: *cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense* é o nome que escolhemos para nossa primeira publicação, pois de forma simultânea nos remete a dois contextos distintos e intercambiados. Pisar sobre flores é, de certa forma, uma boa metáfora para as experiências de um programa de pós-graduação em seus anos iniciais, principalmente quando nos voltamos para os desafios de propor, aprovar e consolidar cursos dessa natureza no interior do estado do Maranhão, ao mesmo tempo circunscrito no Nordeste brasileiro e na Amazônia Legal², território marcado por grandes desigualdades em relação ao restante do Brasil. Nessa perspectiva, caminhar com cuidado e solidez também é nosso desafio, pois estamos envolvidos em um processo de implantação de um programa de pós-graduação em regiões de baixa oferta de vagas nesse nível de formação, fruto da desigualdade histórica do sistema de ensino e da produção científica no país.

Além disso, esse título traduz nosso cotidiano pessoal e profissional durante esses dois anos e meio de suspensão de nossas atividades presenciais devido à necessidade

1. Verso extraído da música *Boi de Haxixe*, composta por Zeca Baleiro para o álbum *Vô Imbolá* (1999).

2. A Amazônia Legal, instituída pela Lei Federal 1.806/1953, engloba nove estados do Brasil e foi instituída pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica.

de isolamento físico associado ao enfrentamento da pandemia causada pelo SARS-CoV-2³. Durante esse momento nossas atividades profissionais, aulas, orientações, pesquisas, reuniões e encontros de corredores passaram a ser mediados por tecnologias estranhas para quase todos nós, docentes, discentes, gestores e técnicos administrativos da universidade. O cuidado com o qual se pisa em flores, nessa ótica, traduz parte do nosso caminhar coletivo, que apesar de solitário é sensivelmente resistente e esperançoso.

O livro está dividido em três sessões e materializa o trabalho de uma rede de pesquisadores que tem se mobilizado na construção de interpretações e reflexões a respeito do estado do Maranhão e da chamada região tocantina, marcada por fronteiras e transições entre as regiões Norte e Nordeste do país. Seu conteúdo é permeado por artigos produzidos a partir de dissertações defendidas em 2021 por nossa primeira turma de formandos e por trabalhos elaborados em diálogo com pesquisas que estão em andamento no programa. Promovendo a divulgação e circulação desse material, rico em aportes teóricos e metodológicos produzidos sob os mais diferentes ângulos e perspectivas, pretendemos contribuir com a produção do conhecimento científico em terras maranhenses, estimulando debates e reflexões sobre os múltiplos objetos e temas que permeiam as páginas que compõem esse livro.

Esperamos que a publicação desse volume possa contribuir para a difusão do conhecimento e servir de fonte de consulta para pesquisadores, gestores públicos e planejadores de políticas públicas, contribuindo de maneira sensível para o desenvolvimento do Estado e o alargamento de seus preceitos democráticos⁴.

A primeira parte do livro, intitulada *Cidades, Representações Sociais e Experiências Urbanas na Pandemia*, agrupa quatro artigos escritos por professores e discentes do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, Maranhão. Os capítulos desta etapa inicial do livro versam, através de diferentes abordagens teóricas e do manejo de repertórios metodológicos multifacetados, sobre as cidades, os sujeitos que lhe dão forma e suas experiências, especialmente durante a crise sanitária associada à Pandemia do COVID-19.

3. O coronavírus SARS-CoV-2 é responsável pela Covid-19, uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de alcance global.

4. A publicação do livro contou com o inestimável financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPE-MA) através do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) e Apoio aos Programas de Pós-Graduação Emergentes e em Consolidação em Áreas Prioritárias no Estado (Edital 18/2020).

O artigo que abre nossa obra, *Notas introdutórias sobre as Cidades na literatura sociológica clássica*, escrito por Angélica Lima Melo e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, apresenta de maneira sumária, com grande valia para os leitores que pretendem percorrer os passos do processo de legitimação das cidades e seus sujeitos como objeto das Ciências Sociais, algumas das contribuições de autores de significativa importância para a formação da Sociologia enquanto ciência. Explorando, de maneira introdutória, algumas das principais obras de autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Émile Durkheim, Max Weber e George Simmel, o texto abre aos neófitos e estudiosos das cidades o acesso a alguns dos aportes teóricos e metodológicos decisivos para sua compreensão sob uma perspectiva sociológica. Trilhando os caminhos que permitiram que os estudos sobre as cidades, antes objetos presentes de maneira transversal em muitos escritos da área, ganhassem legitimidade e importância na área da nascente ciência social, ganha destaque no texto de maneira sensível a compreensão das múltiplas transformações, sujeitos e questões que emergem associados às dinâmicas das cidades contemporâneas. Desprendendo-se das dinâmicas do campo, o homem da cidade rompe com suas formas de vida anteriores a partir da fluidez e ritmo da vida urbana, forjando arranjos culturais, sociais, econômicos, políticos e trabalhistas que transformam as formas de viver e compreender os contextos citadinos.

O segundo capítulo dessa sessão, intitulado *Estigmatização Territorial: a ocupação urbana da Vila Esperança em Imperatriz - MA* e escrito por Glenda Almeida Matos Moreira e Jesus Marmanillo Pereira, examina os processos de construção social dos estigmas relacionados aos territórios na cidade de Imperatriz através das experiências da ocupação urbana da Vila Esperança. Valendo-se de uma metodologia multissituada, que envolveu uma etapa etnográfica, contatos virtuais e pesquisas em arquivos, especialmente documentos históricos e fontes jornalísticas, os autores revelam como questões ligadas à posse da terra e relatos acerca da violência passam a compor o repertório de representações acionados nas narrativas acerca da comunidade e seus moradores, traçando hierarquias e fronteiras simbólicas em torno dos espaços das cidades e seus sujeitos. Adentrando o campo dos estudos dos estigmas (GOFFMAN, 2008) por meio das representações que permeiam reportagens jornalísticas, relatórios oficiais e discursos de lideranças locais, narrativas permeadas pelas categorias “invasão”, “ocupação”, “bairro” e/ou “comunidade” nos remetem, segundo os autores, a conflitos, interesses e disputas classificatórias em torno das maneiras de “viver na” e “ocupar a” cidade de Imperatriz, região sul do Estado do Maranhão.

O terceiro capítulo dessa primeira parte do livro, *As modificações no consumo de Panelada⁵ em Imperatriz - MA durante a Pandemia de Covid-19*, escrito por Greacy Kelly

5. A panelada é uma preparação cozida feita a partir dos miúdos de gado muito apreciada em alguns estados do Brasil,

Rodrigues Azevedo e Emilene Leite de Sousa, apresenta, de maneira sensível e pontual, algumas das questões que envolveram as transformações das dinâmicas alimentares e das práticas de consumo dos moradores da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social acionado no combate ao Covid-19.

Analisando o perfil do público consumidor desse tradicional prato do Nordeste do Brasil, seus espaços de consumo distribuídos pela cidade e as mudanças que permeiam as práticas alimentares durante a Pandemia por meio de uma pesquisa que envolveu etapas qualitativas e quantitativas, as autoras aportam questões significativas para os estudos sobre a interface entre alimentação, cultura e sociedades. Ao identificar transformações significativas nas dinâmicas de consumo da panelada, especialmente quando são colocados em tela espaços, horários e frequências, o texto nos permite compreender, sob a ótica dos habitantes de uma cidade do Sul do Maranhão, os sentidos e as conexões entre comida, tradição e consumo durante uma crise sanitária de proporções ainda incalculáveis.

O último capítulo dessa sessão inicial, *Motoristas Urbanos em tempos de Covid-19: representações sobre cotidiano, medo e trabalho em Imperatriz, Maranhão, Brasil*, escrito por Ana Paula Pinto Pereira e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, analisa as experiências e representações dos motoristas urbanos, especialmente aqueles que trabalham por aplicativos, da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social estimulado pelo combate à Pandemia do Covid-19.

Explorando as narrativas e representações desses sujeitos acerca das questões econômicas, sociais e culturais que envolvem o exercício de suas atividades por meio da aplicação de questionários com esses interlocutores, os autores revelam alguns dos sentidos associados ao “mundo do trabalho” e suas possibilidades durante um período que envolveu profundas transformações em suas rotinas de trabalho, rendimentos e expectativas. Através das narrativas e impressões desses sujeitos acerca do cotidiano, seus medos e relações de trabalho durante o período de isolamento social, alguns dos ajustes comportamentais e subjetivos possíveis durante a Pandemia ganham forma, aguçando o olhar sociológico para a compreensão dos sujeitos responsáveis pelo transporte urbano de pessoas no Maranhão durante a presente crise sanitária.

A segunda parte do livro reúne quatro artigos escritos, igualmente, por professores, orientandos e/ou colaboradores do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal

do Maranhão, Campus de Imperatriz, agrupados aqui em torno dos seguintes eixos temáticos: *Grupos Étnicos, Religiões e Narrativas de Resistência na Fronteira Amazônica Maranhense*. Antes que a leitura dos textos submeta ao leitor o veredicto sobre a melhor forma de organizá-los, parece-nos que apresentar alguns motivos que justificariam esse modo de exploração das suas afinidades substantivas constituiria um bom guia de leitura. Apenas três, a título de sugestão e para não sermos muito longos.

Começaríamos, em primeiro lugar, pela sensibilidade manifestada aos modos de produção de saberes e conhecimentos contextualizados, o que constitui um convite para que os leitores exercitem a escuta compreensiva e experimentem escalas e perspectivas variadas de observação que não necessariamente correspondem às suas. Antes de um obstáculo, a pluralidade dos marcos teóricos e a interdisciplinaridade intrínsecas favorecem, por seu turno, a inventividade das escolhas metodológicas, construindo um cardápio variado e pedagogicamente útil sobre a construção de objetos sociológicos. Por fim, e não menos importante, os autores ocupam uma posição epistemológica que não deixa de ter afinidades com o próprio lugar social e institucional dos pesquisados. Desse lugar, não apenas conseguem ecoar as vozes de subjetividades resistentes, dotadas de graus variáveis de reflexividade, como também articular-se aos debates e tendências mais recentes no universo cada vez mais plural e diversificado das Ciências Sociais contemporâneas.

Essas diferentes dimensões de análise estão presentes desde o primeiro dos capítulos desta seção, *Indígenas Krikati e mulheres quebradeiras de coco babaçu na Amazônia Maranhense*, de autoria de Francisca Regilma, Leandro Araújo e Vanda Pantoja, o qual analisa comparativamente as formas de existência e resistência de dois grupos extrativistas, subalternizados, na/da fronteira amazônica maranhense, a saber: os indígenas pertencentes à Etnia Krikati e as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Para responder à questão primeira de saber como esses sujeitos narram, concebem, vivenciam as experiências de ameaças e conflito e se autodefinem para defender sua existência, os autores nos convidam para um desafiante, rigoroso e sensível exercício de imaginação sociológica.

Desafiante, em primeiro lugar, pela tentativa de desenvolver uma escuta atenta às similaridades e particularidades de dois grupos subalternos que elaboram, em diversos níveis e graus, formas de resistência política contra as múltiplas opressões a que são sujeitos. É aqui, inclusive, que encontramos a validade da proposta dos autores de conceber essas ações de resistência tanto em um plano que qualificam de *infrapolítico*, ou seja, em suas formas e manifestações mais comunitárias, cotidianas, discretas e/ou silenciosas; quanto em suas dimensões, digamos, mais *estritamente políticas*, posto que acionadas em

situações de mobilizações coletivas publicizadas, em conexão com o universo ordinário da representação política especializada ou sob formas reconhecidamente políticas (movimentos, sindicatos, organizações, associações, etc.).

Para enfrentar tal natureza de questões, em segundo lugar, o leitor será convidado para um exercício relativamente rigoroso de compreensão das bases teóricas da pesquisa (perspectiva crítica, decolonial), da metodologia empregada (método etnográfico) e do *corpus* conceitual que subsidia a proposição de um outro olhar sobre os sujeitos e sujeitas da pesquisa. É com base nesse conjunto articulado que os autores visam compreender como estes realizam a mediação entre esferas sociais, elaboram estratégias diferenciadas e adaptáveis face às políticas públicas, os quais não apenas dão mostras das “subjetividades resistentes”, “ativas”, como também constituem uma contribuição para pensar a própria construção de “conhecimentos localizados”, contextuais.

Trata-se aqui, sem dúvida, da exploração de uma perspectiva sensível à pluralidade epistemológica do mundo, dentro da qual se inclui a dos próprios pesquisadores, que também se esforçam para problematizar suas próprias experiências e lembranças como sujeitos e sujeitas que compartilham de memórias camponesas e coabitam o espaço recortado. A fronteira mencionada demarca, portanto, não apenas um lugar de conflitos, de exploração, de ausência de empatia e de produção de alteridades; ela delimita tanto um lugar de existência, resistência e sonhos, como também uma escala de observação e reflexão epistemológicas.

Essa mesma sensibilidade é encontrada no próximo artigo da seção, intitulado “*NOSSA CASA ERA O CHAPÉU*”: *Mobilidade e parada como questões para compreender os ciganos Calon em São João do Paraíso (MA)*, de autoria de Janeide Cavalcante, Wellington Conceição e Edilma Monteiro. O objetivo da pesquisa é analisar a construção da identidade dos ciganos na cidade de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, tendo em vista uma série de representações estereotipadas e etiquetagens que lhes são atribuídos pelos moradores da referida cidade. Metodologicamente a pesquisa recorre a entrevistas e à observação direta com duas famílias ciganas, a fim de compreender os condicionantes da presença e as motivações para fixação dessas famílias no espaço em pauta.

Após realizarem necessária historicização dos conceitos e refletirem sobre o imaginário e estigmas construídos sobre os ciganos, os autores retomam então as narrativas do processo de instalação de famílias ciganas na cidade, demonstrando como essa experiência reproduz, em pequena escala, uma figuração universal representada pela divisão entre *Estabelecidos* e *Outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000). De um lado, aos *Estabelecidos* corresponderia a posição “superior” dos moradores da região, que emitiam juízos negativos a respeito dos ciganos como pessoas de estirpe “inferior”;

noutro, os *Outsiders*, representados pelos ciganos recém-chegados, os quais eram vistos como “ameaças”, como portadores de comportamentos e costumes indesejáveis ou recorrentemente submetidos a julgamentos depreciativos.

A reconstituição cuidadosa dessa sociodinâmica da estigmatização de um ponto de vista histórico contextual, e com base nas próprias falas dos ciganos abre aos autores, então, a oportunidade para refletir sobre uma série de particularidades das reconfigurações identitárias dentro das relações grupais em pauta (reenquadramento do passado; ethos grupal, limites de pertencimento, dinâmicas de parentescos e alianças), que vale a pena atentar na leitura. Vide, por exemplo, nas falas dos entrevistados como se redefine a dualidade entre *andador* e *morador*; entre *nômades* e *sedentários*, ao que se vincula, inclusive, o título do capítulo. Ou até mesmo a questão dos efeitos de estigmatização grupal sofridos pelos ciganos, as estratégias esquivas e os “reendereçamentos” que podem provocar nas relações intragrupais. Seja como for, ao fim e ao cabo, os autores demonstram como os ciganos conseguem (res)significar suas identidades sociais em uma tensão constante entre as representações e categorizações estigmatizantes que lhes são impostas, e as suas formas de resistência, simbolização de unidade e luta pelo reconhecimento de uma forma particular de ser e estar no mundo social.

No terceiro artigo desta seção, intitulado *OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: Condicionantes e lógicas do engajamento político de lideranças pentecostais da Igreja Assembléia de Deus em Imperatriz - MA*, Bezaliel Alves e Wheriston Neris objetivam analisar as intersecções entre o universo evangélico e a política no Brasil contemporâneo através da exploração das lógicas simultaneamente coletivas e individuais de engajamento político de lideranças da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Imperatriz (IEADI). Com base no recurso a diversas estratégias metodológicas combinadas, tais como observação direta, entrevistas, exploração de arquivos e publicações institucionais, os autores levantam questões pertinentes a respeito das modalidades, processos e condicionantes dessa forma de participação política, com foco especial sobre os agentes mais destacados por esses trânsitos e mediações.

Enfrentando o desafio de objetivar uma denominação religiosa bastante representativa no Brasil e particularmente na região imperatrizense, os autores articulam quatro principais eixos de exploração da temática. Em primeiro lugar, realizam um balanço breve das produções bibliográficas nacionais a respeito da atuação evangélica na política brasileira, com a finalidade de delimitar os contornos, padrões e peculiaridades dessa interação entre as esferas religiosa evangélica e o campo político. Em seguida, os autores trazem elementos para compreender os processos de institucionalização e de recomposição organizacional da Assembleia de Deus em uma região de forte presença evangélica, como

aquele que caracteriza a fronteira amazônica maranhense. Na sequência, são os padrões, modos de filtragem, os princípios de seleção e preparação que são destacados ao lado dos perfis sociais dos entrevistados, revelando algumas das recorrências nas triagens que operam dentro da ordem institucional. Por fim, e não menos importante, buscam explorar as percepções de lideranças locais selecionadas a respeito das relações mantidas com as instâncias e dinâmicas convencionais da política (partidos, eleições, bases ideológicas, pautas e modos de representação).

Com efeito, à semelhança dos demais capítulos reunidos, reencontramos aqui um esforço instrutivo de combinação entre três níveis de análise cuja articulação parece bastante útil para orientar estudos sobre o tema em pauta. De início, pelo esforço de retomar uma rica e diversificada bibliografia no campo das Ciências Sociais que, embora não constitua propriamente uma novidade temática, tem produzido excelentes contribuições para pensar as relações complexas entre Igrejas Evangélicas, candidaturas e eleições no Brasil. Em segundo lugar, destacaríamos a opção por discutir as dimensões mais propriamente institucionais que filtram e controlam a seleção de candidaturas e a constituição dos representantes. Aqui entram em pauta desde as peculiaridades do *ethos religioso*, as particularidades do processo de institucionalização e as lógicas próprias de enquadramento, filtragem e preparação dos agentes encarregados de se investirem na política, como será visto.

Em um terceiro nível, que designaríamos como individual, podemos observar então as propriedades sociais destes agentes, o que constitui etapa fundamental para evitar alguns vícios de linguagem, como caracterizar, por exemplo, instituições, grupos e/ou coletivos religiosos como unidades homogêneas. É desse ângulo, inclusive, que vale a pena estudar as percepções subjetivas desses agentes sobre suas trajetórias, a respeito dos condicionantes de seus investimentos na política e suas posições com relação à mediação que realizam entre as esferas sociais em pauta. E é neste ponto que o refinamento da análise pode ajudar a compreender o universo em pauta de uma perspectiva menos substancializada, dando espaço para apreender algumas das ambiguidades e peculiaridades desse modo de participação política.

A questão da variação de escalas, da construção identitária e dos processos de estigmatização voltam à cena, por seu turno, no instigante estudo de Bruno Barros dos Santos e Rogério de Carvalho Veras, intitulado: *Maria Bonita de Tocantinópolis: história de vida de uma mãe-de-santo do Norte Tocantinense*. A escala aqui já não é a de coletivos ou grupos, mas declaradamente individual. Trata-se de explorar as narrativas de vida de Maria do Rosário - mais conhecida como Maria Bonita - suas entidades e de algumas de suas filhas de Santo, bem como diversas anotações registradas em caderno de campo

ao longo de diversos anos de pesquisa (2010-2015) na Tenda Jorge Guerreiro, cidade de Tocantinópolis - TO, para problematizar dimensões importantes das experiências identitárias de religiões afro-brasileiras na região.

Quer dizer, ao acompanhar com profundidade as memórias de diversos informantes - incluídas aquelas obtidas em várias entrevistas e conversas com a referida mãe de santo – reencontramos não apenas as particularidades e vicissitudes de uma trajetória única, como também parte da realidade social e coletiva de umbandistas estigmatizados e de mulheres negras e independentes no espaço em pauta. Porém, convém notar que embora a religião seja tomada como um dos fios condutores da reconstituição de sua história de vida pelos autores, notadamente as relações com os guias espirituais, a análise das diversas etapas, ciclos e esferas de vida da personagem são tomadas como processos bastante dinâmicos, plurais e não evidentes.

Nesse sentido, parece adequada a definição dos autores de que a história de vida de Maria Bonita nos é apresentada sob o signo da pluralidade e da resistência. A começar pelos diferentes papéis que assumiu ao longo de sua vida e dos estigmas e categorizações que recebeu na condição de mulher, mãe e sacerdote de umbanda, entre outras. Soma-se a isso o fato de que, nessas condições, o *fazer-se mãe de santo* resulta de um processo complexo de mediação que interpenetra o sagrado e o profano; o íntimo e o coletivo; a liberdade e o dever, enfim, exigindo toda uma série de negociações e acordos. Por fim, e não menos importante, a própria diversidade dos relatos, as lacunas e os novos fragmentos de memória acionados pelos vivos a respeito da médium denotam que, mesmo com sua partida, sua história de vida se renova continuamente através dos relatos e memórias produzidas no tempo presente.

Os capítulos que compõem a Parte III, *Instituições, Sujeitos e Experiências*, voltaram-se ao estudo das instituições e da agência dos sujeitos no Estado do Maranhão. As pesquisas apresentadas direcionam-se, particularmente, a grupos que possuem uma experiência e conhecimentos socialmente subalternizados, a partir de clivagens sociais como geração, gênero, raça e dependência química.

O capítulo de autoria de Jéssica Lima e Emilene Sousa destaca a distinção entre o fazer antropologia *sobre* as crianças e *com* as crianças. As pesquisadoras dedicam-se à análise da autonomia infantil em situações de abrigo, a partir da análise da Casa da Criança, uma instituição de acolhimento com sede na cidade de Imperatriz/MA. O

texto aprofunda-se nas estratégias de autonomia desenvolvidas pelas crianças quando inseridas em um espaço institucional caracterizado pelo cuidado/vigilância excessiva do Estado. A partir da pesquisa etnográfica (GEERTZ, 1989), as pesquisadoras exemplificam as formas de desenvolvimento da agência infantil na experiência das crianças em situação de institucionalização.

Na linha dos estudos que se voltam à análise das instituições sociais e da agência dos sujeitos, a pesquisadora Ana Luísa Naslausky e o pesquisador Wellington Conceição apresentam um estudo voltado à relação entre drogas e moralidade na sociedade brasileira, a partir da análise de matérias jornalísticas publicadas no estado do Maranhão. O capítulo resgata, de modo sucinto, o histórico e perfil do proibicionismo na política de drogas no país e a análise da recepção das políticas de drogas sob o viés das moralidades. Respaldados por este histórico, os pesquisadores propuseram uma análise do proibicionismo como estratégia utilizada pela política de drogas por meio do discurso midiático. Com foco nas reportagens publicadas pelos principais portais de notícias do estado do Maranhão os pesquisadores concluem que a abordagem proibicionista, particularmente pelo viés da criminalidade, baseia-se em aspectos da moralidade tais como referências religiosas, atuando como reforço para a definição dos estereótipos atribuídos ao grupo.

As pesquisadoras Luiza Lepos e Vanda Pantoja, autoras do capítulo *Uma análise do gênero na educação básica a partir dois livros didáticos de sociologia*, apresentaram um estudo minucioso sobre o lugar das pesquisadoras na produção do conhecimento nas Ciências Sociais, em especial no que toca à produção científica sobre gênero. A análise parte da adoção de métodos qualitativos e quantitativos dos livros didáticos de sociologia adotados pelas escolas públicas com sede na cidade de Imperatriz/MA. A perspectiva teórica adotada pelas autoras considera os processos de exclusão da mulher na esfera pública como imposição de um sistema moderno colonial de gênero (LUGONES, 2014b). A abordagem decolonial é, portanto, apresentada como fundamental para a compreensão da interseccionalidade étnico-racial, classe e sexualidade. O capítulo expõe um histórico sobre a presença da sociologia no ensino médio, seguido pela análise dos documentos institucionais, como os PCNs e o PNLD. Como conclusão, as autoras apresentam uma crítica à produção científica, em especial sobre gênero, respaldada por uma teoria eurocentrada e masculinista, reproduzindo desta feita, uma série de desigualdades de gênero.

O último capítulo da Parte III buscou compreender a ação da Polícia Militar frente aos casos de violência doméstica na cidade de Imperatriz/MA. Os autores Edisio Junior e Maciel Cover utilizam-se da observação participante, propiciada pelo vínculo institucional do primeiro autor à Polícia Militar do Estado do Maranhão, como metodologia e ainda como estratégia para acesso aos sujeitos pesquisados-agentes vinculados aos plantões

de rua e à patrulha Maria da Penha (PMP). Por meio de questionários *online*, elaborou-se uma análise da abordagem policial, nos dois grupos, que apontou para as ausências, e os procedimentos de (re)vitimização das mulheres vítimas de violência doméstica, indicando ainda a importância de conhecer e problematizar a ação da polícia militar. Com a contribuição dos agentes policiais, a partir dos relatos colhidos pelos questionários, os autores exploraram temas comumente vinculados à violência doméstica, tais como uso da força física, dependência financeira, influência do uso de álcool, personalidade do agressor e percepções dos agentes sobre as mulheres vítimas de violência, entre outros temas. O capítulo conclui destacando o impacto positivo da capacitação dos agentes no atendimento as ocorrências de violência doméstica, analisado pelas abordagens dos grupos estudados.

Elaborado sob muitas mãos, mentes e experiências, este livro materializa aprendizagens, ensinamentos e o trabalho intelectual de um grupo de pesquisadores e nossos interlocutores e interlocutoras, aos quais agradecemos imensamente ao fim desta introdução.

“Arrocha na leitura!”

Boa leitura!

Imperatriz, 25/04/2022.

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

Karina Almeida de Sousa

Wheriston Silva Neris

SUMÁRIO

PARTE I- CIDADES, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS URBANAS NA PANDEMIA

CAPÍTULO 1..... 1

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AS CIDADES NA LITERATURA SOCIOLOGICA CLÁSSICA

Angélica Lima Melo

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202091>

CAPÍTULO 2..... 19

ESTIGMAZAÇÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO URBANA DA VILA ESPERANÇA EM IMPERATRIZ - MA

Glenda Almeida Matos Moreira

Jesus Marmanillo Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202092>

CAPÍTULO 3..... 40

AS MODIFICAÇÕES NO CONSUMO DE PANELADA EM IMPERATRIZ - MA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Greacy Kelly Rodrigues Azevedo

Emilene Leite de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202093>

CAPÍTULO 4..... 64

MOTORISTAS URBANOS EM TEMPOS DE COVID-19: REPRESENTAÇÕES SOBRE COTIDIANO, MEDO E TRABALHO EM IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

Ana Paula Pinto Pereira

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202094>

PARTE II - GRUPOS ÉTNICOS, RELIGIÕES E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA MARANHENSE

CAPÍTULO 5..... 80

INDÍGENAS KRIKATI E MULHERES QUEBRADOURAS DE COCO BABAÇU NA AMAZÔNIA MARANHENSE

Francisca Regilma de Santana Santos

Leandro Araújo da Silva

Vanda Pantoja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202095>

CAPÍTULO 6..... 100

“NOSSA CASA ERA O CHAPÉU”: MOBILIDADE E PARADA COMO QUESTÕES PARA COMPREENDER OS CIGANOS CALON EM SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

Janeide da Silva Cavalcante
Wellington da Silva Conceição
Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202096>

CAPÍTULO 7..... 118

OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: CONDICIONANTES E LÓGICAS DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DE LIDERANÇAS PENTECOSTAIS DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ - MA

Bezaliel Alves Oliveira Junior
Wheriston Silva Neris

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202097>

CAPÍTULO 8..... 144

MARIA BONITA DE TOCANTINÓPOLIS: HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MÃE-DE-SANTO DO NORTE TOCANTINENSE

Bruno Barros dos Santos
Rogério de Carvalho Veras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202098>

PARTE III - INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E EXPERIÊNCIAS

CAPÍTULO 9..... 167

SOBRE PÁSSAROS E GAIOLAS: UMA ANÁLISE DA AGÊNCIA INFANTIL EM UMA CASA ABRIGO DE IMPERATRIZ

Jéssica de Sousa Lima
Emilene Leite de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202099>

CAPÍTULO 10..... 191

PROIBICIONISMO BRASILEIRO E MORALIDADES NA OPINIÃO PÚBLICA: O PAPEL DA MÍDIA MARANHENSE

Ana Luísa Rocha Martins Naslausky
Wellington da Silva Conceição
Beatriz Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020910>

CAPÍTULO 11..... 209

UMA ANÁLISE DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Luiza Maria Paixão Lemos

Vanda Pantoja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020911>

CAPÍTULO 12..... 235

INTERPRETANDO A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM CASOS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ / MA

Edisio Do Ó Loiola Junior

Maciel Cover

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020912>

SOBRE OS AUTORES 261

SOBRE OS ORGANIZADORES 266

**PARTE I- CIDADES, REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS URBANAS NA
PANDEMIA**

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AS CIDADES NA LITERATURA SOCIOLÓGICA CLÁSSICA

Data de aceite: 03/08/2022

Angélica Lima Melo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA.
E-mail: angelica.lmelo@hotmail.com.

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: clodomir.cordeiro@ufma.br.

RESUMO: O presente trabalho pretende explorar algumas das contribuições de Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895), Émile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920) e George Simmel (1858-1918) para a compreensão das cidades, seus sujeitos e dinâmicas contemporâneas. Objeto transversal ou privilegiado nos escritos desses autores, temos por intenção destacar, através de uma análise bibliográfica, suas contribuições teóricas e metodológicas para a investigação sobre os contextos urbanos e as transformações que acompanham suas dinâmicas de formação e reprodução. Nesse percurso pretendemos analisar os caminhos teóricos e metodológicos que dão contornos às cidades e suas dinâmicas nas obras dos autores, colocando em destaque as transformações, sujeitos e problemas que emergem com o processo de formação e adensamento populacional das

cidades contemporâneas. Desprendendo-se das dinâmicas do campo, o homem da cidade rompe com suas formas de vida anteriores a partir da fluidez e ritmo da vida urbana, forjando arranjos culturais, sociais, econômicos, políticos e trabalhistas que transformam as formas de viver e compreender os contextos citadinos.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades; Sociologia; Clássicos; Notas; Introdução.

INTRODUCTORY NOTES ON CITIES IN CLASSIC SOCIOLOGICAL LITERATURE

ABSTRACT: The present work intends to explore some of the contributions of Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895), Émile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920) and George Simmel (1858-1918) to the understanding of cities, their subjects and contemporary dynamics. A transversal or privileged object in the writings of these authors, we intend to highlight, through a bibliographic analysis, their theoretical and methodological contributions to the investigation of urban contexts and the transformations that accompany their dynamics of formation and reproduction. In this way, we intend to analyze the theoretical and methodological paths that shape the cities and their dynamics in the authors' works, highlighting the transformations, subjects and problems that emerge with the process of formation and population density of contemporary cities. Detaching himself from the dynamics of the countryside, the city man breaks with his previous ways of life from the fluidity and rhythm of urban life, forging cultural, social, economic, political and labor arrangements that transform the ways of living and understanding the city contexts.

KEYWORDS: Cities; Sociology; Classics; Notes; Introduction.

NOTAS INTRODUCTORIAS SOBRE LAS CIUDADES EN LA LITERATURA SOCIOLOGICA CLÁSICA

RESUMEN: El presente trabajo pretende explorar algunas de las contribuciones de Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895), Émile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920) y George Simmel (1858-1918) a la comprensión de las ciudades, sus sujetos y dinámicas contemporáneas. Objeto transversal o privilegiado en los escritos de estos autores, pretendemos resaltar, a través de un análisis bibliográfico, sus aportes teóricos y metodológicos a la investigación de los contextos urbanos y las transformaciones que acompañan sus dinámicas de formación y reproducción. En ese trayecto pretendemos analizar los caminos teóricos y metodológicos que configuran las ciudades y sus dinámicas en las obras de los autores, destacando las transformaciones, sujetos y problemas que emergen con el proceso de formación y densidad poblacional de las ciudades contemporáneas. Desprendiéndose de las dinámicas del campo, el hombre de la ciudad rompe con sus formas de vida anteriores desde la fluidez y el ritmo de la vida urbana, forjando figuraciones culturales, sociales, económicas, políticas y laborales que transforman las formas de vivir y entender los contextos ciudadanos.

PALAVRAS CLAVE: Ciudades; Sociología; Clásicos; Notas; Introducción.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar as formas e os contornos da cidade e do urbano a partir de uma análise da contribuição dos clássicos da literatura sociológica, especialmente Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895), Émile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920) e George Simmel (1858-1918). Como tema que permeia transversalmente ou de forma direta a obra desses autores, a cidade configura-se historicamente através das relações capitalistas, que por meio das dinâmicas do comércio e a expansão de suas atividades conduziram o ambiente citadino rumo a uma acentuada divisão social do trabalho. Sob este enfoque, a proletarização, gerada no interior das relações de produção do capitalismo, e a habitação tornam-se questões significativas para a produção de uma teoria social que pretende compreender as mudanças das relações sociais que se desenrolavam de maneira acentuada em diferentes contextos.

Para Martins (2006), os processos industriais, revolucionários e urbanos dos séculos XVIII e XIX formaram o bojo empírico e conceitual que circundou a construção da Sociologia enquanto campo do saber científico. Em uma conjuntura histórica e intelectual de intensas transformações, os clássicos da Sociologia iniciam suas tentativas de compreensão da sociedade industrial/capitalista, descrevendo as diversas mudanças que são associadas ao novo arranjo do sistema de produção capitalista e suas relações de

produção, capazes de romper com os esquemas de produção e trabalhistas progressos. Nessa chave interpretativa, os fenômenos da industrialização e da urbanização despontam como processos associados ao despertar da *imaginação sociológica* (MILLS, 1969) dos autores clássicos da Sociologia. A nova ciência desenvolve-se, sob essa ótica, por meio das tentativas de compreensão dos fenômenos sociais que despontam entre os séculos XVII e XIX (BETTOMORE, 1978; GIDDENS, 2005; MILLS, 1969; SELL, 2005; MARTINS, 2006), instigando diferentes pesquisadores, entre eles os hoje considerados clássicos, a analisar a sociedade moderna e seus dilemas através de suas dinâmicas e características contemporâneas.

Nas reflexões de Marx e Weber as consequências das revoluções Industriais (1760-1840) e Francesa (1789-1799), associadas às narrativas sobre a modernidade e suas possibilidades, ganham acentuada importância, especialmente através das análises sobre a industrialização, a divisão social do trabalho, a burocracia, as mazelas que atingem a classe trabalhadora e os processos de secularização que atravessam o mundo social (SELL, 2010; GIDDENS, 2005). Buscando se dissociar das demais ciências, através da demarcação de objetos e de uma metodologia própria, a história da Sociologia científica confunde-se com as próprias mudanças e transformações históricas que reorganizaram as dinâmicas da cidade e do urbano, fios condutores do nosso texto.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Soares (2019), não é uma tarefa fácil compreender atualmente as cidades, pois elas diferem significativamente daquelas estudadas nos séculos XIX e XX pelos autores acima mencionados. Como pondera o autor, não dispomos hoje de uma percepção precisa das demarcações impressas pelas rodovias em que circulamos e, tampouco, de um quantitativo populacional capaz de circunscrever conceitualmente uma cidade. Desse modo, inúmeros pesquisadores da área das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia e da Antropologia, têm se debruçado e contribuído para este instigante e complexo debate.

Como aponta Oliven (2010), descrever a cidade significa imaginá-la a partir de diferentes ângulos que expressam suas múltiplas constituições e categorias. Partindo dessa pista metodológica e teórica, pretendemos no presente artigo, através de uma pesquisa bibliográfica, identificar os contornos da cidade e do urbano apresentados, direta ou indiretamente, nos escritos dos autores selecionados para o desenvolvimento do trabalho. Frente a esse objetivo, pretendemos identificar, a partir dos escritos sociológicos dos autores, questões relativas aos percursos teóricos e metodológicos relacionados ao processo de análise das cidades como objeto sociológico e as formas de imaginar e

delimitar o espaço urbano presente ao longo das obras selecionadas.

Desse modo, as questões norteadoras do texto giram em torno da compreensão de como alguns autores clássicos do campo da Sociologia imaginaram as cidades e os aspectos da vida urbana e de que maneira categorias como o trabalho, a industrialização e os arranjos desencadeados no século XIX embasam o pensamento fundante da teoria sociológica sobre a cidade e o urbano.

3 | KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS: AS CIDADES E SUAS FACES BURGUESA E INDUSTRIAL

Nos estudos de Karl Marx e Friedrich Engels é possível caracterizar a cidade e o urbano através dos processos e relações ligados ao mundo do trabalho, ao capital e à industrialização. Interpretando os processos e sujeitos que ganham forma nas cidades da revolução burguesa, ou melhor, da Revolução Francesa do Século XVII, os autores desenvolveram análises elucidativas sobre os fenômenos do crescimento e urbanização das cidades europeias, que para nosso estudo mostram-se significativas.

Marx e Engels iniciam algumas de suas análises sobre as cidades destacando momentos distintos dessa configuração socioespacial que ganham forma através das relações históricas e contextuais associadas aos modos de produção e forças produtivas. Na linha compreensiva dos autores, a cidade incorpora uma importância econômica e financeira significativa ao longo do seu processo de formação, especialmente quando se destaca a passagem dos cenários das cidades cercadas por muralhas àquelas que ganham forma com o processo de industrialização (MARX; ENGELS, 1998, MARX; ENGELS, 2007).

A divisão de trabalho está mais evoluída; encontramos já a oposição entre a cidade e o campo, e mais tarde a oposição entre os Estados que representam o interesse das cidades e aqueles que representam o interesse dos campos. Mesmo no interior das cidades vamos encontrar uma oposição entre o comércio marítimo e a indústria (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Oliven (2010) aponta que Marx e Engels imaginam a cidade como uma *variável dependente*, ou seja, a cidade ganharia forma a partir de processos ligados às transformações do capitalismo, não sendo explicada por si mesma, mas por meio das conexões que estabelece com uma complexa rede de relações e mecanismos. Dessa forma, Marx e Engels (1998) consideram a cidade como espaços de concentrações econômicas alterados historicamente pelos processos de mudanças e embates entre as forças produtivas e modos de produção, que desembocariam em uma ressignificação das técnicas de produção e da própria cidade. As relações materiais e históricas da sociedade,

dinamicamente dialéticas e contraditórias, permitem aos autores identificar a cidade como o palco privilegiado para potencialidades criativas e problemas associados ao capitalismo moderno e industrial.

No decurso do capitalismo moderno as cidades emergem como o palco privilegiado das especializações e divisões sociais do trabalho, sobretudo com a emergência da manufatura, que aguçava esse processo (ENGELS, 2015). Observada sob a lente analítica do materialismo histórico e dialético, a cidade emerge como um dos polos da *dominação* e da *contradição*, que se manifestam por meio da disputa pela ocupação das áreas centrais da cidade em detrimento de bairros periféricos ou, na linguagem dos autores, de uma separação entre as classes.

Debruçando-se sobre as mudanças e deslocamentos do processo de divisão social do trabalho, Engels apresenta, em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1975), alguns dos possíveis impactos das formas de organização do capitalismo sobre as feições das cidades. Para Marx:

Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz histórica da sociedade, e, do outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, destrói a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental do trabalhador do campo. Mas, ao destruir as condições naturais que mantêm aquele intercâmbio, cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção e em forma adequada ao desenvolvimento integral do homem [...]. (MARX, 2003, p. 570).

Conectando esses argumentos à descrição de Engels (1985) sobre a cidade de Manchester na Inglaterra é possível identificar uma das questões suscitadas pela dinâmica da contradição urbana que acompanha o capital: o *desencontro*. No espaço citadino o desencontro permeia as experiências de indivíduos que se cruzam, mas não se percebem, “como se não tivessem nada em comum” e “nada a realizar juntos”. Nessa lógica, conectada ao projeto revolucionário imaginado pelos autores, os proletários precisam se unir e partilhar a “consciência de classe”, modificando em seguida o arranjo estrutural e infraestrutural das sociedades (ENGELS, 1985, p. 36).

José Paulo Netto, em *Introdução ao método de Marx* (2011), aponta que Engels foi um dos responsáveis pela inflexão teórica de Marx sobre esse ponto de vista. O autor pondera que na trajetória teórica e metodológica de Marx e Engels ambos foram influenciados pelos processos históricos e sociais que marcaram as transformações do capitalismo na Europa Ocidental.

É, porém, com o estímulo provocado pelas formulações do jovem Engels acerca da economia política que Marx vai direcionar as suas pesquisas para a análise concreta da sociedade moderna, aquela que se engendrou nas entranhas da ordem feudal e se estabeleceu na Europa Ocidental na transição do século XVIII ao XIX: a sociedade burguesa. De fato, pode-se circunscrever como o problema central da pesquisa marxiana a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista. (NETTO, 2011, p. 5).

Em um movimento de reconfiguração das dinâmicas das cidades e sua forma urbana, a burguesia, como classe que ascende ao poder com a revolução, fixa-se nas cidades, desenvolvendo a grande indústria e conduzindo os pequenos produtores do campo aos porões das fábricas. Nessa conjuntura, observa-se a emergência do *proletário*, trabalhador das áreas centrais das cidades, que livre das amarras do campo e do feudalismo alarga as fileiras da produção capitalista e as habitações precárias das cidades industriais. Como ponderam Marx e Engels (1998), “a burguesia rasgou o véu do sentimentalismo e transformou-o em simples relação monetária”, promovendo as relações intercambiadas pelo dinheiro e a impessoalidade como características indelévels das cidades modernas. Em meio a esse jogo, os indivíduos estão sujeitos às mesmas oscilações que permeiam os mercados, desencadeando-se uma ampla concorrência entre os trabalhadores¹, que na cidade estão “livres” para vender sua força de trabalho por meio dos contratos estabelecidos com os empregadores.

Explorando o desenrolar do capitalismo moderno e os efeitos nefastos da industrialização, Marx e Engels descrevem muitos de seus processos contraditórios. Para Engels (1975) a feição urbana da cidade parecia estar diametralmente oposta à classe trabalhadora, revelando sob as lentes do materialismo histórico e dialético as transformações urbanas e o problema da habitação em Berlim. Nesse sentido, para o autor a situação da classe trabalhadora e suas inúmeras mazelas na cidade era um problema associado diretamente ao capitalismo e seu formato desigual. Pensando na resolução dos problemas habitacionais associados às experiências da classe trabalhadora, Engels destaca que os problemas urbanos que a cidade enfrentava eram resultados, entre outras situações, da apropriação burguesa de áreas valorizadas pela capital. Para Eric Hobsbawn (2011), a descrição feita pelo autor apresenta não somente o levantamento de dados significativos para a compreensão dos efeitos do capitalismo, da industrialização e do movimento operário, mas destaca, fundamentalmente, a contundência do método marxista

1. A grande indústria universalizou [...] a concorrência (ela é a liberdade prática de comércio, os impostos alfandegários de proteção não passam, dentro dela, de um paliativo, uma defesa dentro da liberdade comercial), criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial, submeteu o comércio, transformou todo o capital em capital industrial e engendrou, com isso, a rápida circulação (o desenvolvimento do sistema monetário) e a centralização dos capitais [...]. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

para a compreensão das feições e dinâmicas dos problemas urbanos.

4 | ÉMILE DURKHEIM: AS CIDADES MODERNAS E AS FORMAS DE SOLIDARIEDADE

Assumindo a tarefa de sistematização de uma Sociologia científica, Durkheim buscou a todo custo desembaraçar a nova ciência dos demais campos dos saberes, especialmente daqueles que gravitam em torno das Ciências Humanas. Elegendo o *fato social* como objeto de estudo privilegiado para a análise da realidade social, sobretudo em *As Regras do Método Sociológico* (1895), o autor nos fornece algumas pistas epistemológicas e conceituais para a compreensão da cidade e do urbano em suas obras.

Testemunha das mudanças do século XIX, as quais envolviam renovadas relações econômicas e organizações sociais despidas de um possível caráter orgânico, Durkheim contribuiu decisivamente para a tessitura de uma análise sociológica acerca da divisão do trabalho. Segundo Pereira (2017), a cidade não ocupa um lugar “explícito” e “independente” nos textos durkheimianos, todavia emerge a partir de uma análise dedicada às diferenças que envolvem historicamente esses contextos, especialmente as que se estabelecem entre o campo e a cidade a partir das relações associadas ao processo de protagonismo das cidades. Nessa chave interpretativa, para Mills (1969) os clássicos da Sociologia se preocuparam em suas análises com a *totalidade histórica* dos acontecimentos, entendendo que “[...] a cidade é parte de uma totalidade; esta, sim, objeto legítimo de análise. Concebida como uma categoria histórica, é expressão de uma realidade mais abrangente, não tendo, portanto, o atributo de variável explicativa [...]” (JOSEFINA; SANT’ANNA, 2003, p. 92).

Como parte de uma totalidade histórica algumas das principais pistas sociológicas deixadas por Durkheim para a apreensão da cidade e do urbano encontram-se na obra *Da divisão do Trabalho Social* (1883), trabalho produzido no ano em que o autor defende sua tese de doutorado. Explorando o trabalho como uma das categorias fundantes da sociedade moderna, o autor associa os processos de *especialização* e *divisão social do trabalho* a formas de solidariedade que passam a caracterizar as relações sociais em uma sociedade capitalista, sobretudo nos grandes centros urbano-industriais. Durkheim aponta que o arranjo da sociedade industrial apresenta rupturas sensíveis com os laços da antiga sociedade tradicional, criando organizações e modelos interpretados sob a ótica de metáforas biológicas. Para o clássico da Sociologia:

[...] cada divisão territorial tem usos e costumes especiais, uma vida que lhe é própria. Ela exerce, assim, sobre os indivíduos que são imbuídos de seu espírito, uma atração que tende a mantê-los no lugar e, ao contrário, a repelir os outros. Mas, dentro de um mesmo país, essas diferenças não poderiam ser

nem muito numerosas, nem muito nítidas. Os segmentos são, portanto, mais abertos uns aos outros. (DURKHEIM, 1999, p. 170-171).

Diante de um novo arranjo social e epistemológico, Durkheim encarava de maneira *positiva* a ciência e seu papel na compreensão do mundo social, sobretudo quando sua transformação e “progresso” eram imaginados como possíveis através da mediação da racionalidade científica.

Nossa época desenvolveu-se sob o impacto da ciência, da tecnologia e do pensamento racional, que tiveram origem na Europa dos séculos XVII e XVIII. A cultura industrial ocidental foi moldada pelo Iluminismo - pelos escritos de pensadores que se opunham à influência da religião e do dogma e desejavam substituí-los por uma nova abordagem mais racional da vida prática. (GIDDENS, 2006, p. 14).

O primado da razão e a potência do fundamento científico permeiam as diferentes obras e argumentos de Durkheim, nos permitindo, de acordo com as notas introdutórias de seus textos, identificar a defesa da especialização das atividades e das ciências em meio a um processo que ganha forma paulatinamente na indústria capitalista e seu formato urbano.

Em uma linha de argumentação de caráter funcionalista que pressupõe a organização social, Durkheim observa a dinâmica das sociedades e suas diferenciações enquanto mecanismos marcados pela morfologia, adensamento populacional e caracterização geográfica e populacional dos espaços sociais. Nesse contexto, a cidade desenha-se como espaço administrativo gerido por uma nova classe, vislumbrado por meio de postulados científicos embasados nas ideias de racionalidade e progresso. Para Wacquant (1997), Durkheim (1997, p. 34), “[...] elabora uma concepção de ordem social *in abstracto*, identificando as condições e os mecanismos mutáveis da solidariedade na era da modernidade industrial e auxiliando, assim, a eclosão da moral de acordo com as novas relações sociais [...]” (WACQUANT, 1997, p. 34).

Por meio do contato promovido pelo fluxo dos indivíduos que deixam o campo rumo à cidade, Durkheim (1998) identifica novas relações intersubjetivas, refinadas pelo agrupamento de pessoas que estão intimamente em contato e/ou dispersas na cidade. Para o autor, a cidade tem o potencial de agrupar os sujeitos, promover a divisão social do trabalho e potencializar a diversidade, ao mesmo tempo em que torna possível a mudança das relações sociais de produção e dos vínculos entre os indivíduos. Nas grandes cidades as relações sociais e morais são marcadas pela complexidade e interdependência que permeiam a divisão do trabalho e os vínculos urbanos, estimulando solidariedades associadas a consciências coletivas que dão forma a especialização dos trabalhadores urbanos contemporâneos.

Sob a ótica desses argumentos é oportuno destacar as particularidades históricas das cidades europeias apontadas por Durkheim e, sobretudo, as transformações que vislumbram nas relações de produção sociais e morais que têm como palco os espaços citadinos.

O mesmo aconteceu na Alemanha. Burguês e cidadão eram sinônimos e, de outro lado, sabemos que as cidades alemãs formaram-se em torno de mercados permanentes, abertos por um senhor num ponto de seu domínio. A população que vinha se agrupar em torno desses mercados e que se tornou a população urbana era, pois, quase exclusivamente composta de artesãos e mercadores. Por isso as palavras forenses ou *mercatores* serviam para designar indiferentemente os habitantes das cidades, e o *jus civile* ou direito urbano é frequentemente chamado de *jus fori* ou direito do mercado. A organização dos ofícios e do comércio parece, pois, ter sido a organização primitiva da burguesia europeia. (DURKHEIM, 1999, p. 28).

Para Durkheim, o contexto das cidades é marcado por relações sensivelmente diferentes daquelas interpretadas por meio do conceito de *solidariedade mecânica*, alicerçada em possíveis similitudes entre elementos que envolvem o parentesco, a família e a religiosidade. Como pondera o autor, em nossas sociedades contemporâneas os indivíduos estão próximos devido às necessidades e dependências uns dos outros, permitindo-se, dessa maneira, a compreensão de que:

[...] as cidades sempre resultam da necessidade que impele os indivíduos a manterem constantemente o contato mais íntimo possível uns com os outros; elas são como pontos em que uma massa social se contrai com mais força que em outras partes. (DURKHEIM, 1999, p. 254).

Os argumentos desenvolvidos até o momento apontam que as investigações de Durkheim sobre a divisão social do trabalho no contexto industrial e urbano nos permitem observar a cidade como um espaço propício à constituição de novas formas de solidariedade, uma maior autonomia individual e relações de interdependência funcional entre os indivíduos. Nesse contexto a cidade emerge como palco privilegiado para inúmeros conflitos associados a uma complexa organização que fundamenta características competitivas onde “[...] o cervejeiro e o vinhateiro, o fabricante de tecidos e o fabricante de sedas, o poeta e o músico muitas vezes se esforçam por se suplantar um ao outro.” (DURKHEIM, 1999, p. 264-265).

5 | MAX WEBER: A CIDADE TIPOLOGICA E SEDE COMERCIAL

Em *A objetividade das Ciências Sociais* (2003), o alemão Max Weber destaca as possibilidades de distanciamento dos cientistas sociais com relação a seus objetos de pesquisa, especialmente quando as impressões e concepções do pesquisador entram

em debate. Utilizando o *tipo ideal* como uma ferramenta metodológica para apreender fenômenos significativos, ou os nexos causais, do mundo e das *ações sociais*, o autor imagina a cidade a partir de suas múltiplas possibilidades e características.

A sociologia compreensiva weberiana explora a cidade tipológica em suas conexões com o comércio, o Estado, a burocratização e os processos de monopolização da força física e econômica. Nesse sentido, segundo Oliven (2010), Weber enxerga a constituição política e econômica das sociedades urbanas contemporâneas associadas a relações de poderes alicerçadas em uma dominação considerada legítima, validada por mecanismos que operacionalizam a reprodução da vida moderna. A cidade weberiana, sob essa ótica, configura-se por meio de formações associadas a um capitalismo ascético, elemento que permeia as ações sociais dos grupos e sujeitos das cidades descritas pelo autor. As cidades tipológicas de Weber permitem-nos observar “[...] decisivamente, que o capitalismo surgiu através da empresa permanente e racional, da contabilidade racional, da técnica racional e do direito racional. A tudo isso se deve adicionar a ideologia racional, a racionalização da vida, a ética racional na economia [...]” (WEBER, 1968, p. 310).

Magnani, no desenvolvimento de sua pesquisa antropológica sobre/na cidade, descreve algumas das perspectivas antropológicas abertas pela teoria weberiana, nos convidando a pensar o ambiente urbano sob uma perspectiva instigante. Para o autor:

A análise de Max Weber ressalta o caráter da racionalidade presente na cidade medieval do Ocidente, com base na comunidade - associação local, militar e politicamente autônoma frente ao senhor feudal. Só ela, com a nova classe dos mercadores e artesãos, rompe com os laços, tabus e religião clânicos; razão pela qual, diferentemente do que ocorreu no Oriente, tornou-se condição para o surgimento do capitalismo. Mais tarde essas cidades de governo próprio e autônomo dissolvem-se no interior dos Estados nacionais: as metrópoles que surgem na esteira da Revolução Industrial completam a desintegração daquele modelo de vida urbana. (MAGNANI, 1996, p. 6).

Sob essa ótica, uma cidade não poderia ser definida apenas por meio de seus aspectos quantitativos e estruturais, que ganham corpo através, entre outros, do número de seus habitantes, residências e ruas, mas, antes de tudo, por sua sede administrativa, que aglutina indivíduos e concentra indústrias especializadas, potencializando a produção de mercadorias e sua circulação.

Somente queremos falar de “cidade” no sentido econômico, tratando-se de um lugar onde a população local satisfaz no mercado local uma parte economicamente essencial de suas necessidades cotidianas, e isto principalmente com produtos que a população local dos arredores produziu ou adquiriu para a venda no mercado. Toda cidade no sentido aqui adotado da palavra é “localidade de mercado”, isto é, tem um mercado local como centro econômico do povoado, mercado no qual, em virtude da existente

especialização da produção econômica, também a população não-urbana satisfaz suas necessidades de produtos industriais ou artigos mercantis ou de ambos, e, como é natural, também os próprios moradores da cidade trocam entre si os produtos especiais e satisfazem as necessidades de consumo de suas economias. (WEBER, 2009, p. 409).

Através de um complexo intercâmbio de mercadorias, o mercado interno das cidades se desenvolve e promove uma circulação regular, diferenciando a cidade ocidental das cidades orientais e antigas. Em torno de territórios específicos ganham forma os Estados Nacionais, suas relações monopolísticas e um aparato burocrático, permitindo entrever, como aponta Weber (1999), “cidades de consumidores”, “cidades de produtores” e “cidades mercantis” atravessadas por uma racionalidade que fundamenta e organiza as relações entre os indivíduos e a produção.

Para Weber, a cidade, em seus moldes racionais, legais e burocráticos, encontrou sua consolidação no Ocidente, pois nele recebeu o impulso da cultura burguesa que se conectou de maneira estreita à centralidade das relações de trabalho, da posse e, sobretudo, de um *ethos* capitalista em formação (WEBER, 2004). Nessa chave analítica que perpassa o histórico através do fio condutor do tipo ideal, Weber percebe o social como um espaço de conflitos e dominações atravessados por diferentes mecanismos, exteriores e interiores, que garantem sua reprodução. Nas análises do autor o protestantismo ascético emerge como um fio condutor através do qual podemos observar a penetração da racionalidade na cultura social moderna e nas condutas sociais, engendrando a formação social de um contingente burguês que se alargava ao mesmo tempo em que a consciência religiosa se transformava sensivelmente.

[...] claro que a participação dos protestantes na propriedade do capital, na direção e nos postos de trabalho mais elevados das grandes empresas modernas industriais e comerciais é relativamente mais forte, ou seja, superior a sua porcentagem na população total, e isso se deve em parte a razões históricas que remontam a um passado distante em que a pertença a uma confissão religiosa não aparece como causa de fenômenos econômicos, mas antes, até certo ponto, como consequência dele. (WEBER, 2004, p. 29-30).

Identificando os processos históricos de dominação através de seus esquemas tipológicos, Weber aponta alguns dos contornos e características da racionalização moderna, apontando que existem por trás de cada domínio do mundo social traços de uma racionalidade.

Ao deslocar a compreensão da dominação para a análise das *ações e relações sociais*, Weber (1991) considera que “a razão se despojou da magia” e que as relações mudam em decorrência de uma constelação de fatores e não apenas através da luta de classes, raiz dinâmica do pensamento materialista e dialético. Para o autor, o sujeito

“desencantado” precisa firmar as bases de sua experiência e representações em outros tipos de fundamentações, consideradas pelo autor como artificiais, burocráticas e/ou legais. “No decorrer do desenvolvimento econômico a disciplina do trabalho foi então institucionalizada e imposta aos seres humanos. Transformou-se em hábito ou norma, tornando-se normal [...]” (REISEBROD, 2012, p. 169). Como pondera Weber, percorrer o solo das transformações éticas da sociedade moderna e industrial significa, antes de tudo, perceber as mudanças das práticas, hábitos, comportamentos e condutas morais. A sociedade moderna ultrapassaria a magia e o tradicionalismo religioso ao ser penetrada paulatinamente em todas as suas esferas por um *ethos* racional, capaz de estimular as qualidades pessoais e os estímulos sociais necessários à produção do Estado moderno e das relações capitalistas que o acompanham.

Weber (2004) chama nossa atenção para o caráter intramundano no qual fora lançado o trabalho moderno, articulado à contabilidade do tempo, ao rendimento do dinheiro e à prestação de contas. Sob este ângulo, as cidades emergem como sedes legais e administrativas e como lócus privilegiado da formação de um *ethos* moderno, atravessado por processos de racionalização das esferas do mundo social. O Estado e o trabalho moderno distinguem-se de outras formas históricas por suas características, excepcionalmente conectadas as experiências ocidentais, capazes de articular fenômenos como a racionalidade, a religião, a ética do trabalho, a dominação, as estruturas capitalistas e as cidades contemporâneas.

6 | GEORG SIMMEL: A CIDADE DE BERLIM DO SÉCULO XX E AS INTERAÇÕES SOCIAIS

Georg Simmel, considerado um dos clássicos do pensamento sociológico juntamente com Durkheim, Marx e Weber, faz sentir sua influência temática, teórica e metodológica de maneira significativa nos estudos contemporâneos sobre as cidades e o urbano. Em uma de suas obras voltada aos estudos sobre a cidade, *A metrópole e a vida Mental* (1903), o autor registra suas impressões e análises sobre a constituição de um “novo sujeito” que se desprende das amarras institucionais e psicológicas que circundavam o cidadão feudal. Desse modo, o homem da cidade simmeliano utiliza-se do artifício da indiferença para desenvolver sua vida na cidade, distanciando-se de diversas relações e sensações que o poderiam envolver emocionalmente.

Pereira (2017) destaca que Simmel foi um pesquisador que transitou por diversas áreas do conhecimento, recebendo diferentes influências teóricas que embasaram e marcaram seu arcabouço teórico e conceitual. Nesse sentido, o autor acredita que Simmel

foi um exímio pesquisador, destacando-se por sua capacidade de observação crítica e ponderações acerca da modernidade e suas interfaces com a cidade.

De posse dessas observações é possível compreender que a interpretação do moderno e da cidade (ou da cidade moderna) foi desenvolvida, por ele, de uma forma bastante autoral e extremamente particular, já que é possível notar que naquele momento de afirmação da sociologia, a objetividade além de ser uma necessidade dessa área também era uma característica do próprio contexto de desencantamento do mundo e valorização da racionalidade positiva. Assim, embora a sociologia possa ser entendida como filha da modernidade (BECKER, 1974), sendo os clássicos intérpretes daquele contexto, é importante destacar que Simmel observou fenômenos similares e bastante próximos, mas de uma forma diferenciada, crítica e preparada, pois não seguiu os ditames da negação do espírito, nem tão pouco deixou de comparar e contextualizar as próprias ideias a partir de exemplos empíricos, demonstrando um equilíbrio que foge de qualquer dogmatismo vinculado a preponderância da objetividade ou subjetividade pura. (PEREIRA, 2017, p. 140).

As relações sociais na cidade estariam, sob a ótica de Simmel, permeadas por uma dualidade que envolve indivíduos e sociedade, impondo-se ao cidadão o desafio de manter sua autonomia frente à força esmagadora das pressões sociais. Diante dos estímulos da vida cidadina, das relações sociais de produção industriais, das dinâmicas econômicas das cidades e das relações que o tecido urbano precisou forjar para estimular nos indivíduos suas diferenciações, emerge um sujeito social internamente e externamente diferente.

Se houvesse, em resposta aos contínuos contatos externos com inúmeras pessoas, tantas reações interiores quanto às da cidade pequena, onde se conhece quase todo mundo que se encontra e onde se tem uma relação positiva com quase todos, a pessoa ficaria completamente atomizada internamente e chegaria a um estado psíquico inimaginável. Em parte esse fato psicológico, em parte o direito a desconfiar que os homens tem em face dos elementos superficiais da vida metropolitana, tornam necessária nossa reserva. (SIMMEL 1973, p. 17).

Para Simmel (1973) a cidade e seus encadeamentos urbanos configuram um individualismo marcado pela objetividade que, entre outras coisas, distancia-se da subjetividade das sociedades pré-urbanas e industriais. Nessa perspectiva, o homem metropolitano descrito por Simmel articula-se na atuação do intelecto, da razão e dos cálculos que gerenciam suas rotinas diárias, lutando, desse modo, contra as amarras da personalidade e dos aspectos niveladores das experiências do mundo moderno.

Testemunha e analista da precarização do mundo urbano, tal como Marx e Engels, Simmel não se limita a identificação da importância dos fatores econômicos nas dinâmicas cidadinas, enfatizando as múltiplas interações e *sociedades* que dão forma a Berlim do início do século XX. Segundo Antunes (2014, p. X), “Berlim é descrita como uma metrópole

industrial, mas também política, financeira e cultural, comparando-a inclusive com as cidades americanas por sua atualidade”. A crescente concentração de trabalhadores nas cidades europeias desencadeara uma maior dependência entre os indivíduos, pois as atividades tendem a se especializar cada vez mais e:

[...] as grandes cidades, enquanto sedes por excelência da circulação do dinheiro, são os lugares nos quais os valores mercantis das coisas se impõem com uma amplitude diferente da que ocorre nas relações menores e são também os lugares específicos para se ser *blasé*. Nelas, culmina em uma certa medida o sucesso da concentração dos homens e das coisas que empurra o indivíduo até a sua mais alta capacidade nervosa; pelo crescimento somente quantitativo das mesmas condições, o sucesso se inverte em seu contrário, nesse fenômeno específico de adaptação que é o caráter *blasé*, no qual os nervos descobrem uma última possibilidade de acomodar conteúdos e a forma de vida na grande cidade (SIMMEL, 1973, p. 175).

Sob essa maneira de compreender o fenômeno citadino e as experiências urbanas as cidades tornaram possível a emergência, à custa de inúmeras adaptações psicológicas e práticas, de um individualismo pautado em um maior distanciamento dos indivíduos e em uma base psicológica voltada à razão e o cálculo. Segundo Leitão (2011), a cidade simmeliana é um local de “estranhamento”, pois:

Segundo Simmel, o individualismo moderno é um dos motores fundamentais das grandes cidades. Simmel não opõe o indivíduo à sociedade, ao contrário, ele compreende a individualização como outra face da socialização. A metrópole é, nesse contexto, um ambiente no qual o cidadão reivindica sua autonomia e sua especificidade diante dos grupos com que convive. O intelecto do homem nas metrópoles é infinitamente mais estimulado que nas pequenas cidades ou no campo, constituindo-se como um dos efeitos marcantes da intensificação da vida nervosa no cotidiano. (LEITÃO, 2011, p. 43).

As relações que se estabelecem entre os sujeitos metropolitanos nas cidades permitem que eles se expressem de uma forma mais pessoal, abrindo caminho, segundo Simmel, para a compreensão das transformações que conectam dinamicamente espaços, sujeitos, práticas e subjetividades.

Pensando no fenômeno urbano, especialmente a partir do que observava em Berlim, Simmel (2005) acentua as distinções entre a cidade grande e as pequenas cidades, destacando as especificidades e dinâmicas que estimulam a tessitura de regras, comportamentos e formas de interação diferentes entre os indivíduos e grupos sociais. A cidade pequena abriga, nas palavras do autor, laços de pertencimento e estímulos emocionais marcados pelo contato pessoalizado e pelo “sensível-espiritual” que caracterizaria a interação entre os sujeitos nesses arranjos. A metrópole, por outro lado,

por viabilizar um fluxo intenso e contatos mais efêmeros entre seus moradores, processa relações forçadas por regras impessoais, estimulando a emergência de velocidades e ritmos psicológicos singulares (SIMMEL, 2005).

Explorando a impessoalidade que passa a caracterizar as cidades europeias, especialmente por meio da mediação das relações monetárias, Simmel destaca o caráter nivelador e objetivo que o dinheiro incorpora nas metrópoles do início do século passado. O dinheiro na sociedade urbano-industrial permitiria que fossem resguardadas a liberdade e autonomia do sujeito na cidade, assim como demarcaria e gerenciaria posições diferenciadas entre os indivíduos, de modo que:

O dinheiro como unificador e separador de interesses. “O caráter objetivo” do dinheiro torna o que é diferente igual. Justamente porque ele é impessoal ele é capaz de unir o que é próprio de cada indivíduo. [...] como o abismo entre o interior e o exterior cresce cada vez mais, o incremento da liberdade interior é concomitantemente ao incremento do nivelamento exterior. Quanto mais o homem moderno é nivelado no mundo exterior, mas ele se recolhe a sua interioridade. (SIMMEL, 2005, p. 27-28).

Aproximando-se da concepção de Marx, Simmel critica o efeito nivelador do trabalho e do dinheiro, ao passo em que observam que as relações sociais na modernidade engendram dinâmicas objetivas e impessoais capazes de distanciar os sujeitos, objetificando-os. Para Simmel, as “consequências da modernidade” tendem a desenvolver arranjos técnicos e racionais que operacionalizam a vida moderna, contrastando com as relações antes estabelecidas, pois: “[...] os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica da vida [...]” (SIMMEL, 1973, p. 11). Problemas esses que ganham profundidade e importância sociológica quando a cidade é imaginada como palco privilegiado para o desenvolvimento de conflitos, interpessoais e/ou grupais, e para a formação do sujeito metropolitano.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrevendo nossas linhas finais observamos, inicialmente, que os escritos e argumentos dos autores trabalhados no presente artigo são significativamente influenciados pelo contexto histórico em que estavam inseridos, sobretudo pelas mudanças nas dinâmicas das relações de produção e as transformações nas interações que caracterizam o campo e a cidade. Presentes nas preocupações dos clássicos da Sociologia, as mudanças e as transformações do mundo da produção e a mobilidade e plasticidade dos sujeitos que

os conformam repercutiu de maneira sensível nos estudos dos autores contemporâneos, como, por exemplo, os que compunham a emblemática Escola de Chicago (COULON, 1995). Nesse sentido, as breves anotações conceituais que permeiam a teoria sociológica clássica e os estudos contemporâneos que privilegiam a cidade como objeto de estudo devem ser compreendidas a partir de sua articulação com os processos históricos, sociais e econômicos que ganham forma com a industrialização e a centralidade dos contextos urbanos.

Atravessada por uma análise pautada no materialismo histórico e dialético, como em Engels e Marx, a cidade pode ser analisada por meio de suas mudanças e da dualidade característica das contradições entre as classes que se realçam sob o signo do trabalho e da industrialização. Desse modo, a cidade torna-se um palco decisivo para a compreensão sociológica das relações de trabalho, diferenças sociais, proletarização e conflitos entre os sujeitos urbanos. Seguindo a via das relações econômicas, Weber (2009) aponta que a cidade se articula a um arranjo de elementos que caracterizam o que chamamos de sociedade moderna, destacando o comércio e a circulação como elementos significativos para a análise da cultura urbana e das engrenagens lógico-rationais acionadas pelo Estado.

Para além das lógicas econômicas a cidade também é imaginada na teoria sociológica clássica como um espaço de solidariedades (DURKHEIM, 1999) associado a implicações relacionais que extrapolam os debates sobre a exploração de classes e a dicotomia econômica apresentada por autores como Marx e Engels. As relações de interdependência entre os trabalhadores, potencializada pela especialização e divisão do trabalho, dão forma não apenas a uma expansão das cidades e a alteração de sua morfologia social, mas também a novas formas de solidariedade, inscritas nas consciências coletivas e nas maneiras de ser, agir e pensar dos indivíduos citadinos. Uma sociabilidade urbana renovada pelas dinâmicas das metrópoles industriais estimula não apenas a tessitura de laços, mas também adaptações subjetivas e comportamentais (SIMMEL, 1999) que alteram significativamente as formas das relações sociais, tornando necessários distanciamentos e traços de impessoalidade.

Frente essas múltiplas maneiras de imaginar e apreciar a cidade, seus sujeitos e dinâmicas, torna-se necessário nos estudos sociológicos identificar a constelação de fatores que estruturam e dão forma às narrativas científicas sobre as cidades, agindo de maneira decisiva na percepção dos traços econômicos, culturais e sociais que alimentam relações de pessoalidade/impessoalidade, distanciamentos e “desencantos”. Sob este prisma, torna-se decisiva a leitura dos clássicos das Ciências Sociais e a compreensão de seus arranjos teóricos e metodológicos para a trajetória qualificada de nossas análises sobre a cidade e as experiências urbanas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Henrique F. O modo de vida urbano: pensando as metrópoles a partir das obras de Georg Simmel e Louis Wirth. **Ponto Urbe**, v. 15, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/2565>. Acesso em: 25 set. 2020.

BECKER, H. Conferência. A Escola de Chicago. **Mana – estudos de Antropologia Social**, v. 2, n. 2, out. 1996.

COULON, A. **A Escola de Chicago**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 13.ed. São Paulo: Nacional, 1985.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.

FREITAS, Ricardo Ferreira. Simmel e a cidade moderna: uma contribuição aos estudos da comunicação e do consumo. **Revista CMC**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 41-53, jul. 2007.

GIDDENS, Anthony. O que é sociologia. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre, Artmed, 2005.

JOSEFINA, Maria; SANT'ANA, Gabriel. A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais. **Revista Rio de Janeiro**, n. 9, p. 91-99, jan./abr. 2003.

LEITÃO, Lucia. A cidade de Simmel, a cidade dos homens. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 461-471, jul./dez. 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. *In*: MAGANANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (org.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Osvaldo Coggiola, organizador. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MILLS, C.W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

OLIVEN, R. G. A cidade como categoria sociológica. *In*: OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. p. 7-23.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx I**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Notas sobre a sociologia urbana de Georg Simmel: Do cotidiano de Berlim às formas urbanas. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 3, n. 9, p. 15-30, nov. 2019. ISSN 2526-4702.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Um breve comentário sobre a Sociologia urbana de Max Weber. **Sociedades urbanas: revistas de Sociedade e Antropologia**, v 2, p. 39-54, 2018.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. A cidade na perspectiva durkheimiana: Notas sobre a modernidade e morfologia social. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 1, n. 2, p. 137-150, jul. 2017. ISSN 2526-4702.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

SILVA, Noemia, Félix Da. A contribuição e o pioneirismo de Robert Ezra Park nos estudos de jornalismo. **Estudos**, Goiânia, v. 38, n. 4, p. 679-692, out./dez. 2011.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. (Texto original de 1903).

SOARES, P. Manoel. A dificuldade em definir cidade: atualidade da discussão à luz de contributos recentes. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 647-668, maio/ago. 2019.

WACQUANT, Loïc J. D. Durkheim e Bourdieu: a base comum e suas fissuras. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 48, p. 29-38, jul. 1997 p.

WEBER, Max. A dominação não legítima – tipologia das cidades. *In*: WEBER, Max. **Economia e Sociedade, volume 2**. Brasília: Editora UnB, 1999. (Texto original de 1922).

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. *In*: COHN, Gabriel (org.). **Max Weber: Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. v. 2.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. *In*: VELHO, G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar 2018.

ESTIGMAZAÇÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO URBANA DA VILA ESPERANÇA EM IMPERATRIZ - MA

Data de aceite: 03/08/2022

Glenda Almeida Matos Moreira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA.
E-mail: glenda.moreira@discente.ufma.br.

Jesus Marmanillo Pereira

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: marmanillo.jesus@ufma.br.

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo examinar os estigmas e efeitos de lugar a partir do estudo da organização da Vila Esperança (comunidade localizada na cidade de Imperatriz - MA), com o intuito de identificar como se constroem as representações sociais em torno da ocupação urbana. Para tanto, será utilizada metodologia multissituada, tratando-se de pesquisa virtual em contato com líderes comunitários e pesquisa arquivística, em documentos históricos e jornalísticos. Para a compreensão do tema, serão utilizados os conceitos construídos por Jesus Marmanillo Pereira (2011) a respeito da categoria nativa “invasão”, o estudo de Medeiros e Pereira (2016) sobre atores sociopolíticos e processos de socialização, além de buscar demonstrar um tipo de campo – a partir de influência bourdiana, em torno dos atores e dos termos classificatórios. Assim, o objeto central do texto, a partir da organização da comunidade Vila Esperança, é

compreender a construção das representações sociais dessa ocupação urbana em Imperatriz - MA.

PALAVRAS-CHAVE: Estigma. Ocupação Urbana. Moradia. Representações Sociais. Imperatriz - MA.

TERRITORIAL STIGMAZATION: THE URBAN OCCUPATION OF VILA ESPERANÇA IN IMPERATRIZ - MA

ABSTRACT: This research aims to examine the stigmas and effects of place from the study of the organization of Vila Esperança (community located in the city of Imperatriz-MA), in order to identify how social representations are built around urban occupation. For this purpose, a multisituated methodology will be used, dealing with virtual research in contact with community leaders and archival research, in historical and journalistic documents. To understand the theme, the concepts constructed by Jesus Marmanillo Pereira (2011) regarding the native category “invasion” will be used, the study by Medeiros and Pereira (2016) on socio-political actors and socialization processes, in addition to seeking to demonstrate a field – Bourdieu influence, around actors and classificatory terms. In conclusion, the intention of these observations, based on the organization of the Vila Esperança community, is the possibility of understanding the construction of social representations of urban occupation in Imperatriz - MA.

KEYWORDS: Stigma. Urban Occupation. Housing. Social Representations. Imperatriz - MA.

ESTIGMAZACIÓN TERRITORIAL: LA OCUPACIÓN URBANA DE VILA ESPERANÇA EN IMPERATRIZ - MA

RESUMEN: La presente investigación tiene como objetivo examinar los estigmas y efectos de lugar a partir del estudio de la organización de Vila Esperança (comunidad ubicada en la ciudad de Imperatriz-MA), con el fin de identificar cómo se construyen las representaciones sociales en torno a la ocupación urbana. Para ello se utilizará una metodología multisitio, en el caso de la investigación virtual en contacto con líderes comunitarios y la investigación de archivo, en documentos históricos y periodísticos. Para comprender el tema, se utilizarán los conceptos construidos por Jesús Marmanillo Pereira (2011) respecto a la categoría nativa “invasión”, el estudio de Medeiros y Pereira (2016) sobre actores sociopolíticos y procesos de socialización, además de buscar evidenciar un tipo de campo – de la influencia de Pierre Bourdieu, en torno a los actores y los términos clasificatorios. Así, el objeto central del texto, a partir de la organización de la comunidad de Vila Esperança, es comprender la construcción de las representaciones sociales de esa ocupación urbana en Imperatriz - MA.

PALABRAS CLAVE: Estigma. Ocupación Urbana. Asentamientos Populares. Representaciones Sociales. Imperatriz - MA.

1 | INTRODUÇÃO

Quando se faz uma busca geral de informações em veículos de comunicação e outras mídias sobre o bairro da Vila Esperança, localizado na cidade de Imperatriz – MA, é comum notar temas ligados a posse da terra e conquista de serviços públicos de um lado, e notícias e relatos de violência urbana de outro. Buscando escapar dessas primeiras visões espetaculares para compreender tais fatos em um contexto social, expressado tanto em termos de aspectos físicos no espaço, quanto na (re)produção de estigmas e representações, o presente artigo traz uma etnografia multissituada do referido bairro, visando compreendê-lo enquanto fenômeno social cultural invisibilizado e como campo de poderes evidenciado na imprensa.

Para tanto, partimos das contribuições de Pereira (2011) a respeito da categoria nativa “invasão”, do estudo de Medeiros e Pereira (2016) sobre atores sociopolíticos e processos de socialização, além de buscar demonstrar um tipo de campo (BOURDIEU, 1989) em torno dos atores e dos termos classificatórios. Por outro lado, complementar essa abordagem por um viés que compreenda o referido bairro, não como uma unidade autocontida em relação ao centro ou aos bairros ricos que o circundam, mas como complexidade sociocultural, de tensões e especificidade.

Nesse sentido, a pesquisa de campo foi orientada para demonstrar a Vila Esperança enquanto lugar cotidiano, observando-se sua organização e sua localização na cidade, relação com a vizinhança e enquanto representação social que emerge de um campo

de disputa que necessita ser explorado. Valemo-nos, portanto, de visitas de campo onde foram desenvolvidos diálogos com moradores e observações diretas. Após o início da pandemia tal trabalho foi continuado por meio de suportes tecnológicos como o Google Maps e Google Street View. Utilizamos também acervo fotográfico de 2014, 2020 e 2021, oriundo do Laboratório de Pesquisa sobre Cidades e Imagens (LAEPCI), de relatórios da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), de recortes jornalísticos e declarações públicas de agentes situados no referido campo. A partir dos dados e referenciais supracitados, sistematizamos o estudo em duas partes, nas quais será apresentada uma breve contextualização do bairro, dos principais atores e narrativas produzidas em torno dele.

2 | VILA ESPERANÇA: UMA OCUPAÇÃO URBANA

A comunidade está localizada a 8,7 km do centro da cidade, levando-se em consideração como ponto de partida a Praça de Fátima e o início da “Av. Vila Esperança” – nomeação da rua principal da comunidade analisada. Tanto no mapa e, mais detalhadamente, circulando pela região, observamos que se trata de uma área com menor concentração de habitações e edificações comerciais e maior existência de propriedades rurais no entorno: fazendas e chácaras ocupam grande parcela das áreas urbanas dos municípios vizinhos de João Lisboa e Davinópolis. De modo mais detalhado, pode-se considerar uma área de transição ou limite de densidades que caracterizam a periferia urbana e os locais das propriedades rurais.

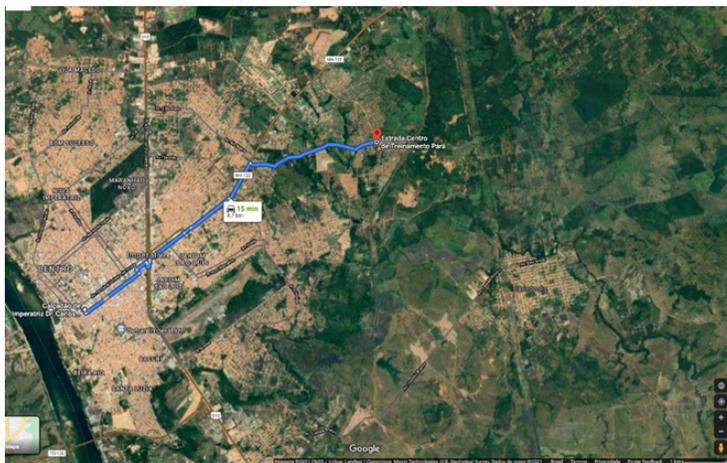


Imagem 1 - Distância entre o Centro (Prefeitura de Imperatriz) e a comunidade Vila Esperança.
Fonte: Google Maps

Para se ter noção do processo de ocupação, seguindo a Av. Bayma Júnior (Estrada do Centro de Treinamento Pará Bom Jesus no Google Maps) por mais 4 km adiante é possível chegar no Campus da Universidade Federal do Maranhão, construído em área de propriedade municipal durante o mandato do ex-prefeito Ildon Marques, cedida para uso de bem público por 20 anos, através da Lei Ordinária Municipal Nº 1.211/2007¹. Acerca dessas informações, o que nos chama atenção é que localmente tal área é classificada como fazenda do prefeito, o que pode trazer à tona vários significados que fogem ao escopo do trabalho aqui esboçado, mas que também reafirmam as características rurais observadas principalmente após o bairro.



Imagem 2 - Momentos da evolução histórica do lugar nos últimos 10 anos

Fonte: Google Earth, 2021 e Pereira (2017/2021).

1. http://www.camaramperatriz.ma.gov.br/upload/leis/Lei_n%C2%BA_1211-07.pdf. Acesso em: 12 de abr. de 2021.

Olhando mais de perto, e ao longo dos dez últimos anos, é possível verificar mudanças substanciais na paisagem do trecho adjacente ao acesso da Av. Vila Esperança. Na Imagem 2 trazemos uma montagem composta por uma captura raríssima do Google Earth e de fotografias realizadas em campo, nos anos de 2017 e 2021.

Na primeira imagem (2011), observamos elementos de paisagem rural, sendo possível verificar uma estrada de piçarra (Av. Bayma Junior), vegetação nas margens da estrada e presença de gado no lado direito. Já em 2017, no segundo registro, notamos a presença do asfalto na mesma avenida, linhas de energias e habitações, deixando claro o encontro da Av. Bayma Junior (asfaltada) com a Av. Vila Esperança (de piçarra). O registro de 2021 foi realizado do lado mais baixo da área observada e é possível verificar de perto pequenas edificações comerciais no primeiro plano da imagem, e a parte mais alta (mencionada anteriormente) de acesso a Av. Vila Esperança, no segundo plano da imagem.

Considerando o estudo de Loizos (2002) notamos que o conjunto de registros apresentados na imagem 2 podem ser compreendidos como testemunhos de mudanças na paisagem nos âmbitos da densidade populacional, modo de vida e urbanização de Imperatriz - MA. Nesse sentido, a compreensão do bairro Vila Esperança significa, antes de tudo, buscar assimilar o processo social de construção e classificação do lugar, pois, como demonstrado brevemente, nem sempre a paisagem foi a mesma que observamos atualmente, ou seja, seu entendimento passa também pela análise da ação humana no espaço e seus significados sociais no âmbito das relações e classificações estabelecidas em relação à comunidade analisada.

Na busca de imagens que demonstrassem o processo de construção do lugar, verificamos um verdadeiro vazio de informações. As imagens do Google Street View (recurso do qual extraímos o frame para composição apresentada anteriormente) remetem ao ano de 2011 na Av. Bayma Junior, não sendo possível elencar uma mudança histórica mais detalhada da paisagem, nem adentrar na principal avenida do bairro. Contudo, observamos que entre 2017 e 2021 ocorreram mudanças significativas na Av. Esperança, primeiramente com o ordenamento do logradouro que passou, respectivamente, de sinuosa e extremamente rústica para ordenada por tratores e aprimorada com piçarra.



Imagem 3 - Av. Esperança

Fonte: Pereira (2017/2021).

O surgimento de comércios é um fator a ser destacado e que pode ser diretamente relacionado à distância do lugar até os centros comerciais mais próximos, que em 2017 eram nos bairros da Vila Lobão, Vila Nova ou na cidade vizinha de João Lisboa, localizados a uma distância próxima de 5 km. Em 6 de março de 2017, caminhamos ao longo dessa avenida e observamos alguns locais que vendiam refeições prontas, lanchonetes como, por exemplo, a Bom Sabor e pequenas placas que anunciavam venda de produtos como cuscuz, bolo, café, leite e cerveja.

Nos dois últimos anos notamos mudanças já no início do logradouro com a existência de comércios como o do Joaquim da Cobra Merceria, localizado no início da Avenida e caracterizado pela pintura de um homem domando uma cobra na parede, enquanto uma mulher está montada no réptil. No outro extremo da avenida verificamos oficinas automotivas e uma série de estabelecimentos como, por exemplo, o Açougue Boa Esperança, Salão Sport, Construções JT, entre outros que apontam que o lugar passou a

construir uma dinâmica econômica e social no interior do próprio bairro. Esse trabalho de transformação da paisagem também foi observado, como se nota nessa casa de frente rosa com as cadeiras brancas na entrada, observada na Imagem 4.



Imagem 4 - Cláudia Mercantil

Fonte: Pereira (2017/2021).

Por meio da relação entre observação online e etnográfica local (FRÚGOLI JR; CHIZZOLINI, 2017), verificamos, em 2021, que a edificação da imagem 4 estava marcada no Google Maps (Imagem 5) como o “Cláudia Mercantil: secos e molhados”. Essa plataforma nos possibilitou visualizar mudanças na edificação (Imagem 5) por meio de uma fotografia postada em 2018: nela é possível ver a frente toda rebocada e pintada, uma caixa de isopor, as cadeiras brancas e o anúncio de comercialização de frango, linguiça, verduras e a panelada que é um prato típico bastante popular². Essa marcação foi visualizada 2.159 vezes e sinaliza bem um contraste entre a conexão comunicativa promovida pela moradora e a ausência de serviços públicos no bairro. As duas cadeiras viradas para a rua, na frente do mercantil, sinalizam um tipo de sociabilidade, tempo e laços que já não existem no moderno comércio de médias cidades como Imperatriz - MA.

2. DOMINGO ESPETACULAR, Achamos no Brasil: a panelada que faz sucesso entre os sertanejos do Maranhão. São Paulo: Record, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FdYNm9PtzQ0>. Acesso em: 12 maio 2021.

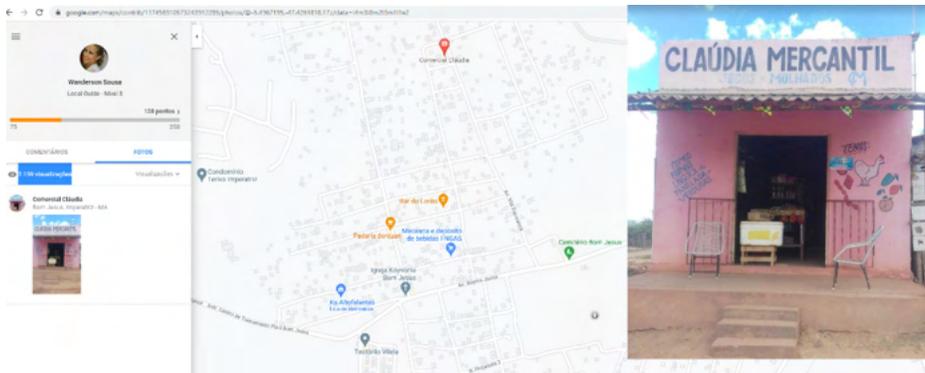


Imagem 5 - A existência online do Cláudia Mercantil e da Vila Esperança

Fonte: Google Earth³.

A marcação de Cláudia Mercantil no Google Maps nos possibilitou ainda visualizar outros estabelecimentos como o Bar do Lorão, a Padaria Dom Juan, a Mercearia e depósito de bebidas FNGAS. Além desses locais, há outros espaços de sociabilidades construídos e observados nas visitas à Vila Esperança, como as Igrejas Assembleia de Deus Fonte do Trono e Congregação Fonte de Luz, Igreja Koynonia, além de espaço reservado para construção posterior de igreja católica.

Segundo o “Relatório de Triagem - Proc. 5477-06.2015.8.10.0040”, formulado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, fornecido pela Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade – COECV:

A ocupação é consolidada, a comunidade está há um ano no local. Segundo os moradores, há aproximadamente, mil pessoas morando no local. As construções são de matérias, madeira, alvenaria e barro. Há comércios e a comunidade preparou a ocupação para futura urbanização, reservando locais para equipamentos sociais. Há consideráveis níveis de convívio, os moradores também usam a terra para produzir alimentos para subsistência (SEDIHPOP, 2016).

No início de 2020, marcamos um encontro com a secretária da Associação de Moradores da Vila Esperança, Dona Odacy⁴, na qual se conversou sobre a formação da comunidade e em que a liderança relatou que o estudo realizado pela COECV em 2016 anotava que 300 famílias moravam no local, ou seja, em torno de 1.200 pessoas, mas

3. https://www.google.com/maps/contrib/117458310573243912285/photos/@-5.4926613,-47.4263427,3a,75y,90t/data=!3m7!1e2!3m5!1sAF1QipNQUJ1Zrrg1LXcmAz99CTzVym7IzU2_aDWVqTZ7!2e10!6shttps:%2F%2F1h5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipNQUJ1Zrrg1LXcmAz99CTzVym7IzU2_aDWVqTZ7%3Dw365-h487-k-no!7i959!8i128014m3!8m2!3m1!1e2 Acesso em: 12 de maio de 2021.

4. Dona Odacy Ribeiro é liderança na comunidade e seu contato foi conseguido através dos dados solicitados à COECV. A conversa aconteceu na mercearia Joaquim da Cobra, em frente ao Cemitério do Bom Jesus (entrada da Av. Vila Esperança) ponto de referência para a localização da comunidade.

que já no ano de 2020 o número de moradores ultrapassava 2.000 pessoas. Também foi informado que a área da Vila Jackson Lago, ocupação um pouco mais antiga, fica do lado esquerdo da Av. Vila Esperança, enquanto a Vila Esperança se localiza do lado direito. Os relatos de Dona Odacy são bastante assemelhados aos dados constantes no “Relatório - Proc. 5477-06.2015.8.10.0040”, construído pela COECV em 2017:

Considerando a quantidade de famílias identificadas na ocupação (cerca de 1000 – mil – pessoas), somadas às da ação nº 7863-09.2015 (cerca de 2000 – duas mil) relativamente à esta área contígua, mostra-se imprescindível a adoção de medidas que resguardem os direitos fundamentais das pessoas que sofrerão com o cumprimento da ordem judicial de reintegração de posse. (COECV, 2017, p. 03).

Ainda na conversa em fevereiro de 2020, foi possível perceber, ao menos em uma primeira impressão, a interação dos moradores com Dona Odacy Ribeiro. Muitos a cumprimentavam, pediam para falar com ela, enquanto outros, de longe, levantavam os celulares e filmavam nossa passagem. Na rua onde estava sediado o barracão da Associação de Moradores havia um homem e duas mulheres capinando e limpando a área ao redor, também filmaram a nossa passagem e perguntaram o que estávamos fazendo por ali. Dona Odacy explicou que aqueles moradores estavam limpando pois, no dia seguinte, iria acontecer um curso de manicure e design de sobrancelhas promovido pela Secretária de Desenvolvimento Social de Imperatriz⁵, Janaína Ramos.

Sobre a vizinhança da Vila Jackson Lago e Vila Esperança, à esquerda, o Condomínio Teriva Imperatriz distribui de modo equidistante suas divisões em lotes, bem como ocorre já no Residencial Verona, também vizinho das “Vilas” na parte norte da Av. Vila Esperança, justamente quando essa finda e quando o asfalto começa.

É visível a diferença de manejo espacial nas comunidades e no residencial. Ao Norte, no Verona, observam-se amplos terrenos vazios, com separação de largas quadras, todas pavimentadas. Abaixo, na Vila Jackson Lago e Vila Esperança, moradias que se organizam de acordo com os relevos naturais, em diferentes tamanhos.

Importante ressaltar, mais uma vez, que todas as estradas da Vila Esperança são de terra batida e o que marca a fronteira de início do Residencial Verona é justamente o asfalto, tendo em vista que muitos lotes do Condomínio ainda não foram construídos, outros não foram comprados. Nos lotes em que já há casas, a maioria conta com pelo menos 2

5. No contexto da cidade e do Estado, governos municipal e estadual são opositores. Essa oposição pode ser observada a partir da diferença ideológica entre os partidos: o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, se elegeu em 2016 pelo PMDB e se reelegeu com nova filiação – DEM, mas sua base de apoio permaneceu a mesma, observando-se os partidos coligados; por outro lado o governador Flávio Dino é filiado ao Partido Comunista do Brasil – Pcdob. No entanto, em que pese coligações não definirem oposição em absoluto (tendo em vista que o governo estadual do Pcdob também coliga com o DEM), para as eleições municipais de 2020, o governador apoiou o candidato de seu partido, o deputado estadual Marco Aurélio. (DEM, 2020), (DISPUTA, 2020).

pavimentos, energia solar, muros altos, cercas elétricas, arames farpados eletrificados e câmeras. Aliás, além das câmeras das casas, há câmeras nas ruas, com placas de aviso “você está sendo filmado”. Abaixo, em fotos recentes, fevereiro de 2021, podemos observar essa descrição:



Imagem 6 - Duplex Residencial Verona

Fonte: Pereira (2017/2021).

Em contraposição a essa realidade do Verona, de acordo com documento enviado pela SEDIHPOP (Levantamento Ocupação Boa Esperança – ITZ), é possível observar que do número de 187 casas mapeadas (em 2016), a maior parte das residências ainda era de taipa (45) e madeira (91), revelando a realidade de famílias que viviam com uma renda entre zero e, no máximo, R\$ 2.980,00. Um contraste que partia do “invisível” para o visível, de dentro para fora.

Porém, apesar das diferenças materiais e simbólicas que compunham aquelas paisagens, interessante foi observar que, no contato em fevereiro de 2020, Dona Odacy interagia de modo amistoso com uma das moradoras do Residencial Verona que morava mais proximamente da Vila Esperança. Odacy explicou que havia ali uma doação de água por moradores do Residencial aos moradores da Vila Esperança, tendo em vista que, de modo geral, não há distribuição de água na localidade, constando-se apenas dois escassos poços artesanais abertos clandestinamente. As interações, portanto, não são apenas de conflito e oposição, mas diversas e variadas, como em outras interações sociais.

3 | “INVASÃO” NA MÍDIA IMPERATRIZENSE: ESTIGMATIZAÇÃO TERRITORIAL

Compreendemos que um aspecto teórico-metodológico relacionado aos estudos

dos estigmas (GOFFMAN, 2008) é a sua manifestação por meio das interações face a face estabelecidas entre os atores sociais. Na impossibilidade da realização de observações diretas durante o período pandêmico iniciado em março de 2020 e, conseqüentemente, de efetivação do acompanhamento cotidiano das principais lideranças do bairro, nosso caminho metodológico foi tentar notar diferenças de caracterização dos lugares nas paisagens e a maneira como eram classificados por diferentes atores sociais em documentações compostas por reportagens jornalísticas, relatórios oficiais e discursos públicos de outras lideranças locais.

A respeito da estigmatização territorial (WACQUANT, 2017) em que a Vila Esperança está inscrita, observamos a relevância da pesquisa em matérias jornalísticas e informativas, a partir da catalogação de 20 (vinte) veículos de comunicação locais e estaduais, nos quais foram destacadas 47 (quarenta e sete) matérias que tratavam especificamente da ocupação urbana descrita majoritariamente nas manchetes como “invasão” (palavra repetida em 13 títulos) e “área invadida” (4 manchetes). Tais matérias foram colhidas em observação ao contexto local, partindo-se de editorial lançado pelo Jornal *O Progresso*, traçando uma rede de relações e interações entre os veículos de comunicação que reproduziam representações similares e dissonantes ao referido texto opinativo. A categoria nativa “invasão”, há de se ressaltar, não é mero acaso ou apenas uma categorização midiática sem significação social, a sua construção diante da luta por moradia no Maranhão remonta a outros contextos, como teceremos a seguir.

Jesus Marmanillo Pereira (2011), em sua dissertação a respeito da luta por moradia na cidade de São Luís (capital do estado do Maranhão), a fim de apresentar a categoria nativa “invasão”, descreve que:

[...] percebeu-se que o termo “moradia” foi verbalizado em situações específicas [...] sinalizando um tipo de visão de mundo de determinados agentes vinculados ao exercício da área jurídica e que concebiam a moradia enquanto direito. **Contrariamente, o termo “invasão” é muito mais suscitado entre empresários ou pessoas que desejavam atribuir um sentido econômico para a terra [...].** (p. 15-16, grifo nosso)

Portanto, apontando-se essa categoria nativa como relevante e reiteradamente utilizada pelos veículos de comunicação maranhenses (tendo em vista que o trabalho de Marmanillo remonta às décadas de 70 e 80, já sendo possível identificar o uso do termo de modo substancial), compreende-se que a denominação de “invasão” sobre determinado local “simboliza um processo de disputa de versões sobre os fatos conflituosos” (PEREIRA, 2011).

É preciso compreender que essas caracterizações são significativas, ou seja, são

representações sociais do sistema de ideias vigente (em determinado local e tempo), ligadas à vida social, ao cotidiano. De acordo com Minayo (1995, p. 94) citando Weber, “cada sociedade para se manter necessita ter concepções de mundo abrangentes e unitárias e que, em geral são elaboradas pelos grupos dominantes”, como exemplo, atualmente a visão de mundo protestante preponderante é a de que adquirir riquezas é a finalidade do homem para alcançar a glória de Deus, concepção absolutamente contraditória com as visões a respeito da glória divina que eram construídas culturalmente pela Igreja em períodos históricos anteriores (WEBER *apud* MINAYO, 1995, p. 93), o que demonstra que tais conceitos são construídos culturalmente, de acordo com cada época e lugar.

Compreendemos, assim, que a representação social, por se tratar de elemento construído culturalmente, não está circunscrita apenas à imprensa e não é confeccionada somente na mídia, porém, os meios de comunicação são influenciados pelo conjunto de ideias vigentes, além de contribuírem para a formação das representações sociais, em um ciclo mútuo e contínuo. Dessa forma, analisemos a seguir trecho de matéria jornalística veiculada pelo site do jornal O Estado (2015) intitulada *Rildo Amaral⁶ denuncia ‘indústria da Invasão’ em Imperatriz* (18/11/2015):

O vereador Rildo Amaral (SDD) movimentou hoje a Câmara Municipal de Imperatriz durante pronunciamento sobre a “indústria da **invasão**”. Ele denunciou que a **invasão** de terreno tem se proliferado nos últimos meses em diversos **bairros**, contribuindo para o **aumento dos problemas sociais em Imperatriz**. “Tenho raiva de **invasão**; fato que condeno qualquer mau-caráter dessa cidade que queira atribuir minha imagem a **invasão**”. (grifo nosso)

Como caracteriza Pereira (2011), a utilização do termo “indústria da invasão” está vinculada à ideia da discriminação de “agentes que utilizavam o problema da moradia como questão eleitoreira” (p. 43). No trecho, podemos observar que um representante da Câmara de Vereadores de Imperatriz - eleito com a finalidade de expressar os anseios sociais e proteger os direitos e garantias da população, incluso nestes o direito à moradia - demonstra imenso repúdio ao que chama de “invasão de terreno”. Interessa notar que o vereador de oposição – Hamilton Miranda (PMDB) - elogiou o posicionamento do colega de Câmara. Com tais afirmações, pode-se observar que a representação social não se fixa nem é construída apenas pela mídia e imprensa, mas que se caracteriza nas declarações públicas de uma série de atores sociais.

Diante das 47 (quarenta e sete) matérias colhidas para esta pesquisa, chamou-nos a atenção o editorial⁷ intitulado *Bomba Social*, que foi publicado na edição do Jornal O

6. Frise-se que Rildo Amaral (Solidariedade), vereador por dez anos em Imperatriz, hoje ocupa a vaga de deputado estadual.

7. Texto que delimita e expressa a opinião de um periódico sobre determinado assunto.

Progresso (19/08/2017). Nesse texto, o jornal aponta a Câmara de Vereadores de Imperatriz como marcada por uma “grande maioria se manifestando a favor dos invasores”. Ao mesmo tempo em que insere a ideia de que existam, naquele local, aproveitadores políticos que se beneficiam dessa situação, o jornal sugere aos Governos Municipal e Estadual que não façam a desapropriação e regularização da área, pois estariam estimulando as ações de invasão. No âmbito da luta de classificações, o editorial posiciona-se com seguinte justificativa: “Referimo-nos à invasão, que os ‘espertalhões’ preferem amenizar chamando de ocupação, de uma área do bairro Bom Jesus, que já foi batizada de Vila Jackson Lago”⁸ (BOMBA, 2017).

Problematizando essa fonte de informação, vale salientar que o jornal *O Progresso* existe desde a década de 1970. Ele foi fundado pelo empresário gráfico José Matos Vieira, considerado proprietário do jornal, e Raimundo Jurivê Pereira Macedo, que foi o primeiro editor do Jornal *O Progresso*. Da biografia desse último, vale ressaltar que foi chefe da construtora Norte, subsidiária da Rodobras, na abertura da Belém-Brasília e foi procurador-geral do município durante a gestão de Ildon Marques (1995-2000). Atualmente, verificamos que expediente⁹ do periódico é composto por Sergio Godinho, que é vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII)¹⁰ e por Coriolano Filho, que, além de editor chefe, colabora com o jornal *O Estado do Maranhão*, tal como Raimundo Jurivê Pereira Macedo, nos tempos passados.

Nessa primeira e rápida observação sobre os quadros profissionais do periódico, verificamos que politicamente há uma relação com a região do Bom Jesus, local onde se localiza a Vila Esperança e, também, os terrenos do ex-prefeito Ildon Marques que foram cedidos para a Universidade Federal do Maranhão em 2007. Assim, percebemos que o posicionamento do periódico em relação aos vereadores que defendiam as ocupações no “Bom Jesus” não pode ser desvinculado de uma construção histórica e social do próprio jornal, cujo expediente foi composto de profissionais com experiência em construtoras e nas associações de empresários e administração municipal, sinalizando a existência de um campo (BOURDIEU, 1989) cujas posições caracterizam tanto interesses privados quanto públicos. Para endossar o viés econômico “do periódico” sobre as terras urbanas, verificamos, no site da Receita Federal do Brasil, que um dos proprietários do Jornal *O Progresso* – Sérgio Antonio Nahuz Godinho - também fez parte do quadro de sócios da empresa Contacto Empreendimentos Imobiliários S/C LTDA por 43 anos¹¹.

8. Vale salientar que a Vila Jackson Lago é vizinha a Vila Esperança.

9. <https://oprogressonet.com/conteudo/4/expediente>. Acesso em: 3 de abr. de 2021.

10. <https://www.aciima.com.br/acii-e-50o-bis-ratificam-parceria-visando-desenvolvimento-de-imperatriz/>. Acesso em: 1 de maio de 2021.

11. <https://transparencia.cc/dados/cnpj/05701180000152-MA-contacto-empreendimentos-imobiliarios-s-c-ltda/>. Acesso em: 22 de abr. de 2021.

Provavelmente essas informações não podem ser desvinculadas do fato de que observamos a palavra “invasão” repetida 44 vezes em um conjunto de 16 matérias obtidas nos jornais: *O Progresso* (16 vezes, em 9 matérias); *Imirante* (18 vezes, em 6 matérias) e *O Estado* (10 vezes, em 1 matéria). O dado demonstra que nesses três meios de comunicação que circulam na cidade de Imperatriz, o termo “invasão” possui certa densidade. Portanto, as representações sociais de “invasor” e “morador”, de “invasão” e “bairro” veiculadas nos meios de comunicação se constroem a partir dos interesses envolvidos na realidade social, se notarmos que o referido periódico sugeria a existência de “espertalhões” beneficiados com a situação, e vereadores que estimulavam as “invasões”. No ano seguinte, os ânimos acirraram-se ao ponto de a criminalização contra as populações ocorrer de forma mais direta, como é possível verificar no trecho:

Os prejuízos na **Invasão do Bom Jesus**, continuam. Além da **invasão, que por si só já um crime**, está havendo, também, **furto de energia elétrica** e água (os famosos gatos). Nessa segunda-feira (6), por exemplo, essas **gambiarras provocaram falta de energia em boa parte do loteamento Verona**. (NASCIMENTO, 2018, grifo nosso).

Angra Nascimento é jornalista da cidade de Imperatriz e trabalha no blog *Angra Notícias* e no site *Imirante*. Verificamos que ela escreveu 6 matérias sobre a Vila Esperança que contabilizam um total de 24 repetições da palavra “invasão”. A jornalista também foi condenada a retirar de seu portal de notícias a falsa comunicação de que o Sr. Juracy Nascimento de Andrade (Presidente da Associação da Vila Jackson Lago) comercializava lotes na “invasão ilegal” da Vila Esperança.¹²

Enquanto isso, verificamos no jornal *Correio MA* (01/11/2018) a notícia *Vila Esperança “respira aliviada” após TJMA suspender reintegração*¹³, demonstrando posição totalmente oposta em relação ao estigma desenvolvido pelos outros meios analisados até então. Da reportagem do *Correio MA* destacamos o seguinte trecho:

Cerca de **2.000 famílias** comemoram a notícia de que o Tribunal de Justiça do Maranhão suspendeu a reintegração de posse da Vila Esperança, bairro que começou a ser formado em abril de 2015 com a ocupação de uma área na região do bairro Bom Jesus. **Elas deveriam deixar o local até o próximo dia 13, ou sair nesta data sob aparato policial, que estava sendo montado com homens do 14º BPM, 3º BPM e Esquadrão de Polícia Montada (Epmont), para dar suporte ao cumprimento do mandado de reintegração de posse à empresa reclamante do terreno.** “Não vai ser mais preciso, graças a Deus. Não temos para onde ir, se sairmos daqui vamos ter que voltar a pagar

12. Tal informação consta no Processo n. 0811373-89.2018.8.10.0040, da Primeira Vara Cível de Imperatriz – MA, coletado na página Jusbrasil. (<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/679800698/andamento-do-processo-n-0811373-8920188100040-processo-judicial-eletronico-26-02-2019-do-tjma>). Acesso em: 12 de abr. de 2021.

13. <https://www.correio.ma.com.br/noticia/1632/vila-esperanca-respira-aliviada-apos-tjma-suspender-reintegracao>. Acesso em: 12 de abr. de 2021.

aluguel. Eu, por exemplo, não tenho condições. Esperamos que não tenha outra mudança”, disse o autônomo Alex Pereira. A secretária da Associação de Moradores da Vila Esperança, **Odaci Ribeiro, explicou que a decisão pela suspensão por enquanto é temporária, “mas a gente pode pelo menos respirar um pouco mais aliviada enquanto se tem uma decisão definitiva”**. Ela explicou que o novo mandado de reintegração de posse da área era relacionado ao primeiro processo com o qual a parte reclamante ingressou na Justiça, e que este já havia sido suspenso (CORREIO, 2018, grifo nosso).

Tanto pelos estudos de Pereira e Medeiros (2016), quanto pelos de Pereira (2011), verificamos que o termo “família” era geralmente associado ao direito social da terra e bastante utilizado por padres e comunidades eclesiais de base, durante os conflitos pelo solo urbano em São Luís, durante a década de 1980, enquanto “invasão” era o termo mais utilizado por proprietários de terra e empresas. A utilização do termo pelo periódico não está dissociada do fato de se tratar de um jornal que possui relação com professores universitários, administradores públicos e partidos, locais, relacionados com bandeiras fortemente sociais (PT e PC do B).

Tal como verificado nas pesquisas de Pereira e Medeiros (2016), durante a década de 1980, notamos que a reportagem também enfatiza uma relação entre populações fragilizadas (famílias desamparadas) versus o esquadrão da polícia montada e empresários. O trecho fornece visibilidade para moradores sem opção de moradia e Odaci Ribeiro, que pode ser considerada um intermediário culturalmente favorecido (LENOIR, 1996) que sempre busca soluções para o problema social enfrentado por aquela população.

Os termos de conotação mais social também ganham destaque nos textos produzidos pelos órgãos de comunicação de instituições públicas, como se pode verificar no seguinte quadro:

INSTITUIÇÕES	MATÉRIAS	TERMOS	FREQUÊNCIA
SECOM – Prefeitura de Imperatriz	8	Invasão	1
		Bairro ¹⁴	12
		Ocupação	4
		Comunidade ¹⁵	5
		Área ocupada	2
SECOM – Defensoria Pública do Maranhão	2	Comunidade	5
SECOM – PMMA	1	Invasão	1

Quadro 1- Instituições públicas e suas classificações sobre a Vila Esperança, Fonte: Autores (2021).

Com exceção da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, as outras duas instituições, diretamente envolvidas no caso da Vila Esperança, utilizam o termo “invasão”. Contudo, é importante destacar que no âmbito da comunicação municipal outros termos como “bairro”, “ocupação”, “comunidade” e “área ocupada” também são utilizados. Ao catalogarmos 47 materiais de sites, jornais impressos e vídeos relacionados ao tema do solo urbano, na cidade de Imperatriz - MA, verificamos que a palavra “invasão” foi repetida 84 vezes e “área invadida” 12 vezes, em contraposição às formas “ocupação” (10 vezes), “bairro” (19 vezes) “comunidade” (21 vezes). Note-se o trecho abaixo coletado do site da Prefeitura Municipal de Imperatriz (CARVALHO, 2021):

Os **moradores das vilas Jackson Lago e Esperança** começam a ser beneficiados com a **implantação do serviço de posteamento**, executado pela empresa concessionária de energia elétrica e acompanhado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Sinfra. Objetivo é preparar todo **bairro para receber iluminação pública de qualidade**, visando garantir mais segurança à população no grande Bom Jesus [...] prefeito Assis Ramos que luta para **regularizar os posseiros para que todos tenham, efetivamente, sua documentação em mãos** como legítimos proprietários da área.”. (grifo nosso)

A situação jurídica da propriedade e de reintegração de posse da Vila Esperança e Vila Jackson Lago não se modificou entre 2016 e 2021, ano no qual, de acordo com documento “2018-10-10 - Resumo de Caso - 5477-06.2015.8.10.0040”, expedido pela COECV, “foi proferida decisão determinando que a CEMAR não implementasse rede

14. Primeira matéria em que há reiterada referência à condição de bairro da Vila Jackson Lago: Cidade Nova, Vila União e Jackson Lago recebem programa de melhorias de ruas e avenidas (23.10.2020).

Primeira matéria em que há reiterada referência à condição de bairro da Vila Esperança: Prefeitura trata do posteamento dos Bairros Vila Esperança e Jackson Lago (01.12.2020).

15. Todas as matérias da SECOM – Prefeitura de Imperatriz a respeito da Vila Esperança (ou da Vila Jackson Lago) iniciam a partir do dia 30.07.2019. Interessante observar que posteriormente a essa data o Jornal *O Progresso* traça novo tom às suas matérias.

elétrica na área, pois o objeto ainda estava em litígio, e para que fossem retiradas as ligações irregulares, feitas através de gambiarra por se constituírem em crime” (COECV, 2018). Tanto em 2016, em que o Estado repudiava a ligação elétrica do “objeto em litígio”, quanto em 2021, em que o Estado passou a preparar o “bairro para receber iluminação pública de qualidade”, a situação no judiciário permanecia a mesma: litígio pela posse e propriedade do local.

Perceba-se que se a realidade social muda, também mudam as representações. O Jornal *O Progresso*, a partir de 12/03/2021, em matéria intitulada *Prefeitura inicia processo de demarcação de áreas institucionais nas vilas Jackson Lago e Esperança*, replica em texto o posicionamento da prefeitura de Imperatriz, que desde 07/12/2019¹⁶ vem demonstrando aproximação com a Vila Esperança e a Vila Jackson Lago. De modo similar, a jornalista Angra Nascimento, em seu portal de notícias, em 13/05/2021, escreve em manchete *Vilas Jackson Lago e Esperança começam a receber mais de 200 postes de energia elétrica*, posicionamento diametralmente oposto da matéria de 08/08/2018 (*Continuam prejuízos na Invasão do Bom Jesus, em Imperatriz*), também veiculada em seu blog pessoal. Portanto, as representações e estigmas não se estratificam e seguem os cursos das interações entre os atores sociais interligados em redes de relações.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender a organização da comunidade Vila Esperança, processo que aconteceu em conjunto com a formação de sua comunidade vizinha (Vila Jackson Lago) e o crescimento de empreendimentos imobiliários nas fronteiras da cidade, é possível depreender alguns entendimentos. Primeiro, estudar a formação da Vila Esperança enquanto lugar cotidiano, partindo de sua formação e localização na cidade, além de perceber as relações construídas com a vizinhança e as representações sociais de dentro e de fora como um campo de disputa que necessita ser explorado.

Como segunda observação relevante, vê-se que as representações sociais de “bairro” e “invasão” são construídas, não são *a priori*, nem dizem respeito a designações puramente jurídicas, ou urbanísticas. No contexto social de Imperatriz, as representações observadas nos meios de comunicação fazem parte de um esquema social em que tanto a mídia veicula o que foi tecido nas relações de interesses entre os indivíduos e grupos sociais, quanto também atua como construtora dessas “visões de mundo” reiteradamente publicizadas.

16. *Secretaria Municipal de Regularização Fundiária busca solucionar ocupação no Bom Jesus*. Disponível em: <<https://www.imperatriz.ma.gov.br/noticias/regularizacao-fundiaria/secretaria-municipal-de-regularizacao-fundiaria-busca-solucionar-ocupacao-no-bom-jesus.html>>. Acesso em 05 dez. 2020.

Assim, ao analisar o uso do termo “invasão” nos veículos de comunicação para designar ocupações urbanas em São Luís nas décadas de 70 e 80 (categoria nativa apresentada no trabalho de Marmanillo, 2011), como local de disputa de versões, observa-se operação similar na mídia imperatrizense ao tratar das comunidades Vila Esperança e Vila Jackson Iago, designando-as comumente como “grande invasão do Bom Jesus”. Nesse caso, nega-se a identificação das comunidades, suas possíveis distinções e forma-se uma nova designação a fim de demonstrar discurso contrário àquelas ocupações.

Em um terceiro ponto, necessário observar que as “invasões” são apresentadas a partir dos estigmas territoriais, reforçando-se a perspectiva de um lugar de excluídos, ou, como visto no desenvolvimento desse artigo, são representados na grande imprensa como um lugar de “oportunistas”, “invasores”, enfim, de “cidadãos de classe mais baixa”. São excluídos também desse processo de construção da representação social, pois não tem suporte para influenciar os meios de comunicação.

Ademais, o papel da mídia, ao contrário do que pode parecer distraidamente, não é apenas reproduzir as realidades sociais e exprimir os fatos. Nem é apenas o trabalho de selecionar o que é fato jornalístico daquilo que não o é. Os meios de comunicação selecionam, reproduzem e constroem representações sociais, a partir da realidade social, contribuindo para as categorizações das ocupações dos lugares e dos espaços compreendidos como estigmatizados.

Por fim, apesar das representações não serem estáticas ou imutáveis e, dessa maneira, a ocupação do espaço urbano, observando-se como exemplo a cidade de Imperatriz e mais especificamente a comunidade da Vila Esperança, organiza-se a partir de elementos que são tanto de ordem econômico-estrutural, como também leva em consideração as representações sociais e culturais dos lugares, incluindo-se a mútua influência desses fatores, em processo cíclico de interferência dos atores sociais.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e campo. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Lisboa: Difel, 1989.

FARIA, Louise Scoz Pasteur de. Etnografia na pandemia: algumas experiências de trabalho de campo. **IFCH UFRGS**, Rio Grande do Sul, 06 maio 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/etnografia-na-pandemia-algumas-experiencias-de-trabalho-de-campo-1>>. Acesso em: 30 out. 2020.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. **Desigualdades e participação improvável**: contestando subjetividades subalternas no movimento de moradia de São Paulo. 2018. 1 recurso online (317 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/332371>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

FRÚGOLI JR, Heitor; CHIZZOLINI, Bianca Barbosa. Relações entre Etnografia Face a face e Imagens do Google Street View: Uma pesquisa sobre Usuários de Crack nas Ruas do Centro de São Paulo. **GIS - Gesto, Imagem E Som - Revista De Antropologia**: São Paulo, v. 2, n.1, p.11-36, maio, 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. In: CHAMPAGNE, P., LENOIR, R., MERLLIÉ, D. e PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, Vozes, 1996. p. 59 -106.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático/ Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (1994). O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: JOVCHELOVITCH, S. & GUARESCHI, P. (orgs.), **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. pp. 89-111.

PAUGAM, Serge. Afastar-se das prenoções. In: PAUGAM, Serge (coord). **A Pesquisa Sociológica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015. p. 17-32.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Engajamento militante e a “luta pela moradia em São Luís” entre as décadas de 1970 e 1980**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

PEREIRA, Jesus Marmanillo; CARNEIRO, Antonia Eliane Lobo; PEREIRA, Ana Paula Pinto. O Google street e as imagens da cidade: Experiências e diálogos de pesquisas urbanas no sudoeste do Maranhão. **Sociabilidades Urbanas**, p. 83, 2019. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/sociabilidadesurbanas/SocUrbs%20V3N9%202019%20B7%20N%C3%BAmeros%20Anteriores%20V3N7%20mar%C3%A7o%202019.pdf#page=83>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PEREIRA, Jesus Marmanillo; MEDEIROS, Rogério de Souza. O papel da produção e circulação de panfletos na construção do “movimento por moradia” no Maranhão. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas – REIA**, p. 77-92, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/230040/24218>>. Acesso em: 30 maio 2021.

WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Sociologia**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 16, 2017. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2365>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

BOMBA social. **O Progresso**, Editorial, Imperatriz, 19 de ago. de 2017. Disponível em: <<http://www.oprogreso-ma.com.br/editorial/bomba-social/82588.html>>. Acesso em: 20 ago. de 2020.

CARVALHO, Gil. Vilas Jackson Lago e Esperança começam a receber mais de 200 postes de energia elétrica. **Prefeitura Municipal de Imperatriz - SINFRA**. Imperatriz, 13 maio de 2021. Disponível em: <<http://www.imperatriz.ma.gov.br/noticias/vilas-jackson-lagoa-e-esperanca-comecam-receber-mais-de>>

200-postes-de-energia-eletrica.html >. Acesso em: 18 maio de 2021.

DEM e partidos aliados confirmam Assis Ramos para disputar a reeleição. **O Progresso**, Imperatriz, 17 de set. de 2020. Disponível em: <<https://oprogressonet.com/noticia/1173/dem-e-partidos-aliados-confirmam-assis-ramos-para-disputar-a-reeleicao>>. Acesso em: 26 maio de 2021.

DISPUTA em São Luís expõe racha na base de Flávio Dino. **IstoÉ**, São Paulo, 28 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/disputa-em-sao-luis-expoe-racha-na-base-de-flavio-dino/>>. Acesso em: 26 maio de 2021.

IMPERATRIZ: Cadáver é encontrado no Bom Jesus. **Folha do Bico**, Imperatriz, 14 de jul. de 2018. Disponível em: <<https://www.folhadobico.com.br/imperatriz-cadaver-e-encontrado-no-bom-jesus/>>. Acesso em: 01 mar. de 2021.

JUSTIÇA determina reintegração de posse de área invadida em Imperatriz. **G1 MA**, Imperatriz, 24 de jul. de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2018/07/24/justica-determina-reintegracao-de-posse-de-area-invadida-em-imperatriz.ghtml>>. Acesso em: 25 fev. de 2021.

NASCIMENTO, Angra. Continuam prejuízos na Invasão do Bom Jesus, em Imperatriz. **Angra Notícias**, Imperatriz, 08 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://www.blogdaangra.com.br/noticia/469/continuam-prejuizos-na-invasao-do-bom-jesus>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

NASCIMENTO, Angra. Justiça determina desapropriação da invasão do Bom Jesus, em Imperatriz. **Mirante**, Imperatriz, 28 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://mirante.com/imperatriz/noticias/2018/07/28/justica-determina-desapropriacao-da-invasao-do-bom-jesus-em-imperatriz.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PINTO, Hemerson. Reintegração de Posse marcada para este sábado foi adiada. **Correio**, Imperatriz, 01 de jan. de 2019. Disponível em: <<https://www.correioma.com.br/noticia/4242/reintegracao-de-posse-marcada-para-este-sabado-foi-adiada>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

POLÍCIA cumpre ordem de despejo na periferia de Imperatriz. Bom dia Mirante. **Globo.com**. 01 out. de 2013. 02min19s. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/bom-dia-mirante/videos/t/edicoes/v/policia-cumprer-ordem-de-despejo-na-periferia-de-imperatriz/2858733/>>. Acesso em: 27 ago. de 2020.

RILDO Amaral denuncia "indústria da Invasão" em Imperatriz. **O Estado**, Imperatriz, 18 de nov. de 2015. Disponível em: <<https://mirante.com/oestadoma/noticias/2015/11/18/rildo-amaral-denuncia-undefinindustria-da-invasaoundefined-em-imperatriz/>>. Acesso em: 20 jun. de 2020.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

BRDU URBANISMO. **Verona Residencial**, 2021. Página inicial. Disponível em: <<https://brdu.com.br/verona/>>. Acesso em: 27 fev. de 2021.

DOMINGO ESPETACULAR. **Achamos no Brasil**: a panelada que faz sucesso entre os sertanejos do Maranhão. São Paulo: Record, 2016. 1 vídeo (11 min 29 segs.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FdYNm9PtzQ0>>. Acesso em: 12 maio 2021.

JOIMP. JOIMP: Grupo de pesquisa, jornalismo, mídia e memória, 2021. Página inicial. Disponível em: <<http://www.joimp.ufma.br/>>. Acesso em: 20 jan. de 2021.

DOCUMENTOS

IMPERATRIZ. Lei Ordinária Municipal nº 1.121, de 9 de outubro de 2007. Autoriza a Prefeitura Municipal de Imperatriz a ceder bem público municipal que especifica à Universidade Federal do Maranhão, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Imperatriz**, Imperatriz, MA, 9 out. 2007. Disponível em: <http://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/upload/leis/Lei_n%C2%BA_1211-07.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

Relatório técnico. COMISSÃO ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE – COECV/SEDIHPOP. **Relatório - Proc. 5477-06.2015.8.10.0040**. São Luís, 2017.

Relatório técnico. COMISSÃO ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE – COECV/SEDIHPOP. **Levantamento Ocupação Boa Esperança - ITZ**. São Luís, 2016.

Relatório técnico. COMISSÃO ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE – COECV/SEDIHPOP. *2018-10-10 - Resumo de Caso - 5477-06.2015.8.10.0040*. São Luís, 2018.

Relatório técnico. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR – SEDIHPOP. **Relatório de Triagem - Proc. 5477-06.2015.8.10.0040**. São Luís, 2016.

AS MODIFICAÇÕES NO CONSUMO DE PANELADA EM IMPERATRIZ - MA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Data de aceite: 03/08/2022

Greacy Kelly Rodrigues Azevedo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: greacy18@hotmail.com.

Emilene Leite de Sousa

Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: emilenesousa@yahoo.com.br.

RESUMO: A panelada é uma preparação cozida que se constitui de gado bovino, comercializada em diversos pontos da cidade de Imperatriz - MA, por cerca de seis décadas. Nosso objetivo foi analisar o consumo de panelada na cidade de Imperatriz - MA durante a pandemia de Covid-19, identificando o público consumidor, apontando os motivos para o consumo e descrevendo as alterações no consumo da panelada no contexto atual. Para isso, realizamos uma pesquisa transversal, qualitativa e quantitativa com análise documental, entrevistas com os vendedores da comida e aplicação de questionários online com os consumidores entre os dias 10 a 17 de junho de 2020, obtendo 208 respostas de consumidores de panelada. A pesquisa revelou que houve transformações nos modos de comer panelada, tendo o costume sofrido alterações quanto aos locais, horários e a frequência, com redução no consumo da iguaria nos espaços públicos e

aumento nos espaços privados, demonstrando a relação dos respondentes com o costume, a tradição e ao sentimento de pertencimento à cidade, o que permite creditar à comida o caráter de patrimônio imaterial na e da cidade de Imperatriz.

PALAVRAS-CHAVE: Modos de comer. Panelada. Comida. Cidade. SARS-CoV-2.

MODIFICATIONS IN “PANELADA” CONSUMPTION IN IMPERATRIZ - MA DURING THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT: Panelada is a dish prepared with cow gut and sold in several places in the city of Imperatriz - MA, for about six decades. Our aim was to analyse the consumption of panelada in the city of Imperatriz-MA during the Covid-19 pandemic, identifying who consumes it, establishing the reasons for consumption and describing the changes in its consumption in the current context. In order to do so, we carried out a transversal, qualitative and quantitative research with documental analysis, interviewed panelada vendors and applied online questionnaires to the panelada consumers between June 10 and 17, 2020, obtaining 208 responses from consumers. The survey revealed that there were changes in the way of consuming panelada, so that the habit underwent changes in terms of places, times and frequency, with a reduction in the consumption of this delicacy in public spaces and an increase of it in private spaces, demonstrating the relationship that respondents have with this custom, the tradition and the feeling of belonging to the city, which allows this dish to be credited as an intangible heritage in and from Imperatriz city.

KEYWORDS: Ways of eating. Panelada. Food. City. SARS-CoV-2.

MODIFICACIONES EN EL CONSUMO DE “PANELADA” EN IMPERATRIZ - MA DURANTE LA PANDEMIA DEL COVID-19

RESUMEN: La “panelada” es una preparación cocida que consiste en ganado vacuno, comercializada en varios puntos de la ciudad de Imperatriz - MA, desde hace unas seis décadas. Nuestro objetivo fue analizar el consumo de la “panelada” en la ciudad de Imperatriz-MA durante la pandemia de COVID-19, identificando el público consumidor, señalando los motivos del consumo y describiendo los cambios en el consumo de la “panelada” en el contexto actual. Así, realizamos una investigación transversal, cualitativa y cuantitativa con análisis documental, entrevistas a vendedores de este plato y aplicación de cuestionarios por internet con los consumidores entre el 10 y el 17 de junio de 2020, obteniendo 208 respuestas de los consumidores de “panelada”. La investigación reveló que hubo cambios en las formas de comer “panelada”, habiéndose cambiado la costumbre en cuanto a lugares, horarios y frecuencia, con una reducción en el consumo de ese manjar en los espacios públicos y un aumento en los espacios privados, demostrando la relación de los entrevistados con la costumbre, la tradición y el sentimiento de pertenencia a la ciudad, lo que permite otorgar a la comida el carácter de patrimonio inmaterial en y de la ciudad de Imperatriz.

PALABRAS CLAVE: Maneras de comer. “Panelada”. Comida. Ciudad. SARS-CoV-2.

1 | INTRODUÇÃO

Articular os temas cidades, comida e cultura não consiste apenas em descrever o que as pessoas consomem nestes espaços, mas aprofundar como estes permitem ser acessados (COLLAÇO, 2017). A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes, tradições, sentimentos e atitudes, dispostos e transmitidos por tradição, ou seja, a cidade está envolta dos hábitos e costumes de seus moradores (PARK, 1967). Entre as tradições de um local, a gastronomia ocupa um lugar de destaque por ser um elemento importante na representação da identidade cultural de uma comunidade (WOORTMANN; CAVIGNAC, 2016).

Nesse sentido, uma comida que faz parte dos costumes adotados em algumas regiões do País como Ceará, Norte do Tocantins, Pará e Maranhão e merecedora de realce pelo seu consumo é a panelada que, assim como a buchada, é um prato típico da culinária sertaneja, destacando-se como referencial gastronômico por apresentar uma relação com a história, gerando um vínculo de identidade, retratando a cultura e a realidade local (FRANCO, 2001). Sob esse aspecto, Magnani (2003) afirma que se os costumes existem é porque possuem um sentido para aqueles que o praticam, sendo uma das tarefas da antropologia desvendá-lo.

Na busca por trabalhos acadêmicos sobre a panelada, embora ela seja conhecida e

bastante consumida nesses locais, notamos a escassez de publicações sobre o tema, seja nas bibliotecas físicas ou nos repositórios digitais das instituições, tanto a nível local, como regional e nacional. Encontramos em Franklin (2008) a referência a um estudo realizado por universitários de uma instituição de ensino de Imperatriz, como um dos poucos trabalhos publicados sobre a comercialização de panelada na cidade. Esse levantamento apontou que, à época, a comercialização da comida envolvia cerca de duas mil pessoas. A partir disso, pretendemos fazer uma reflexão socioantropológica desta comida, essencialmente de rua, e das alterações sofridas no seu consumo durante a pandemia.

Em Imperatriz, cidade no Sul do Maranhão, a panelada assume destaque ainda maior, pois, dentre os costumes estabelecidos pelos cidadãos inscreve-se o costume de ir às bancas de panelada¹ em diversos momentos para consumi-la, seja durante a madrugada após as festas, ou mesmo antes e após o trabalho. Essa comida é uma preparação cozida que se constitui de tripas, bucho e nervos de gado bovino, servida geralmente acompanhada de arroz, limão, farinha e pimenta. O consumo de panelada em Imperatriz ocorre há quase seis décadas, fazendo parte do cotidiano de moradores e visitantes (BUENO, 2010; REIS, 2018).

O que observamos na cidade são inúmeros pontos de comercialização do prato, sendo um dos mais famosos o local popularmente conhecido como Quatro Bocas² (REIS, 2018). Para termos ideia das dimensões alcançadas por esta preparação na cidade foi criado recentemente um local específico para comercialização da comida, chamado Panelódromo Acrizio Xavier da Costa, fazendo alusão não às panelas, como alguns não nativos podem inicialmente pensar, mas especificamente referindo-se sobre a panelada e fazendo uma homenagem ao pioneiro na venda dessa iguaria na cidade (IMPERATRIZ, 2020).

Com o surgimento da Covid-19 tivemos alterações nas rotinas relacionadas ao trabalho, aos estudos, ao lazer e, por conseguinte, aos costumes adotados pelos cidadãos. Diante disso, é oportuno indagar quais possíveis alterações podem ter surgido no consumo de panelada nos espaços urbanos, sobretudo nas vias públicas onde estas bancas de panelada estão situadas. O objetivo deste artigo é analisar o consumo de panelada em Imperatriz durante esse período da pandemia, identificando: a) o perfil do público consumidor; b) as motivações no consumo; c) e as alterações nos modos de consumir panelada atualmente.

1. São designadas bancas os locais improvisados de vendas de comida de rua, onde os utensílios são expostos em mesas de madeira, os consumidores ficam sentados em bancos de madeira, posicionados de frente para as bancas nas calçadas e automaticamente, de costas para a rua.

2. Denominação popular utilizada para se referir a um setor comercial da cidade que nas calçadas estão dispostas as bancas de comercialização de panelada.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para isso, fizemos uma pesquisa transversal, qualitativa (GOMES, 2002) e quantitativa (SEVERINO, 2016), utilizando como técnicas a pesquisa documental, aplicação de questionários on-line com os consumidores de panelada por meio do método bola de neve (PELLERANO, 2017; COSTA, 2018), e realização de entrevistas com os vendedores da iguaria para dar conta dos objetivos propostos.

Inicialmente, na pesquisa documental fizemos uma breve análise dos decretos vigentes no período estudado e dos boletins epidemiológicos emitidos pela Prefeitura de Imperatriz e pela Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão com a finalidade de contextualizar para o leitor a realidade da cidade durante esse momento da pandemia. Consultamos autores regionais que estudaram a relação de Imperatriz e a panelada. Em seguida, aplicamos os questionários via *Google forms* junto aos consumidores. Paralelo a isso, realizamos entrevistas com os vendedores de panelada por meio de roteiros semiestruturados a partir de temas chaves pelo aplicativo *WhatsApp*.

No que diz respeito a abordagem com os consumidores, em virtude das restrições impostas ao momento de pandemia, a aplicação dos questionários não pôde ser realizada nos locais de consumo, optando-se assim pela distribuição de questionários on-line em redes sociais (*WhatsApp* e *Instagram*) entre os dias 10 a 17 de junho de 2020 por meio do método bola de neve, que consiste na replicação, por quem recebia, às pessoas de modo aleatório, não contemplando estritamente a rede das pesquisadoras e alcançando pessoas residentes em variados bairros da cidade, diversos níveis de escolaridade e perfis socioeconômicos distintos.

Para Costa (2018) esse método de levantamento inicia-se pelo envio/apresentação do link de acesso ao questionário eletrônico, por meio de e-mail ou de alguma Rede Social Virtual. Este método de encaminhamento do questionário corresponde à estratégia viral (COSTA, 2018), uma vez que, no corpo da mensagem, além da apresentação da pesquisa, há um pedido para que ela seja compartilhada com a rede de contatos de quem o recebeu/visualizou. Nesta pesquisa, a amostra registrou 250 respondentes, dentre estes 208 se enquadraram nos critérios estabelecidos para participar da pesquisa, sendo estes: a) residência em Imperatriz; b) consumo de panelada e c) maioridade³.

O questionário enviado continha 25 perguntas, divididas em três blocos: No primeiro buscamos identificar o perfil socioeconômico dos participantes, considerando marcadores

3. Essa exigência refere-se ao recorte dos sujeitos da pesquisa e a importância do aceite de participação por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, inserido no início do questionário, onde apenas após concordar com os termos, o respondente ficava habilitado para as demais questões. O termo explicava sobre a participação voluntária e a garantia de confidencialidade, de acordo com a Resolução CNS nº 510/2016.

sociais, como sexo, raça, escolaridade e renda. No segundo bloco abordamos questões referentes ao consumo pelos entrevistados antes da pandemia de Covid-19. No terceiro e último bloco, as questões versavam sobre o consumo de panelada durante a pandemia, para assim podermos comparar e avaliar suas alterações com relação ao local, frequência e os horários. Para a análise estatística dos dados obtidos aqui, utilizamos o programa *Excel* 2013.

Em relação às entrevistas com os vendedores, as questões eram semiestruturadas a partir de temas como o tempo de trabalho no local e possíveis alterações na rotina laborativa e nas vendas. O fator tempo de trabalho foi considerado para compreendermos se este trabalhador estaria apto a relatar sobre as vendas antes da pandemia, para assim evitarmos um paneleiro⁴ que tivesse, por exemplo, se instalado no setor da panelada apenas durante a pandemia, o que inviabilizaria o comparativo através de seus relatos. Essas entrevistas também foram realizadas por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp* e as falas registradas utilizando o gravador de voz do aplicativo e as transcrições feitas de forma literal, sem retirar gírias ou vícios de linguagem, subtraindo apenas palavras repetidas em sequência.

Para analisar os achados da pesquisa utilizamos alguns dos autores da sociologia urbana, devido à relevância teórica na área, com destaque para Park (1967), Magnani (1996), DaMatta (1996) e Collaço (2017). Ademais, para contextualizar a realidade local utilizamos autores regionais com publicações referentes ao tema panelada, cidade e comida de rua e/ou Covid-19 como Franklin (2008), Bueno (2010), e Dallo, Oliveira e Lavarda (2013), Reis (2018) e Silva e Lopes (2018), e Pereira (2020).

Além desta introdução e dos procedimentos metodológicos, o presente artigo inicia com uma breve incursão sobre a relação de Imperatriz e a pandemia de Covid-19. Posteriormente, fazemos um relato sobre a panelada em Imperatriz e apresentamos os resultados obtidos. Por fim, elaboramos as considerações gerais retornando às categorias utilizadas e ao cumprimento dos objetivos estabelecidos.

3 | IMPERATRIZ DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Imperatriz é o local em que se circunscreve esta pesquisa. Localizada às margens do Rio Tocantins e distante 629,5 km da capital São Luís, é a segunda maior cidade do Estado do Maranhão. O município teve sua ocupação acelerada com a abertura da rodovia Belém-Brasília, após 1960, o que permitiu maior comunicação rodoviária de Imperatriz

4. O termo paneleiro se refere à autodenominação dos produtores e vendedores de panelada na cidade, cuja nomenclatura está contemplada no nome da Associação das Paneleiras de Imperatriz.

com outras cidades e estados vizinhos. Por ter se tornado polo universitário, comercial e de serviços de saúde, recebe diariamente mais de 700 mil pessoas de cidades do Maranhão, Pará e do Tocantins (FRANKLIN, 2008; SOUSA, 2009; IMPERATRIZ, 2020). Atualmente, a cidade possui cerca de 160 bairros e 1.367,90 km² de área total. A história e o desenvolvimento da cidade deram-lhe diversos títulos, entre eles os de Princesa do Tocantins, Portal da Amazônia, Capital Brasileira da Energia e Metrópole da Integração Nacional (IMPERATRIZ, 2020).

No que concerne ao enfrentamento oficial da pandemia de Covid-19, o primeiro decreto emitido pelos órgãos governamentais foi o de nº 23 no dia 21 de março de 2020, suspendendo por 15 dias eventos com aglomeração e aulas em todas as redes de ensino e determinando o fechamento de shoppings, centros comerciais e suspensão dos atendimentos em bares e restaurantes (IMPERATRIZ, 2020).

O primeiro caso que se teve notícia na cidade circulou nas redes sociais na noite do dia 22 de março e o processo de construção de uma nova realidade social foi sendo criada nas ruas da cidade (PEREIRA, 2020). De acordo com Blanc e Conceição (2020), até o dia 14 de abril havia o registro de 14 casos na cidade e nenhum óbito, sendo Imperatriz a única entre as cidades mais afastadas da capital a apresentar um número expressivo de casos.

Mesmo com o aumento do número de casos e óbitos na cidade, no dia 18 de maio foi sancionado o decreto que permitia o retorno de serviços não essenciais, desde que atendessem às normas sanitárias para prevenção da Covid-19, podendo funcionar apenas pelo sistema *delivery* ou *drive-in*. Após este, observamos a emissão de inúmeros outros decretos municipais - publicados geralmente a cada 15 dias - dispendo sobre as normas de funcionamento da Administração Pública e de atividades econômicas organizadas (IMPERATRIZ, 2020). A publicação dos decretos acontecia de forma dinâmica e impactava o cotidiano dos cidadãos (PEREIRA, 2020).

Contudo, os decretos que nos interessam serão os vigentes no período de realização desta pesquisa, quando fizemos o envio dos primeiros questionários. Isto nos permite contextualizar como a cidade estava regulada no momento da pesquisa retratando o contexto no qual os cidadãos estavam envolvidos, sendo eles: os Decretos de nº 60 e 67 publicados nos dias 26 de maio e 15 de junho de 2020, respectivamente.

Assim, no Decreto nº 60 (IMPERATRIZ, 2020), já havia permissão para o funcionamento de igrejas, clubes e estabelecimento de vendas de alimentos, com lotação de 30% da capacidade máxima prevista. Com relação aos estabelecimentos fechados que trabalhavam com comida, as orientações eram de que fizessem a higienização adequada e aferissem a temperatura dos clientes que entrassem no local. As praças de alimentação

de shoppings e galerias seguiam funcionando apenas pelo sistema *delivery* e *drive-thru*. Já o Decreto nº 67, autorizava o funcionamento das praças de alimentação de *shoppings* e galerias para consumo no local (IMPERATRIZ, 2020). Porém, apesar das legislações vigentes “parte da população permaneceu tentando seguir no cotidiano, seja por fatores culturais ou econômicos” (PEREIRA, 2020, p. 73).

De acordo com o boletim epidemiológico emitido pela Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão (2020), o estado apresentava até 17 de junho 64.735 casos confirmados, 779 casos ativos, 1.570 óbitos e 39.386 recuperados, sendo que de novos casos 188 eram na ilha de São Luís, 109 eram de Imperatriz e 1.727 distribuídos nos demais municípios do estado. Imperatriz ocupava no estado o lamentável posto de segunda cidade com maior número de casos confirmados com 3.350, sendo o primeiro a capital São Luís com 12.276 casos.

Essas informações são descritas para facilitar o entendimento sobre a situação dos entrevistados com relação à Covid-19 na cidade, no período que responderam ao questionário. Conforme se constata, apesar das flexibilizações efetuadas nas atividades econômicas, os casos, bem como o número de óbitos, continuavam tendo um aumento considerável, bem como havia uma alta taxa de ocupação nas enfermarias e UTI (IMPERATRIZ, 2020; MARANHÃO, 2020).

As orientações da administração diante do contexto, associadas ao receio de contaminação pela Covid-19, nos remete à ideia de medicina social elaborada por Foucault (2019) ao afirmar que no séc. XVII existia um medo urbano, um medo da cidade e angústia diante da cidade que se relacionava com as epidemias urbanas e a propagação de doenças. As disseminações dessas informações em Imperatriz impactavam na escolha de ir ou não comer panelada nos espaços públicos, como veremos com maior clareza na análise dos resultados obtidos junto aos consumidores da comida.

4 | O CONSUMO DE PANELADA EM IMPERATRIZ

É preciso compreender que as atividades de consumo produzem significados e representações que extrapolam o simples ato de adquirir algo, criam subjetividades, relações simbólicas e de poder (SOUZA, 2017). Conforme mencionado, o consumo de panelada acontece de modo significativo em bancas de paneladas que estão situadas nas ruas, por isso, se faz necessário definir melhor a expressão “comida de rua” (CONTRERAS, 2017), que é entendida por estar em um espaço público não edificado nem coberto situado no entorno urbano. Logo, “comer na rua” se opõe ou se diferencia do “comer em casa” (DAMATTA, 1986) ou “comer no restaurante”. De maneira geral, poderíamos dizer que

se trata de uma refeição que se realiza em um espaço exterior sem as formalidades características da mesa (DAMATA, 1984; CASCUDO, 2004).

Imperatriz registra o consumo de panelada há quase 60 anos, seja por pessoas residentes, seja por visitantes. A comida que se constitui de tripas, do estômago e dos tendões do boi, tem duas versões sobre sua origem: uma diz que está relacionada aos ancestrais de Portugal e a outra afirma ter origem na região sertaneja (REIS, 2018). Hoje a panelada é considerada um prato típico do Nordeste e, embora com nomes diferentes, pode ser encontrada nos estados do Ceará e do Piauí. Porém, é inegável que o prato encontrou um ponto forte de apreciação em Imperatriz, sendo consumido por todas as classes sociais (REIS, 2018).

Segundo Reis (2018) a panelada começou a se popularizar com o senhor Acrísio Xavier da Costa, chamado de Acrísio Panelada, que ficou conhecido por vender o prato pela cidade em um carrinho de mão. Com a morte de Acrísio Panelada na década de 1980, o prato foi ganhando diversos endereços na cidade. Hoje, alguns dos principais locais onde se encontra a Panelada são: Setor Entroncamento; Camelódromo e antiga rodoviária, porém, o local mais tradicional de consumo é na Av. Bernardo Sayão, na região conhecida como Quatro Bocas: lá é onde há mais bancas de venda de panelada e que ficam na posição “de costas pra rua” (REIS, 2018).

Segundo Bueno (2010) a panelada é considerada uma tradição na cidade, consumida em todos os horários, desde as primeiras horas do dia até o fim da noite, inclusive durante a madrugada. Além disso, essa comida se destaca pela importância econômica na Região Tocantina (Franklin, 2008) e “pode ser considerada como patrimônio cultural imaterial ⁵devido ao seu modo artesanal de se fazer e, também, pelo saber que é passado de geração em geração entre as famílias envolvidas na produção e comercialização do prato” (DALLO; OLIVEIRA; LAVARDA, 2013, p. 3).

Com base nisso, em 2010, Imperatriz e as cidades vizinhas conquistaram a “Carta de Imperatriz”. Nela está registrada a composição do patrimônio histórico e cultural do Sul do Maranhão no que diz respeito aos bens materiais e imateriais. O documento foi elaborado no Simpósio de Patrimônio da Universidade Estadual do Maranhão, sob a orientação da representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DALLO; OLIVEIRA; LAVARDA, 2013).

As bancas de panelada, improvisadas, se concentram em determinados espaços da cidade e carregam suas características próprias. Atentas a isso, nos remetemos às

5. Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2021) os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, sendo transmitido de geração a geração.

categorias de análise manchas e pedaços usadas por Magnani (1996) para pensar São Paulo. Para o autor, a mancha tem sua base física permitindo a circulação de gente vinda de várias localidades, tratando-se de áreas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam limites e viabilizam uma prática predominante. Numa mancha de lazer os equipamentos podem ser bares e restaurantes, que constituem pontos de referência para a prática de determinadas atividades (MAGNANI, 1996). Considerando que os pontos de comercialização de panelada atendem tais critérios poderiam ser contextualizadas a nível local como manchas.

Outra categoria adotada por Magnani (1996, p. 23) que nos interessa é a categoria denominada pedaço:

A categoria “pedaço” está ligada à rede de sociabilidade, quando o espaço assim demarcado torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações. O termo designa aquele espaço intermediário entre a casa e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica. É nesses espaços onde se tece o cotidiano, a troca de informações e os conflitos.

Em suma, os locais fixos seriam considerados as manchas, e os espaços simbólicos de interações entre pessoas que se conhecem por identificação e afinidades seriam definidos como pedaços, sendo as primeiras fixas e estes últimos não-fixos. Desse modo, poderíamos considerar os locais de panelada (Entroncamento, Quatro Bocas, dentre outros) como manchas e a rede tecida de sociabilidade entre os frequentadores dos locais como pedaços. O que se depreende disso é que, embora muitos frequentem as manchas, nem todos são considerados do pedaço.

Tais categorias, que descrevem diferentes formas de uso e apropriação do espaço, constituem chaves para o entendimento e orientação na cidade ao circunscrever pontos socialmente reconhecidos como relevantes na dinâmica urbana (MAGNANI, 1996). Assim, as formas como as bancas são distribuídas ou o comportamento que os frequentadores assumem ao comer a panelada compõem o cenário da cidade e fazem parte do espaço urbano. Esta reflexão será objeto de análise para nós, com maior profundidade, em publicação futura.

5 | PERFIL DO CONSUMIDOR DE PANELADA

Consideramos diversos marcadores sociais como sexo, faixa etária, raça, escolaridade e renda para nos ajudarem a entender como era formado o perfil do consumidor de panelada nesta cidade e se o consumo de fato permeava diversas classes. A tabela 2 traz de maneira sintética os percentuais referentes a essas respostas.

Tempo na cidade (anos)	Sexo	Faixa etária	Raça	Escolaridade	Renda (R\$)
					Sem renda
					6%
			Branca	Fundamental	Menos de 1.045,00
Nativo			35%	1%	9%
34%			Parda-	Médio	1.046,00 a 2.000,00
>16	Fem.	Jovens	51%	13%	17%
42%	51%	27%	Negra	Superior	2.001,00 a 4.000,00
De 11 a 15	Masc.	Adultos	13%	38%	26%
7%	49%	72%	Indígena	Especialização	4.001,00 a 6.000,00
De 6 a 10		Idosos	0%	33%	13%
6%		1%	Amarela	Mestrado	6.001,00 a 8.000,00
De 1 a 5			0%	10%	12%
11%			Outros	Doutorado	8.001,00 a 10.000,00
			1%	5%	7%
					Mais de 10.000,00
					10%

Tabela 1: Perfil dos consumidores de panelada

Fonte: Pesquisa de campo

Em suma, os dados revelam que 76% dos respondentes nasceram na cidade ou residem há mais de 16 anos, demonstrando, dessa forma, que o fator tempo de moradia reflete no consumo de panelada. Isso posto, recordamos o que asseverou Montanari (2008) ao afirmar que a comida não é boa ou ruim por si só, alguém nos ensinou a reconhecê-la como tal. Nesse sentido, dada a relação histórica da panelada com a cidade, a partir da sociologia de Elias (1994), atrelamos o seu consumo não exclusivamente ao gosto pessoal, mas à configuração social em que os indivíduos estão envolvidos desde a infância, seja observando pessoas da sua rede de contatos preparando a panelada, seja consumindo-a, observando bancas de paneladas distribuídas pela cidade ou simplesmente escutando pessoas próximas se remetendo à sua existência e consumo.

Embora em percentual notadamente menor, também verificamos pessoas com menos tempo de moradia na cidade se configurando como consumidores da panelada, o que aqui é lido sob a ótica de Bourdieu (2008): sob pena de se sentirem deslocados, os que penetram em um espaço devem cumprir as condições que ele exige de seus ocupantes. Para Cascudo (2004) isso se refere à ligação dos indivíduos à localidade da comida, que permite integrar as pessoas por intermédio do ato de comer, que pode funcionar como estratégia de adaptação dos migrantes na chegada a um novo local. Assim, pensamos a partir de Elias (2000) e suas categorias - estabelecidos e *outsiders*, que o ato de comer panelada pode funcionar como uma estratégia de socialização e pertencimento junto aos moradores de Imperatriz. Logo, o morador da cidade que não aprecia a panelada pode ser compreendido como um *outsider*, sendo a decisão por não comer panelada um indicativo

de não-identificação e pertencimento à cidade.

O marcador sexo dos consumidores mostra uma leve preponderância de mulheres, um resultado interessante a ser analisado, tendo em vista que DaMatta (1986) inferiu que, num sentido culturalmente difundido, falava-se sempre que quem come é o homem, a mulher cozinha e dá os alimentos e a comida. Aqui observamos que dadas as transformações sociais ocorridas ao longo do tempo com a inserção no mercado de trabalho e demais conquistas, a mulher passa a ser não apenas a preparadora, mas a assumir o posto de consumidora incluindo o consumo alimentar realizado nas ruas. Com relação à faixa etária, a maior parcela compreende entrevistados com idades entre 30 e 59 anos. Esse critério serve para observarmos quem compunha a maior parte do nosso público: neste caso, adultos responsáveis pela escolha sobre o que, quando e onde consumir.

Ao longo da pesquisa percebemos diversos autores locais (REIS, 2018; BUENO, 2010) se referirem à panelada como um prato consumido por todas as classes e raças; para verificarmos se estas afirmações também contemplavam o enquadramento social dos nossos respondentes, incluímos esses marcadores. O aspecto raça foi incluído para compor o perfil socioeconômico dos entrevistados e responder aos objetivos elencados para a pesquisa, que se propunha a identificar o perfil do público consumidor, tendo aqui a maioria dos entrevistados se autodeclarado pardo, o que corrobora com a afirmação do IBGE (2019), de que na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 46,8% eram considerados como pardos.

Ademais, a pesquisa mostrou, no quesito escolaridade, a prevalência de pessoas com ensino superior completo ou em curso. Sobre a renda, o maior percentual situou-se entre 1 a 4 salários mínimos, revelando que, embora seja uma comida encontrada a preços populares, a panelada é consumida por pessoas de diversos perfis socioeconômicos, conforme veremos detalhadamente adiante.

5.1 Local de Moradia dos Consumidores

Para Mello e Simões (2013) uma dimensão importante da experiência urbana de um cidadão se revela ao considerarmos o seu endereço, pois nos permite facultar ao outro o acesso a um lugar que compõe parte da nossa própria identidade. Logo, acredita-se que o lugar de residência na cidade possa interferir nas escolhas cotidianas do indivíduo, inclusive nas escolhas alimentares. Com relação ao local de moradia dos entrevistados, conforme a tabela 3 foram citados 54 bairros, que se situam de norte a Sul da cidade.

Bairro	Quantidade	%
Nova Imperatriz	35	17
Bacuri	23	11
Centro	21	10
Vila Lobão	11	5
Parque do Buriti	8	4
Santa Rita	8	4
Demais 48 bairros	102	49
Total	208	100

Tabela 2: Bairros de residência dos consumidores entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo

Interessante perceber nesta pesquisa que o local de residência não foi condicionante para a decisão sobre o consumo ou não da panelada, visto que vários sujeitos se dispunham a se deslocar para lugares distantes de sua residência para saborear o prato. Pois, os bairros de residência dos interlocutores da pesquisa eram tanto próximos quanto distantes geograficamente dos pontos de vendas mencionados, o que demonstra que o consumo da panelada se dá não apenas pelos comensais das regiões circunvizinhas, mas por moradores de várias partes da cidade.

Outro aspecto que verificamos são que os bairros mais citados na pesquisa compõem um público que contempla diversas classes sociais no mesmo bairro, isso visto pelo exemplo percebido entre os residentes do bairro Nova Imperatriz, onde, ao analisarmos os dados, observamos pessoas ganhando desde menos de um salário mínimo a mais de 10 mil reais e de diversos níveis de escolaridade, desde os considerados mais baixos aos mais elevados. O que não significa que não haja outros modos de hierarquização da estrutura social internas ao próprio bairro. Como revela Bourdieu (2008), todo espaço em uma sociedade hierarquizada apresenta suas hierarquias e exprime as distâncias sociais. Nesses bairros as distâncias sociais podem ser demarcadas pelos diversos tipos de casa ou pelas desiguais condições de vida. Ou seja, em vez de as hierarquizações ocorrerem entre os diversos bairros, o que se percebe é uma hierarquização interna em cada um deles.

Curioso compreender como um elemento que compõe a dieta alimentar de um povo é revelador da estrutura ou da organização social da cidade, como assevera DaMatta (1986). O autor demonstra que o hábito de misturar os elementos culinários no prato revela a formação do povo brasileiro, constituída por uma mistura de raças. Ao analisarmos os dados atentamos que a não hierarquização de classes sociais por bairros na cidade se manifestam no consumo da própria panelada, pois não há fronteiras geográficas dentro dos

bairros para as classes, assim como não há fronteiras dentro da cidade para o consumo da panelada.

MODIFICAÇÕES NO CONSUMO DE PANELADA NA PANDEMIA

Compreendemos que analisar os modos de comer de um povo é uma das formas de penetrar na estrutura social e conhecer suas preferências (WOORTMAN; CAVIGNAC, 2016), pois, através do entendimento do que e quando um determinado povo come, pode-se entender o seu modo de ser e de pensar (CASCUDO, 2014). Conforme Sousa (2017) “é possível fazer interessantes leituras sobre a vida social de um povo por meio do cardápio que ele nos apresenta. A alimentação revela a estrutura da vida cotidiana do seu núcleo mais íntimo e compartilhado” (SOUSA, 2017, p. 358).

Os motivos para o consumo da panelada no espaço urbano variam por uma série de razões que perpassam questões ligadas a segurança, higiene, sabor, tradição, praticidade, entre outros. Por isso, nos dedicaremos à análise das mudanças - em razão da pandemia de Covid-19 - nos modos de comer panelada, que expressaram alterações substanciais quanto aos locais, frequências e horários de consumo, como veremos adiante.

MODIFICAÇÕES QUANTO AO LOCAL DE CONSUMO E SUAS MOTIVAÇÕES

Em qualquer cidade brasileira, há uma divisão clara entre dois espaços sociais fundamentais que dividem a vida social: a casa e a rua (DAMATTA, 1986). Para compreendermos acerca do local em que estavam fazendo o consumo de panelada durante a pandemia, se em casa ou na rua, listamos as respostas obtidas no gráfico 1:

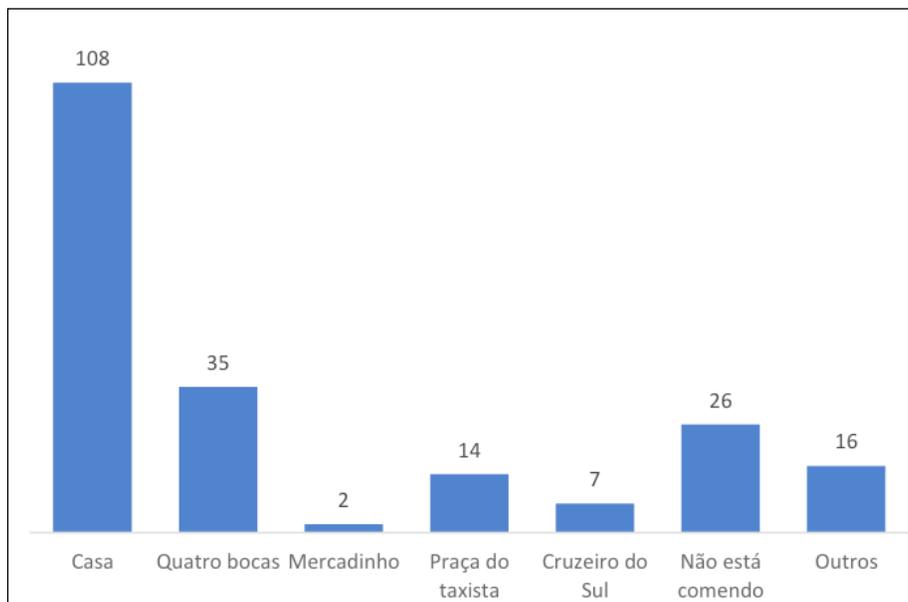


Gráfico 1- Modificações no local de consumo de panelada na pandemia

Fonte: Pesquisa de campo

Como observado no gráfico 1, grande parte dos entrevistados passou a comer panelada apenas em casa durante a pandemia, enquanto uma pequena parcela relatou não estar comendo, fazendo menções a evitar saídas às ruas e possíveis aglomerações pelo medo da contaminação. Nesse sentido, uma reflexão de Collaço (2017) expõe uma relação que nos ajuda a entender a atualidade entre a ética e o poder no consumir, pois uma escolha alimentar individual a favor da coletividade constitui também uma forma de moralidade e de fazer política e pode revelar, além de escolhas pessoais, um posicionamento da rede coletiva na qual o indivíduo está inserido. Entretanto, verificamos que um percentual considerável de respondentes optou por continuar a sair para comer a panelada nos locais considerados públicos da cidade, relacionando a sua escolha ao sabor e tradição da comida comercializada na rua. Para Park (1967) isso surge em resposta a influências pessoais e ao sentimento público.

Além das alterações com relação aos locais, contemplamos as questões referentes a níveis de renda, seguindo a ideia adotada por Silva (2016) ao analisar o botequim, quando o autor observou em especial a variável classe social dos consumidores. Para ele, os motivos e sentidos que levavam os consumidores a procurar os locais são diferentes. Buscando perceber se havia diferenças entre as escolhas por parte de pessoas dos diferentes níveis econômicos, apresentamos na tabela 3 os resultados encontrados em relação a renda e

mudanças quanto ao local de consumo durante a pandemia.

Renda	Local de Consumo					
	Não Consumo	Casa	4 Bocas	Praça do Taxista	Cruzeiro do Sul	Outros
Sem renda	-50,00%	–	-57,14%	–	-100,00%	100,00%
Menos de 1.045,00	0,00%	1200,00%	-81,82%	100,00%	-100,00%	100,00%
1.045,00 a 2.000,00	-50,00%	850,00%	-30,77%	-33,33%	-83,33%	-66,67%
2.001,00 a 4.000,00	20,00%	2600,00%	-70,83%	66,67%	-77,78%	-85,71%
4.001,00 a 6.000,00	-20,00%	–	-45,45%	0,00%	-60,00%	-80,00%
6.001,00 a 8.000,00	-25,00%	1400,00%	-64,29%	0,00%	-100,00%	-66,67%
8.001,00 a 10.000,00	0,00%	800,00%	-85,71%	0,00%	-100,00%	0,00%
Mais de 10.000,00	-20,00%	–	-42,86%	–	-33,33%	–
Total	-16,67%	1700,00%	-60,64%	9,09%	-77,42%	-62,50%

Tabela 3: Relação da renda e mudanças quanto ao local de consumo durante a pandemia

Fonte: Pesquisa de campo

Percebe-se que em todos os níveis de renda prevaleceu entre os respondentes a redução do consumo na rua e o aumento do consumo em casa, seja preparando-a, pedindo *delivery* ou passando no local para buscar e comer em casa. Esses dados ratificam que os consumidores não abandonaram o consumo do prato, mas o ressignificaram para o ambiente doméstico. Acerca disso, Souza (2017, p. 48) afirma que a sociedade atribui significados múltiplos às escolhas que levam ao consumo, os quais podem ser positivos ou negativos a depender do contexto. Em determinados momentos, o consumo de algo pode ser percebido como alienação e ação individualista; em outros, é visto como experiência e realização. Assim, o consumo de comidas se relaciona com o contexto no qual o indivíduo está inserido, não podendo ser analisado desvinculado dessa realidade.

De acordo com a tabela observamos queda entre 60% a 77% da comercialização da panelada em alguns lugares públicos de consumo. Essa informação também foi corroborada por uma entrevista concedida pelos paneleiros a um jornal local, cujos relatos afirmam que os locais de comercialização não fecharam em nenhum momento durante a pandemia, todavia apresentaram uma queda nas vendas da comida em 70% durante esse período. Com a flexibilização dos decretos, relatou uma das vendedoras: “aos poucos o movimento está voltando ao normal. Dias atrás não se via um ‘cristão’ por aqui” (CARVALHO, 2020).

Os dados sobre a diminuição das vendas nos locais foram percebidos nas entrevistas que realizamos com os vendedores. Na primeira entrevista realizada com uma vendedora situada nas Quatro bocas obtivemos o seguinte relato:

Assim né fia, mudou um pouco, tá mais fraco, tem gente que não tá indo trabalhar, tá fraco as vendas né, porque não tem festa, ai fica fraco mesmo, mas sempre a gente vende, é porque lá é da minha irmã, eu trabalho lá 2 noites na semana só, trabalho lá acho que já tem uns 16 anos, sempre a gente vende, dá de sair, ficou mais fraco mesmo porque antigamente era melhor porque o povo saía, tinha as festas, tinha tudo, agora não tá tendo festa nem nada, mas dar de vender um pouco ainda” (Vendedora A⁶).

Essa fala confirma a redução nas vendas e no consumo nas vias públicas, cujo motivo pode ser atribuído principalmente à ausência de festas que marcavam o cotidiano da cidade antes da pandemia.

Além das afirmações da vendedora acima, realizamos outra entrevista com um paineleiro do Setor Entroncamento. As considerações foram:

É o seguinte, com relação a esse isolamento social o governo faz uma campanha pesada dizendo, fique em casa, fique em casa, sendo que ele não faz a parte dele, a conta de água, de energia, os boletos estão todos chegando, como é que a gente fica em casa desse jeito? Não tem condições. A nossa sorte é que farmácia e esses ramos alimentícios podem continuar abertos, é lógico que dá uma queda, mas não na proporção das outras profissões. Minha família trabalha a mais de 40 anos no ponto, hoje sou a terceira geração (Vendedor B).

Acerca disso, algo que chama a atenção na fala do vendedor B é a necessidade de continuar trabalhando mesmo em condições adversas. Sobre isso, Sousa Santos (2020, p. 18) afirma que “a indicação por parte da OMS para trabalhar em casa e em autoisolamento é impraticável, porque obriga os trabalhadores a escolher entre ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome”.

Além disso, através destes relatos verificamos que o ofício de ser paineleiro se configura como familiar e intergeracional na medida em que envolve vários membros da mesma família, garantindo a circulação do conhecimento sobre os modos de fazer entre as gerações. Esta informação é consolidada pela pesquisa realizada por Dallo, Oliveira e Lavarda (2013) em que afirmaram que o saber fazer panelada é transmitido através das gerações entre os familiares.

Questionamos os consumidores que responderam preferir comer panelada em casa sobre quais motivos norteavam essa escolha. Seguem os dados no gráfico 2:

6. Utilizamos as nomenclaturas Vendedor A e Vendedor B como forma de preservar a confidencialidade dos vendedores de acordo com a Resolução nº 510/2016 (BRASIL, 2016).

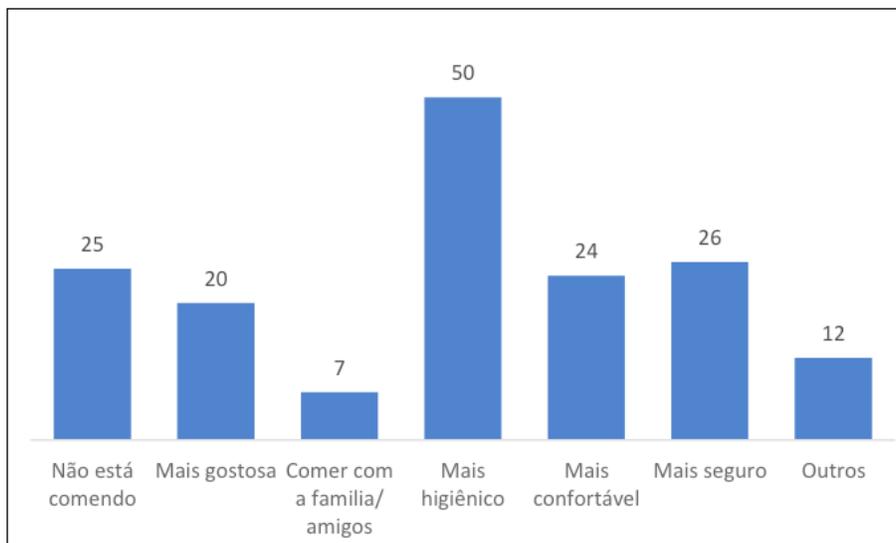


Gráfico 2 - Motivos para preferir comer em casa

Fonte: Pesquisa de campo

Notamos que a maioria optou por comer em casa por considerar mais higiênico, seguido da opção mais seguro, sendo apontado como formas de evitar aglomerações e em razão do receio de contaminação por Covid-19. Aparecem empatadas as respostas “não está comendo e “ser mais confortável”. Segundo Douglas (1975) as formas de se alimentar constituem uma linguagem, aquilo que escolhemos ou evitamos comer e os modos de fazê-lo expressam dimensões culturais e relações sociais. Aos que optavam fazer o consumo em casa, questionamos se sentiam falta de consumir panelada em espaços públicos e por quais motivos.

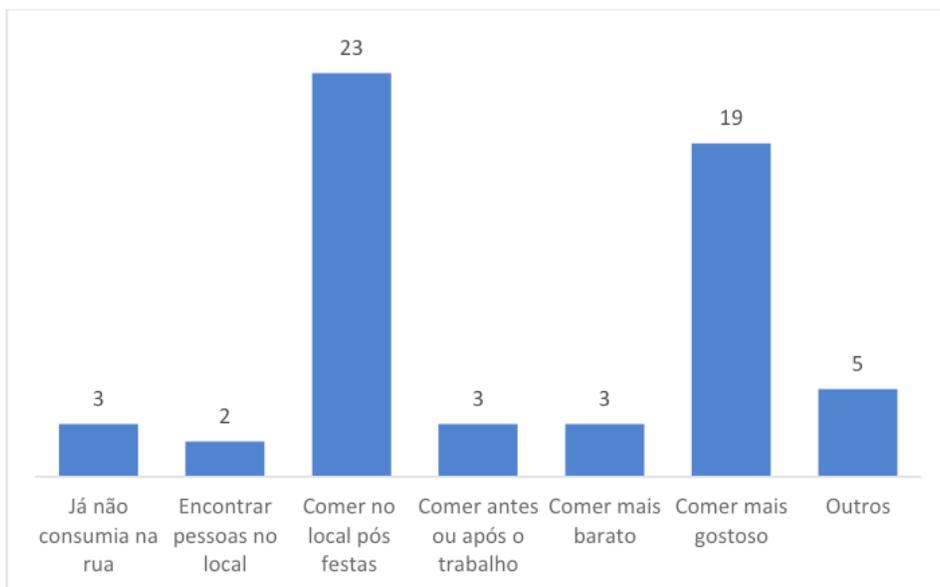


Gráfico 3 - Do que sente falta de comer na rua

Fonte: Pesquisa de campo

A maior parte relatou respectivamente: a) sentir mais falta do costume de sair das festas e passar no local para comer; b) a comida ser mais saborosa que aquela feita em casa. Sobre o primeiro aspecto, Silva e Lopes (2018) encontraram um resultado similar em suas pesquisas no norte do Tocantins, onde constataram que um dos motivos que faziam reduzir o consumo de panelada eram períodos sem festas na cidade. O mesmo aconteceu em Imperatriz: com as restrições impostas pela pandemia quanto à realização de festas, houve redução do consumo de panelada nas ruas. No que diz respeito ao aspecto sabor, remetemos a Souza (2017) que, ao analisar consumo, mencionou as cozinhas regionais afirmando que as comidas são preparadas a partir de uma determinada técnica de cozimento e apresentadas sob uma forma específica. Essa ideia nos auxilia a entender o porquê de os respondentes considerarem a comida da rua mais gostosa, justamente pelo modo de preparo utilizado pelos paneleiros.

Sobre os motivos por optarem para o consumo em espaços públicos, seguem no gráfico 4 as respostas encontradas.

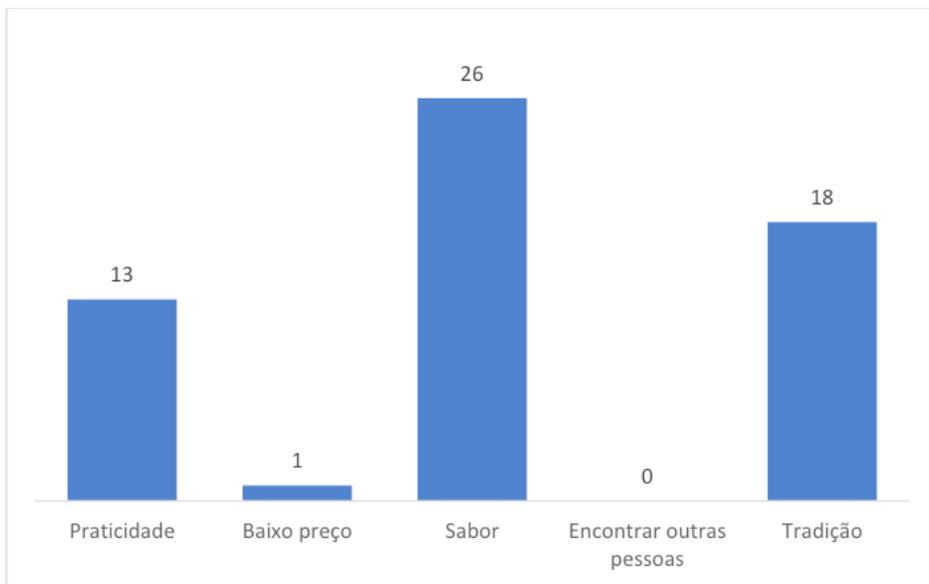


Gráfico 4- Motivos para continuar preferindo comer na rua

Fonte: Pesquisa de campo

Grande parte dos que preferiam comer a panelada na rua o faziam por achar mais gostosa do que a preparada em casa. O que é apoiado pelo estudo de Dallo, Oliveira e Lavarda (2013) para quem a fama da comida na cidade está associada ao modo artesanal e particular dos paneiros fazerem a panelada. O segundo motivo mais apontado foi por considerar comer panelada na rua como parte da tradição da cidade. Com relação a isso, para Silva e Lopes (2018) os sentidos conferidos aos pratos típicos são referentes à cultura, tradição e identidade, pois o compartilhamento das comidas reforça o sentimento de pertencimento a um lugar e às suas tradições. O terceiro motivo elencado pelos sujeitos da pesquisa foi a praticidade. Segundo Contreras (2017) comer na rua oferece às pessoas rapidez, simplicidade e praticidade, como referido pelos nossos interlocutores para não realizar o preparo da refeição devido ao trabalho e às técnicas envolvidas no preparo.

MODIFICAÇÕES QUANTO À FREQUÊNCIA DE CONSUMO DA PANELADA

Outra mudança apontada pelos entrevistados referiu-se à frequência do consumo de panelada. listamos na tabela 4 os resultados encontrados.

Periodicidade	Antes da pandemia	Durante a pandemia
Diário	2%	1%
Semanal	13%	5%
Quinzenal	15%	7%
Mensal	30%	15%
Trimestral	14%	-
Semestral	12%	-
Outros	14%	26%
Não está comendo na rua	-	46%

Tabela 4: Mudanças no consumo de panelada na rua quanto à frequência

Fonte: Pesquisa de campo

Observou-se que a maior alteração foi quanto ao não consumo da panelada nos espaços públicos da cidade, apresentando redução nas demais frequências de consumo na rua pelos consumidores. Isto é, mesmo quem optou por continuar comendo na rua reduziu a frequência. Segundo Pellerano (2017) as práticas em torno da comida, contemplando a compra, o preparo e o comer fora, podem mudar ao longo do tempo, ou em condições adversas. Resultados esses que também vimos ao analisarmos as reduções na periodicidade no consumo de panelada na rua durante o período de isolamento social na cidade de Imperatriz.

MODIFICAÇÕES REFERENTES AOS HORÁRIOS DE CONSUMO

Acerca dos questionamentos sobre as mudanças referentes aos horários de consumo, antes e durante a pandemia, as informações estão listadas na tabela 5:

Horário da refeição	Antes da pandemia	Durante a pandemia
Café da manhã	3%	2%
Almoço	25%	51%
Jantar	32%	20%
Após festas ou show	31%	4%
Não estou comendo	-	21%
Outros	9%	2%

Tabela 5 - Mudanças no consumo de panelada quanto ao horário

Fonte: Pesquisa de campo

Os dados demonstram que, quanto aos horários para degustar a panelada,

houve o aumento do consumo no almoço e diminuição no jantar e após as festividades na madrugada. Logo, o consumo de panelada que ocorria em diversos horários, mais notadamente nas noites e nas madrugadas pós festividades, com a proibição de realização das festas sofreu modificação. De acordo com Menasche, Alvarez e Collaço (2012) o horário das refeições são instâncias codificadas que podem afirmar a identidade alimentar e selar o pertencimento alimentar referente a um determinado território. As alterações impostas pelo cenário pandêmico impactam a rotina dos cidadãos e dos vendedores e reconfiguram ainda que momentaneamente acerca das escolhas alimentares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo proposto, qual seja, analisar as alterações no consumo da panelada em Imperatriz durante a pandemia de COVID-19, verificamos redução da ingestão da panelada nos espaços públicos para o aumento nos espaços privados, demonstrando que mesmo durante a pandemia - dado o valor simbólico e cultural da panelada - o costume continuou apresentando destaque, tendo sido reinventado, mas não descartado.

Observamos com o surgimento da pandemia que, mesmo entre os que continuaram a comer panelada na rua, houve a redução do número de vezes que se comia no local. Além desta, outra mudança foi quanto ao horário de consumo do prato, tendo aumentado a busca pelo prato no almoço e diminuído no jantar e após as festividades na madrugada.

Com relação aos demais objetivos levantados, encontramos um perfil variado de consumidores de panelada, em sua maioria adultos, com leve predominância de mulheres e níveis de renda e escolaridade diversificados. Sobre os que optaram por comer em casa, os motivos relatados foram higiene, segurança, conforto e companhia familiar. Dos que escolheram comer nas bancas de rua os motivos apontados foram: sabor, tradição e praticidade. Em suma, o que se percebe é que independente do local de residência, sexo, classe econômica e faixa etária, mesmo durante a pandemia persistiu o consumo de panelada, creditando à comida o caráter de patrimônio imaterial na e da cidade.

O que se torna relevante, além da possibilidade de comparar alterações sobre os modos de comer, especialmente em um período pandêmico, é permitir que uma preparação conhecida apenas em nível regional se torne conhecida por pesquisadores de outras localidades. Portanto, não pretendemos esgotar as questões sobre a panelada, mas instigar entre os cientistas sociais a diversidade de análises possíveis sobre ela, que possam contribuir com as lacunas ainda existentes nessa esfera de conhecimento. Esta pesquisa abre oportunidades de estudo para questões aqui levantadas serem aprofundadas.

REFERÊNCIAS

BLANC, Manuela; CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. Cidades, seus fluxos e o espraiamento viral: As prospecções possíveis em uma análise da incidência da Covid-19 em TO, MA, ES e RJ. *In: Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social. Reflexões na pandemia.* p. 1-27. 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-15>. Acesso em: 20 maio 2020.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 02 maio 2021.

BUENO, Thaisa. Panelada: um dos pratos típicos da cidade de Imperatriz. **Imperatriz Notícias**. 2010. Disponível em: <https://imperatriznoticias.ufma.br/geral/panelada-um-dos-pratos-tipico-da-cidade-de-imperatriz/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

CARVALHO, David. Tradicional panelada de Imperatriz funciona normalmente. **Imperatriz On-line**. Disponível em: <https://imperatriz.online/2020/06/08/tradicional-panelada-de-imperatriz-funciona-normalmente/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Antologia da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2004.

COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. Espaço urbano e consumo alimentar: trajetórias locais e diferença em três cidades brasileiras. *In: COLLAÇO, Janine Helfst Leicht; BARBOSA, Filipe Augusto Couto; ROIM, Talita Prado Barbosa (Orgs.). Cidades e consumo alimentar: dinâmicas socioculturais do comer no espaço urbano.* v. 1. Goiânia: Imprensa Universitária, 2017.

CONTRERAS, Jesus. Comer na Rua. *In: COLLAÇO, Janine Helfst Leicht; BARBOSA, Filipe Augusto Couto; ROIM, Talita Prado Barbosa (Orgs.). Cidades e consumo alimentar: dinâmicas socioculturais do comer no espaço urbano.* v. 1. Goiânia: Imprensa Universitária, 2017.

COSTA, Bárbara Regina Lopes. Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. Jan./abr. 2018. v. 7. n 1. p. 15-37.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DALLO, Elicléia Clarícia; OLIVEIRA, Fernando Ralfer de Jesus; LAVARDA Marcus Túlio Borowski. **De Costas pra Rua**: Vídeo Documentário sobre a Panelada em Imperatriz (MA). Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/403097292/De-Costas-Pra-Rua-Video-Documentario-Sobre-a-Panelada-Em-Imperatriz>. Acesso em: 28 maio 2020.

DOUGLAS, Mary. **Implicit meanings: essays in anthropology**. Londres: Routledge & Paul, 1975.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica del poder**. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2019.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz,

MA: Ética, 2008.

FRANCO, Areovaldo. **De caçador a Gourmet uma história da gastronomia**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

IMPERATRIZ. Prefeitura Municipal de Imperatriz-MA. **A cidade**. Disponível em: <http://www.imperatriz.ma.gov.br/portal/imperatriz/a-cidade.html>. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. Decreto n.º 60, de 26 de maio 2020. Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA. **Leis e decretos municipais**. Disponível em: http://novo.imperatriz.ma.gov.br/media/site/download/legislacao/DECRETO_60_Codiv-19_-_de_26.05_-_flexibilizacao.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. Decreto n.º 67, de 15 de junho de 2020. Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA. **Leis e decretos municipais**. Disponível em: http://novo.imperatriz.ma.gov.br/media/site/download/legislacao/DECRETO_67-Codiv-19_-_de_15.06_-_flexibiliza_1.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Educa IBGE - Conheça o Brasil – População cor ou raça**. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 11 jun. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234> Acesso em: 12 jun. 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3. ed. São Paulo: Hucitec/ Unesp. 2003.

_____. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. *In*: Magnani, José Guilherme Cantor; Torres, Lilian de Lucca (Orgs.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: Edusp, 1996.

MARANHÃO. Governo do Estado do Maranhão. Secretaria de Saúde do Maranhão. **Boletim Epidemiológico Covid-19**. São Luís, 17 jun. 2020. Disponível em: <http://www.saude.ma.gov.br/wpcontent/uploads/2020/06/BOLETIM-17-06.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MONTANARI, MASSIMO. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

MENASCHE, Renata; ALVAREZ, Marcelo; COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. **Dimensões socioculturais da alimentação**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

MELLO, Marco Antônio da Silva; Simões, Soraya Silveira. Onde você mora? Propósitos e implicação do endereço. *In*: DUARTE, C. R; VILLANOVA, ROSELINE. **Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e metodologias, da arquitetura à antropologia**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PELLERANO, Joana A. Comendo coentro e açaí em São Paulo: pertencimento e diferença na alimentação de “outros brasileiros” na capital paulista. *In*: COLLAÇO, Janine Helfst Leicht; BARBOSA, Filipe Augusto Couto; ROIM, Talita Prado Barbosa (Orgs.). **Cidades e consumo alimentar**: dinâmicas socioculturais do comer no espaço urbano. v. 1. Goiânia: Imprensa Universitária, 2017.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Cenários de medo e as sociabilidades pandêmicas no Maranhão. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. v. 19, n. 55 p. 67-86, maio de 2020. Disponível em: https://grem-grei.org/wpcontent/uploads/2020/05/5_JesusRBSE v19n55abril2020_Supl-Especial_mai2020.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

REIS, Hyana. Panelada e Imperatriz: de onde vem essa combinação? **Correio popular**. Imperatriz, Edição 1030. Ano VII. p. 06. 05 ago. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Geane Oliveira; LOPES, Rita de Cássia Domingues. Comidas de rua: patrimônio, cultura e identidade local no norte do Tocantins. **O público e o privado**, n. 32, p. 89-109. 2018. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeopriva do&page=article&op=view&path%5B%5D=2892>. Acesso em: 15 jun. 2020

SILVA, Luís Antônio Machado da. O significado do botequim. *In*: SILVA, Luís Antônio Machado da. **Fazendo a cidade**: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

SOUSA, Jailson Macedo. **A Cidade na Região e a Região na Cidade**: a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na Região Tocantina. Imperatriz: Ética, 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SOUSA, Emilene Leite De. **Umbigos enterrados**: corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância. Florianópolis: editora da UFSC, 2017.

SOUZA, Milena Costa de. **Sociologia do consumo e indústria cultural**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

WOORTMANN, Ellen; CAVIGNAC, Julie A. **Ensaio sobre a antropologia da alimentação**: saberes, dinâmicas e patrimônios. Natal, RN: EDUFRN, 2016.

MOTORISTAS URBANOS EM TEMPOS DE COVID-19: REPRESENTAÇÕES SOBRE COTIDIANO, MEDO E TRABALHO EM IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

Data de aceite: 03/08/2022

Ana Paula Pinto Pereira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA.
E-mail: anapaula.ap1@hotmail.com.

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: clodomir.cordeiro@ufma.br.

RESUMO: Partindo do pressuposto de que os motoristas urbanos, especialmente taxistas, mototaxistas e motoristas de aplicativos, retiram os recursos de sua subsistência do ofício de transportar pessoas, o presente artigo busca compreender sociologicamente as representações e narrativas desses sujeitos acerca das questões econômicas, sociais e culturais relacionadas ao exercício de suas atividades durante o período de isolamento social estimulado pelo combate à Pandemia da Covid-19. Através da aplicação de questionários com esses interlocutores no ano de 2020, exploramos ao longo do texto suas impressões acerca do cotidiano, dos medos sociais e das relações de trabalho durante o período da “quarentena”. Nessa perspectiva, o que se pretende é analisar de maneira incipiente as transformações potencializadas pela crise sanitária em nossos arranjos sociais e de maneira específica as mudanças que ganharam forma no

cotidiano e práticas de trabalho dos motoristas urbanos de Imperatriz, Maranhão, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Motoristas; Cidades; Pandemia; Medo; Trabalho.

URBAN DRIVERS IN TIME OF COVID-19: REPRESENTATIONS ABOUT DAILY LIFE, FEAR AND WORK IN IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRAZIL

ABSTRACT: Assuming that urban drivers, especially taxi drivers, motorcycle taxi drivers and app drivers, derive their livelihood resources from the job of transporting people, this article seeks to sociologically understand the representations and narratives of these subjects about economic, social and cultural issues related to the exercise of their activities during the period of social isolation stimulated by the fight against the Covid-19. Through the application of questionnaires with these interlocutors in the year 2020, we explore throughout the text their impressions about everyday life, social fears and work relationships during the period of “quarantine”. In this perspective, the aim is to analyze in an incipient way the transformations potentiated by the health crisis in our social arrangements and specifically the changes that took shape in the daily life and work practices of urban drivers in Imperatriz, Maranhão, Brazil.

KEYWORDS: Drivers; Cities; Pandemic; Fear; Work.

CONDUCTORES URBANOS EN TIEMPOS DE COVID-19: REPRESENTACIONES SOBRE VIDA COTIDIANA, MIEDO Y TRABAJO EN IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

RESUMEN: Asumiendo que los conductores urbanos, especialmente los taxistas, los mototaxistas y los conductores de aplicaciones, derivan sus recursos de subsistencia del trabajo de transporte de personas, este artículo busca comprender sociológicamente las representaciones y narrativas de estos sujetos sobre cuestiones económicas, sociales y culturales relacionadas con el ejercicio de sus actividades durante el período de aislamiento social estimulado por la lucha contra el Covid-19. Mediante la aplicación de cuestionarios con estos interlocutores en el año 2020, exploramos a lo largo del texto sus impresiones sobre la vida cotidiana, los miedos sociales y las relaciones laborales durante el período de “cuarentena”. En esta perspectiva, el objetivo es analizar de forma incipiente las transformaciones potenciadas por la crisis sanitaria en nuestros arreglos sociales y específicamente los cambios que se concretaron en el cotidiano y en las prácticas de trabajo de los conductores urbanos en Imperatriz, Maranhão, Brasil.

PALABRAS CLAVE: Conductores; Ciudades; Pandemia; Miedo; Trabajo.

1 | INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que os motoristas urbanos, especialmente taxistas, mototaxistas e motoristas de aplicativo, obtêm os recursos financeiros necessários à sua subsistência do ofício de transportar pessoas, alguns como atividade principal, outros como renda complementar, o presente artigo busca explorar as percepções e narrativas desses sujeitos acerca das questões econômicas, sociais, culturais e políticas relacionadas ao exercício de suas atividades laborais durante o período de isolamento social estimulado pela pandemia da Covid-19.

A pesquisa que deu origem aos dados que compõem o artigo se inscreve teoricamente na perspectiva da Sociologia Urbana, pois, como pondera Park (1979), na cidade as crises ganham uma proporção maior, devido, entre outros fatores, ao aumento da densidade populacional, à intensidade dos fluxos e trocas (DURKHEIM, 1999); (WIRTH, 1979); (WEBER, 2009), à intensificação dos estímulos sobre o indivíduo (SIMMEL, 1903) e ao desenvolvimento exponencial do capital (MARX, 1975). Devido às práticas de isolamento social promovidas durante o enfrentamento da Covid-19 e a impossibilidade de realização de pesquisas *in loco*, os dados apresentados no artigo foram produzidos por meio da aplicação de um questionário encaminhado via e-mail e/ou aplicativos. O questionário foi distribuído a 18 pessoas no início do mês de julho de 2020, quase quatro meses depois do início do isolamento social na cidade de Imperatriz, Maranhão. Após um decreto do governador Flávio Dino, publicado no dia 21 de março daquele ano, foram suspensas por quinze dias as atividades do comércio nas cidades do estado maranhense, alterando de

maneira significativa as rotinas de trabalho dos nossos interlocutores e nossas estratégias de pesquisa.

Diante desse arranjo de mudanças e transformações recentes, uma das preocupações que inquietam economicamente e politicamente as sociedades atuais e o presente artigo envolve o mundo do trabalho, suas características e possibilidades durante e após o período da “quarentena”, prolongada inúmeras vezes ao longo dos últimos dois anos. Tal questão tem gerado discursos acalorados, nos estimulando a compreender as impressões dos motoristas de aplicativos da cidade de Imperatriz sobre o período de isolamento social associado à Covid-19. O que se pretende é explorar, de maneira incipiente, as mudanças nas rotinas de trabalho, relações sociais e rendimentos econômicos dos nossos interlocutores, identificando possíveis transformações nas narrativas e repertórios simbólicos associados às suas maneiras de ver e estar no mundo.

Para contemplar os objetivos do artigo, ele foi dividido em quatro partes. Inicialmente, busca-se relacionar analiticamente a Pandemia de Covid-19 e os estudos sobre as cidades, ressaltando os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos envolvidos nessa interface. Em um segundo momento, procuramos explorar as representações sobre a pandemia e o isolamento social que passam a nortear as ações dos nossos interlocutores de pesquisa. Na terceira parte do texto buscamos analisar as faces que o medo, enquanto sentimento socialmente construído, incorpora em um contexto de crise sanitária e como estimula o ajustamento das práticas laborais e sociabilidades dos motoristas de aplicativos de Imperatriz. Em seguida, damos destaque às impressões e anseios dos nossos interlocutores diante da pandemia, revelando algumas das mudanças práticas e subjetivas que ganham forma no cotidiano desses trabalhadores urbanos. Nas considerações finais, reforçamos a ideia de que a pandemia possui múltiplas consequências sociais e que a crise que vivenciamos diante desse fenômeno não pode ser dissociada de nosso arranjo histórico e das questões estruturais relacionadas ao mundo do capital.

2 | AS CIDADES E A PANDEMIA DA COVID-19

Para pensarmos as possíveis relações entre as cidades e a Pandemia da Covid-19 é necessário nos atermos aos múltiplos aspectos que envolvem essas conexões, entre eles os sociais. Nessa perspectiva, a Covid-19 é apreciada não apenas como uma questão biológica ou sanitária, pois se encontra atravessada por uma série de questões que aguçam o olhar sociológico para sua análise social (SOUSA, 2020); (PEREIRA, 2020); (CONCEIÇÃO; BLANC, 2020); (KOURY, 2020); (SANTOS, 2020).

Souza (2020) analisa a pandemia a partir de uma chave interpretativa marxista,

destacando como a expansão global do vírus está conectada às dinâmicas do capitalismo contemporâneo, pois novas relações espaço temporais teriam permitido que o vírus se disseminasse rapidamente por todos os cantos do planeta. Apesar do autor não focalizar o termo cidade em suas análises é possível construir uma correlação com nosso trabalho, pois, como esclarece Pereira (2018b), Marx compreende a cidade como o resultado dos condicionantes sociais e econômicos intimamente conectados ao capitalismo moderno. Nessa correlação a cidade pode ser apreciada como lócus privilegiado para a reprodução social e econômica do capitalismo, configurando-se como espaço propício para a circulação e disseminação do vírus.

Conceição e Blanc (2020) realizam uma análise da pandemia associando o espraiamento viral com as cidades e seus fluxos. Para os autores, “os grandes centros, acumuladores das riquezas, endereços das decisões estratégicas, agregadores dos benefícios e dos males da vida urbana, vêm se consolidando como incubadoras da Covid-19” (2020, p. 1), devido, entre outros fatores, à intensidade dos fluxos que caracterizam esses espaços. Pereira (2020) apresenta uma perspectiva similar ao analisar a Pandemia no Maranhão ponderando que as cidades com os maiores índices de contaminação no estado são aquelas que possuem uma maior circulação de bens econômicos e pessoas, respectivamente a capital São Luís e Imperatriz.

Para Park (1979):

A cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniência sociais, ruas edifícios [...]. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizadas [...] Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõe, é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana. (PARK, 1979, p. 1).

Nessa perspectiva ecológica a cidade é observada para além de seus aspectos geográficos e espaciais, sendo decisiva a compreensão das dinâmicas dos atores que a compõem e dão vida ao espaço citadino através de suas interações. Ao destacar em suas análises as relações intrínsecas entre a organização física e moral das cidades, o autor nos inspira a pensar as interfaces de mudanças entre os contextos citadinos e seus arranjos sociais, que dinamicamente se transformaram nesse período de pandemia.

Falaríamos, na perspectiva de Wirth (1979), de um modo de vida renovado, já que:

A característica marcante do modo de vida do homem na idade moderna é a sua concentração em agregados gigantescos em torno dos quais está aglomerado um número menor de centros e de onde irradiam as ideias e as práticas que chamamos de civilização. [...] As influências que as cidades

exercem sobre a vida social do homem são maiores do que poderia indicar a proporção da população urbana, pois a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo. (WIRTH, 1979, p. 89).

Os modos de vida urbanos que ganham forma com as cidades modernas e exercem expressiva influência além de seus limites alteram-se, guardadas as devidas distâncias analíticas do autor, durante a pandemia, instigando-nos a pensar a efervescência e dinamicidade características dos espaços citadinos. As dinâmicas dos sujeitos que habitam as cidades foram sensivelmente alteradas nos últimos dois anos, transformando o cotidiano e os modos tradicionais e peculiares de ser e estar nas cidades. Os citadinos, que em suas rotinas diárias se apropriavam dos diversos espaços das cidades, ficaram reclusos em suas casas e apartamentos, elegendo os ambientes virtuais como espaços privilegiados para a tessitura de relações sociais, atividades laborais e práticas de lazer.

Nos primeiros dias e meses da quarentena os contatos com o “mundo lá fora” passaram a ser restritos aos serviços considerados essenciais, tais como farmácias, supermercados e bancos. Os poucos contatos estabelecidos fora dos ambientes domésticos foram marcados, como apontam muitos dos autores citados no início desse tópico, por sentimentos de insegurança e medo, nos remetendo, como aponta Pereira (2020), às experiências de uma *sociabilidade pandêmica* em Imperatriz. Portanto, se a pandemia alterou significativamente nossa vida cotidiana, acreditamos que essas mudanças são mais sensíveis e profundas nos ambientes urbanos das cidades, devido, entre outros fatores, a seu maior fluxo de pessoas e mercadorias, capaz de potencializar a circulação e disseminação da Covid-19. Dinamizada por fluxos, encontros e mobilidades, as crises, como as potencializadas pela pandemia e as crises sanitárias, ganham uma maior proporção e alcance, conforme Park (1979), nas cidades, aguçando nosso olhar sociológico para sua análise e compreensão.

3 | PANDEMIA, ISOLAMENTO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Como apontado, a Pandemia de Covid-19 não pode ser compreendida apenas sob a ótica da saúde pública, já que revela alguns dos principais problemas do Brasil, tais como a desigualdade econômica, as altas taxas de desemprego e a precariedade da moradia de grande parte da população do país, caracterizando esses espaços como potenciais vetores de doenças. Nesse período pandêmico esses problemas tornaram-se mais sensíveis e ganharam maior visibilidade, especialmente quando se associam aos sentimentos de medo do contágio e das mortes físicas, psicológicas e econômicas dos trabalhadores

urbanos. Nessa chave interpretativa a Pandemia da Covid-19 emerge como um problema político, econômico, cultural e social de profunda relevância, mobilizando cientistas sociais e a população em geral para a compreensão dos impactos desse fenômeno em nossas experiências cotidianas.

Na análise desses impactos um ponto que vem sendo debatido de maneira exaustiva pelos analistas sociais se refere às medidas adotadas no enfrentamento e combate ao vírus da Covid-19. Tais discussões, de uma forma geral, têm como um de seus pontos centrais, como bem expõem Ferrari e Cunha (2020), as representações acerca da prática do isolamento social e seus efeitos sanitários e econômicos, apresentando aqueles que se posicionam de maneira contrária a essa prática, por meio de justificativas que envolvem possíveis prejuízos materiais, e aqueles que defendem o isolamento como uma prática viável e salutar nesse momento de pandemia. Werneck e Carvalho (2020), ao analisarem a questão social da saúde pública e seu fator econômico, reconhecem a importância deste último, porém, ponderam que as decisões sobre os caminhos adotados no enfrentamento da pandemia e seus efeitos devem ser tomadas com o objetivo primordial de salvar e poupar vidas.

Tais discussões são importantes não apenas em um plano teórico, pois estão presentes, de maneira direta e/ou indireta, e repercutem em nossas práticas cotidianas, articulando nosso arcabouço simbólico e percepções acerca da Pandemia da Covid-19, processos que nos ajudaram a dar forma a nossas ações sociais (WEBER, 2004), interações (SIMMEL, 2006) e fachadas (GOFFMAN, 1985). Nesse sentido, torna-se decisiva a apreensão das representações acerca do isolamento social e seus efeitos sobre a modulação da ação dos indivíduos e grupos sociais. Em meio a essas representações e repertórios simbólicos são evocadas não apenas questões sanitárias e de saúde pública, mas também elementos políticos, econômicos e sociais que nos ajudam a compreender de uma maneira qualificada esse momento pandêmico.

Em uma análise que leva em conta esses aspectos, revela-se que o isolamento social não está acessível da mesma forma a todas as pessoas, permitindo-nos pensar a pandemia e suas representações associadas a questões estruturais e sociais. Como salientam Werneck e Carvalho (2020), a COVID-19 encontra a população brasileira em uma situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego e cortes profundos em suas políticas sociais.

Ainda que estejamos preservando nossa saúde ao permanecer em casa, é legítima a preocupação sobre como iremos nos alimentar se nossos salários forem cortados ou se não tivermos como gerar nossa renda, no caso de empresários, trabalhadores autônomos e informais. (SOUZA, 2020b).

Mais do que reconhecer a legitimidade de tais preocupações, é sociologicamente significativo compreender como essas representações e repertórios simbólicos fundamentam a definição da situação dos nossos interlocutores de pesquisa (GOFFMAN, 1985), estimulando uma série de ações individuais e coletivas. Pautados na necessidade da manutenção dos ganhos econômicos que garantem suas subsistências individuais e familiares, muitos trabalhadores urbanos mantiveram-se em seus postos de trabalho durante a pandemia, mesmo expostos à doença e seus efeitos mortais. Dessa forma, o medo desponta como uma categoria significativa para a compreensão das relações, ações e interações dos motoristas que trabalham por aplicativo no contexto pandêmico, revelando as múltiplas angústias que envolvem temores relacionados à doença, à morte e à impossibilidade de pagar suas contas ao final do mês.

4 | MEDO, COTIDIANO E SOCIABILIDADE PANDÊMICA

Marilena Chauí (1987) nos convida a pensar:

Do que se tem medo? Da morte, foi sempre a resposta. E de todos os males que possam simbolizá-la, antecipá-la, recordá-la aos mortais. Da morte violenta, completaria Hobbes. De todos os entes reais e imaginários que sabemos ou cremos dotados de poder de vida e de extermínio: da natureza desacorrentada, da cólera de Deus, da manhã do Diabo, da crueldade do tirano, da multidão enfurecida; dos cataclismos, da peste, da fome e do fogo, da guerra e do fim do mundo. (CHAUI, 1987).

Para a autora, alguns de nossos medos sociais relacionam-se diretamente à morte, seja a nossa ou daquelas pessoas pelas quais nutrimos sentimentos. Mais do que destacar os diversos medos que envolvem a experiência humana, é necessário compreendê-los como construções sociais, que se associam ao planejamento e execução das ações individuais e coletivas.

O medo tem sido analisado pelas Ciências Sociais sob múltiplas formas, destacando-se os trabalhos de Eckert (1998), Eckert e Rocha (2008), Koury (2002, 2005), Pastana (2004) e Pereira e Pereira (2017), que buscam, cada um à sua maneira, explorar seu papel na tessitura das ações e relações sociais. Identificando uma *cultura do medo* (PASTANA, 2004) relacionada às questões que envolvem uma *sociabilidade violenta* (MACHADO DA SILVA, 2016), revelam-se não apenas alguns dos ajustes necessários ao desenvolvimento das interações entre os indivíduos nos contextos urbanos, pois o medo estaria associado à composição estética dos lugares, transformando o espaço citadino em uma *cidade de muros* (CALDEIRA, 2000). Sob a ótica desses autores torna-se possível uma relação analítica entre medo, sociabilidades, cotidiano e cidade, nos inspirando a imaginar os

contornos e características do medo em tempos pandêmicos.

Koury (2002, 2005) considera que o medo é uma construção social significativa, pois atua como uma das principais forças organizadoras das condutas individuais e grupais. Nessa perspectiva, o medo socialmente construído associa-se de maneira sensível às nossas formas de pensar, agir e interagir, nos auxiliando na análise dos processos societários em uma sociabilidade dada. Compreendido como *conteúdo* (SIMMEL, 2006), o medo estaria conectado aos impulsos de sociação dos indivíduos, de forma breve ou duradoura, permitindo a identificação de *formas sociais* que se conectam a esses sentimentos. Articulando ditames de um poder disciplinar¹ e regras sociais (Foucault, 2001), o medo e as *sociabilidades pandêmicas* (PEREIRA, 2020) “adquirem uma perspectiva específica” (Idem, p. 75), aguçando o olhar sociológico para sua análise.

O medo em tempos pandêmicos não se relaciona com atos de violência criminal, tendo como eixo central as questões que envolvem a Covid-19 e as possibilidades de seu enfrentamento. Nesse arranjo destacam-se o medo da morte, da perda de entes queridos, de interação com as pessoas, da crise econômica, do futuro, do imprevisível, da ausência em eventos importantes (familiares, culturais, esportivos e religiosos), de passar fome, do desemprego e, entre outros, de contrair a doença ou transmiti-la. Esses medos que se articulam em torno dos tempos pandêmicos e englobam aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos nos instigaram a investigar as experiências dos motoristas do transporte urbano de Imperatriz, revelando algumas faces das sociabilidades urbanas durante a Pandemia de Covid-19.

Destacando os repertórios culturais e afetivos que envolvem a construção social do medo, Pereira (2020) busca delinear as mudanças que ganham visibilidade no comportamento dos sujeitos urbanos e o esvaziamento gradativo das ruas da cidade de Imperatriz, Maranhão. Analisando o medo e suas representações o autor aponta que:

71% das justificativas giram em torno do medo de contágio, [...]. 8,1% também possuem medo do contágio e ao mesmo tempo preocupação pela falta de cuidados das pessoas que não respeitam as normas de proteção. Outros 8,1 temem pela demora e velocidade da pandemia e 4,1 afirmaram o medo do contágio e da situação financeira para a manutenção da própria vida. (PEREIRA, 2020, p. 78).

Na análise de seus dados, Pereira (2000) destaca, além do predomínio do medo do contágio - aquele que nos aproxima da morte (CHAUÍ, 1987) - três situações que nos aproximam das experiências práticas e subjetivas dos nossos interlocutores de pesquisa. A primeira refere-se ao medo do desrespeito às medidas de segurança; a segunda, à duração

1. “O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e retirar, tem como função maior adestrar; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (FOUCAULT, 2001b: 143).

e extensão temporal da crise sanitária; e a terceira, à preocupação financeira diante da manutenção da vida individual e familiar. Como destacado nas linhas anteriores, nem todos os moradores de Imperatriz tiveram o privilégio de manterem-se de maneira adequada em quarentena, pois se viram obrigados a trabalhar em empresas que continuaram a funcionar, de maneira legal ou ilegal, e/ou em atividades consideradas “essenciais”. Entre esses sujeitos encontramos nossos interlocutores, os motoristas que trabalham por aplicativos, “empreendedores individuais” que se viram forçados a trabalhar em meio à pandemia, mesmo diante de uma queda abrupta no número da quantidade de clientes e de condições de extrema vulnerabilidade a que estavam expostos.

5 | OS MOTORISTAS URBANOS DE IMPERATRIZ E SUAS EXPERIÊNCIAS EM TEMPOS DE COVID-19

Para iniciar nossa reflexão sobre estes trabalhadores urbanos gostaríamos de nos remeter a Boaventura de Sousa Santos (2015), que considera que “qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros e impossível para um vasto grupo de cuidadores, cuja missão é tornar possível a quarentena ao conjunto da população” (SANTOS, 2015, p. 20). Em seu livro intitulado *A cruel pedagogia do vírus* (2020) o autor nos remete aos elementos sociais, culturais, econômicos e políticos envolvidos na compreensão da pandemia, trazendo à tona os processos históricos, políticos e culturais relacionados ao modo de vida capitalista moderno. Para Boaventura (2020) a pandemia atinge de maneiras diferentes as pessoas, devido a recortes de raça, classe e gênero e aos resultados de crises anteriores, escancaradas diante da pandemia que vivenciamos.

Seguindo o pensamento de Santos (2020) poderíamos nos perguntar se “ficar em casa” é para quem quer ou para quem pode, pois se há pessoas que burlam o isolamento social, nem todas podem ser classificadas como irresponsáveis ou insanas, já que a quarentena é discriminatória. Ficar em casa é difícil para alguns e impossível para muitos outros, pois algumas pessoas trabalham para que seja possível a quarentena e o isolamento social de outras. Nesse quadro encontramos os motoristas urbanos, que, mesmo diante da diminuição dos deslocamentos pela cidade, perduram como mediadores dos trânsitos estritamente necessários, que envolvem desde a ida a supermercados a visitas a hospitais e farmácias.

Motorista por aplicativos que tem sua única fonte de renda nesse ofício, Carla² considera que na pandemia:

2. Os nomes de todos os interlocutores citados durante o artigo são fictícios como forma de garantir sua integridade física e profissional.

Alguns passageiros não se importam com as medidas de distanciamento e medidas sanitárias, muitos não usam máscaras e poucos fazem o uso do álcool em gel disponível no carro. Outros insistem em utilizar o banco da frente mesmo com o maior risco de contato para ambos, o motorista e passageiro. Sou a favor do isolamento e distanciamento, **não deveria estar trabalhando mas se não trabalhar não posso sobreviver, então trabalho**. Levo pessoas sem máscaras, pois não podemos recusar muitas corridas, os *app* dão punição! Além do lucro já ser pouco, será bem menos se recusar todos que não cumprem as medidas. (Carla, 22 anos, natural de Imperatriz, motorista por aplicativos há 07 meses no período em que realizamos a aplicação dos questionários).

Mesmo dependendo de maneira exclusiva do ofício de transportar pessoas para seu sustento econômico, Carla se posiciona favorável à prática do isolamento social, afirmando ter ciência da gravidade dessa doença e da importância do distanciamento, uso de máscaras e álcool em gel como práticas apropriadas para a contenção do vírus. Apesar de atemorizada pelo medo de contrair a doença, as experiências de nossa interlocutora revelam a concorrência de outros medos nesse momento, especialmente aqueles relativos à falta de cuidado dos passageiros que transportam e não respeitam as indicações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Nessa perspectiva, as vulnerabilidades do trabalho dos nossos interlocutores, sobretudo aqueles que não pararam de trabalhar na pandemia e os que já retornaram às suas atividades, estão envolvidas não apenas pela insegurança de suas situações financeiras, mas também pelo temor da contaminação por sujeitos que se recusam a respeitar as normas sanitárias, tornando o cotidiano destes trabalhadores mais incerto e perigoso.

Indagados sobre as motivações que os levaram a continuar trabalhando mesmo diante do isolamento social, 90% dos motoristas urbanos responderam que “estavam na rua” devido à “necessidade” e/ou “contas a pagar”. Favoráveis em sua grande maioria ao isolamento, 18 dos entrevistados chegaram a ficar em quarentena por períodos que variaram de duas semanas a três meses. Dessa forma, o medo de contrair a doença concorria com o medo de não “sobreviver economicamente” e “não pagar as contas”, pois mesmo que boa parte dos motoristas tenha sido contemplada com o auxílio emergencial do governo federal (72,2 %) o valor recebido era significativamente menor do que suas rendas mensais, que variam de 01 a 03 salários mínimos. Angustiadados pela necessidade de pagar aluguéis e/ou as parcelas de seus carros e motos, grande parte dos motoristas urbanos não teve a opção de “parar”, continuando de maneira insegura suas atividades e/ou retomando-as envoltos em muitas incertezas.

Relatando suas experiências durante a pandemia, o senhor Daniel, motorista há mais de 20 anos na cidade de Imperatriz com experiências nos ofícios de mototaxista, taxista e motorista de *app*, revela algumas das situações vivenciadas por esses sujeitos no período

inicial da crise sanitária. Daniel parou de exercer suas atividades na cidade de Imperatriz quando foi recomendado o fechamento do comércio, shoppings, bares e cinemas por meio do Decreto de nº 23 de 21 de março de 2020. Para nosso interlocutor, sem o comércio funcionando não haveria “corridas” para se pegar, forçando, mesmo que a contragosto, os motoristas a parar momentaneamente seu ofício. Temeroso e com muitas dúvidas com relação ao período inicial da pandemia, Daniel não demorou muito para voltar às suas atividades, começando, após a segunda semana de quarentena, a realizar timidamente algumas corridas no período da manhã, horário em que o comércio estava aberto para os serviços essenciais e algumas lojas abriram clandestinamente. Com a elevação do número de casos na cidade, nosso interlocutor voltou a ficar três semanas em sua casa devido aos sintomas que teve ao contrair a doença, voltando, ao se sentir melhor, ao exercício do seu trabalho.

Para além do medo das questões que envolvem suas vidas financeiras, o medo de contrair a doença e transmiti-la se faz significativamente presente nas narrativas dos interlocutores da pesquisa. Diante desse quadro, os motoristas urbanos, como Daniel, se viram obrigados a mudar seus hábitos cotidianos e suas dinâmicas trabalhistas de maneira sensível, elaborando novas maneiras de imaginar e vivenciar os espaços da cidade e seu ofício. Questionados sobre as principais mudanças ocorridas durante o período da pandemia em seu cotidiano e rotinas de trabalho, as respostas dos nossos interlocutores convergiram para a constatação da diminuição do número de passageiros e para as mudanças nos hábitos relacionados à higiene pessoal. Nessa perspectiva, destacam-se o:

Uso constante de máscaras de tecido, três tipos de álcool 70 no carro (um líquido para borrifar no carro, uma garrafa grande em gel para os passageiros e uma embalagem pequena em gel para meu uso pessoal), além de manter todas as janelas abertas a todo momento. (Quemuel, 29 anos, natural de Imperatriz, motorista por aplicativos há 12 meses no período em que realizamos a aplicação dos questionários).

Se estes trabalhadores se veem obrigados a exercer suas atividades para continuar mantendo economicamente suas famílias e proteger a si e seus entes queridos, o que se percebe é um processo de “construção insegura de novos arranjos e rotinas cotidianas de segurança pessoal e familiar” (KOURY, 2020, p. 14) e “uma sociabilidade pandêmica, pois não é plena na utilização de todos os sentidos humanos, uma sociabilidade fortemente visual com cheiro de álcool e textura de gel” (PEREIRA, 2020, p. 84).

Portanto, o cotidiano desses trabalhadores tem sido marcado pelo medo da morte, da Covid-19, de contrair e transmitir a doença, de perder entes queridos, de passar fome, de não pagar as contas e, entre muitos outros, de não conseguir quitar a parcela do carro. Estes medos concorrem dinamicamente entre si no processo de modulação e

estruturação das ações, interações e relações sociais em tempos pandêmicos, revelando diferencialmente as angústias dos sujeitos que “não podem parar de trabalhar” e os ajustes necessários às interações cotidianas com colegas, familiares e passageiros.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda vivenciamos um período bastante turbulento na cidade de Imperatriz, Maranhão, devido à Pandemia da Covid-19 e suas consequências. Com a “flexibilização” gradual do isolamento social na cidade o comércio voltou ao seu funcionamento regular desde pelo menos 18 de maio de 2020, retomando-se as atividades em lojas, bares, restaurantes e cinemas, ao mesmo passo em que a circulação de pessoas, carros e motoristas adensa os fluxos que dão vida e forma à cidade.

Apesar do discurso da “volta à normalidade”, aclamado por parte da população que deseja voltar a frequentar bares, festas e igrejas e condenado por aqueles que temiam o aumento do número de casos da doença, o vírus da Covid-19 não desapareceu, não nos permitindo imaginar uma volta a uma pretensa “normalidade plena”. Logo, um dos principais argumentos que se articulam ao discurso do retorno às “atividades normais” conecta-se às lógicas de reprodução do capital, nas quais o lucro emerge como uma prioridade. Nessa perspectiva, a compreensão das representações e preocupações dos trabalhadores urbanos, sobretudo os que compõem o setor de trabalho informal, passa pela análise dos aspectos estruturais que envolvem as experiências desses sujeitos.

Para Antunes (2008, 2011), as metamorfoses do mundo do trabalho criaram as possibilidades para que o trabalho contratado e regulamentado seja paulatinamente substituído “pelas diversas formas de empreendedorismo, cooperativismo, trabalho voluntário” (ANTUNES, 2008, p. 7), revelando um empreendedorismo por necessidade (DORNELAS, 2005) conectado ao fenômeno do ao desemprego estrutural (ANTUNES, 2008). Sob essa ótica, a emergente aparição destes novos trabalhadores urbanos, como os motoristas que trabalham por aplicativos, se insere naquilo que vem sendo chamado de *economia compartilhada* ou *sharing economy* (SLEE, 2017), caracterizada por uma exploração mascarada dos seus “colaboradores”. Portanto, apesar da roupagem de “empreendedores” individuais, uma das consequências mais significativas dessa nova articulação do mundo do trabalho gira em torno da formação de um novo proletariado, compatível com nossa era digital, que tem sob seu manto “o privilégio da servidão” (ANTUNES, 2019). Conectada a processos históricos que envolvem a precarização e a flexibilização das rotinas trabalhistas, essa classe de trabalhadores urbanos escancara a profunda desigualdade econômica e social das cidades brasileiras, deixando à margem

do emprego formal e das garantias trabalhistas uma parcela significativa da população do país.

Tal situação se agrava e ganha profundidade quando imaginamos as experiências desses sujeitos em um mundo pandêmico, pois mesmo não sendo o vírus um elemento político, econômico, social ou cultural, em sociedade somos seres ligados por *teias de interdependências* (ELIAS, 1999, 1994), conectando a experiência biológica do vírus às nossas teias sociais, econômicas, políticas e culturais. O vírus não criou as desigualdades e diferenças sociais, contudo escancarou, revelou e trouxe à tona elementos de uma crise inscrita em nossas relações (KOURY, 2020); (ADORNO, 2020); (SANTOS, 2020), nos inquietando a renovar, em meio a um processo que ainda estamos vivenciando, a curiosidade sociológica acerca de seus efeitos sobre os trabalhadores urbanos de nossas cidades.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. “Déficit habitacional é obstáculo para isolamento vertical, dizem pesquisadores”. Entrevista a José Tadeu Arantes. **Boletim da Agência FAPESP**, em 01 de abril de 2020. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/32874>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? **Estudos do Trabalho**, LOCAL, v. 2, n.3, p.1-9, 2008.

_____. **O privilégio da servidão** – o novo proletariado de serviços na era digital. Editora Boitempo, 2018.

_____; ALVES, Giovanni. As Mutações no Mundo do Trabalho a Era da Mundialização do Capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n.87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BLANC, Manuela; CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. Cidades, seus fluxos e o espriamento viral: As prospecções possíveis em uma análise da incidência da Covid-19 em TO, MA, ES e RJ. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia**, p. 1-27, 2020.

CHAUÍ, Marilena (1987). Sobre o Medo. In: **Os Sentidos da Paixão**. Disponível em: <https://artepensamento.com.br/item/sobre-o-medo/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Transformando ideias em negócios**. 2º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins fontes, 1999.

ECKERT, Cornélia. Antropologia do Cotidiano e Estudos das Sociabilidades a partir das feições dos medos e das crises na Vida Metropolitana. **Horizontes Antropológicos**, n. 7, 1998.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza da. Cidade Sitiada, o medo como intriga. **Revista Iluminuras**, v. 9, n. 21, 2008.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. Modelos de jogos. In: **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

FERRARI, Andrés; CUNHA, André Moreira. **A pandemia de Covid-19 e o isolamento social: saúde versus economia**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-a-pandemia-de-covid-19-e-o-isolamento-social-saude-versus-economia/>. Acesso em: 5 jul. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (2002). Medo, Vida Cotidiana e Sociabilidade. **Revista De Ciências Sociais - Política & Trabalho**, 18, 9-19. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6489>. Acesso em: 18 ago. 2021.

_____. **Medos Corriqueiros e Sociabilidades**. João Pessoa: Edições do Grem, Editora Universitária, 2005.

_____. O Covid-19 e as emoções: pensando na e sobre a pandemia. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 19, n. 55, abril de 2020. Suplemento Especial – Pensando a Pandemia à luz da Antropologia e da Sociologia das Emoções, pp. 13-26, maio de 2020 - ISSN 1676-8965.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: _____. **Fazendo a cidade: Trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 1, 1975 online.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2003. p. 183-314.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org). **O fenômeno Urbano** RJ: Zahar Ed., 1979.

PEREIRA, Ana Paula P. **De Táxi aos Táxi-lotação da cidade de Imperatriz – MA: A construção social de uma categoria de trabalhadores urbanos**. Monografia (Curso de Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em Sociologia) Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz-MA, 2018a.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Cenários e medo e as sociabilidades pandêmicas no Maranhão. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 19, n. 55, abril de 2020. Suplemento Especial – Pensando a Pandemia à luz da Antropologia e da Sociologia das Emoções, pp 67-86, maio de 2020

- ISSN 1676-8965.

_____. As cidades na perspectiva do materialismo histórico dialético: Marx, Engels e as cidades industriais. **Sociabilidades Urbanas**: Revista de Sociologia e Antropologia, v. 2, n. 5, p. 39-54, 2018b.

_____; PEREIRA, Ana Paula P. Interações, estigmas e sentimentos: notas sobre o ofício de mototaxista em Imperatriz-MA. *In*: **Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia, v.5, p. 160-183, 2017.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. As grandes cidades e a vida do Espírito. *In*: **MANA**, 11(2), 2005 (1903).

SLEE, Tom. **Uberização**: A nova onda do trabalho precarizado. Ed. Elefante, ed. 1, 2017.

SOUZA, Diego de Oliveira. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2469-2477, jun. 2020a. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702469&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2020. Epub 05-Jun-2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11532020>.

SOUZA, Kelen Rocha de. **Pandemia e Economia**: cartas sobre a mesa! Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/artigo-pandemia-e-economia-cartas-sobre-a-mesa/>. Acesso em: 06 jul. 2020b.

STUDING, Guy; ANTUNES, Cristina. **O precariado** – a nova classe perigosa. Editora Autêntica, ed. 2, 2013.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: volume II. Brasília: Editora UNB, 2009.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 36, n. 5. Acesso em: 14 jul. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>>. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org). **O fenômeno Urbano**. RJ: Zahar Ed., 1979.

**PARTE II - GRUPOS ÉTNICOS, RELIGIÕES E
NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA
AMAZÔNICA MARANHENSE**

INDÍGENAS KRIKATI E MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NA AMAZÔNIA MARANHENSE

Data de aceite: 03/08/2022

Francisca Regilma de Santana Santos

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: regilma.francisca@discente.ufma.br.

Leandro Araújo da Silva

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz. E-mail: leandro.araujo@discente.ufma.br.

Vanda Pantoja

Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: vanda.pantoja@ufma.br.

RESUMO: Este trabalho aborda os processos de existir e resistir de indígenas da etnia Krikati e mulheres quebradeiras de coco babaçu, ambos os grupos situados no estado do Maranhão, Nordeste do Brasil, Amazônia Maranhense. Nossa proposta parte da seguinte problemática: como sujeitos em situação de fronteira constroem as ações que têm como finalidade a defesa de sua existência? Partimos dos discursos de indígenas do povo Krikati e das mulheres quebradeiras de coco organizadas a partir do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), no

intuito de compreender as diferentes estratégias utilizadas em situação de conflito e ameaça de retirada do direito aos territórios. O ponto que coloca essas pessoas em relação é a condição de fronteiriços, tanto geográfica quanto social (MARTINS, 2018), em decorrência da localização geográfica e do lugar social que ocupam. Essa dupla condição pode indicar que os processos de dominação sobre esses agentes se dão com maior efeito. Nossas observações têm caminhado no sentido de perceber os elementos públicos e ocultos desses movimentos de resistir. A pesquisa tem nos indicado que os processos de construção e vivência de ações que prezam pela existência, elaboradas por esses sujeitos, guardam elementos tanto da política quanto da infrapolítica (SCOTT, 2000).

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia Maranhense. Resistências. Mulheres. Quebradeiras de coco babaçu. Indígenas Krikati.

KRIKATI INDIGENOUS AND WOMEN QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU IN THE AMAZON MARANHENSE

ABSTRACT: This work addresses the processes of existing and resisting of indigenous Krikati ethnicities and quebradeiras de coco babaçu, both groups located in the state of Maranhão, Northeastern Brazil, Amazon Maranhense. Our proposal starts from the following problem: how do subjects in a border situation build actions that aim to defend their existence? We start from the speeches of indigenous people of the Krikati people and women quebradeiras de coco babaçu organized from the Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), in order

to understand the different strategies used in situations of conflict and threat of withdrawal of the right to the territories. The point that puts these people in relationship is the condition of frontiers, both geographical and social (MARTINS, 2018), due to the geographical location and social place they occupy. This double condition may indicate that the processes of domination over these agents take place with greater effect. Our observations have moved towards perceiving the public and hidden elements of these resistance movements. Research has shown us that the processes of construction and experience of actions that value existence, elaborated by these subjects, keep elements of both politics and infrapolitics (SCOTT, 2000). **KEYWORDS:** Amazon Maranhão. Resistances. Women. Quebradeiras de coco babaçu. Krikati Indians.

INDÍGENAS KRIKATI Y MUJERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU EN LA AMAZONIA MARANHENSE

RESUMEN: Este trabajo aborda los procesos de existencia y resistencia de las etnias indígenas Krikati y quebradeiras de coco babaçu, ambos grupos ubicados en el estado de Maranhão, noreste de Brasil, Amazon Maranhense. Nuestra propuesta parte del siguiente problema: ¿cómo los sujetos en situación de frontera construyen acciones que apuntan a la defensa de su existencia? Partimos de los discursos de indígenas del pueblo Krikati y de mujeres quebradeiras de coco babaçu organizadas por el Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), con el fin de comprender las diferentes estrategias utilizadas en situaciones de conflicto y amenaza de retirada del derecho a los territorios. El punto que pone en relación a estas personas es la condición de fronteras, tanto geográficas como sociales (MARTINS, 2018), por la ubicación geográfica y el lugar social que ocupan. Esta doble condición puede indicar que los procesos de dominación sobre estos agentes se dan con mayor efectividad. Nuestras observaciones se han movido hacia la percepción de los elementos públicos y ocultos de estos movimientos de resistencia. Las investigaciones nos han mostrado que los procesos de construcción y vivencia de acciones que valoran la existencia, elaborados por estos sujetos, conservan elementos tanto de la política como de la infrapolítica (SCOTT, 2000).

PALABRAS CLAVE: Amazonia Maranhão. Resistencias. Mujeres. Quebradeiras de coco babaçu. Indios Krikati.

1 | INTRODUÇÃO

É com a perspectiva de repensar o território e os diferentes povos que habitam as Amazônias Maranhenses¹ que temos como objetivo compreender como as populações extrativistas, em particular as mulheres quebradeiras de coco babaçu organizadas a partir do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), na cidade de Imperatriz, Maranhão (MA), e o povo indígena Krikati narram suas experiências de constantes

1. Usamos o termo no plural por acreditar que são muitas as formas de experienciar o território. A Amazônia, mesmo a maranhense, apresenta ampla sociobiodiversidade. Assim, a Amazônia vivida pelas quebradeiras de coco e pelos povos indígenas apresenta sentido diferente, às vezes oposto, do sentido atribuído à Amazônia dos grandes latifundiários ou do trabalhador urbano.

conflitos em face das políticas públicas que, de acordo com o Estado, visam desenvolver a região e o local. Assim, nossa pesquisa visa tratar sobre resistências de ambos os agentes citados, frente aos desafios que são apresentados a eles como realidades.

O trabalho é ancorado em uma perspectiva crítica, decolonial e parte das experiências, dos saberes e dos pontos de vista dos interlocutores, com o propósito de pensar a construção de *conhecimentos localizados* (HARAWAY, 1988), a partir de seus contextos geográficos e sociológicos. Tal postura deixa implícita uma crítica à modernidade e ao modelo objetivo, racista e sexista de produzir conhecimento.

As ações de resistências de sujeitos subalternizados acontecem, quase sempre, no campo do *infrapolítico* (SCOTT, 2000), isto é, na esfera da política não pública. Isso se deve ao reconhecimento do desequilíbrio de poder entre os sujeitos em relação. Por infrapolítico, James Scott (2000) entende não um modo menor de política, mas “[...] a luta discreta que os grupos subordinados exercem todos os dias e que está, assim como os raios de infravermelho, para lá da parte visível”² (p. 217, tradução nossa). Em nossa pesquisa de campo, o infrapolítico aparece pelos atos de rebeldia nos encontros de formação, oficinas e nas conversas reservadas em grupos de mulheres que compartilham seus pensamentos e opiniões.

Essas ações, por mais limitadas que pareçam ser, do ponto de vista das mudanças – pois elas, por si só, não são capazes de provocar rupturas estruturais nos sistemas de opressão que essas mulheres vivem –, são ações importantes que apontam mudanças, sobretudo no que se refere ao alívio das tensões do indivíduo e do grupo, assim como constituem momentos ímpares de solidariedade e reforço da ideia de pertencimento. María Lugones (2014) lança mão da noção de infrapolítico e chama de *subjetividade ativa* a capacidade de agência, mesmo que mínima, de pessoas que resistem às múltiplas opressões. São sujeitos para os quais “legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negados à subjetividade resistente” (LUGONES, 2014, p. 940).

Por sua vez, Patricia Hill Collins (2019) trata sobre resistências a partir do feminismo negro e entende que é fundamental o reconhecimento das condições do eu, no contexto da dominação. A autora chama tal processo de *autodefinição*, que resulta em movimentos de resistência que nem sempre são publicizados, mas que são subsídios para processos de resistências públicas que ocorrem cotidianamente (COLLINS, 2019). Sem essa dimensão de ações do infrapolítico, as ações de resistência explícitas não seriam possíveis.

Nas ações de resistir de povos indígenas, nessa região do MA, as dimensões do político e do infrapolítico são notáveis. Em tempos recentes, a agudização dos processos

2. No original: “[...] la lucha sorda que los grupos subordinados libran cotidianamente se encuentra – como los rayos infrarrojos – más allá del espectro visible”. (Scott, 2000, p. 217).

de dominação tem levado a uma maior percepção das resistências públicas desses sujeitos. A internet tem sido o meio privilegiado, mas não o único, em que as ações dos povos indígenas contra a violação de direitos têm ocorrido. Chamamos esse fenômeno de resistência via rede de resistência pública. Já as ações realizadas no interior das aldeias, nos grupos reduzidos e no cotidiano caracterizam a dimensão infrapolítica.

Para as quebradeiras de coco babaçu, a dimensão do resistir está presente, fortemente, via consolidação do MIQCB, organizado por elas em meados dos anos 1990 (MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, [2020?]), e nas resistências cotidianas no interior dos territórios, comunidades, coletivos autônomos (associações e famílias), não necessariamente vinculados, institucionalmente, ao Movimento.

A noção de infrapolítico (SCOTT, 2000) é importante para nós no momento que permite um diálogo com as experiências dessas sujeitas, enquanto possibilidade de construção de um conhecimento situado (HARAWAY, 1988). Assim, ações consideradas comuns, aquilo que Scott (2000) chama de *resistências cotidianas*, conformam, na fala delas, o próprio ato de existir, como movimento cotidiano de resistências à matriz de dominação que se apresenta a elas de modo interseccional, por sua classe, raça, gênero, grau de instrução e origem geográfica.

O trabalho tem como suporte metodológico várias técnicas do método etnográfico: leituras, observações, entrevistas, participações em reuniões, consultas a atas e outros documentos, coletados no período de 2019 e 2020, assim como as experiências do autor e das autoras enquanto sujeito e sujeitas que partilham memórias camponesas e habitam esse lugar de fronteira. O texto está organizado em três partes. Primeiramente, contextualizamos o lócus da pesquisa, apontando algumas variáveis que possibilitam ao leitor compreender as relações que por esse espaço se reproduzem. Assim, temos, como ponto inicial, a noção de fronteira (MARTINS, 2018).

Em seguida, mostramos as produções de *subjetividades ativas* e processos de resistência de mulheres quebradeiras de coco babaçu que, organizadas por meio do MIQCB, têm atuado em defesa de seus territórios. Além do lugar de conflito e de degradação do humano, apontamos a fronteira como lócus de produção de *subjetividades ativas*, capazes de produzir modos contextualizados de resistir que têm, nas *experiências* dessas mulheres, razões de autoafirmação, enquanto sujeitas de uma identidade coletiva. Na terceira e última parte, mostramos como o povo Krikati tem se mobilizado frente ao contexto atual de ameaças e violações aos direitos indígenas, por meio de sua inserção no que denominamos, inicialmente, de *movimento indígena*, especialmente no contexto da fronteira amazônica, no MA. Em seguida, tecemos algumas considerações.

A FRONTEIRA COMO LIMITE E COMO POSSIBILIDADE

A denominação Amazônia Maranhense é pouca utilizada pelos maranhenses, em geral e pelo Estado, enquanto agente de políticas públicas; é pouca, também, a referência no meio acadêmico, na forma de recorte espacial de pesquisas. Compreendemos esse fato como reflexo de um Ensino Básico precário no que refere ao Ensino de Geografia, em particular nosso pouco saber sobre cartografia, e ao frágil entendimento dos amazônidas sobre sua condição de habitantes da Amazônia.

Não podemos desconsiderar essa falta de reconhecimento enquanto amazônidas como fruto do olhar de subalternização que se produziu sobre a Amazônia e sobre os povos que habitam esse vasto território. Esse olhar quase sempre desconsiderou a presença de sujeitos nessa região configurada na tese do *espaço vazio*, ou considerou os habitantes da Amazônia como sujeitos produto do meio natural, isto é, condicionados por uma natureza hostil e selvagem, sendo, portanto, ambos, território e sujeitos, inviáveis do ponto de vista econômico, dentro de uma concepção de mercado.

De forma geral, todas as questões acima mencionadas orientam nosso olhar para pensar a Amazônia, não apenas a maranhense, como lugar que melhor traduz aquilo que Lugones (2014) chama de *dicotomia entre humanos e não humanos* como tema de centralidade na modernidade colonial. É dessa perspectiva que olhamos a fronteira.

As ausências são verificáveis não apenas do ponto de vista de uma autodefinição enquanto povo, isto é, de uma identidade amazônica não consolidada. De acordo com Martins e Oliveira (2011, p. 10), há um “vazio de conhecimento” da biodiversidade local, e o saber sobre esse território e seus habitantes é vago e rarefeito.

Nesse contexto, do ponto de vista do uso do território, o MA é o estado da Amazônia Legal que possui menor grau de ocupação do espaço com áreas protegidas, apresenta alto grau de desmatamento e fragmentação florestal e um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (MARTINS; OLIVEIRA, 2011). O trabalho de Martins e Oliveira (2011) ainda aponta que a vegetação natural restante da Amazônia Maranhense representa menos de 25% da original, o que indica um alto grau de ocupação humana e predatória.

Para além do entendimento da Amazônia como espaço vazio, a compreensão dela como fronteira, tanto geográfica quanto sociológica, vê esse espaço como lugar do conflito, da exploração, da ausência de empatia, da produção de alteridades, “cenário de intolerância, ambição e morte” (MARTINS, 2018, p. 9), no qual a esperança estaria em situação *residual*. Martins (2018), ao tratar de fronteira, discorre sobre como o capitalismo, de tempos em tempos, engendra contornos específicos e altera formas de organização social e do trabalho, ao produzir, assim, o *Outro*, nunca sujeito, sempre subalternizado,

quase não humano.

A fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (MARTINS, 2018, p. 11).

A distinção entre humanos e não humanos, centralidade distintiva da fronteira, na visão de Martins, e centralidade distintiva da modernidade, para Lugones (2014), leva à degradação do Outro, à morte corriqueira, à maior ausência do Estado em relação ao restante do território nacional. Essas e outras questões concorrem para que tenhamos, em lugares de fronteira, uma leitura factual entre dominados e dominantes, entre quem chega e quem já se encontra. É estabelecida uma relação de dominação dos primeiros para com os últimos. Os processos de resistir passam despercebidos em função do caráter factual das leituras que prezam pelo caráter público das contestações e pela própria forma como se apresenta o ato de resistir: cotidiano, ordinário, privado, às vezes individual.

O município de Imperatriz, localizado na região Sudoeste do estado do MA, foi fundado em julho de 1852 e elevado à categoria de cidade em abril de 1924, conforme Franklin (2005). Essa região, antes de tornar-se município, era habitada por diversos povos indígenas, e a denominada “matas gerais” estava intacta até a dita “derrota” dos Timbira, que teria sido imposta pelos criadores de gado, e o aldeamento dos Gavião e Krikati em 1852 (FRANKLIN, 2008, p. 19). Antes, os criadores de gado teriam alcançado o rio Tocantins ainda no início do século XIX (CABRAL, 2008).

Para Franklin (2005), a rodovia Belém-Brasília (BR-010), construída no governo de Juscelino Kubitschek, no final dos anos 1960, tornou-se um elemento importante para compreensão da história econômica local. De acordo com o autor, a cidade teria sido “fundada em 1852 e refundada em 1960”, tamanha a força que a BR impôs às trocas regionais econômicas; além disso, a construção da via é causa e consequência de uma série de ações que viabilizaram a expansão das chamadas frentes pioneiras sobre as terras da Amazônia, incluindo o MA (FRANKLIN, 2008, p. 127-128).

Desde a dinamização dos fluxos entre a Amazônia Oriental e o resto do Brasil, com a construção da BR-010 no final dos anos 1960, até a implantação dos planos de desenvolvimento agropecuário, a exemplo do MATOPIBA³, os processos de ocupação dos territórios das Amazônias têm deixado, como herança, um conjunto social de desterritorializados. O avanço do mercado, em regiões até então não alcançadas pelo

3. Acrônimo formado pela junção das siglas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A região agrupa 337 municípios, o que representa cerca de 73 milhões de hectares, e sua área compreende por volta de 324 mil estabelecimentos agrícolas e mais 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas, 781 assentamentos de reforma agrária e 34 áreas quilombolas (BELCHIOR; ALCÁNTARA; BARBOSA, 2017).

capital, a relativa ausência do Estado e o estabelecimento de relações conflituosas por territórios demarcam uma situação de fronteira. Demarcam, também, a ocorrência de modos específicos e criativos de resistências para continuar existindo.

A FRONTEIRA COMO POSSIBILIDADES: MULHERES E OUTRAS SUBJETIVIDADES

No contexto de encontro de diferentes temporalidades, espacialidades e humanidades, na fronteira geográfica entre os estados do Piauí, Pará, Tocantins e MA, estão as quebradeiras de coco babaçu. Conforme dados de relatório da ActionAid⁴, são mais de 300 mil mulheres agroextrativistas que exercem a atividade de extrativismo do coco babaçu, além de outras culturas que envolvem manejo da água e da terra (SILVA, 2009; ACTIONAID, 2015 apud PITTA; VEGA, 2017).

Tais modos de vida convivem com pautas desenvolvimentistas, as quais fazem crer que, nesses lugares fronteiriços, onde o capital adentra, os espaços são abertos e disponíveis para a expansão das lógicas. Essas lógicas são pautadas no que Arturo Escobar (2005) desenvolve como *capitalcêtricas*, quando, “no centro da narrativa do desenvolvimento, [...] tendem a desvalorizar ou marginalizar” outras possibilidades não capitalistas (GIBSON; GRAHAN, 1996 apud ESCOBAR, 2005, p. 68), ou ter essas outras como interferências no percurso do desenvolvimento e do progresso.

A ocupação dos territórios – antes de uso comum – por fazendeiros, empresários e representantes do agronegócio é decorrente da atração para a região, gerada por políticas públicas que incentivam sua ocupação, com os discursos de desenvolvimento como mote. Dessa forma, há o impedimento do livre acesso das mulheres aos babaçuais, o que as coloca em situação de vulnerabilidade para exercer o laboro tradicional da lida com o babaçu.

Diante desse cenário de disputa territorial, elas consolidam formas de resistir baseadas em seus saberes, como as negociações com os novos proprietários da terra. Simulam ações de submissão em relação a eles, com gestos de solicitar *autorização para “entrar” na terra*. Recorrem até à criação de novas formas, como o acesso à propriedade (babaçuais) sem consentimento, para coletar o coco, ao compreender que este é seu por direito, ou à organização política em entidades, para requerer políticas públicas que garantam seus direitos. Ao passo que simulam concordar com a estrutura de propriedade sobre as áreas de babaçuais, essas mulheres reconhecem e afirmam seu direito ao uso da

4. Organização internacional, fundada em 1972, que está em 43 países. No Brasil desde 1999, atua em mais de 2,4 mil comunidades com 300 mil pessoas, em parceria com comunidades e organizações locais em projetos sobre educação, agroecologia e clima, igualdade de gênero e participação e democracia (ACTIONAID, [2019]).

terra, do território e elaboram estratégias para garantia desse direito.

Assim, de acordo com Scott (2000), alguns processos de resistências, em diferentes tempos e espaços, não são interpretados pela literatura como resistência. Seriam os *discursos ocultos*, que, por não dominarem a cena pública e não provocarem mudanças significativas nas relações de dominação estruturais, não poderiam ser entendidos como resistências. Seriam resistências, critica Scott, apenas aquelas ações forjadas por meio de ações e discursos públicos, capazes de desequilibrar ou exterminar as estruturas que garantem a dominação. Scott não concorda com esse modelo e sugere que a infrapolítica “[...] contém grande parte da base cultural e estrutural dessa ação política visível que, até agora, mais tem atraído a atenção”⁵ (SCOTT, 2000, p. 218, tradução nossa).

Compreendemos, com base também em nossas experiências como amazônidas de origem camponesa, que o *discurso oculto*, enquanto mecanismo de resistência à dominação, tem se constituído como prática cotidiana dos povos das Amazônias como um todo. Porém, destacamos, são as mulheres, dentre elas as quebradeiras de coco babaçu, que expressam, cotidianamente, as resistências.

Se, por um lado, os discursos ocultos e públicos constituem duas dimensões de um mesmo fenômeno – a ação de resistir –, é nos processos de aglomeração daqueles unidos pela mesma condição, nas *reuniões não autorizadas* (SCOTT, 2000) pelos grupos hegemônicos, que os processos de resistência se visibilizam e garantem sua potência. Conforme o próprio Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu ([2020?]), no passado recente das mulheres quebradeiras de coco, o evento protagonizado por elas foi, dentre outros, a articulação interna que culminou na organização do MIQCB, em 1995.

Inicialmente, em 1991, elas realizaram o I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, na cidade de São Luís - MA, que resultou na criação da Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, [2020?]). As pautas desse encontro giravam em torno de lutar pelo direito à terra e ao babaçu, com vistas a dar visibilidade às lutas delas no âmbito de suas localidades.

Três anos depois, em 1995, no II Encontro Interestadual, também em São Luís, houve a consolidação do grupo. Seu objetivo era o de “organizar as quebradeiras de coco babaçu para conhecerem seus direitos, defender a palmeira de babaçu, o meio ambiente e lutar pela melhoria de condições de suas vidas e a de suas famílias” (MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, [2019a?]).

O MIQCB tem sido agente fundamental para a construção da noção de povo

5. No original: “[...] contiene gran parte de los cimientos culturales y estructurales de esa acción política visible que hasta ahora ha atraído más nuestra atención”. (SCOTT, 2000, p. 218).

tradicional no Brasil. Essa elaboração é respaldada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989 – que estabelece a autodefinição como critério fundamental de identificação dos povos e comunidades tradicionais – e pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída em 2007, por meio do Decreto nº 6.040 (BRASIL, 2007).

A Lei do Babaçu Livre é uma das mais importantes conquistas das mulheres quebradeiras de coco. Ela busca a proibição da derrubada da palmeira do babaçu e garante às quebradeiras e às suas famílias o direito de livre acesso e de uso comunitário dos babaçuais. No estado do MA, são oito os municípios com a Lei do Babaçu Livre aprovada, dentre eles: Imperatriz, Cidelândia e Vila Nova dos Martírios, além de um município no estado do Pará e a Lei Estadual do Tocantins (NOVAES; ARAÚJO, 2017). Todavia, a garantia da lei não é necessariamente efetiva em ação cotidiana.

Além de lutar pelo acesso aos babaçuais, as quebradeiras organizadas no MIQCB realizam ações para visibilizar a luta das trabalhadoras do campo pelo direito ao território: uma comitiva de camponesas circulou por três países da Europa (Inglaterra, Bélgica e França) para divulgar suas causas e buscar apoio para suas lutas, entre os dias 24/09 a 12/10/2019 (MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, [2019b?]). O grupo de mulheres visitou instituições financiadoras, universidades e o parlamento europeu para apresentar os desafios da cultura da quebra do coco babaçu pelos quatro estados brasileiros: MA, Pará, Piauí e Tocantins.

Outro exemplo foi a audiência com o governo do estado do MA, em 23/10/2019 – Dia da Quebradeira de Coco – na qual elas apresentaram a demanda para criação da Lei Estadual do Babaçu Livre. Para que aconteçam ações que visibilizem as mulheres para além de seus territórios, são necessárias muitas outras ações, menores, mas tão importantes, a exemplo dos encontros de formação e troca de experiência com outras trabalhadoras e entidades. Tais encontros têm o propósito de partilhar experiências, construir agendas, forjar estratégias de ações em rede, confraternizar-se e celebrar a vida – ações lidas por nós como exemplo das resistências na dimensão do infrapolítico.

O Encontro Regional das Quebradeiras de Coco Babaçu, realizado no município de Amarante do Maranhão - MA, em setembro de 2019, foi um desses espaços de formação, construção de agendas, estratégias e celebração entre as mulheres. Nesse encontro, trabalhadoras dos municípios maranhenses de Imperatriz, Amarante do Maranhão, Cidelândia e Vila Nova dos Martírios estiveram reunidas por dois dias para debater sobre a trajetória de lutas, pela conservação dos babaçuais e em defesa do bem viver. As mulheres contam suas histórias entre si, partilham vitórias e derrotas e, coletivamente, pensam estratégias de resistência para continuar existindo.

Essas mulheres lutam, sobretudo, pela garantia de seus modos de viver em suas territorialidades, razão primeira de suas lutas. Dona Expedita, uma das fundadoras do MIQCB, moradora da comunidade tradicional Água Preta, município de Amarante do Maranhão, comenta sobre a relação entre trabalho e identidade. Ela relata: “Nós viemos para esse lugar ainda criança. Viemos fugindo da seca e da fome. Aqui encontramos um jeito de viver. Hoje a gente tem até uma lei do babaçu, mais ainda falta muito”⁶ (informação verbal).

A memória é outro elemento forte no processo de construção de resistência dessas mulheres. A partir de relatos de experiências passadas e recentes, elas ensinam e aprendem, ao tratarem suas trajetórias como elemento pedagógico. Dona Expedita localiza um tempo em que as relações de trabalho, na cadeia produtiva do coco babaçu, pautavam-se na exploração e ressalta a importância de estar atenta para não permitir retrocessos:

Se a gente não abrir do olho, corre o risco de voltar àquele tempo de trocar coco por comida. Aqui tem ameaça de todo jeito, mas ninguém mexe com a gente. Tem aquelas pessoas que vêm aqui, levam azeite e, ao invés de pagar com dinheiro, querem pagar com panelas, roupas. Sabe aquele tempo de tirar coco pros outros, de ser explorado e virar catadeira de coco? O tempo todo, a gente vive correndo o risco de voltar nele⁷ (informação verbal).

Assim como Expedita, Dona Eunice, coordenadora geral do MIQCB e ex-moradora da Reserva Extrativista (RESEX) do Ciriaco⁸, comenta: “Eu tive que sair de minha casa, minha terra, de minha comunidade, porque eu não aceitava várias coisas, tive minha roça queimada... Me sentia ameaçada”⁹ (informação verbal). A liderança expressa a ideia de não aceitar e se rebelar contra as ameaças de tomadas de território.

A organização do MIQCB envolve, além das agendas de luta pelo território e pela manutenção de modos de vida, estratégias próprias de reprodução material do grupo, a partir da organização do trabalho. A Cooperativa Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, que visa autonomia no processo de comercialização dos produtos derivados do babaçu e elimina, assim, a figura do *atravessador*, é uma organização de grupos produtivos comunitários formados pelas quebradeiras de coco babaçu dos estados do MA, Pará, Tocantins e Piauí.

6. Entrevista concedida em 2019, por Dona Expedita, uma das fundadoras do MIQCB e moradora da comunidade tradicional Água Preta, município de Amarante do Maranhão - MA.

7. Entrevista concedida em 2019, por Dona Expedita, uma das fundadoras do MIQCB e moradora da comunidade tradicional Água Preta, município de Amarante do Maranhão - MA.

8. A RESEX do Ciriaco foi criada pelo Decreto 534, de 20/05/1992, e teve seus limites ampliados pelo Decreto s/n, de 17/06/2010: “[...] localizada no Município de Cidelândia, no Estado do Maranhão, [...] passa a [...] ter área aproximada de oito mil e oitenta e quatro hectares e setenta e nove centiares [8.084,79 ha] [...]. [...] Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados na Reserva Extrativista” (BRASIL, 2010, p. 4-5).

9. Entrevista concedida em 2019, por Dona Eunice, coordenadora geral do MIQCB e ex-moradora da RESEX do Ciriaco.

Fundada em 2009, com sede em São Luís, a cooperativa reúne cerca de 130 associadas de 36 grupos produtivos. Seu propósito é garantir livre acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais, preservar os babaçuais, promover a equidade de gênero e políticas favoráveis ao extrativismo, além da comercialização de produtos do babaçu. De acordo com a já citada coordenadora do MIQCB, “as experiências já concretizadas pela Cooperativa são inspirações de resistência à dominação para a economia tradicional e um estímulo para desenvolver outras formas de sociabilidade”¹⁰ (informação verbal).

A formação da juventude é outro elemento forte nas estratégias de resistir das mulheres. Por meio de projetos realizados com parcerias, procura-se envolver a juventude das e nas comunidades em atividades que possibilitem a sucessão dos modos de trabalhar e viver das quebradeiras, baseando-se no modelo agroecológico de produção.

Todavia, essas ações enfrentam limites. O avanço do agronegócio via MATOPIBA tem sido a preocupação das camponesas, em especial das quebradeiras de coco babaçu. Assinada por mais de quarenta organizações, uma Carta Aberta elaborada por camponesas(es), familiares, povos indígenas, quilombolas, geraizeiras(os), pescadoras(es) e quebradeiras de coco babaçu – reunidas(os) no I Encontro Regional dos Povos e Comunidades do Cerrado, em Araguaína, Tocantins, em novembro de 2015 – teve objetivo de debater acerca do tema *PDA MATOPIBA e as consequências para os Povos do Cerrado*.

Esses povos destacam que o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA-MATOPIBA), instituído por meio do Decreto nº 8.447, de maio de 2015, reproduz a política desenvolvimentista, promove violências, degradação ambiental, trabalho escravo e desigualdades sociais e econômicas no campo brasileiro. Entre os pontos elencados pela Carta, publicada pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT), destacamos:

- Promoverá ainda maior destruição da vida e exclusão de povos do Cerrado, vindo reforçar o crescimento do êxodo rural, o aumento da pobreza e a invisibilidade das populações existentes no território [...];
- Não é um projeto de desenvolvimento sustentável, pois “mata” a água, a terra, o bem viver dos povos indígenas, quilombolas, camponeses e demais comunidades;
- Aumentará a grilagem das terras e a violência física e psicológica contra as populações do Cerrado;
- Aumentará a degradação ambiental, agravando ainda mais os problemas hídricos [...];
- Irá beneficiar apenas as grandes empresas nacionais e multinacionais, os latifundiários do agronegócio, visando somente o seu crescimento econômico;
- Trará mais impactos negativos ao meio ambiente e às populações tradicionais

10. Entrevista concedida em 2019, por Dona Eunice, coordenadora geral do MIQCB e ex-moradora da RESEX do Ciriaco.

do entorno, com destruição das matas e solos pelo uso intensivo de tratores e “correntões” – forma usada para desmatar o Cerrado – e pelo abusivo uso de agrotóxicos com pulverização aérea intensiva [...] (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2015, s. p.).

Além dessas ações, as quebradeiras de babaçu têm investido em formas de visibilizar suas causas em níveis macro. Assim, realizam campanhas internacionais, ocupam espaços nas redes sociais e dialogam com outras organizações sociais. Conforme Eunice, em entrevista, “a gente vai lutar porque não temos nada a perder. Se ficar parado é pior”¹¹ (informação verbal).

A FRONTEIRA COMO POSSIBILIDADE: OS KRIKATI NO CONTEXTO DO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA

As relações forjadas entre os Krikati e o Outro podem assumir variadas configurações. Aqui explicitamos as relações de conflitos. Estas podem ser percebidas no contexto de luta pela terra que, conforme Corrêa (2000), tem seu ápice nas disputas em torno da demarcação da Terra Indígena (TI) Krikati, a partir da década de 1970 até o final dos anos 1990. As relações conflituosas permaneceram mesmo após a demarcação, nas etapas de indenizações e desocupação da TI pelos não indígenas que residiam nela: fazendeiros, camponeses, posseiros e sertanejos. O processo de desocupação da TI Krikati pelos não indígenas permanece inacabado, o que é motivo de ações e reivindicações por parte do povo, junto aos órgãos responsáveis pela extrusão dos moradores.

Nesse sentido, no dia 12/11/2021, um grupo de lideranças Krikati realizou ação de mobilização em frente ao prédio da Justiça Federal, em Imperatriz. Na ocasião, protocolaram um documento em que pediam o ingresso do povo, através de suas organizações (a Associação Wyty Cate das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins e o Conselho Indígena Krikati Pep’Cahyc), no processo judicial da TI Krikati. Conforme a liderança Edilena Torino, o movimento teve como objetivo “chamar atenção para um processo de mais de 30 anos e que tem causado transtornos para nós e ainda por cima não temos o usufruto exclusivo e pleno de nossa Terra que já está demarcada e homologada”¹².

Nesse contexto, há elementos e/ou formas daquilo que chamamos de política e de infrapolítica, ou de resistências públicas e discursos ocultos (SCOTT, 2000): públicas, nos aspectos ou ações em que os indígenas se reconhecem em situação de poder e discursam, criticamente, sobre seu sofrimento, ao trazer elementos que estavam ocultos para a cena pública. Os elementos ocultos aparecem como matéria-prima dos processos de resistir, se

11. Entrevista concedida em 2019, por Dona Eunice, coordenadora geral do MIQCB e ex-moradora da RESEX do Ciriaco.

12. Trecho de postagem na rede social Facebook, publicada em 13/11/2021, por Edilena Torino Krikati.

levarmos em conta que as ações públicas são antes discursos ocultos, ações cotidianas. São relações de dominação e resistências que se dão na vida cotidiana – ações que ocorrem no *chão*, na Terra, na Aldeia, nas suas imediações. Muito do que ocorre nesse âmbito da vida não é publicizado, mas constitui movimento de resistir em si e, também, é conformador das resistências públicas, se estas ocorrem.

Assim, as ações de bloqueio da MA-280, realizadas na Aldeia São José, sempre que os indígenas consideram necessário, como forma de reivindicação e mobilização, constituem ações de resistência. Nesse intuito, em setembro de 2013, a MA-280 foi interdita pelos Krikati, em reivindicação da conclusão de obras de construção de guaritas às suas margens, como também exigiam das autoridades o cumprimento de proposta de Emenda Constitucional que retirava do Poder Executivo a atribuição exclusiva de demarcar terras indígenas (INDÍGENAS..., 2013). Reclamavam, ainda, do excesso de velocidade dos veículos que trafegavam por essa rodovia, a qual atravessa a Terra Krikati.

Em junho de 2021, observamos novas ações de bloqueios da rodovia MA-280 realizadas pelo povo Krikati. Dessa vez, a manifestação fazia parte do contexto das mobilizações nacionais contra o Projeto de Lei (PL) 490/2007¹³, durante a ação nacional denominada *Levante Pela Terra*. Também as discussões internas e organização coletiva do povo constituem cimento dessa resistência pública, declarada como forma de bloqueio da rodovia.

Outro aspecto da resistência é que os Krikati, mais precisamente aqueles reconhecidos como sujeitos públicos, representantes indígenas em instâncias organizacionais, para além do âmbito das aldeias, estão em intensos processos de exposição. Essa exposição é tanto do indivíduo, quanto do grupo, e sua fala é sempre a fala coletiva. Esses sujeitos e sujeitas são lideranças políticas que atuam nas organizações indígenas e nas relações com outras sociedades indígenas e não indígenas, Estado, organizações e demais instâncias da sociedade não indígena (SILVA, 2018).

Entendemos a presença e atuação públicas dessas lideranças enquanto aspectos de resistência, forjada diante das necessidades vivenciadas pelo povo em seu cotidiano. Nesse sentido, é representativa a fala de Edilena Torino sobre a ação de protesto em Imperatriz, na qual ela afirma os propósitos da mobilização, isto é, a Terra, ao passo que o coletivo exige sua total liberação da presença de não indígenas, a fim de que possa ser garantido o usufruto exclusivo por parte dos Krikati. A fala de Edilena é uma fala coletiva, como também é a agenda do povo. Como podemos perceber, trata-se de uma luta atual e,

13. O PL 490/2007 “[...] prevê alterações nas regras de demarcação de terras indígenas” (CASTRO, 2021, s.p.). De acordo com essa proposta, a demarcação de uma terra estaria condicionada à comprovação de sua ocupação pelos indígenas em 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

ao mesmo tempo, histórica.

A exposição pública das lideranças indígenas assume caráter de resistência, a depender das circunstâncias e das condições que se impõem a essas sujeitas. As resistências têm como demanda garantir suas próprias condições de existência, enquanto povo etnicamente diferenciado, e a garantia da existência e proteção de seu território. O próprio termo *resistência* está difundido nos discursos das lideranças, tal como nos discursos das organizações em que elas atuam.

Os discursos de resistência estão presentes nas ações conduzidas pelas lideranças, como diálogos, marchas e mobilizações, mas também nas comunidades virtuais nas quais esses sujeitos e instituições atuam. Em vista disso, as resistências às claras, na qual há declarada oposição ao dominador, como as mobilizações realizadas em Imperatriz junto ao órgão governamental, a Fundação Nacional do Índio (Funai), e à Justiça Federal, também os bloqueios de estradas, constituem o que Scott (2000) trata enquanto resistência pública de sujeitos dominados.

Indígenas Krikati e de outras etnias vêm ocupando posições de destaque na defesa de direitos. Trata-se de um processo de construção de protagonismo e constituição enquanto lideranças. Essas indígenas têm passado a ocupar lugares estratégicos para exercer seu lugar de fala e, assim, conferir visibilidade a suas demandas. À frente das organizações e associações indígenas, lideram os processos de luta e tomadas de decisão, nas negociações com o governo e no relacionamento com a sociedade não indígena e suas instituições. No caso do povo Krikati, mencionamos a atuação de várias lideranças que protagonizam a atuação em cenários públicos, na defesa do território, ao reivindicar a proteção deste, de sua cultura, seu modo de vida e sua existência.

Enfatizamos, de modo especial, o movimento e contexto de atuação das lideranças femininas não apenas do MA e do povo Krikati, mas de outros povos desse e de outros estados, como demonstra o trecho que segue no qual a liderança indígena Sonia Guajajara comenta uma das mesas do Encontro dos Povos Indígenas do Maranhão, realizado na TI Caru, no final de novembro de 2020.

Uma mesa para a história. Olha que maravilha: as mulheres estão na função de direção em todas as entidades presentes no nosso evento. E não era um evento específico de ou para mulheres, que reuniu movimento indígena do estado, lideranças, caciques, jovens, guardiões e brigadistas indígenas para definição de ações conjuntas para o ano de 2021. [...] Apib - Sônia Guajajara; Coiab - representada por Puyr Tembê; Coapima - Edilena Krikati; Amima - Thainara Guajajara [...]. Nosso nome é Resistência Viva!¹⁴

14. Trecho de comentário em postagem da rede social Facebook, publicado em 24/11/2021, por Sonia Guajajara.

Com base nos dados disponíveis em cartas e relatórios de assembleias indígenas, como nos sítios virtuais e redes sociais de lideranças, organizações e associações indígenas, podemos mencionar sujeitas de destaque como Arlete Cacutxen Krikati. Ela é, atualmente, presidenta da Associação Wyty Cate das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, com sede em Carolina-MA, e também coordenadora executiva do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Maranhão (CONDISI-MA).

Outras lideranças do movimento indígena maranhense são: Edilena Torino Krikati, que, na atualidade, é coordenadora geral na Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA); e Sílvia Puxcwyj Krikati, quem, como professora indígena, dedicou-se à luta pelas políticas educacionais indígenas estaduais e nacionais. Sílvia participou de fóruns locais, regionais e estaduais sobre educação escolar indígena, atuou no Grupo de Trabalho dos Povos Indígenas do Maranhão, entre 2010 e 2013, além de compor o grupo de trabalho para elaboração das Diretrizes para Educação Escolar Indígena no Estado do Maranhão (SILVA, 2018).

Além das lideranças indígenas mulheres, outras lideranças Krikati têm forte atuação no movimento indígena regional e nacional, a exemplo de Edilson Cryhcryh Krikati, que precedeu Arlete na coordenação executiva do CONDISI-MA; e Lourenço Acyxit Krikati, que teve experiências como vice-coordenador na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), entre os anos 2014 e 2017, além de, anteriormente, ter exercido a função de coordenador geral da COAPIMA.

Essas lideranças atuam no movimento indígena a partir de suas respectivas posições nessas organizações e associações. Suas atuações, como suas trajetórias pelas organizações e suas próprias histórias de vida, configuram meios de resistência. Suas experiências estão diretamente relacionadas à construção e realização de ações locais e nacionais, como protestos, mobilizações, bloqueios de estradas e campanhas; bem como à construção de políticas indígenas e percursos de formação acadêmica. Essas dimensões também estão presentes em suas atuações nas redes sociais digitais, como Facebook e Instagram. O próprio uso dessas ferramentas constitui-se como estratégia de atuação indígena, como meio de visibilizar a luta e buscar parcerias para ela.

Temos observado que, nos espaços virtuais, os indígenas expõem também sua cultura, especialmente Krikati, suas agendas e reivindicações, elementos que eles mesmos definem como resistências. Entendemos que suas ações, nesses âmbitos, configuram-se como ações de resistir, pois se projetam nesses espaços, ao exercer papéis de liderança e protagonismo indígenas. Assim, exercem direito de voz e capacidade de articulação e negociação em defesa de suas demandas, em um movimento de demarcação e ocupação de espaços de poder de enunciação e organização, espaços estes que, historicamente,

foram-lhes negados.

Corroborando com a ideia da agência indígena nos espaços de diálogos e negociações, observamos a afirmação de Edilena Torino, na ocasião de sua eleição como coordenadora geral da COAPIMA, na assembleia indígena de março de 2020, realizada na Aldeia Maçaranduba, TI Caru, município de Bom Jardim-MA:

É um grande compromisso e responsabilidade estar à frente dessa organização, enquanto mulher, enquanto indígena. É um desafio que temos, principalmente nesse contexto e conjuntura políticos que estamos vivendo. Não estarei sozinha. Tenho apoio dos povos do Maranhão. Nosso lema sempre será resistir para existir. Continuaremos na luta em defesa dos nossos territórios, dos nossos recursos naturais e da vida (INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA, 2020, s. p.).

Pelo trecho citado, analisamos que, ao ocupar posições de liderança, essas sujeitas colocam suas agendas para além da Aldeia: numa posição fronteira, fazem a intermediação entre o povo e suas demandas com outros povos e agendas, como também inscrevem as realidades locais no âmbito do movimento mais amplo. Desse modo, fazem com que suas agendas cheguem aos espaços públicos de discussão política e tomadas de decisão. Nesses termos, as lideranças Krikati defendem os Krikati, seu território e suas agendas, ao articular sua luta às lutas de outros povos, a partir da Amazônia Maranhense.

Na fala de Edilena, a unidade da luta indígena encontra-se expressa em “tenho apoio dos povos do Maranhão” e é definida no lema “resistir para existir”. Pelo trecho do discurso, observamos que a defesa dos territórios tem, como objetivo, a defesa da própria vida. Essas sujeitas atuam num complexo de múltiplas relações em que, por vezes, aliam-se ao Estado, quando essa posição lhes é favorável, e noutras vezes atuam exigindo dele, quando entendem que este lhes infringe direitos.

São sujeitas que se apropriam de instrumentos diversos, inclusive dos, até então, considerados não indígenas, para reafirmar o seu ser indígena, a sua existência, a sua cultura, como também o seu território, o seu *lugar* no mundo. Sobre a perspectiva da apropriação de elementos *a priori* considerados não indígenas, trazemos um trecho de entrevista com uma dessas lideranças que, quando questionada sobre a preservação da cultura Krikati, expõe:

Hoje em dia, temos câmera fotográfica, filmadoras, gravadores de áudio, que são ferramentas importantes para tirar fotos, fazer filmagens e divulgar na internet ou nos próprios vídeos. Ou para mostrar para nossa comunidade mesmo, fazer um pequeno vídeo ou um documentário sobre o nosso povo, de um determinado assunto, como festa cultural, e explicar cada detalhe de como uma festa acontece e o que tem que fazer para essa festa realizar. Ela ajuda um pouco a gente a manter e preservar. Também temos aula na nossa

própria língua, que é uma disciplina Krikati-Gavião. Ela é uma conjunção de Krikati, povo do Maranhão, e Gavião. É a mesma língua que a gente fala [...]. Temos professores indígenas capacitados, que dão aula na língua indígena do nosso povo, além de professores que fizeram faculdade e estudaram a cultura do nosso povo na área de cultura, da linguagem e da natureza. Isso é uma forma de manter também a nossa língua, nossos cânticos, porque, além de gravar, a gente escreve a letra da música, como ela é cantada [...] ¹⁵ (informação verbal).

No excerto, percebemos elementos que apontam formas de atuação no contexto do movimento indígena contemporâneo. Por um lado, a apropriação de recursos tecnológicos, como forma de registrar a cultura e, por conseguinte, de colocá-la em circunstâncias de publicidade, isto é, divulgá-la nos meios digitais, constitui, também, uma maneira de obter visibilidade às experiências indígenas. Por outro, a apropriação de elementos da educação, em tese, *não indígena*, é perceptível nos casos dos professores que se formaram em cursos de graduação e estudam elementos do próprio universo indígena Krikati.

Ainda acerca da educação, a formação de professores que ensinam a língua indígena e/ou por meio dela se estabelece, em nossa análise, como aspecto da possibilidade de afirmação de sua existência. Analisamos a apropriação de instrumentos de comunicação digital e da educação escolar pelos indígenas como estratégias de luta e resistência, no contexto da reivindicação de seus direitos e de sua afirmação identitária. Esses instrumentos facilitam aos indígenas transitarem por outros mundos além do seu, como também auxiliam no relacionamento com outros povos (MUNDURUKU, 2012).

A utilização desses instrumentos, oriundos do universo de saberes e técnicos não indígenas, é acompanhada da realização de um trabalho cotidiano nas aldeias, o que, de acordo com Scott (2000), conforma o âmbito da infrapolítica. Trata-se do trabalho de formação e capacitação de indígenas para a utilização de tais instrumentos nos registros da cultura, no que se refere a questões rituais, a exemplo de pinturas corporais e letras de músicas, e no que diz respeito a questões linguísticas e outros saberes próprios do universo indígena.

Esses atos de resistir, ações comuns, localizadas, outrora não publicizadas, no contexto atual das lutas indígenas, são lançados nos espaços públicos, sobretudo nos espaços virtuais de atuação das lideranças indígenas, como forma de uma presença pública de resistência e de reafirmação do ser indígena. Tais práticas configuram uma especificidade do movimento indígena na fronteira. Assim, percebemos a fronteira como lócus privilegiado de atuação indígena, especialmente Krikati.

Em nosso entendimento, essa atuação se dá através da *fala* indígena, da resistência

15. Entrevista concedida em 2019, por Pepyaká Krikati, comunicador indígena.

do povo e das lideranças, por meio de um arsenal de possibilidades que têm, como fim, a afirmação da existência deles. São ações no âmbito das aldeias que se conectam, em rede, a ações nacionais e a ações nas redes sociais na internet – ações no domínio da infrapolítica e no domínio da política.

Essas lutas também assumem formas de resistência às mais variadas formas de opressão, degradação e violências cometidas contra os povos indígenas, dentre as quais podemos citar a resistência na disputa por terras, pela proteção e preservação de seus territórios, no enfrentamento às formas e tentativas de dominação. Nas fronteiras, esses povos têm que resistir e lidar com violências diversas, dentre elas as cometidas, de imediato, pelos grandes empreendimentos capitalistas.

CONSIDERAÇÕES

Os processos de construção de ações de resistências, a partir da fronteira da Amazônia Maranhense, por indígenas Krikati e mulheres quebradeiras de coco babaçu, fazem-se de diferentes modos e usam diferentes estratégias. Não seria exagero dizer que, para esses sujeitos e sujeitas, os processos de resistir se encontram imbricados ao próprio ato de existir.

Nesse sentido, as ações cotidianas, que visam reproduzir a vida no dia a dia, são permeadas de sentido e de força, dada a dureza da vida. Procuramos visibilizar que as dimensões do político e do infrapolítico se imbricam nas ações de resistência. Também objetivamos evidenciar que, muitas vezes, devido a assimetria de poder, ganham relevo as experiências cotidianas, ocultas, em vez daquelas públicas e autodeclaradas como ações de resistência.

No conjunto das ações, os dois segmentos mobilizam repertórios próprios de saberes, mas também incluem outros saberes, outrora considerados como não seus, a exemplo do domínio dos mecanismos tecnológicos dos meios digitais, pelos indígenas, ou a posse de conhecimentos a respeito de burocracias que envolvem construir instituições como o MIQCB, pelas quebradeiras de coco. São ações que se dão no processo de construção de estratégias de resistências que se notabilizem por seu caráter público (político), para além do infrapolítico.

Esses sujeitos coletivos, localizados em suas respectivas experiências geográficas e sociológicas, vivem a fronteira, apontam seus limites, sonham suas possibilidades e se reinventam, cotidianamente, num movimento dinâmico entre as condições objetivas dadas e as condições almejadas.

REFERÊNCIAS

ACTIONAID. **Sobre nós**: Quem somos. [Rio de Janeiro]: [2019?]. Disponível em: <https://actionaid.org.br/sobre-nos/quem-somos/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BELCHIOR, Ernandes Barboza; ALCÂNTARA, Pedro Henrique Rezende; BARBOSA, Cláudio França. Perspectivas e desafios para a região do Matopiba. **Fronteira Agrícola**, n. 16, p. 1-3. Informe Técnico. [Brasília]: Núcleo de Sistemas Agrícolas da Embrapa Pesca e Aquicultura, jan. 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1065435/perspectivas-e-desafios-para-a-regiao-do-matopiba>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Decreto de 17 de junho de 2010. Amplia os limites da Reserva Extrativista do Ciriaco, localizada no Município de Cidelândia, no Estado do Maranhão, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF: Poder Executivo, ano 147, n. 115, p. 4-5, 18 jun. 2010.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF: Poder Executivo, ano 144, n. 28, p. 316-317, 8 fev. 2007.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. 2. ed. São Luís: Edufma, 2008. (Humanidades, 5).

CASTRO, Carol. O que é o PL 490 e como ele afeta a vida dos povos indígenas? **Ecoa**. Rio de Janeiro, 07 jul. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/07/07/o-que-e-o-pl-490-e-como-ele-afeta-a-vida-dos-povos-indigenas.htm>. Acesso em: 18 dez. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 271-312.

CORRÊA, Kátia Núbia Ferreira. **Muita terra para pouco índio?** O processo de demarcação da terra indígena krikati. São Luís: Edições UFMA/PROIN-CS, 2000.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 63-79. (Sur Sur). E-book.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2005.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, College Park, v. 14, n. 3, p. 575-599, outono 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3178066>. Acesso em: 10 ago. 2020.

INDÍGENAS interdita MA-280, entre Montes Altos e Sítio Novo, no MA. **G1**, [Imperatriz], 24 set. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/09/indigenas-interditam-ma-280-entre-montes-altos-e-sitio-novo-no-ma.html>. Acesso em: 12 dez. 2021.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. **Indígenas do Maranhão realizam encontro de organização e articulação política.** [Brasília], 11 mar. 2020. Disponível em: <https://ispn.org.br/povos-indigenas-do-maranhao-realizam-encontro-de-organizacao-e-articulacao-politica/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. [Seção] Debates. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MARTINS, José de Souza. **Fronreira: a degradação do outro nos confins do humano.** 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, Marlúcia Bonifácio; OLIVEIRA Tadeu Gomes de. **Amazônia maranhense: diversidade e conservação.** Belém: MPEG, 2011. *E-book*.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU. **Floresta babaçu em pé.** São Luís, [2019a?]. Disponível em: <https://www.miqcb.org/floresta-babacu-em-pe>. Acesso em: 20 out. 2021.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU. **Sobre nós.** São Luís, [2020?]. Disponível em: <https://www.miqcb.org/sobre-nos>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU. **União Europeia.** São Luís, [2019b?]. Disponível em: <https://www.miqcb.org/sobre-nos>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990).** São Paulo: Paulinas, 2012. (Educação em Foco – Série Educação, História e Cultura).

NOVAES, Jurandir Santos de; ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. Investimentos econômicos e ações desestabilizadoras sobre povos e comunidades tradicionais: a resistência das quebradeiras de coco babaçu. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., ago. 2017, São Luís. **Anais eletrônicos** [...]. São Luís: PPGPP/UFMA, 2017. p. 1-15. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo12/investimentoseconomicoseacoesdesestabilizadorasobrepovosecomunidadestradicionaisaresis.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

PITTA, Fábio Teixeira; VEGA, Gerardo Cerdas. **Impactos da expansão do agronegócio no MATOPIBA: comunidades e meio ambiente.** Rio de Janeiro: ActionAid/Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2017. *E-book*.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos.** Tradução de Jorge Aguilar Mora. México: Era, 2000. (Problemas de México).

SILVA, Ilma Maria de Oliveira. **Lideranças Krikati: implicações da escola não indígena em suas trajetórias e histórias de vida.** 2018. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7350>. Acesso em: 14 ago. 2020.

“NOSSA CASA ERA O CHAPÉU”: MOBILIDADE E PARADA COMO QUESTÕES PARA COMPREENDER OS CIGANOS CALON EM SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

Data de aceite: 03/08/2022

Uma primeira versão desse artigo foi publicada na revista *O público e o Privado*. Cf. CAVALCANTE e CONCEIÇÃO (2019).

Janeide da Silva Cavalcante

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: janeide.cavalcante@discente.ufma.br.

Wellington da Silva Conceição

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: wellington.sc@ufma.br.

Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro

Professora Substituta no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Antropologia Social (PPGAS/UFSC). E-mail: edilmanjmonteiro@gmail.com.

RESUMO: Este texto apresenta resultados de uma investigação em torno da identidade dos ciganos que vivem na cidade de São João do Paraíso (cidade do sul do Maranhão) e como esta está relacionada a uma série de estereótipos que marcam a sociabilidade desses agentes com os demais cidadãos. Nossa pesquisa ocorreu com os ciganos que estão hoje em dia numa condição de

“moradores”. Procuramos compreender as razões que fazem com que um grupo que se identifica como nômade assuma a condição de morador e os motivos que o levaram a fixar moradia. A partir da pesquisa realizada, pudemos ver como os ciganos, em uma condição de moradores, buscam uma estabilidade social e respeito moral, algo difícil de se conquistar na condição de andadores, por sofrerem preconceitos por onde passam.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. São João do Paraíso. Ciganos. Moradores.

“OUR HOME WAS THE HAT”: MOBILITY AND STOPPING AS QUESTIONS TO UNDERSTAND THE CALON GYPSIES IN SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

ABSTRACT: This article introduces the result of an investigation about the identity of the gypsies living in São João do Paraíso (a city in the south of Maranhão) and how it is related to a series of stereotypes that mark the sociability of the sea gents with the other citizens. Our research has been with the gypsies who has a current “resident” condition. We try to understand the reasons that cause a group that identifies itself as nomads to assume the status of resident and the reasons that led to fix housing. From the research, we could see how the gypsies, in a condition of residents, search for social stability and moral respect, something difficult to conquer as nomads, because they suffer prejudices wherever they go.

KEYWORDS: Identity. São João do Paraíso. Gypsies. Residents.

NUESTRA CASA ERA EL SOMBRERO”: MOVILIDAD Y PARADA COMO QUESTIONES PARA COMPRENDER A LOS GITANOS CALON EN SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

RESUMEN: Este texto presenta los resultados de una investigación sobre la identidad de los gitanos que viven en la ciudad de São João do Paraíso (ciudad en el sur de Maranhão) y cómo esta se relaciona con una serie de estereotipos que marcan la sociabilidad de estos agentes con otros ciudadanos. Nuestra investigación se llevó a cabo con gitanos que hoy en día se encuentran en condición de “residentes”. Buscamos comprender las razones que hacen que un grupo que se identifica como nómada asuma la condición de residente y las razones que los llevaron a establecerse. De la investigación realizada pudimos ver cómo los gitanos, como residentes, buscan una estabilidad social y el respeto moral, algo difícil de conseguir como caminantes, ya que sufren prejuicios por donde pasan.

PALABRAS CLAVE: Identidad. São João do Paraíso. Gitanos. Residentes.

1 | PRIMEIROS PASSOS

A forte presença de ciganos na cidade de São João do Paraíso, região Sul do estado do Maranhão, marca os processos históricos e sociais deste município. Nascida e criada no município de São João do Paraíso - MA, a primeira autora do texto despertou o interesse para compreender a presença das famílias naquela localidade¹. Desde criança escutava falar sobre eles, sendo muitos dos comentários cheios de preconceitos, imersos em estereótipos que quase sempre pairam não só no imaginário local, mas de forma mais ampla. Também ouvia classificações já conhecidas, que os definiam como “povos de costumes nômades” ou como “povos de fora” (como não sendo da cidade), percepções essas que foram lentamente alteradas à medida que estes passaram a fixar moradia na cidade e se casarem com pessoas da região. O que acontece em São João do Paraíso não é exclusivo: no geral, quando falamos em ciganos, logo temos uma representação estereotipada que os reduz a nômades, leitores de mão, dados a danças, músicas e vestes exóticas, comerciantes e até mesmo trambiqueiros. Suas histórias de origem e suas práticas culturais são para muitos desconhecidas. Existe, assim, uma representação de que estes são diferentes, enigmáticos e até perigosos.

O presente texto apresenta resultados da investigação em torno da identidade dos ciganos na supracitada cidade e como esta está relacionada a uma série de estereótipos que marcam a sociabilidade desses agentes com os demais cidadãos. Nossa pesquisa

1. Essa inquietação resultou em uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Ciências Sociais (Universidade Federal do Tocantins), cujo título era *Ciganos em São João do Paraíso - MA: De andadores a moradores* (cf. CAVALCANTE, 2018), orientado pelo Prof. Dr. Wellington da Silva Conceição. A pesquisa teve continuidade no mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, sendo orientada pelos professores Dr. Wellington da Silva Conceição e Dr^a Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro (cf. CAVALCANTE, 2021).

ocorreu com os ciganos que estão hoje em dia numa condição de “moradores”² na cidade de São João do Paraíso. Procuramos ainda compreender se existem razões que fazem com que um grupo que se identifica como nômade assuma a condição de morador e os motivos que o levaram a fixar moradia. A partir da pesquisa realizada, pudemos ver como os ciganos, em uma condição de moradores, buscam uma estabilidade social e respeito moral, algo difícil de se conquistar na condição de andadores, já que sempre sofrem preconceitos por onde passam.

O texto escrito traça uma compreensão a partir das escutas e dados obtidos através de trabalho de campo, com uma imersão que iniciou em 2017 e culminou em 2020, sendo realizadas visitas de campo durante este período, tendo como objetivo a compreensão sobre seus modos de vida e formas de se organizarem. Os ciganos talvez sejam, dentre os Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, o que vêm sendo conhecidos e pesquisados³ de forma menos enfática, apesar de terem crescido nos últimos anos. A metodologia aplicada no decorrer da pesquisa teve seu foco no recurso a entrevistas, apoiado pela observação direta na convivência com duas famílias ciganas que moram na cidade. Nas entrevistas, buscamos entender principalmente o que os motivou a fixarem moradia, pondo ênfase como, na condição de moradores, eles continuam praticando sua ciganidade, já que para muitos a definição de cigano está estritamente relacionada ao nomadismo.

2 | CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DOS CIGANOS E DISPERSÃO PELO MUNDO

Povos Ciganos ou Romani⁴, entre outras denominações que recebem, têm sua origem rodeada de incertezas: narrativas, hipóteses e lendas a respeito de onde e como estes povos surgiram e o que os levou a migrarem. Não havendo nada escrito e nem documentos que narrem sua história, sua tradição e língua é transmitida pela oralidade.

Entre especulações, mitos e histórias acerca de seu surgimento, o que se sabe e o que damos prioridade é o que os próprios ciganos podem nos falar. Muitos afirmam que sua origem está no Egito antigo. De acordo com o antropólogo Frans Moonen (2011), a história destes povos não vai muito além de um milênio. Existem documentos de um

2. Categoria indicada por eles para indicar um processo de fixação ou para identificar aqueles fixados/originários de um determinado local. Em contraste, apresentam a categoria “andador”, ou seja, aquele que é adepto do nomadismo e decide não fixar moradia.

3. O Movimento Cigano está ensaiando seus primeiros passos: existem várias organizações ciganas mas apenas com atuação local ou regional, e nenhuma que representa todos os ciganos brasileiros. Somente em 2006 o governo instituiu o dia 24 de maio como o Dia Nacional do Cigano, mas esqueceu de informar a imprensa e os estabelecimentos de ensino, como também os próprios ciganos. Sem exagero algum, pode-se afirmar que os ciganos constituem a minoria étnica menos conhecida, e talvez por isso mais odiada e discriminada do Brasil. (MOONEN, 2011, p. 5).

4. **Rom**, substantivo singular masculino, significa homem e, em determinados contextos, marido; plural **Roma**; feminino **Romni** e **Romnia**. O adjetivo **romani** é empregado tanto para a língua quanto para a cultura.

monge grego, de 1050, no qual o imperador de Constantinopla solicita a ajuda de feiticeiros e adivinhos chamados Adsincani, e estes seriam – provavelmente - os antecedentes dos ciganos, sendo este o primeiro registro conhecido a respeito desses povos e tal nome um dos primeiros utilizados. Daí em diante, estes teriam começado a migrar e a receberem diferentes nomes por onde passavam. Os ciganos são assim, apesar de toda complexidade em defini-los:

Apesar de todas estas dificuldades, baseando-nos na definição antropológica de índio adotada no Brasil, definimos aqui **cigano** como **cada indivíduo que se considera membro de um grupo étnico que se auto-identifica como Rom, Sinti ou Calon, ou um de seus inúmeros sub-grupos, e é por ele reconhecido como membro**. O tamanho deste grupo não importa; pode ser até um grupo pequeno composto de uma única família extensa; pode também ser um grupo composto por milhares de ciganos. Nem importa se este grupo mantém reais ou supostas tradições ciganas, se ainda fala fluentemente uma língua cigana, ou se seus membros têm características físicas supostamente ciganas”. (MOONEN, 2011 p. 21).

Os ciganos são, assim, um grupo étnico e a sua etnicidade é afirmada pela União Romani Internacional, reconhecida pela ONU a 28 de fevereiro de 1979 (PEREIRA, 2009). Assim passamos a mobilizar o debate teórico, apoiando-nos na definição do antropólogo Fredrik Barth (1998), que elabora elementos a definir um grupo étnico:

- 1 perpetua-se biologicamente de modo amplo,
- 2 compartilham valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais,
- 3 constitui um campo de comunicação e de interação,
- 4 possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo. (BARTH, 1998, p. 189-190).

A partir desta definição, ressaltamos que os ciganos reconhecem seu pertencimento a um determinado grupo, compartilham valores, crenças, costumes e um sistema de comunicação entre si. Desse modo os ciganos se conhecem e formam uma identidade numa perspectiva étnica que vai sendo subdividida a partir da definição de locais de origem, modo de organização social, língua, modos de vida, entre outros.

A dispersão deste povo pelo mundo, assim como a sua origem, também é assunto de muita curiosidade e indefinição. Várias especulações e narrativas são formuladas a respeito, mas de fato, nada conclusivo. Como aponta Frans Moonen (2011).

Existem as mais diversas teorias sobre quando saíram da Índia, mas em geral admite-se que foi somente a partir do Século 10, ou seja, apenas uns mil anos atrás. Ou então, o que é bem mais provável, que ocorreram várias

ondas migratórias, em épocas diferentes, talvez até de áreas geográficas diversas, e por motivos dos mais variados. Também não se sabe como eles então se identificavam a si mesmos, ou como eram identificados pelos outros, e provavelmente nunca o saberemos. Os próprios ciganos nunca deixaram documentos escritos sobre o seu passado e muitos ciganólogos informam que os ciganos, em geral, não têm a mínima ideia sobre suas origens e, o que é pior, nem demonstram interesse em saber de onde vieram os seus antepassados. (MOONEN, 2011, p. 12).

Com as migrações forçadas, preconceitos e perseguições a estes povos em vários países. A história dos ciganos é marcada por políticas denominadas como anticiganas, leis e decretos que os forçaram a migrar. Em alguns países da Europa foram tidos como “raça maldita” e “demônios”, sendo associados a “mendigos” e “bandoleiros” e a sua língua tida como “estranha”, como um artifício para enganar. Sua dispersão pelo mundo se deu muitas vezes de forma forçada e às vezes também por vontade própria, mas o que se pode evidenciar é que esses povos sofreram ao longo dos anos políticas anticiganas que os forçaram a sempre mudarem de lugar (Cf. PEREIRA, 2009).

É assim que os ciganos Calon chegam ao território brasileiro. As políticas anticiganas são responsáveis pela vinda destes para o Brasil, para onde foram mandados quando expulsos de Portugal. Frans Moonen (2011) ressalta que os ciganos foram indesejados em todos os lugares por onde passaram, e assim foram mandados embora por políticas anticiganas, feitas por leis que os obrigavam a irem embora. Os países europeus mandaram os ciganos para as suas colônias da América e da África, como faziam com todos aqueles que consideravam escória social, por serem improdutivos e perturbadores de sua organização social (PEREIRA, 2009).

Em 15 de abril daquele ano, foi expedida comunicação de Lisboa para o governador de Pernambuco, apoiando-se no decreto já mencionado de Sua Majestade. Informa-se o embarque de ciganos para aquela capitania, mas parte dos quais deveria ser remetida depois para o Ceará/Brasil, e outra parte para Angola/África. Também devia-se tomar cuidado para que nenhum cigano ficasse em Pernambuco, e aos governadores do Ceará e de Angola recomendou-se que não deixassem os ciganos retornar a Portugal, nem permitissem o uso de sua língua, chamada também de geringonça. (TEIXEIRA, 2008, p.16)

Assim, sendo colônia de Portugal, eles eram mandados para o Brasil. Já em terras brasileiras, eles chegaram com o estigma⁵ que carregavam na Europa: ladrões, de língua estranha (que era uma forma de enrolar as pessoas), e por isso lhes puseram sob vigilância. Os ciganos logo foram se espalhando pelas várias regiões e cidades do

5. Estigma é um conceito de Goffman (2004), é um atributo que diferencia pessoas, grupos de outros, um atributo que é profundamente depreciativo, uma característica que marca alguém nas relações sociais. Esse atributo é, assim, uma “Identidade Social”.

país. Percebendo que muitos ciganos vivem no Brasil, nos diversos estados brasileiros, a pesquisa que se desenvolveu mostra aqueles presentes em uma pequena cidade no Maranhão. Adentraremos agora no cenário em que a pesquisa vem sendo concretizada.

3 | CIGANOS EM SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

A cidade de São João do Paraíso localiza-se no Sul do Maranhão. Segundo o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia - IBGE (2017), a população estimada de São João do Paraíso é de 10.977 habitantes, tendo a área territorial de 2.053,843 km.

Os ciganos começaram a chegar na cidade quando esta ainda era um povoado do município de Porto Franco (MA). Chamavam a atenção com uma linguagem diferente e com suas vestimentas e adereços exóticos para a população local: cordões de ouro, chapéus, as mulheres com vestidos longos, dentes de ouro. Logo se diferenciaram dos demais habitantes, ocasionando - em um primeiro momento - um distanciamento causado pela estranheza e falta de informação sobre aqueles que chegavam no local. Sendo um município pequeno, a presença dos ciganos poderia desestabilizar a tranquilidade da pequena cidade.

Robert Elias & John L. Scotson, em *Os estabelecidos e os Outsiders*, trazem uma etnografia de uma cidade no interior da Inglaterra, onde havia os *estabelecidos*, que eram as pessoas que estavam na cidade já há muito tempo e os *outsiders*, que eram recém-chegados, um grupo de fora. Apesar desses dois grupos de pessoas não terem diferenciação racial, étnica ou religiosa, havia por parte dos estabelecidos uma constante diferenciação com os recém-chegados *outsiders*, aos quais eram atribuídas características ruins, tais como delinquência e violência.

Esta análise de estabelecidos e outsiders se torna pertinente para se pensar a presença dos ciganos na cidade, mesmo sendo estes marcados por elementos que destacam uma diferença étnica. Estes – quando recém-chegados - também eram *outsiders*, contrapondo-se aos moradores, os estabelecidos da cidade. Desta forma “repetidamente, contata-se que outsiders são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 27). Isso também ocorreu com os ciganos recém-chegados na cidade: os moradores os viam com desconfiança, tinham-nos como indisciplinados e não confiavam neles. Isso está presente nos depoimentos dos ciganos sobre a sua chegada no município e a relação inicial com os moradores.

O primeiro grupo a chegar foi da família do cigano conhecido como Tenda⁶, que ainda reside na cidade e junto com Cabelo foram nossos principais interlocutores. Chegaram no

6. Os nomes apresentados são fictícios, para preservar a identidade e privacidade dos interlocutores.

ano de 1960, quando São João do Paraíso ainda era povoado de Porto Franco. Este veio com os pais e irmãos. Quando chegou ele ainda era um rapaz, com menos de 15 anos, hoje tem mais de 60. Seus pais já faleceram. Alguns de seus irmãos se casaram com moradores e tiveram filhos. Ele teve filhos também - já sendo morador - e sua mulher também é cigana.

Segundo Tenda, a vinda para a cidade se deu porque venderam suas casas. “Vida de cigano”: vendiam e compravam casas, viviam andando até parar na cidade citada. Quando perguntamos por que ficaram, nos disse que “o Paraíso é muito bom. Muitos ciganos foram embora daqui e estão arrependidos. Aqui é uma terra muito boa”. Tenda ainda destacou que quando chegaram na cidade sofreram rejeição por parte da população. Segundo ele, quando iam nas casas ninguém os recebia: “ninguém nos dava rancho”. Mas aos poucos começaram a ter amizades com alguns moradores, que passaram a recebê-los.

Depois chegou a família do cigano conhecido como Torselha, família esta que já foi embora da cidade, assim como muitas outras. Mais tarde chegou a família do cigano conhecido como Cabelo. Este chegou à cidade após a emancipação do município. O que possibilitou a ida para a presente cidade foi o parentesco. Assim, as rotas percorridas por estes ciganos são estabelecidas por uma rede parental, em que os locais nos quais eles se fixam tenham parentes ou pessoas com laços de afinidade, como também destacou Monteiro (2019) em suas pesquisas com os ciganos na Paraíba:

[...] Percebi que na Costa Norte as rotas são traçadas por laços parentais, e por -laços de afinidades, há possibilidade também de rotas quando estão fazendo negócios. Esse processo de fluxo que acontece entre o grupo de ciganos não está fixado há um tempo limite de permanência e partida de um determinado local, os deslocamentos acontecem de acordo com alguma necessidade. (MONTEIRO, 2019, p. 196).

Tal fenômeno também foi evidenciado nas pesquisas feitas por Florência Ferrari com ciganos Calons em São Paulo, os quais revelavam-se: “[...] uma rede de parentes, conhecidos e lugares se abria para todos os lados: bairros, pousos antigos, parentes espalhados, e um circuito muito extenso e ao mesmo tempo familiar, que revela uma vida em “movimento”. (FERRARI, 2010, p. 102).

Vivendo no local há cerca de 20 anos, Cabelo foi para a cidade com seus pais e irmãos; hoje está com mais de 45 anos de idade, é casado com uma mulher cigana e teve filhos já sendo morador. Segundo o próprio, “a vinda para a cidade foi a passeio e decidimos ficar por ser uma cidade boa”. Ao questionar a que grupo cigano pertencia, Cabelo falou ser “cigano, cigano mesmo”, não reconhecendo ser de nenhum dos grupos étnicos como Calon, Rom ou Sinti. Vale destacar que mais tarde, em um encontro que não foi marcado (já que a cidade é pequena e é muito comum o encontro com eles), um

cigano parente de Tenda falou que era “Cigano Calon”. E ainda contou ser parente de todos os ciganos que residiam na cidade e que todos são Calon. Essa informação não nos foi passada na entrevista, pois quando perguntados sobre o grupo ao qual pertenciam, estes apenas se declararam ciganos.

Sobre o tempo de chegada no município de São João do Paraíso, Cabelo declarou que, quando chegaram, os ciganos tinham uma má fama. Todos achavam que eles eram ladrões, trambiqueiros e a população em geral tinha receio deles. Disse ainda que, aos poucos, os moradores perceberam que eles não eram assim, mas que antes não podiam entrar em uma loja porque ninguém confiava neles, ainda que hoje isso tenha mudado. Segundo Cabelo, “isso ocorria porque os ciganos de primeiro daqui entravam no comércio e roubavam tudo. E hoje isso já mudou, graças a Deus”.

A partir da fala do Cabelo cigano, pode-se ver como se esquivar das acusações que são postas aos ciganos na cidade sem negá-las: ele passa a acusação para os outros ciganos, retirando de si tais estereótipos muitas vezes direcionados ao seu grupo e imputando-os a indivíduos. Esta estratégia de retirar os estigmas sobre si é apontada por Conceição (2018).

A esses sujeitos (ou grupos) especificamente são endereçadas todas as acusações que são ou podem ser remetidas à coletividade, como uma estratégia de purificação da imagem. Chamo essa prática de reendereço do estigma. (CONCEIÇÃO, 2018, p. 259).

Reendereçar o estigma é uma forma de retirar de si aquilo que marca de forma negativa, limpar a moral e criar uma outra moral frente à sociedade, buscando tirar de si algo que marca seu grupo, a fim de buscar uma nova construção de uma identidade étnica (aos ciganos) como pessoas boas, que não têm os estereótipos atribuídos à maioria dos seus.

Muitos ciganos já foram embora, como é o caso da família de Torselha, e, segundo os moradores da cidade, muitos outros ciganos já estiveram por ali. Dos que estiveram e dos dois grupos que ainda estão, apresentam-se distinções. Segundo as entrevistas, eles não mantêm entre si vínculo algum, seja de parentesco ou de amizade. Apesar de estarem no mesmo município, não costumam manter relações entre si.

O desprezo e até medo por parte da população paraisense se substancializavam na crença que os não-ciganos carregam consigo sobre os ciganos, os estereótipos que têm desde as perseguições na Europa, onde são considerados bandidos, trambiqueiros e vagabundos (MOONEN, 2011). Em São João do Paraíso, estes tinham os mesmos estigmas, sendo apontados como responsáveis por todos os roubos que aconteciam na cidade. Quando entravam em uma loja, sempre havia um funcionário que olhava e

acompanhava seus movimentos. Também eram considerados valentes que não tinham medo de briga, e que quando um entrava em um confronto, todos os ciganos também entravam.

Ter uma língua diferente, praticar a quiromancia e possuir a fama de não ter lugar certo para morar (o nomadismo) são aspectos tomados como inerentes a uma vida errada e errante. Esses grupos são rejeitados de forma ativa pela população hospedeira, em razão do comportamento ou de certas características inegavelmente condenadas. Pudemos perceber, na fala dos ciganos entrevistados, o estigma e estereótipos remetido a estes povos na cidade, e que quando nela chegaram eles sofriam ainda mais; que aos poucos fixaram-se e tiveram uma relação maior com a população local, fato que fez com que criassem uma relação de “amizade” com alguns moradores da cidade.

Sendo as representações sobre os ciganos estereotipadas, na cidade de São João do Paraíso eles sofreram e ainda sofrem preconceitos por parte da população local. Sendo estes indesejáveis, marcados por estereótipos que os ligam a uma vida errônea, são vistos como uma “ameaça” à tranquilidade do lugar e, por isso, muitas vezes são mandados embora.

4 | “NOSSA CASA ERA O CHAPÉU”: DE ANDADORES A MORADORES

Hoje a permanência de dois grupos ou duas famílias de ciganos residentes na cidade de São João do Paraíso (MA). Um grupo (família) está mais concentrado em um só bairro; este primeiro grupo chamarei de família do Cabelo. O segundo grupo encontra-se espalhado pelos bairros da cidade e chamarei de família do Tenda. Estes dois nomes soam na cidade como algo que distingue os dois grupos de ciganos ali presentes, sendo esses os principais nomes ou a liderança desses grupos. E foram esses dois ícones ciganos entrevistados durante a pesquisa, cabendo ressaltar que também tivemos contato com outros ciganos das famílias do Tenda e do Cabelo.

Tanto os familiares do Tenda quanto do Cabelo informaram que viviam andando antes de fixarem moradia na cidade. Segundo Cabelo, seu pai já viveu em acampamento e ele morou em algumas cidades. Tenda falou que até chegar na cidade onde mora não tinha endereço fixo: “Nós não morávamos não, nossa casa era o chapéu, só viajando no meio do mundo. Viajando pelo mundo de animal, comprando, vendendo e trocando”. Isso também foi ressaltado por Cabelo: “cigano é assim, que andava muito de jumento pelos sertões. A vida deles era andar, era assim: a mulher paria seu filho, e já ia pra cima do jumento, caminhando já, caminhando pelo mundo. Não tinha local certo para eles não”. Algo que Cabelo enfatizou nas primeiras entrevistas é que “ser cigano é ser andador”.

Desta forma o passado de uma maior mobilidade é acionado o tempo todo, por várias questões, tanto política como econômica e social. A vida itinerante é algo que marca a cultura cigana e é capaz de construir seus modos de vida. As duas famílias falaram que antes de parar, viviam andando, e os dois relembra esta definição e esse fato da vida nômade, eles recorrem a narrativas contadas para falar sobre a sua cultura. A definição de cigano está relacionada à vida de andador, algo que marca sua origem e dispersão pelo mundo. O passado nômade é algo recorrente no processo identitário dos ciganos, pois quando falam sobre o que é ser cigano já remetem a essa característica. Acreditam inclusive que sua origem está no nomadismo, pois assim eles se espalharam pelo mundo, vieram para o Brasil e para a cidade em que vivem.

Quando os ciganos chegaram na cidade eles se fixaram em bairros que não tinham casas, em que estavam sendo os primeiros moradores, sendo esses bairros periféricos, longe do que na época poderia se considerar o centro da cidade.

Deste modo, percebe-se que o local em que eles vão se fixar na cidade são bairros distantes da população em geral e que passam a carregar uma marca cultural, pois foram chamados de “setor dos ciganos” ou “bairro dos ciganos”. A família de Cabelo, quando chegou na presente cidade, foi morar no “Setor Castro”, como é conhecido hoje o bairro onde ela fixou moradia. Este bairro quase não tinha moradores, e, para muitos, foram os ciganos os primeiros moradores do bairro. A primeira casa da família de Cabelo foi um barracão, logo depois construíram uma casa. De acordo com o próprio: “Na época que eu cheguei aqui esse bairro... foi mais eu que construí ele. Ajudei muito, fiz várias casas. Quando cheguei aqui, morava em uma barraca. Comprei um terreno e comecei a construir e vender”.

Sua fixação em uma residência não demorava. Ele construía uma casa e vendia, mostrando uma espécie de nomadismo mesmo na cidade em que resolveram se fixar. Colocamos que ele construía pois normalmente trabalham na obra, como apontou Cabelo: “Quando vamos construir uma casa, nós mesmos somos os pedreiros”. Com as vendas das casas, o “setor dos ciganos” começava a ter moradores vindos das outras partes da cidade.

Hoje, Cabelo fixou moradia em uma casa só. Segundo ele “foi desejo da minha mãe, essa casa eu tirei pra não vender”⁷. A organização da sua família no bairro é algo que nos chamou a atenção. Pois segundo o próprio, “nesse bairro moram todos nossos parentes, porque minha mãe quer nós todos por perto. Até hoje minha mãe faz a comida para todos. Meu irmão sai da casa dele pra vir comer aqui. Aqui são 4 irmãos, meu pai, minha mãe e os filhos. Mais de 20 ciganos, quase 40”.

7. Com este momento de parada, a compra de imóveis e terrenos, trouxeram uma possibilidade de garantia de renda para algumas famílias ciganas.

A preferência por morarem perto uns dos outros também demonstra um hábito ancorado em seu *ethos*. Enquanto “Imersos no mundo dos *gadjes*, os Calon produzem um mundo de “racionalidade” próprio e baseado em relações de parentesco e aliança.” (FERRARI, 2019, p. 264). Mantendo o ensinamento de Ferrari (2019), é necessário mostrar que a sociabilidade criada pelos ciganos Calons permitia a coexistência entre eles e os *gadjes* a partir da sustentação dessa rede de parentesco, na qual o “ser cigano” ganha relevo e significado.

Um questionamento que pairava ainda nos pensamentos iniciais da pesquisa era o porquê de eles residirem nesta cidade. Segundo Cabelo, foi por ser uma cidade boa, e porque não pretendiam ir embora. Cabelo é natural do Piauí. Segundo ele, sofreu muito trabalhando desde pequeno. Seu pai já morou em acampamento, mas ele mesmo não. Já passou por muitos lugares até chegar em São João do Paraíso.

Os familiares de Tenda, quando chegaram, também se fixaram em um bairro que simbolizava o “fim” da cidade. Compraram um terreno e construíram sua casa, começaram a construir outras casas e a vender: “Morei em vários bairros, porque quando eu fazia um “baraquim” e achava um dinheirinho a mais, vendíamos. Fiz mais de 15 casas. Fui aquietando até me tornar morador” (Tenda).

A emancipação da cidade foi em 1994, ou seja, o seu crescimento também se deu com a fixação e expansão dos ciganos no seu território. Eles se fixaram e expandiram ao tempo em que o município foi se formou e se firmou como cidade. Assim, os ciganos são pessoas presentes desde a sua formação, por isso Cabelo e o seu irmão Barba receberam o título de “cidadãos paraisenses”, pelas contribuições com a cidade: com a construção e venda de casas eles expandiram bairros e também contribuíram com a economia local. A partir das relações que foram traçadas nesta urbis, eles se sentem como grandes contribuidores. Tanto Tenda como Cabelo ressaltaram que contribuíram para o crescimento de São João do Paraíso, principalmente pelas casas construídas.

Com o passar dos anos os ciganos foram se fixando e começaram a ter uma relação maior com os habitantes da cidade, passou a haver casamentos entre ciganos e Gadjon⁸, e talvez seja este um dos fatores que somaram para a sua maior fixação. A união interétnica entre Gajon e ciganos mostrava como os últimos estavam fixando-se e como a união e a relação deles com a cidade tornava-se mais amigável. Mas cabe ressaltar que não a ponto de eliminar os preconceitos e romper com os estereótipos e estigmas.

Cada cultura tem uma lógica própria e as mudanças que ocorrem mostram como a cultura não é estática, está sempre em transformação (SANTOS, 1987; LARAIA, 2004).

8. Gadjé, Gadjon do roamani (Língua cigana), que significa não-ciganos.

Por muitos anos, os ciganos viviam andando pelo mundo e, como já apontado, por onde passam geralmente são indesejados e sofrem preconceitos. Passavam pouco tempo no lugar, pois muitas vezes eram expulsos. Diante das dificuldades de uma vida andante, dos preconceitos e na busca por uma vida mais estável, estes mudam de andadores para moradores, mas suas dinâmicas de negociações vão sendo observadas como práticas que alimentam o imaginário social sobre a construção de uma representação nômade. Neste tempo de parada e de tornarem-se moradores de São João do Paraíso, a organização social, a moralidade e a noção de pertencimento a um ethos não deixam de existir, mas passam a ser mobilizadas a partir de outras relações.

A mudança de andadores (nômades) em razão de tais circunstâncias pode ser observada em outros contextos (GOLDFARB, 2013; DOLABELLA, 2019; MONTEIRO, 2019; SILVA, 2010; SOUZA, 2017). O “estar morador” aparece como uma condição de estabilidade social, buscando um valor, uma moral e também não correr riscos de vida, pois, como já apontado, a cultura cigana resistiu às várias formas de violências imposta pelo preconceito às minorias étnicas. Desta forma, eles mudam e vão se adaptando ao lugar em que estão vivendo. Pode-se perceber a mudança de andador a morador não como perda da cultura cigana, mas sim como mudança, algo comum quando se fala de cultura, já que ela não é estática.

O termo morador aqui é uma denominação êmica: os ciganos costumam chamar de moradores os outros, a população local. Morador é uma categoria nativa aos ciganos, que eles utilizam também para designar pessoas que têm endereços fixos nas cidades. Cabelo, ao se definir como morador, fala que “morador são vocês”, se referindo a uma das pesquisadoras. Tenda, em uma das entrevistas, colocou “Jurin é morador, são vocês. Quando queremos falar de algum morador falamos aquele Jurin, que quer dizer morador”.

A mudança de andadores para moradores é apontada pelos ciganos entrevistados como algo positivo. Eles começaram a buscar por essa organização social a fim de ter melhores condições de vida, superando sofrimentos que uma vida nômade trazia. Conforme Cabelo aponta, “eu acho que os ciganos de primeiro sofriam muito, era caminhando pelo mundo, e hoje todo mundo é proprietário, tem casa, tem carro, tem dinheiro”. Quando questionamos sobre a vida nômade e a vida como morador ele colocou que “eu acho que é porque de primeiro os ciganos não se importavam. Só queriam andar pelo mundo, e hoje têm filhos. Tem cigano doutor, tem cigano vereador, tem tudo”.

Eles apontam que, estando moradores, os ciganos conseguiram alcançar cargos importantes e que têm uma maior visibilidade social, ocupando posições e espaços que antes não ocupavam. Como destaca Cabelo, “de primeiro os ciganos eram de jumentos, agora são de carro e motos”.

Segundo Tenda, “quando viemos para o Paraíso ficamos moradores e fomos plantar roça. Trabalhei em fazendas, plantando”. Tenda relata como era difícil a vida de nômade: “porque nós viajávamos demais, pegando chuva, passando fome, pedindo rancho nas casas e o povo não dava. Sofremos muito preconceito, as pessoas não queriam nos receber”.

Os dois relatam as dificuldades que passaram em uma vida andando, e que a vida como moradores trouxe uma estabilidade maior, uma tranquilidade e oportunidades, tais como de emprego. Também, como apontou uma cigana parente de Tenda, de “poder colocar os meninos na escola”. Estando moradores, ainda é possível conquistar uma maior estabilidade financeira, não passando mais tantas dificuldades, como pôde se evidenciar nas falas acima.

Essa é uma das grandes mudanças apontadas por eles na cultura cigana, como destaca Cabelo. “De primeiro os ciganos eram de jumentos, agora são de carros e motos”. Eles apontam o ser morador como uma mudança que ocorreu em sua cultura, pois antes a vida dos ciganos era andar pelo mundo. É importante destacar que as transformações e ressignificações em determinados contextos não implicam na inexistência de um pertencimento. As mudanças sociais interferem no cotidiano de todos os grupos sociais, mas as implicações dessas mudanças não afetam as noções que circundam e substancializam o ethos de cada grupo.

Assim como as relações que foram sendo transformadas, de indesejados, os ciganos Calon de São João do Paraíso passaram a fazer parte da cidade. Cabelo argumenta sobre a aproximação nas relações locais:

Como moradores conquistamos um valor maior do que quando andávamos pelo mundo. Olha, é só falar aqui quem é o Cabelo cigano que todo mundo conhece. Quando cheguei aqui e entrava dentro das lojas os donos falavam para as empregadas “ei olha lá os ladrões”, nos chamavam de ladrões. Aquilo ali estava quase me matando.

Tenda também apresenta algumas outras vantagens: “Estando moradores estamos em uma situação muito melhor. Nós agora comemos no horário, antes não”.

Os dois apontam o ser morador como possibilidade de terem uma vida melhor, e que aos poucos conseguiram ter um maior respeito quanto a sua identidade étnica, que não tinham quando viviam andando por vários lugares. Acreditam que aos poucos vêm conquistando mais ainda esse respeito frente aos preconceitos que os povos ciganos sofrem. A fixação como moradores possibilitou, assim, uma mudança em suas vidas, vista de forma positiva. Na sua imagem também: os ciganos passam a ser conhecidos não como ladrões, trambiqueiros, mas sim como pessoas que são diferentes, mas que também são cidadãos.

Desta forma, mesmo estando moradores eles continuam a firmar sua identidade étnica, sendo conhecidos no município por ciganos. Na cidade, Cabelo é conhecido por “Cabelo cigano” e Tenda por “Tenda cigano”. Eles mudaram de andadores para moradores, alterando um traço cultural que os identificava. Pode-se evidenciar ainda que eles mudam um traço cultural mas não deixam de se sentirem menos ciganos por isso, já que as fronteiras de pertencimento ao grupo é o próprio grupo que define (BARTH, 1998).

Os estudos ciganos têm mostrado a problemática existente em enquadrá-los como nômades ou sedentários, pois o campo demonstra a construção de suas moradias nos espaços das cidades, a partir de valores associados a uma vida em movimentação. Micol Brazzabeni (2013), em sua pesquisa com ciganos portugueses, reflete sobre as relações entre espaço e emoção nas famílias ciganas portuguesas, abandonando as “nomadologias”, ou seja, considerando os ciganos sem a limitação espacial, sem a perspectiva “dentro/fora, fixo/móvel, nômade/sedentário”. A autora analisa como os ciganos se relacionam com o espaço e as emoções neste contexto para a construção da pertença.

Dentro dos estudos ciganos são muito comuns as terminologias, denominadas pela autora Brazzabeni como “nomadologias”, ou seja, considerar os ciganos nômades ou sedentários. Em seu campo, ela foi levada a explorar o significado, para aquelas pessoas, de viver naquele lugar e não em outro, apontando assim o seu receio em colocar o termo nomadismo (BRAZZABENI, 2013).

Diante disso, a autora sugere que, a partir de ideias nativas, tais como o *abalar* e as *falas*, cria-se uma “comunidade de palavra” e “performance da fala”, constitutivas do modo de “fazer-se Calon”, mostrado e compartilhado (BRAZZABENI, 2013). O termo *abalar* é utilizado pelos ciganos naquele contexto para se referirem ao “movimento de uma pessoa que se vai embora e que deixa de estar” (BRAZZABENI, 2013, p. 76). O termo *abalar* aparecia de forma recorrente nos discursos de seus interlocutores, utilizando-se para saber sobre o movimento de outro, bem como quem está e onde está, implicando as relações o ato de “estar ao pé”, sendo tais relações mais próximas e localizadora de pessoas.

Nessa perspectiva, a autora, ao discorrer sobre as falas que constroem uma comunidade, orienta as práticas cotidianas como motor das relações sociais que “as palavras tenham a dimensão de coisas, como se as falas se tornassem coisas para serem vividas, cuja espessura experiencial muda nos seus contornos, dinâmicas, espaços e efeitos” (BRAZZABENI, 2013, p. 76).

Tal fato pôde ser observado em campo com os ciganos em São João do Paraíso, sendo os termos *andador* e o *morador* falados por eles, levando para outra discussão, a qual passou à dualidade entre nômades e sedentários. O termo *andador* foi utilizado como

fator de contraste e pertença étnica, contudo, o termo morador também era requisitado para falarem do seu modo de viver atualmente.

Para muitos, a vida de andar, mudar de cidade é algo da cultura dos ciganos, mas cabe destacar que a história deste grupo é marcada por políticas anticiganas, com leis e decretos, os quais os forçaram a migrarem. Em alguns países da Europa foram considerados “raça maldita” e “demônios”, sendo associados a mendigos e bandedeiros. Sua dispersão pelo mundo deu-se muitas vezes de forma forçada e, às vezes, também por vontade própria (TEIXEIRA, 2009).

Mas ao destacar a vida itinerante, de andança, ela passa a ser apontada como algo marcante da história deles, algo da cultura cigana, como foi dito pelos ciganos em São João do Paraíso: “cigano gosta de andar, a vida deles era andar”. Estar morador não anula a movimentação ou fluxo, ao enquadrar-se no imaginário de vida nômade, que seria algo diferenciador do cigano do inconsciente popular. Por isso, afirmá-los unicamente como sedentários não permite entendê-los nas movimentações ocorridas no dia a dia, seja a partir dos negócios, das mudanças de casa ou de toda uma lógica de vida, baseada na *andança* e norteadora da pertença como ciganos. Mesmo estando moradores, eles destacam a sua identidade, denotando o passado de andadores, como fator importante na construção da sua individualidade. Como bem destaca Goldfarb (2013), ao estarem nessa condição, ressignificam maneiras próprias para não se dissolverem nas exigências da sociedade envolvente.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou como os ciganos residentes em São João do Paraíso se organizaram em moradias fixas e decidiram buscar uma estabilidade social, tentando acabar com os sofrimentos advindos de uma vida de andador e que, a cada dia, como moradores, vêm lutando para se livrarem dos preconceitos que a população em geral tem sobre eles. Mas, mesmo estando em uma condição de moradores e buscando uma boa sociabilidade com os não ciganos, continuam mantendo viva sua cultura, já que a cultura não é estática e permanece sendo uma identidade apesar das mudanças. Desta forma, pudemos compreender as mudanças que ocorreram com os ciganos e como, apesar delas, podem defender uma identidade diferenciada.

A vida de andança do passado andador está inserida em um sistema de representação no qual os ciganos negociam para permitir a definição como grupo e para justificar seus modos de vida, como apontado nas falas dos ciganos desta pesquisa. A frase que dá título a este trabalho simboliza essa vida de andança, em que o chapéu é referido como casa,

pois vivendo de forma itinerante, segundo o Tenda Cigano, “Nossa casa era o chapéu só andando no meio do mundo”, ou seja, eles viviam de forma itinerante e carregavam consigo o chapéu para onde iam, algo que mostra que eles não tinham local fixo, pois se mudavam constantemente, e o chapéu, como adereço, ia junto.

A busca por um pouso, por segurança que atravessa as falas de Tenda e de Cabelo, é permeada pela construção de relações sociais mais amigáveis com os residentes locais. Além disso, cabe destacar que os ciganos que estão moradores em São João do Paraíso sentem-se como pessoas que contribuíram na formação e desenvolvimento da cidade. Sua fixação, expansão e movimentação na cidade (por exemplo, a construção e venda de casas) é algo que mostra a sua cultura como povo que troca, que muda. Como apontou um dos entrevistados, algo próprio do *ser cigano*, que costuma vender, trocar e construir, andar: fato que pode mostrar um modo “nômade” de estarem fixados na cidade. Desta forma, mesmo estando moradores, eles continuam praticando seus costumes e modos específicos de lidarem com o espaço e com a vida, tendo como referência a itinerância.

Ao estarem parados não significam que os ciganos não circulem, ou que não possam se mudar. A movimentação, viagens, passeios é algo presente na vida destes no presente local, sendo assim não poderíamos considerá-los como sedentários, até porque, mesmo vivendo como moradores, eles agiam conforme valores de uma vida de andança, ao mesmo tempo que a mobilidade não significa que os ciganos calons não desejem pousar, estabelecer relações, ter acesso a um território e direitos sociais. As andanças, a mobilidade são comuns e por eles destacadas por acontecerem pelo modo econômico de vida. A vida de andança é então denotada como marcante para a identidade cigana, algo que os identificam e organizam seus modos de ser e estar nas localidades.

REFERÊNCIAS

BART, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTGNAT, P; FENART-STREIFF, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Difel, 1998. P. 185-227.

BRASIL, Governo Federal. **Povo Cigano**: relatório executivo. 2013.

BRAZABENI, Micol. **A construção de uma “comunidade de palavras”**. In: Ciganos Portugueses: Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição. (Orgs) MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga. Editora Mundos Sociais, 2013.

CAVALCANTE, Janeide da Silva. **Ciganos em São João do Paraíso-MA**: De andadores a moradores. Monografia (Ciências Sociais) -UFT, Tocantinópolis, 2018, 57p.

_____. **“Sou mais cigano que morador”**: Relações interétnicas e a questão da identidade cigana em São João do Paraíso (MA). Dissertação (Mestrado em Sociologia), Imperatriz- MA, 2021.

_____; CONCEICAO, Wellington da Silva. “**Nossa casa era o chapéu**”: o nomadismo como elemento de identidade e o processo de fixação de ciganos em São João do Paraíso (MA). *O PÚBLICO E O PRIVADO*, v. 1, p. 311-328, 2019.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. “**Sossega, moleque, agora você mora em condomínio**”: segregação, gestão e resistência nas novas políticas de moradia popular no Rio de Janeiro. Curitiba: Appris, 2018.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERRARI, Florencia. “Nunca Sozinho”: redes de parentes Calon e o mundo gadje. *In*: GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes; TOYANSK, Marcos; Oliveira, Luciana de; (organizadores) **Ciganos**: olhares e perspectivas. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

_____. **O mundo passa**: uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros. 2010. 380 f. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2010.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. **Memória e etnicidade entre os ciganos Calon em Sousa-PB**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013 (Coleção Humanidades).

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MOONEN, Frans. **Anticiganismo**: os ciganos na Europa e no Brasil. Recife: Texto mimeo, 2011.

MONTEIRO, Edilma do Nascimento Jacinto. **Tempo, redes e relações**: uma etnografia sobre infância e educação entre os Calon. Tese (Doutorado em Antropologia Social) pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2019.

PEREIRA, Cristina da Costa. **Os ciganos ainda estão na estrada**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura?** Editora brasiliense 1987.

SILVA, Lailson Ferreira da. “**Aqui, todo mundo é da mesma família**”: Parentesco e relações étnicas entre os ciganos na cidade Alta, Limoeiro do Norte-CE. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, 2010.

SOUZA, Mirian Alves de. **Ciganos, roma e gypsies**: projetos identitários e codificação política no Brasil e Canadá. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

TEIXERA, Rodrigo Corrêa. **História dos ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de estudos Ciganos, 2008.

_____. **Ciganos no Brasil**: Uma breve história. Segunda edição, revista. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: CONDICIONANTES E LÓGICAS DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DE LIDERANÇAS PENTECOSTAIS DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ - MA

Data de aceite: 03/08/2022

Bezaiel Alves Oliveira Junior

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. Professor de Antropologia da Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão – UNISULMA. E-mail: b.junior_07@hotmail.com.

Wheriston Silva Neris

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), Campus Imperatriz, e do Programa de Pós-Graduação em Letras, Campus Bacabal, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: wheriston.neris@ufma.br.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é explorar as interseções entre o universo evangélico e a política no Brasil contemporâneo através da exploração das lógicas coletivas e individuais de engajamento político de lideranças da Igreja Evangélica Assembleia de Deus (IEADI) na cidade de Imperatriz, Maranhão. Resultante de uma pesquisa de mestrado concluída recentemente que recorreu a estratégias metodológicas variadas, tais como: observação direta, entrevistas e exploração de arquivos e publicações institucionais, tentamos no presente texto levantar algumas questões pertinentes para a compreensão das modalidades, processos e condicionantes do engajamento simultaneamente político e religioso desses agentes, tomando como laboratório um contexto mais local e

específico e os itinerários de agentes que se notabilizaram pelos seus investimentos nos espaços e instâncias convencionais da política no contexto em pauta. As conclusões apontam para um reforço da tendência geral de incremento da penetração do segmento evangélico em partidos e eleições caracterizada pelo importante peso de mecanismos de controle, filtragem e reforço da ordem institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Política. Itinerário. Religião. Assembleia de Deus.

THE EVANGELICS AND THE POLITICS: CONSTRAINTS AND LOGICS OF POLITICAL ENGAGEMENT OF PENTECOSTAL LEADERS OF THE ASSEMBLEIA DE DEUS CHURCH IN IMPERATRIZ - MA

ABSTRACT: The objective of this work is to explore the intersections between the evangelical universe and politics in contemporary Brazil through the exploration of the collective and individual logics of political engagement of leaders of the Evangelical Assembleia de Deus Church (IEADI) in the city of Imperatriz, Maranhão. Resulting from a recently completed master's research that resorted to various methodological strategies, such as: direct observation, interviews and exploration of institutional archives and publications, in this text we try to raise some pertinent questions for the understanding of the modalities, processes and conditions of engagement simultaneously political and religious of these agents, taking as a laboratory a more local and specific context and the itineraries of agents who have become notable for their investments in conventional spaces and

instances of politics in the context in question. The conclusions point to a reinforcement of the general trend of increasing penetration of the evangelical segment in parties and elections characterized by the important weight of mechanisms of control, filtering and reinforcement of the institutional order.

KEYWORDS: Politics. Itinerary. Religion. Assembleia de Deus.

LOS EVANGÉLICOS Y LA POLÍTICA: CONDICIONANTES Y LÓGICAS DEL COMPROMISO POLÍTICO DE LÍDERES PENTECOSTALES DE LA IGLESIA ASSEMBLEIA DE DEUS EN IMPERATRIZ - MA

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es explorar las intersecciones entre el universo evangélico y la política en el Brasil contemporáneo a través de la exploración de las lógicas colectivas e individuales de compromiso político de los líderes de la Iglesia Evangélica Assembleia de Deus (IEADI) en la ciudad de Imperatriz, Maranhão. Fruto de una investigación de maestría recién concluida que recurrió a diversas estrategias metodológicas, tales como: observación directa, entrevistas y exploración de archivos y publicaciones institucionales, en este texto pretendemos plantear algunas cuestiones pertinentes para la comprensión de las modalidades, procesos y condiciones de compromiso a la vez político y religioso de estos agentes, tomando como laboratorio un contexto más local y específico y los itinerarios de agentes que se han destacado por sus inversiones en espacios e instancias convencionales de la política en el contexto en cuestión. Las conclusiones apuntan a un reforzamiento de la tendencia general de creciente penetración del segmento evangélico en partidos y elecciones caracterizado por el importante peso de los mecanismos de control, filtrado y refuerzo del orden institucional.

PALABRAS CLAVE: Política. Itinerario. Religión. Assembleia de Deus.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma investigação concluída recentemente e que se insere na temática das interseções e trânsitos de fronteiras entre o espaço religioso e político no Brasil, tendo por foco principal a análise dos condicionantes coletivos e das lógicas individuais do engajamento de lideranças da Igreja Assembleia de Deus de Imperatriz (IEADI), que se notabilizaram pelo investimento em instâncias convencionais do universo político maranhense (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021). Recorrendo à vasta bibliografia que tem sido produzida nos últimos anos a respeito dessa dinâmica no Brasil, notadamente no campo evangélico (ORO, 2011; MONTEIRO, 2009; GIUMBELLI, 2004), busca-se avançar na compreensão dos processos concretos de politização do engajamento religioso em uma configuração social como a brasileira, sem perder o foco sobre as vantagens na variação de escala, as especificidades contextuais e as dinâmicas históricas e organizacionais singulares em pauta.

De maneira geral, há pelo menos duas razões que merecem ser apresentadas aqui

para justificar a opção pelo estudo do objeto em pauta. A começar pelo fato de que a história de agentes que se notabilizaram pelo investimento e/ou ocupação de cargos eletivos vinculados à IEADI não deixa de ser dependente das fortes conexões entre o crescimento desse agrupamento institucional e o processo de formação da cidade de Imperatriz, localizada no sudoeste do Estado do Maranhão (SOUSA, 2009). Grosso modo, em uma configuração socioespacial como a imperatrizense, fortemente marcada pelo crescimento populacional decorrente das alterações de fluxos migratórios no espaço maranhense a partir da década de 1960 - cujo processo de urbanização e diversificação econômica esteve associado à ambígua integração da Amazônia às dinâmicas nacionais e internacionais por meio da implantação de grandes projetos de desenvolvimento que promoveram uma série de conflitos socioambientais na região (PANTOJA; PEREIRA, 2017) - a Assembleia de Deus desenvolveu um eficiente plano de propaganda religiosa conversionista, de verniz proselitista e dogmático, que não apenas incrementou sua representatividade numérica no universo religioso local, como também fomentou uma estratégia de influência multidimensional que ajuda a entender a sua capacidade de pressão social e simbólica no espaço público da região (SOUSA, 2009).

Essa ampliação das bases de apoio e influência ocorreu, por seu turno, paralelamente à mutação nas próprias estratégias de atuação política de evangélicos no Brasil, principalmente a partir da década de 1980 (MACHADO & BURITY, 2014; BAPTISTA, 2007; MARIANO, 2005). Resumidamente, de lá para cá, o protagonismo assumido pelos evangélicos nas eleições no Brasil só se fez incrementar (ALMEIDA, 2019; AYRES, 2019; BURITY, 2018), seja através da chamada Bancada Evangélica (PRANDI; WILLIAM DOS SANTOS, 2017), seja como membros importantes da base do atual governo do Presidente Jair Bolsonaro (AYRES, 2019; 2020). Aliás, tomados em conjunto, todos esses fatores ajudam a entender em boa medida o crescimento de interesse entre os estudos acadêmicos pela exploração do tema das relações entre evangélicos e política no Brasil, o que não deixou de ser notado nos balanços bibliográficos mais recentes (BURITY, 2020).

O empreendimento científico em pauta foi desenhado, por seu turno, pela tentativa de combinar os aportes analíticos dispersos, provenientes de um universo de produção crescentemente diversificado e polissêmico como o que caracteriza as “ciências sociais da religião” no Brasil (BURITY, 2020, p. 2), às contribuições recentes dos estudos sobre a politização do espaço social (GRILL; SEIDL, 2017) e da sociologia política das instituições, os quais têm colocado questões comparativas instigantes a respeito das formas de seleção, recrutamento, (re)invenção, conformação, reprodução e subversão de papéis a respeito de agrupamentos institucionais e domínios diversos (NERIS, 2014).

Para responder a essas questões, metodologicamente, a pesquisa recorreu a

estratégias variadas, tais como: exploração de interpretações acadêmicas e institucionais sobre o processo de institucionalização da Assembleia de Deus em Imperatriz; manifestações públicas de profissionais políticos da Igreja; convenções e debates internos a respeito dos representantes selecionados; pesquisas em redes sociais e canais de divulgação pública e a realização de entrevistas em profundidade com agentes religiosos notabilizados pelo seu engajamento na esfera política convencional. Apesar da extensão do universo empírico, essas escolhas nos pareceram as mais adequadas para tentar captar tanto os mecanismos de filtragem, seleção e preparação dos agentes destinados a exercer essas funções de mediação religiosa e política, quanto as percepções subjetivas que esses mesmos agentes têm sobre si, sobre a instituição e o lugar que ela deveria ocupar no espaço público.

Ante o exposto, o texto que segue será dividido em três momentos principais. No primeiro, realizaremos um breve balanço dos estudos sobre a participação política pentecostal no Brasil contemporâneo. O interesse não se encontra propriamente em fazer um balanço amplo e sistemático sobre o tema, cujas dificuldades operacionais já foram enfrentadas em diversos trabalhos (CAMURÇA, 2001; PIERUCCI, 2002; BURITY, 2020). Interessa, no entanto, explorar pesquisas que se mostraram fundamentais para a construção do nosso olhar sobre o objeto e que, acreditamos, além das intenções didáticas, possam ser úteis para pesquisadores pouco familiarizados com o tema em questão. No segundo momento, tentaremos demarcar o espaço de análise recortado, dando ao leitor condições para compreender as peculiaridades do processo de institucionalização da Igreja Assembleia de Deus na cidade de Imperatriz, em diálogo com algumas das principais referências produzidas sobre o tema (BAPTISTA, 2007; COSTA, 2011; 2017; 2018; SOUSA, 2008, 2009, 2010; CONDE, 1960; ALVES, 2002). Por fim, exploraremos os perfis dos agentes e as estratégias adotadas pela IEADI para seleção e recrutamento de agentes encarregados de assumir tarefas de representação em instâncias convencionais da política, tentando retirar algumas conclusões sobre as lógicas que conduzem à política na instituição e contexto em pauta.

21 ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO DA ATUAÇÃO EVANGÉLICA NA POLÍTICA BRASILEIRA: NOTAS DE PESQUISAS RECENTES

Entre os anos de 1964 a 1985, o Brasil passou por um processo histórico em que a nação foi governada por um regime militar, no qual as forças armadas assumiram várias áreas do espaço público por 21 anos. Neste período, os evangélicos constituíam uma pequena parte da população, mas já se articulavam e deixavam seu “absenteísmo” em relação à política. A tese do professor Adroaldo de Almeida (2016), *Pelo Senhor Marchamos: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)*, ajuda a compreender a relação que

os evangélicos tiveram com o governo militar, podendo ser tomada como ponto de partida para discussão sobre a atuação evangélica no espaço político convencional brasileiro.

Sinteticamente, a confluência de uma pluralidade de dinâmicas de transformação organizacional e geracional fez com que frações da Igreja Católica começassem a assumir uma postura crítica ao regime (SEIDL; NERIS, 2021). Os evangélicos aproveitaram esse movimento para ocupar o espaço deixado pela Igreja (ALMEIDA, 2016, p. 43). É a partir de 1968 que os evangélicos passam a demonstrar apoio mais intenso ao governo militar. Para constatar isso, basta observar os principais meios de comunicação de algumas instituições evangélicas da época, que exerciam notável influência na orientação política dos seus membros naquele tempo. Entre as publicações compulsadas por Adroaldo Almeida (2016), destacam-se: o jornal *Estandarte*, da Igreja Presbiteriana Independente; o periódico *O Mensageiro da Paz* vinculado à Assembleia de Deus; o *Jornal Batista* da Igreja Batista; e o *Jornal Expositor Cristão* da igreja Metodista.

Quanto às Assembleias de Deus, a maior denominação pentecostal do Brasil, embora silenciosas a princípio, anos mais tarde, inclinaram-se definitivamente ao apoio ao regime militar. Em um dos seus principais meios de comunicação, o *Jornal Mensageiro da Paz*, a instituição reforçava suas doutrinas e, veladamente, apresentava algumas notícias sobre política, economia e assuntos de natureza secular. Segundo Adroaldo Almeida (2016, p. 108), em setembro de 64, o *Mensageiro da Paz* publicou seu primeiro material de cunho político desde sua fundação, com o título *O cristão e as falsas ideologias*. Nesse texto, aparecia a *preocupação* com o avanço do “comunismo”, descrita como uma ideologia devastadora para o Brasil, além da crítica e combate aos professores materialistas que ensinavam acerca das doutrinas de Marx. Por outro lado, passaram a ocorrer manifestações de lideranças religiosas, a exemplo do pastor sueco Lewi Pethrus, que, em 1968, destacou a importância do cristão na política, além de apontar as principais mudanças de comportamento que as ADs deveriam assumir, dentre elas: 1) aproximar-se das classes mais humildes e liderá-las; 2) envolver-se de forma prática na política partidária; 3) preocupar-se com todos os problemas humanos, não somente com os espirituais. (ALMEIDA, 2016, p. 118).

Ocorre que, além da referida modificação das estratégias de presença pública e de relação com a política oficial, propriamente dita, já em 1968 havia deputados eleitos que transitavam e articulavam dentro da instituição numa nova agenda política, a exemplo de Antônio Alves Teixeira (Assembleia de Deus em Belém) e Raimundo Gomes de Lima (Assembleia de Deus em São Luís).

Após o período histórico da ditadura militar (1964 a 1985), houve uma reabertura, com novas eleições e a transição para o regime liberal-democrático. A Constituinte foi o meio para a compilação de uma nova Carta Magna que regeria esse novo momento

democrático da nação. A Assembleia Constituinte (1987-1988) é considerada o ponto de irrupção dos pentecostais no campo político, porque é a partir desse momento que se percebe uma organização institucionalizada com o objetivo de eleger seus pares para o exercício da representação política no Congresso Nacional (OLIVEIRA, 2020, p. 18). Antes desse momento, o que havia eram candidaturas avulsas e isoladas, embora os principais meios de comunicação das denominações evangélicas já se posicionassem em algumas questões políticas, conforme já mencionado. A participação dos membros, enquanto candidatos, também não era incentivada, atitude que mudou após a Assembleia Constituinte.

Em âmbito nacional, o “quadro de omissão política” dos pentecostais mudou após 1986 com a elaboração da nova Carta Constitucional. Lideranças das maiores frentes do pentecostalismo brasileiro se articularam, como as Assembleias de Deus e a Igreja Evangélica Quadrangular (IEQ). A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) teve também sua representação (BAPTISTA, 2009, p.193).

Com efeito, a análise dessa conjuntura pode ser apreendida através do trabalho pioneiro de Antônio Flávio Pierucci (1989; 1996), notadamente com a publicação do livro *Representante de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte*. Nesta publicação, o autor toma como principal base empírica a análise de revistas e jornais, produzidas pela grande imprensa (*Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal Brasil e VEJA*) em relação à atuação dos evangélicos conservadores. O autor estava interessado em construir um “mosaico da direita brasileira”, recém-saído de um regime autoritário, analisando os parlamentares evangélicos. É observando empiricamente a atuação dos deputados evangélicos na Assembleia Constituinte, eleita em novembro de 1986, que o texto tenta dar sequência a uma linha de investigação iniciada um ano antes, com seus olhares voltados para a atuação da direita no Brasil pós-ditadura.

Antes de 1986, não era tão perceptível a presença dos evangélicos na política. Em pouco tempo, mais de trinta parlamentares demarcaram posição. A grande intenção do “apostolado parlamentar” era que a Carta Magna do país tivesse como fundamentação a “Carta Magna de Deus aos homens”, a Bíblia (PIERUCCI, 1996, p. 164). Ao analisar a movimentação deste segmento conservador no Congresso, o autor constrói argumentos enfáticos para compreender como os evangélicos fundamentalistas se articulavam com o surgimento de uma “nova direita”. Tratava-se de um comportamento ambivalente para Pierucci, pois a movimentação evangélica dita conservadora tinha inclinações populares intensas. Ao analisar os discursos, lutas e demandas políticas do campo, marcados pelo tradicionalismo e moralismo evangélico, a proposta política do novo segmento espelhava as demandas dos setores populares. Eles não separavam o plano público da moralidade

privada (PIERUCCI, 1996, p. 166).

Pierucci (1996) segue a análise, buscando compreender a movimentação e estratégia, não somente da ala conservadora desse segmento, mas também dos parlamentares mais populares e da ala progressista, chamada de esquerda evangélica, ainda que minoria. Em sua caracterização dos perfis de época, notou que dos 33 deputados eleitos, 25 eram de orientação política de direita, 1 ligado a centro-direita e 7 com orientação política de esquerda (PIERUCCI, 1996, p. 171). No trabalho parlamentar, os primeiros conflitos ideológicos surgiram, influenciando diretamente as comissões e representações no Congresso Nacional. Os deputados adentram aos trabalhos na Constituinte ocupando as comissões e pondo em prática suas percepções morais como norma-padrão. Comissões como “Soberania e garantia dos direitos do homem e da mulher” e “comissão da família e da cultura”, por exemplo, foram ocupadas e fortemente influenciadas pelos políticos evangélicos. Pierucci (1996) destaca a afirmação de um dos líderes do grupo evangélico de que atuava como “representante de Deus”, da “maioria do povo”.

O pastor assembleiano, Salatiel de Carvalho do (PLF/PE), integrante da comissão de Soberania e Garantia do direito do Homem e da Mulher, saía em defesa da sua fé, do padrão moral da sua instituição, e afirmava: “os evangélicos não querem que os homossexuais tenham igualdade de direito, porque a maioria da sociedade não quer” (PIERUCCI, 1996, p. 175). Quanto à Comissão da Família, Educação e Cultura, com a mesma visão das demais comissões, estavam sempre voltadas às ideias conservadoras de moral familiar e bons costumes, contra o aborto, dissolução da família tradicional, feminismo, entre outros. Em boa medida, essas pautas ainda continuam a ser referência para a atuação dos políticos evangélicos na atualidade, vale dizer.

A intenção, naquele momento, era dilatar as influências em todas as estruturas da política. Seguiu a Maioria Moral, eivada pela mentalidade de moralidade privada e convencional religiosa. A mídia começou a cobrir e registrar a atuação desse segmento, criando expressões como “bloco evangélico”, que denotava algum tipo de coesão e efeito “bancada”, sobretudo, na atuação das comissões. As estratégias e pronunciamentos dos “representantes de Deus em Brasília” incluíam a utilização de símbolos religiosos e de jargões internos às igrejas, como “Palavra de Deus”, e enfatizavam expressões como: família, sexo, aborto, mulher, droga, eutanásia, gênero, etc., colocando em relevo a pauta moralista (PIERUCCI, 1996, p. 185).

De lá para cá, a impressão é de que há notável continuidade. Como visto em publicações recentes, a bancada evangélica representa essa articulação do novo agente político, reunindo congressistas de diferentes igrejas e partidos, mas que convergem na defesa de pautas religiosas no congresso brasileiro (PRANDI; SANTOS, 2017).

Unidos, costumam votar coesos quando se trata de certas questões morais lastreadas por interesse religioso comum. À bancada evangélica pode se juntar a escassa parcela de congressistas católicos interessados também em defender pontos de vista de sua religião, formando a chamada bancada da Bíblia, esse estranho conjunto composto por grupos historicamente em pé de guerra entre si. (PRANDI & SANTOS, 2017, p. 188).

A bancada evangélica surge nas eleições de 1986, constituída no Congresso Nacional, reunindo deputados e senadores que pertenciam a diversas denominações evangélicas e legendas partidárias. O termo “bancada evangélica” é interpretado por alguns pesquisadores como uma “expressão mais acabada do sentido negativo” que o termo evangélico passou a ter nos últimos quarenta anos no Brasil. Observando a atuação dos parlamentares que constituem a bancada, poderia se conceituar como um conjunto de deputados “moralistas” que ameaçam a laicidade do Estado brasileiro (ALMEIDA, 2016, p. 6). Nesse quadro, para o que nos importa destacar aqui, vale acrescentar que nas últimas eleições de 2018, a bancada evangélica conseguiu eleger candidatos em 25 dos 26 estados da federação brasileira, dispersos em 23 partidos. A bancada anterior detinha cerca de 75 deputados federais, crescendo para 84 parlamentares na Câmara dos deputados e 07 senadores (AYRES, 2020, p. 90). Isto é, o que entra em pauta aqui é o próprio sucesso da definição de representantes e candidatos próprios das instituições evangélicas para uma possível representação no campo político. (MACHADO & BURITY, 2014; BAPTISTA, 2007; MARIANO, 2005).

Não obstante, se essa tendência mais geral está correta, somente o estudo dos perfis e das próprias representações dos eleitos pode nos ofertar uma visão mais refinada sobre os significados destes trânsitos de fronteiras, de suas lógicas e peculiaridades. É nesse sentido que vale a pena a leitura do artigo *Onda Conservadora e o surgimento da Nova Direita Cristã Brasileira*, de autoria de Joanildo Burity (2020). A ideia do texto é suscitar uma discussão sobre a onda conservadora que intersecciona religião e política no Brasil, no contexto pós abertura democrática, percebendo, assim, a entrada do setor evangélico-pentecostal na política partidária. Burity destaca que a principal novidade da política brasileira, desde o final do século XX, foi a irrupção evangélica, especialmente os segmentos pentecostais, provocando grande impacto no cenário político e nos processos eleitorais (BURITY, 2020).

Segundo o autor, é possível perceber três momentos na trajetória e movimentação política dos evangélicos, quais sejam: os primeiros quinze anos, marcados pela emergência de uma nova identidade, ou processo de minorização – aquilo que ele coloca como a luta pelo espaço no campo, a afirmação de um “novo ator” político, a construção de uma voz própria. No segundo período, que vai de 2002 até meados de 2015, os evangélicos foram

aliados a uma junção nacional de centro-esquerda, apoiando Lula e Dilma. A proposta, aparentemente, teria dado certo. Percebe-se um envolvimento discreto em cargos do governo, funções de gerência executiva, mandato de prefeitos e até governadores. O terceiro período foi observado a partir de 2014, em que teria havido uma crescente inflexão da participação dos pentecostais, passando a assumir uma postura de confronto frente ao governo vigente. Segundo Burity, a característica mais marcante neste terceiro período foi a forte articulação dessa “agenda moral”, velhos fantasmas da “ameaça comunista”, deslocando os evangélicos para a nova direita cristã. (BURITY, 2020, p.5).

Outra característica importante em seu trabalho foi a maneira como ele aborda a presença pública desses segmentos religiosos. Ele apresenta “quatro modelos de mobilização pública religiosa no Brasil”. Entre o período de 1985 a 2018 define, assim, essas quatro maneiras: o católico romano hierárquico-eclesiástico; o da representação eleitoral pentecostal; a de advocacia ecumênica e inter-religiosa; e o culturalizador das religiões afro-brasileiras. Burity conclui com a discussão sobre as eleições de 2018, refletindo se os evangélicos elegeram Bolsonaro. Em sua perspectiva, teria se tornado evidente o alinhamento dos pentecostais com a política de direita (BURITY, 2020).

Ocorre que, embora houvesse esse alinhamento anteriormente, não se percebeu uma liderança específica em nenhum dos grupos religiosos encabeçando esse processo (BURITY, 2020, p. 119). É que para o autor, percebe-se uma certa dificuldade na coesão desse alinhamento e para quem seria o apoio majoritário, tendo em vista que as apostas eleitorais dos diversos grupos evangélicos se confundiram desde o primeiro turno das eleições, não havendo apoio maciço em prol de Bolsonaro desde o início. Toda essa falta de organização, a princípio, revelaria a falta de unidade enquanto segmento evangélico frente ao campo político. Os membros da IURD, ADs e das outras denominações com representantes específicos no campo político não têm uma posição “uniforme” em seus juízos político-eleitorais.

Em tempos passados, isso levou a mal-entendidos estratégicos de apoiar candidatas que não tiveram sucesso eleitoral, por exemplo, com o apoio da Assembleia de Deus (principal denominação pentecostal brasileira) no primeiro turno das eleições presidenciais para o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Geraldo Alckmin, em 2006; ou o candidato José Serra, também do PSDB, em 2010. O mesmo aconteceu em 2018. Apenas uma semana antes do primeiro turno das eleições presidenciais, o líder máximo da Igreja Universal do Reino de Deus, Dom Edir Macedo, declarou apoio ao candidato Bolsonaro. O resultado final não foi definido previamente. (BURITY, 2020, p. 120).

A falta de coesão por parte do segmento pentecostal mostra a fragmentação dos votos dos evangélicos e explicaria a demora no apoio a determinados candidatas na

corrida eleitoral, especialmente nas últimas eleições presidenciais. Em sua perspectiva, a questão discursiva em relação à moralidade e sua postura mais conservadora em relação aos costumes são os pontos mais manipuláveis na escolha de candidatos e na definição de alianças. Porém, como já havia concluído em pesquisas anteriores, além da ausência de um projeto que venha atender o coletivo por parte dos pentecostais, na prática, os pentecostais se afinam muito com as velhas práticas convenientes da política brasileira, chegando em alguns casos a reproduzirem as mesmas lógicas paternalistas, autoritárias, personalistas e clientelistas oriundas das regras do jogo realizado no campo político (MACHADO & BURITY, 2014, p. 619).

3 I INSTITUCIONALIZAÇÃO E MODOS DE RECOMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL DA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ

A Assembleia de Deus em Imperatriz (IEADI) foi fundada pelo Pastor Plínio Pereira de Carvalho¹, que migrou do Estado do Piauí com a família e alguns amigos. Conforme Costa (2011), o primeiro culto pentecostal na referida cidade foi realizado em 1952. A igreja foi fundada por aquele pastor com apenas 16 membros (COSTA, 2017, p. 176). A data 16 de setembro de 1952 constitui-se no marco de fundação da Assembleia de Deus em Imperatriz, em uma casa comprada pelo pastor Plínio.

Com a chegada da AD, em 1952, intensificaram-se as disputas entre católicos e assembleianos pela conversão de fiéis. Não apenas os sacerdotes católicos locais tentaram impedir a implantação da nova igreja na cidade, mantendo-se como resistência durante muito tempo (COSTA, 2011, p. 80), como também a própria instituição eclesial redesenhou suas estratégias de planejamento territorial no Maranhão em função dessas disputas (NERIS, 2014).

O grupo pentecostal decidiu expandir a igreja, intensificando os trabalhos de evangelização em Imperatriz. Passados alguns meses, a igreja adquiriu um salão que ficava localizado na rua Gonçalves Dias, para assim melhorar a acomodação dos fiéis, dado que o número aumentava a cada dia. Em 1954, dois anos depois, houve a necessidade da compra de um terreno maior, para a fixação daquele projeto que avançava. O trabalho da Assembleia de Deus em Imperatriz e adjacência teve um crescimento surpreendente em

1. O pastor Plínio Pereira de Carvalho foi consagrado ao ministério pelo missionário húngaro João Jonas, em 1950, sendo enviado do Piauí para o Maranhão, mais precisamente, para a cidade de Montes Altos, onde dirigiu a AD por um ano. Em 1952, foi transferido pelo pastor Francisco Pereira do Nascimento, presidente do Serviço de Evangelização dos Rios Tocantins e Araguaia-SETA, para a cidade de Imperatriz, onde fundou a AD, no dia dezesseis de setembro de 1952, acompanhado de 15 pessoas, vindas do Piauí. Realizou o primeiro culto pentecostal da cidade em uma casa localizada na Rua XV de novembro. Dois anos depois, construiu lá uma congregação, que funcionou como sede da IEADI, até o ano de 1999, quando a sede passou para o “grande templo”, com capacidade para mais de 12.000 pessoas. (COSTA, 2011, p.78).

um curto espaço de tempo. A rua 15 de novembro, n. 507, esquina com a rua Gonçalves Dias, foi o local onde foi construída a primeira casa de oração da Assembleia de Deus em Imperatriz, sendo inaugurada no dia 1º de setembro de 1957 (COSTA, 2011).

Entre os anos de 2000 e 2010 a instituição cresceu mais que as outras denominações no campo religioso do município (BERTONE, 2008; 2009; 2010). A IEADI possui 16,25% da população municipal. Atualmente, por conta do seu crescimento proporcional em relação aos demais agentes do seguimento evangélico, a IEADI se tornou representante do movimento pentecostal na cidade.

Um dos fundamentos que explicariam o rápido crescimento da denominação na cidade estaria na capacidade de articulação e administração de sua liderança. Alguns líderes, como o pastor Raul, tinham experiência em administração de instituições bancárias e formação acadêmica. O pastor Raul Cavalcante Batista, atual presidente da igreja, assumiu a liderança da IEADI em 1993, com 30 congregações e 8 mil membros². Ele introduziu modificações organizacionais importantes. Criaram secretarias (educação, política, assistência social, etc.), departamentos, distribuíram as congregações por áreas administrativas (12 áreas, no total) e colocaram outros pastores para supervisionar cada uma delas (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021). Como sintetiza Moab Costa (2011, p. 88):

Reflexo disso foi o crescimento da instituição, desde a sua chegada: catalisou o projeto “Campos Brancos”; dinamizou o instituto bíblico; ampliou o número de congregações e multiplicou o número dos membros e congregados; criou um sistema de comunicação composto por TV, rádio e jornal impresso. Fez com que a instituição crescesse em maior proporção que o crescimento da cidade, aproveitando o boom de crescimento pelo qual esta passava.

A instituição ascendeu a passos largos, comprou canais de comunicação (TV, rádio), criou instituição teológica (IBADI-Instituto Bíblico das Assembleias de Deus) e desenvolveu projetos de impacto na cidade, entre eles, o projeto “campos brancos”³ e o “década da colheita”, que sinalizam a direção e posição da denominação no município. Os projetos tinham como principal objetivo ampliar o número de membros da instituição, e seu sucesso pode ser percebido ocorrendo em outras regiões do país por iniciativas das igrejas locais. Em janeiro de 2017, a IEADI tinha 180 congregações organizadas. Nessa ocasião, o Pr. Raul Cavalcante realizou um novo e ousado projeto de emancipação, repartindo o campo

2. Pastor Raul nasceu na cidade de Imperatriz em, 02 de abril de 1952. Converteu-se à AD aos 7 anos, sendo batizado aos 13 anos e casou-se com Rute Ribeiro em 1973. Antes de ser pastor, foi bancário, atuando em 4 bancos. A passagem pelos bancos fora de suma importância para a implantação do modelo da sua gestão na IEADI a partir de 1993. (COSTA, 2017).

3. O projeto “Campos Brancos” foi criado em 1992, com o objetivo de recrutar, treinar e enviar missionários para o Brasil e para o exterior. De acordo com o responsável pelo projeto, o missionário Francisco Ramos da Paz, a IEADI, em 2010, contava com mais de 450 missionários em várias regiões do Brasil e em países de todos os continentes. De acordo com ele, o objetivo era enviar e manter 700 missionários até o final de 2014, quando encerrou o projeto “Década da Colheita”. Sobre o projeto Década da Colheita, discorreremos em momento oportuno. (COSTA, 2011, p. 177).

em mais sete novos campos. Atualmente, a estrutura hierárquica do poder da IEADI é composta por 263 congregações na cidade de Imperatriz, dividida em 23 campos, com seus respectivos pastores-presidentes.

4 | SOBRE AS RELAÇÕES DA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ – IEADI E A ESFERA POLÍTICA: CONDICIONANTES INSTITUCIONAIS DE SELEÇÃO E PERFIS DE LIDERANÇAS

Com efeito, para compreendermos o espaço de atuação política das lideranças entrevistadas nesta pesquisa, é necessário destacar, por outro lado, como as Assembleias de Deus no Brasil passaram a adotar estratégias corporativas por meio da seleção e preparação de candidatos escolhidos oficialmente pelas “lideranças denominacionais” (BAPTISTA, 2007, p. 271). Isto que constitui um marco, visto destoar bastante do padrão de relação que as IEADIs tinham até então com a esfera política local, como bem descrito por Moab Costa (2017), de maneira bastante sintética e precisa:

a) nunca fizeram oposição a nenhum dos poderes estabelecidos ao nível estadual e municipal; b) nas eleições municipais, apesar de manifestarem apoio aos candidatos que buscavam a reeleição – geralmente muitos membros da igreja ocupavam funções em diversos níveis, inclusive membros da família do pastor presidente – existia um pequeno grupo que apoiaria a oposição, caso ela apresentasse alguma chance de ser eleita; c) os poucos membros que foram eleitos vereadores (entre os anos de 1980 a 2010, apenas quatro), com ou sem o apoio da igreja, agiam de forma independente, geralmente acompanhando as decisões do partido; d) o fato de o pastor presidente ocupar uma função de livre nomeação no Estado (capelão do 3º Batalhão da Política Militar). (COSTA, 2017, p. 258).

Seja como for, o que passa a entrar em pauta, a partir de então, é a conversão prática das Assembleias de Deus em efetivos “currais eleitorais”, ou seja, territórios eleitorais comados “como reserva de mercado do voto em favor da corporação” (BAPTISTA, 2007, p. 237).

É nesse sentido que vale a pena destacar a obra seminal de Saulo Baptista (2007; 2009) que demonstra de maneira empiricamente bem fundamentada o comportamento da Assembleia de Deus em ambiente partidário e parlamentar, articulando-o à cultura política brasileira. Para o que nos interessa mais diretamente nesses padrões de atuação, vale destacar algumas dimensões fundamentais. A começar pelo fato de que as próprias estruturas internas da instituição e os caminhos que levam à seleção de candidaturas são profundamente marcadas por decisões de viés autoritário. Grosso modo, a seleção de candidaturas é realizada da seguinte maneira:

Os interessados apresentam seus nomes ao Conselho Político, formado de pastores da absoluta confiança do presidente da igreja. Este Conselho, que faz uma triagem dos pré-candidatos, elimina grande parte deles e leva os remanescentes para a cúpula da igreja autorizar a realização de um escrutínio no colégio eleitoral de pastores. Os critérios usados na triagem incluem viabilidade eleitoral, mas, principalmente, a afinidade do candidato com o grupo que detém o poder da Igreja. Paralelamente, esse Conselho define a quantidade de candidatos que vai lançar e examina os partidos que a igreja poderá utilizar, com base em chances de cada legenda face ao quociente eleitoral para aquela eleição (BAPTISTA, 2007, p. 238).

Ocorre que a despeito das intrincadas estratégias de recrutamento e seleção institucional, as quais reforçariam a afinidade entre as pautas da denominação e as expectativas de atuação dos indicados, na prática, constata o autor que falta a diversos parlamentares pentecostais uma identidade partidária e ideológica que sejam específicas (BAPTISTA, 2007). A escolha do partido ocorre principalmente em função das chances eleitorais e a questão de ser oposição ou situação varia em função das circunstâncias e conveniências. Igualmente, com atuação focada principalmente em questões de ordem moral e ética, as migrações partidárias ocorrem em função do pragmatismo eleitoral ou para atenderem aos interesses das lideranças eclesíásticas (BAPTISTA, 2007).

Por outro lado, se seria correto afirmar que houve uma alteração nos padrões de interação institucional com as instâncias convencionais da política, o exame do comportamento das lideranças eclesíásticas e políticos pentecostais e até mesmo a ocorrência de diversos casos de escândalos e corrupção envolvendo parlamentares pentecostais revela, para Saulo Baptista (2007, p. 22), a existência de afinidades com “valores tradicionais da cultura brasileira, como: autoritarismo, clientelismo, corporativismo, fisiologismo, nepotismo e correlatos”. Isto que se reforça, ainda, pelo pertencimento majoritário de quase todos os políticos pentecostais ao chamado “baixo clero”, “uma espécie de maioria menos influente, porém, muito importante na vida do Congresso, porque é sempre cotejada pelas lideranças que buscam apoio para as votações de matérias legislativas decisivas tanto para o governo como para a oposição” (BAPTISTA, 2007, p. 352). Sintomaticamente, pois, o que entra em pauta aqui não é somente a questão do exercício da representação categorial, como também o do capital social e das próprias ambiguidades do fenômeno de delegação política (GRILL, 2013; BOURDIEU, 1989), cuja compreensão ainda requisitaria maiores avanços analíticos no caso do agrupamento em pauta.

Dentro desse conjunto, o perfil das lideranças evangélicas entrevistadas neste trabalho, e que se destacaram pelo envolvimento com a esfera política em Imperatriz, guarda afinidades com os perfis apresentados pelo autor supramencionado, como passaremos a demonstrar.

Grosso modo, os agentes abaixo foram selecionados entre as lideranças pertencentes ao universo religioso da Assembleia de Deus em Imperatriz que se destacaram pelo investimento, passagens e influência diretas sobre o universo político local. Assim, entre os 07 (sete) agentes que aceitaram ser entrevistados, 06 (seis) deles militaram em partidos políticos diversos e/ou candidataram-se. A única exceção é justamente a do Pastor Presidente da IEADI que, embora tenha afirmado nunca ter sido filiado a nenhum partido político, foi nomeado para a função de Capelão da Polícia Militar⁴, cuja escolha, empossamento e exoneração constitui prerrogativa do Governador do Estado do Maranhão.

Além disso, os perfis dos recrutados ainda continuam bastante semelhantes àqueles descritos por Paul Freston (1996, p. 261), quais sejam: “homens proeminentes na igreja como evangelistas, cantores ou apresentadores de programas; filhos ou genros de pastores-presidentes; e empresário pentecostais que fazem acordos com seus líderes eclesiais”. Desse modo, a consequência mais direta desse modo de intervenção é que elas tendem a favorecer as lógicas familiares de seleção, as posições intra-eclesiais e a própria autoridade e capacidade de decisão das cúpulas eclesiais. Entre os entrevistados, seis são homens com postos de comando dentro da instituição, tais como “Pastor” (5) e Evangelista (1), o que reforça a tese de que, entre as condições para se tornar candidato oficial da igreja, a posse de uma rede de contatos e relacionamentos dentro do colegiado de pastores se revela decisiva.

Sexo	Idade	Natural	Escolaridade Superior	Cargo na IEADI	Partidos Políticos	Profissão Ocupação
M	37	Fortaleza –CE	Teologia livre (particular)	Pastor	Militou no PSDB/ PROS/PTB	Secretário de Articulação Política do Município/Pastor
M	60	Coroatá – MA	Teologia/Básico	Pastor Presidente da COMADESMA	PSC/ PROS/PTB	Deputado Estadual e Pastor
M	51	Bacabal – MA	Pós-Graduação em História. Graduado em Teologia, Mestrado livre, História pela UEMA, Mestrado pela PUC Goiás, Doutorado pela Unisinos,	Evangelista	PSC – Candidato a Deputado Estadual dois anos depois Vereador/ PTdoB atual Avante.	Professor Efetivo da Universidade Estadual Sul do Maranhão. Adjunto 2, no curso de História.

4. Conforme Renato Alves (2019), “Comuns nas Forças Armadas, onde ingressam por meio de concurso público, os capelães podem celebrar missas e cultos, presidir casamentos, fazer palestras e atuar em casos de extrema-unição. No caso do Maranhão, eles prestam ‘serviços religiosos’ nas polícias Civil e Militar, no Corpo de Bombeiros e na Secretaria de Administração penitenciárias”. Ainda conforme o mesmo articulista, “Até a ascensão de Dino ao poder, o Maranhão contava com 14 cargos de capelão. Por meio de três leis do governador, aprovadas pela Assembleia Legislativa, foram criadas outras 46 vagas”. <https://crusoe.com.br/edicoes/80/os-capelaes-do-comunista/>

M	48	Amarante – MA	Superior completo, Biologia UEMA, Direito UNISULMA, Teologia Livre	Pastor Secretário da COMADESMA	PPS/PL eleito Vice – prefeito em 2000 /PSC/ foi candidato a Deputado Estadual pelo PMDB/ PROS/ PTB.	Secretário Adjunto de Articulação política no Governo Assis e Pastor.
M	66	Imperatriz –MA	Teologia Livre, Mestre e Dr. Em Divindade	Pastor Presidente da IEADI/ Imperatriz	Nunca se filiou a nenhum Partido	Já foi Bancário (Bradesco; Banco do Goiás; Atualmente é Major Capelão da PM-MA e Pastor.
M	34	Imperatriz – MA	Formado em ADM, pela FAIRA, 2014 bacharel em teologia IBAD	Presbítero/ Já dirigiu 3 Congregações/ trabalha com a área da assistência Social da Igreja.	PROS/ Candidato a Vereador/ Atual Presidente do Avante.	Presidente da ACESP/ Associação Beneficente Cidade Esperança/ Diretor Executivo da Secretaria de Articulação Política do município.
F	45	São – Mateus do Maranhão	Bacharel em Teologia, Gestão Pública/UNINTER	Ministério de Mulheres	PTB – Candidata a Vereadora	Corretora de Imóveis, Plano de Saúde e Seguros

Quadro I: Algumas propriedades sociais dos entrevistados

Fonte: Dados coletados em entrevistas pelo pesquisador.

Acrescenta-se ao peso das bases sociais de relações de reciprocidade, e também do carisma individual, a importância direta das relações de parentesco com agentes da própria cúpula eclesiástica como trunfo para seleção dos representantes institucionais na política. Exemplo sugestivo disso, e para utilizar apenas um caso mais recente dentro do universo investigado, o filho do Pastor Presidente, Raul Ribeiro Batista II (Bibiu), teve expressiva votação nas eleições municipais em 2020, junto à intenção do executivo em estabelecer alianças para os próximos pleitos, estando, hoje, à frente do cargo de Diretor Executivo da Secretaria de Articulação Política do Município de Imperatriz.

Em todos os casos examinados, por outro lado, além do visível pragmatismo das migrações partidárias compulsadas, todos os agentes em pauta passaram ou encontram-se em funções políticas na burocracia da esfera municipal e/ou estadual. A única exceção é o caso da candidata entrevistada, cujas condições de entrada na política enfrentam dificuldades específicas tanto dentro dos partidos políticos propriamente ditos (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021), quanto dentro da instituição em pauta, a qual, como se sabe, não admite o exercício pastoral para mulheres, entre vários outros aspectos (BAPTISTA, 2007, p. 230)

Por outro lado, nota-se ainda entre os entrevistados o incremento dos investimentos em títulos escolares, o que acompanha a tendência progressiva de detenção de estudos

mais prolongados, especializações e até mesmo experiências culturais mais diversificadas, os quais têm delineado o perfil das transformações mais amplas nos processos de constituição e legitimação dos grupos dominantes (SEIDL, 2013). Como já era esperado, entre os cursos informados destaca-se sobretudo o de Teologia.

Seria um engano, no entanto, considerar que a posse de determinados títulos e/ou credenciais acadêmicas funcionaria aqui como critério central (meritocrático) dentro dos processos de seleção em pauta - o que não significa dizer, por outro lado, que sejam destituídos de valor enquanto formas de recurso e competências distintivas. A questão é que o que entra em pauta aqui é o fato de que os estudos superiores compulsados vêm como que a reboque de escolhas operadas muito mais em função das relações de reciprocidade, dos laços familiares, das redes de amizade e de outras formas de compromisso, do que propriamente pela posse de alguma competência acadêmica exigida previamente.

Cabe destacar, por fim, que ao examinar as trajetórias profissionais dos entrevistados, reencontramos aqui agentes com perfis sociais que destoam das frações majoritárias dos integrantes da Assembleia de Deus, as quais são recrutadas especialmente entre as camadas mais pobres população. Como já havia notado Saulo Baptista (2007, p. 223), além de agentes com certo grau de proximidade das cúpulas hierárquicas, que pertencem a algum clã de pastores, genros, filhos ou amigos de pastores presidentes, encontram-se entre os possíveis candidatos leigos que podem ser desde “comerciantes e empresários de porte econômico variado, funcionários públicos e profissionais liberais”, entre outras possibilidades, cujas propriedades sociais podem torná-los mais suscetíveis a manifestarem tomadas de posição de menor conformismo, a demonstrarem maior resistência aos controles institucionais ou até maior suscetibilidade na adesão às lógicas específicas que presidem o campo político estritamente dito. E não parecem ser poucos os casos de rompimento de expectativas dentro das particularidades desse processo de delegação política (BOURDIEU, 2004), cujas ambiguidades e particularidades esperamos aprofundar em trabalhos futuros. Na sequência, pois, passamos à descrição das percepções subjetivas dos agentes entrevistados com relação às relações entre os evangélicos e a política.

5 | PERCEPÇÕES SUBJETIVAS DOS AGENTES POLÍTICOS DA IEADI

Nesta sessão abordaremos o conteúdo das entrevistas feitas aos agentes do campo com a intenção de compreender, através das percepções, as estratégias políticas da IEADI e as percepções subjetivas de lideranças religiosas e políticas locais. De maneira geral, o roteiro de entrevistas foi estruturado em torno de três eixos principais: as origens sociais dos agentes; suas condições de ingresso e participação em movimentos,

atividades associativas e em partidos e eleições e, por fim, a percepção dos entrevistados sobre as relações entre os evangélicos e o voto. Nesta sessão, tendo em vista o espaço, abordaremos algumas questões do segundo e terceiro eixos mencionados, remetendo o leitor interessado à dissertação concluída recentemente (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021).

Você já participou de alguma campanha política? De que maneira?

2002 e 2003 campanha de deputado. No ano 2000, uma campanha de prefeito muito acirrada, onde Jomar Fernandes ganhou a eleição, eu não participei ativamente, eu era apenas um observador, muito embora eu já tivera uma pequena experiência em minha cidade com política. Eu sempre gostei de política desde a infância, sempre fui apaixonado pelo espaço de ouvir e ver a oratória dos políticos e tive uma pequena experiência. O meu ingresso da política em Imperatriz se dá, especificamente, em 2003, após a eleição de deputado no Maranhão, eu fui convidado a participar de uma palestra para jovens em um partido político aqui da cidade, gostei e comecei a frequentar. Naquela época o partido já tinha semanalmente reunião de juventude, eu não era pastor. (Entrevista pastor Célio Henrique, em 04/01/2021).

Fui filiado ao PSS em 1992, pelo qual me candidatei a vereador no mesmo ano e fiquei como suplente com 175 votos; pelo PL, assumi a presidência do partido, fui candidato novamente em 1996, tirando 225 votos. Fui eleito em 2000 pelo PL como vice-prefeito, também fui diretor legislativo da câmara de Amarante no período de 1991-2000. (Entrevista pastor Wilson Dantas, em 30/04/2021).

Para boa parte dos entrevistados, as condições de emergência do gosto pela política e as condições de participação ocorreram sob a atmosfera de naturalidade, envolvendo desde a conjugação de fatores familiares, até mesmo os incentivos em círculos de relações dentro do próprio universo da Igreja. Não raro, nos relatos, observa-se certa correspondência entre os padrões oratórios da política e aqueles que podem ser realizados por lideranças em púlpitos, como se as competências de cada âmbito pudessem ser intercambiáveis. Em um quadro de modificação no padrão institucional de relações com a política oficial, a concorrência em diferentes pleitos é considerada tão natural quanto necessária, o que acaba por conferir prestígio tanto ao eleito, quanto à congregação a qual pertence.

Não obstante, nessa fração do universo religioso dotada de maior circulação por outros domínios sociais, as avaliações sobre os condicionantes de envolvimento institucional com a política e as definições legítimas do papel de político-religioso (vereador, prefeito, deputado estadual, federal...) podem variar desde a adoção de posições mais reflexivo-críticas, até aquelas de mais completo conformismo e alinhamento à ordem institucional. No primeiro polo, podemos situar, a título ilustrativo, o relato do seguinte entrevistado, que também é professor universitário:

Na sua visão, o que levou os evangélicos a se aproximarem da política?

Esse caminho vai iniciar, no geral, quando a Igreja Católica desce do trem da ditadura militar e os evangélicos sobem. Os protestantes, por sinal, ocupam canais de TV, com espaço e benefícios. Depois vai acontecer um processo chamado coronelismo nas Assembleias de Deus por parte dos pastores presidentes de convenção ou das igrejas. O surgimento do personalismo é promovido pelo seguimento neopentecostal, entendeu? Isso tudo faz com que o sujeito queira crescer, queira se produzir, queira se tornar cada vez maior, mas são muitos elementos, no frígido dos ovos, é tudo uma conquista de poder, porque o campo político era antes, o quê? PROIBIDO. Depois passou a ser tolerado, passou a ser aceito, e agora é estimulado a conquista do campo político (Entrevista prof. Dr. Moab César, em 27/01/2021).

Porém, no segundo e preponderante polo, encontramos ao lado das análises de fundo “espiritual”, organizadas em torno de comentários de passagens do evangelho, a combatividade com relação a outros grupos, pautas e comportamentos considerados contrários à moral defendida nas suas igrejas (homossexuais, esquerda, aborto, drogas...). Desse ângulo, a atuação política passa a ser considerada como elemento crucial, seja nos planos local ou nacional, para defesa de valores e princípios morais que estariam em risco. Nota-se ainda, na fala dos entrevistados, certos trânsitos diretos entre o vocabulário de temas sobre a moralidade e a defesa pragmática de vantagens e prerrogativas institucionais, como na passagem abaixo:

Qual é o papel da igreja (candidatos evangélicos) quando inserida no sistema político?

O vereador evangélico tem que defender as causas do reino de Deus, ele é um representante do povo, mas tem uma classe. Tem o vereador que leva uma bandeira. Um exemplo, hoje para umas das nossas igrejas fazer uma cruzada, se ele for lá fechar uma rua, a secretária do Meio Ambiente multa ele, tem que pagar 195 reais, ele tem que comunicar ao Centram e bombeiro. É certo, só que pelo fato de sermos igreja, a igreja vive de doação, então poderia ser liberado alguma classe, olha, temos a isenção de IPTU, lei federal. Aqui no município teve uma “zuada” sobre as duas vereadoras que não fizeram nada. Cartilha gay na escola, não foi passando no congresso, chegou em Imperatriz, não tínhamos vereadores, foi aprovado a cartilha gay no município, a Francisca lô que trabalha no IBad viu e decidiu juntar para pressionar, juntamos os pastores e lotamos a Câmara, pressionando, conseguimos a maioria dos vereadores e foram tirados. O plano municipal de educação do município, então, assim a importância é essa. Na hora de prejudicar a classe, os vereadores batem em cima da igreja? (Entrevista Raul Ribeiro). 21/01/2021.

Em sentido convergente, as lideranças políticas em pauta tendem a conceber que a promoção de representantes diretos em qualquer esfera política constitui trunfo para

acesso a bens e recursos, porque quando se tem um mandato, explica um dos pastores entrevistados, “as coisas mudam, você tem livre acesso aos leitos de hospitais, tem mais facilidades para a realização de grandes eventos, as portas se abrem” (Entrevista, pastor Célio, 04/01/2021). Outrossim, suas formas de demarcação da identidade apelam, noutros momentos, para uma representação dos evangélicos como recriminados ou desclassificados, exigindo, por conseguinte, a conexão junto aos canais de poder para assegurar demandas, pedidos e projetos.

Quando solicitados a falar a respeito da relação da IEADI com os partidos políticos, novamente reencontramos entre nossos entrevistados a forte tendência a compreenderem de forma pragmática a relação com as ideologias partidárias. É assim que, para Moab Cesar, “o partido é apenas um trampolim, o partido não é mais importante que o indivíduo”. Curiosamente, não obstante, essa visão não parece muito distinta da do Pastor Célio para o qual, em outro vocabulário e polo de interpretação, a concorrência dentro de quadros partidários seria uma exigência facilmente dispensável, visto que o que “nós queremos é o mandato!” E não foram poucas as ocasiões em que as alterações de sigla dependeram das relações de proximidade e do cálculo eleitoral de ocasião (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021), o que transcendeu, durante bastante tempo, a própria ideia da vinculação a partidos de esquerda ou de direita, como na fala recortada abaixo:

O PROS foi usado como trampolim, o PSC, qualquer partido que prospecte uma eleição mais segura você vai pra ele. Eu não vejo se discutir ideologia de partido, isso é natural e todo mundo faz isso. Olha o Sarney que é o cara da extrema direita, ele coloca o LULA como se fosse distinto dos outros, quantos da esquerda foram se filiar em partidos de direita e vice-versa para se viabilizarem politicamente. Então no Brasil são pouco os partidos que tem projeto muito sério. É uma prática da política brasileira. (Entrevista Prof. Dr. Moab César, 27/01/2021).

Ilustrativo disso, e entre vários exemplos possíveis, pode-se mencionar as eleições de 2018, quando as Assembleias de Deus no Estado do Maranhão conquistaram duas vagas no legislativo do Estado. A primeira representada pelo pastor Cavalcante, presidente da Convenção dos Ministros das Igrejas Evangélicas no Maranhão (COMADESMA), e a segunda, por Mical Damaceno, filha do ex-presidente da Convenção Estadual das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Maranhão (CEADEMA), Pedro Aldir Damaceno, ambos pelo PROS, partido considerado de esquerda e com apoio do governador Flávio Dino (PCdoB). Como vimos em nossa pesquisa, a visita do Governador Flávio Dino (PCdoB) à Convenção em 2018 foi considerada estratégica no tocante ao apoio à candidatura do Pr. Cavalcante e sua chegada ao legislativo do Estado. Quanto às posições com relação às eleições presidenciais, o quadro se altera, visto que as Assembleias de Deus

aderiram institucionalmente à defesa da candidatura de Jair Bolsonaro, e suas lideranças manifestaram-se duramente quanto a posições de políticos como Eliziane Gama, que manifestaram apoio à candidatura de Fernando Haddad no segundo turno das eleições.

Além do pragmatismo, no entanto, o que está em questão aqui é uma discussão mais geral que remete à reconfiguração contemporânea das legitimidades políticas contemporaneamente, e com elas, do próprio significado das categorias de “Direita” e “Esquerda” no Brasil, em termos de um conflito político cultural. Sem que haja tempo para discutir a temática detalhadamente aqui, partimos de uma visão muito convergente com a leitura realizada por Ronaldo de Almeida (2020) segundo o qual ocorrem hoje uma série de enquadramentos que polarizam, homogeneizam e naturalizam as identidades no espaço público atualmente. Como destaca:

Como o campo de forças no Brasil está fraturado e polarizado pelo menos desde as eleições de 2014, os indexadores esquerda e direita reacenderam suas cores e outras séries de oposição emergiram a partir da conjuntura pós-junho de 2013: petistas x tucanos, mortadelas x coxinhas, estatistas x privatistas, verde-amarelo x vermelho, petistas x bolsonaristas, morais x imorais, direitos humanos x homens direitos, corruptos x não corruptos, político x gestor, católicos tradicionais x católicos progressistas, evangélicos fundamentalistas x evangélicos progressistas, entre outras. E, como a oposição transversal a todas elas: petismo x antipetismo (ALMEIDA, 2020, p. 426).

Para retomar à exploração das percepções dos entrevistados, procuramos saber então como eles avaliavam a relação da Assembleia de Deus com os partidos e ideologias da esquerda. As respostas encontradas foram então absolutamente convergentes com a gramática de conflitos morais mencionados acima. Houve unanimidade na afirmação de que os partidos de esquerda eram contra a família, a moral e os bons costumes, deixando entrever, inclusive, que a culpa da corrupção, bem como da crise política e econômica que o Brasil enfrenta tem seus culpados identificados.

Resumidamente, e para utilizar o vocabulário dos entrevistados, a Assembleia de Deus em Imperatriz considera que a “esquerda é do demônio”, e “a direita é de Deus”. Muitos pastores dizem preferir votar em “um cachorro” que votar em algum candidato da esquerda (Entrevista com Moab César). Questionado sobre o que achava dos partidos de esquerda, o Pastor Raul, líder maior da IEADI, respondeu:

Existem dois pensamentos, o primeiro como, igreja, sempre está com pé atrás por causa da ideologia que vai de encontro à Bíblia. Ideologia, valorização do aborto, esses partidos que apoiam isso, há uma rejeição. Por outro lado, existe o planejamento de Deus para o mundo. Deus e os profetas disseram que isso iria acontecer, todas essas coisas estão preditas nas Escrituras. Então é preciso que alguém cumpra essas coisas, porque é bíblico (Entrevista Pastor Raul, 26/02/2021).

Para o pastor Raul, seguindo a expectativa bíblica em relação ao final dos tempos, de uma ampla degradação moral, ele acredita que os partidos de esquerda são os instrumentos para cumprir esses propósitos, instaurando os dilemas morais que a sociedade pós-moderna vive atualmente. Para ele, as novas pautas no campo político, como a ideologia de gênero, aborto, legalização da maconha, são cumprimento da profecia, defendidas e promovidas por agentes negativos com os quais a igreja não se aliaria.

Na sequência, questionados a respeito de quais partidos os entrevistados teriam votado nas últimas eleições, dois deles declararam que para o governo do Estado não votaram no candidato do PCdoB, atual governador, exclusivamente por conta do partido. Os demais declararam apoio ao candidato Flávio Dino, justificando os votos em função da confiança em pessoas, e não em siglas partidárias. Esse mesmo padrão flexível de avaliação do apoio a candidaturas pode ser exemplificado, novamente, pela comparação das estratégias em diferentes níveis federativos. Assim, enquanto para o Senado, a IEADI demonstrou apoio ao CIDADANIA, tendo como grande liderança a filha de um pastor, Eliziane Gama, e Weverton Rocha, do PDT, ambos eleitos com atuação destacada no polo mais à esquerda. Em relação aos presidenciais, dos 7 entrevistados, somente 1 não votou no candidato do PSL. As razões expressas podem ser apreendidas neste trecho de uma das entrevistas, que consideramos bastante representativo do universo pesquisado:

Qual foi o seu último candidato à presidência? Por que escolheu esse candidato?

Bolsonaro, por falta de opção, eu votei nas eleições anteriores na Marina. Nós, evangélicos, não temos muitas opções. Surgiu uma opção em 2012 com Garotinho, teve muito voto dos evangélicos no Brasil, mas se envolveu em investigações, decepcionando os evangélicos. Aí surge Marina e Pastor Everaldo. Marina passou a ser a candidata do voto evangélico. Nas últimas eleições Marina foi encurralada com perguntas e questionamentos ideológicos, ideologia de gênero, casamento gay, homossexual, essa questão de aborto ela não correspondeu com que o povo evangélico queria. (Entrevista pastor Célio Henrique, 04/01/2021).

Quando questionados, por fim, a respeito de como o voto é trabalhado dentro das Igrejas e as estratégias acionadas, os entrevistados destacaram o trabalho cotidiano realizado com pastores e membros de congregações através de eventos, palestras e campanhas para a canalização dos votos assembleianos. Como demonstramos na pesquisa mais geral, a estratégia dos pastores engloba desde reuniões periódicas até chamadas de reuniões ministeriais para divulgação dos candidatos oficiais que a igreja deve apoiar nas eleições (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021). Além desses encontros mensais em cada congregação, mobilizam-se também líderes de departamentos, como o de jovens e o

de mulheres, que são instrumentalizados como efetivos cabos eleitorais.

Essas estratégias mais discretas se justificariam, por outro lado, como um efeito da própria atuação do Ministério Público no sentido de coibir o uso do púlpito para campanha política, bem como a utilização direta de reuniões no templo com fins direta e explicitamente eleitoreiros. Conforme esclarece o Pastor Célio, como não seria mais possível entrar na igreja e fazer uma reunião fechada, a saída foi recorrer mais diretamente às lideranças, “onde as coisas fluem”, porque “agora, você tendo a liderança, você consegue trazer o povo” (Entrevista, Célio, 04/01/2021). No tempo da política, propriamente dito, outra estratégia eficiente – desta feita, não tão discreta – consiste em levar o candidato em determinada congregação, apresentá-lo como candidato oficial, conceder uma rápida saudação e, ao final do culto, entregar santinhos na porta do templo pedindo voto. Em um culto de jovens que pudemos observar, ao término, os presentes foram conclamados ao anexo da igreja, onde foi apresentado um dos candidatos apoiados oficialmente pela igreja, acompanhado do pedido de apoio majoritário ao escolhido.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a questão das relações de força, diretas e indiretas, entre religião e ação política não constituem novidade no campo das ciências sociais brasileiras e, mais particularmente, o tema das relações entre as igrejas evangélicas, candidaturas e eleições esteja longe de constituir uma novidade, poucos têm sido os trabalhos que têm optado por uma abordagem centrada sobre as lógicas, itinerários, perfis e pontos de vista dos indivíduos que se destacam por esses investimentos. Parece útil recordar então, à guisa de conclusão, que mesmo havendo uma inegável translação das estratégias de presença evangélica na cena pública ao longo das últimas décadas - e que, como vimos, as Assembleias de Deus constituam talvez um dos exemplos mais acabados de seleção e preparação de candidatos escolhidas pelas lideranças religiosas (BAPTISTA, 2007) – a compreensão das particularidades dessa modalidade de participação política não se resume às lógicas organizacionais de seleção e orientação de atividades.

Para responder a essa questão, na presente pesquisa, tentamos combinar três níveis de análise das peculiaridades do processo de politização evangélica, cuja menção agora pode ser útil para delimitar um campo possível de investigações futuras. De início, no nível das relações com o contexto político, procuramos objetivar sinteticamente as transformações das relações entre os evangélicos e a política tomando como marco o Regime Militar, instituído no Brasil a partir da década de 1960. O recorte, obviamente, poderia ser anterior, visto que há uma variedade de engajamentos e modulações da

identidade evangélica com o passar do tempo no Brasil (BURITY, 1997) cujo estudo poderia complexificar nossa visão sobre o fenômeno em pauta. Se as relações institucionais e/ou organizacionais de cada religião evangélica definem uma estratégia coletiva de presença no mundo, o recurso à abordagem historiográfica leva a considerar que essa forma de participação política pôde variar desde um padrão de *retração* (como quando ocupavam a condição de minoria religiosa no início do século), para até mesmo posições de maior *cumplicidade* ou de *contestação* do poder político. E isto tanto do ponto de vista diacrônico, quanto também no sincrônico.

Em um segundo nível localizaríamos as dimensões mais propriamente institucionais que filtram e controlam a seleção de candidaturas e a constituição dos representantes. Aqui entram em pauta desde as peculiaridades do ethos religioso, as particularidades do processo de institucionalização e as lógicas próprias de enquadramento, filtragem e preparação dos agentes encarregados de se investirem na política. Dessa perspectiva, foi possível notar no universo das Assembleias de Deus de Imperatriz e, particularmente, dentro do conjunto dos entrevistados, que as chances de ser selecionado para exercer a função de político com apoio institucional ultrapassa largamente a mera vinculação institucional. É no capital familiar e de relações de reciprocidade nos círculos centrais que encontraremos os trunfos mais valiosos dessa seleção.

Em um terceiro nível, que designaríamos como individual, localizamos tanto as propriedades sociais destes indivíduos, como já mencionadas, quanto as percepções subjetivas desses agentes sobre suas trajetórias, a respeito dos condicionantes de seus investimentos na política e suas posições com relação à mediação que realizam entre as esferas sociais em pauta. E é neste ponto em que o refinamento da análise pode ajudar a compreender o universo em pauta de uma perspectiva menos substancializada, dando espaço para apreender algumas das ambiguidades e peculiaridades desse modo de participação política.

Tendo em vista essas dimensões de análise, compreendemos que o universo de atores selecionados possui algumas características que merecem ser ressaltadas. A começar pelo fato de que se trata de uma pequena parcela que já gozava de certa familiaridade com o universo da política em seus processos de socialização familiar e/ou escolar. Esse aprendizado do gosto pela política é duplicado pela posse de relações de parentesco, proximidades ou pertencimento efetivo à cúpula da hierarquia denominacional (filhos, parentes, amigos, pastores...), com o que se pode granjear mais facilmente a aceitação e o apoio dos pares. Outro aspecto importante diz respeito à ocupação de posições de destaque na cidade, dentro e/ou fora da instituição, o que favorece um trânsito mais regular por uma multiplicidade de espaços sociais. Além das suas propriedades

profissionais, a posse de formação superior e até mesmo as condições socioeconômicas parecem destoar da maior parte dos fiéis das Assembleias de Deus, a não ser pelo fato de serem majoritariamente homens.

Por outro lado, quando passamos para o plano das percepções sobre as ideologias políticas partidárias, notamos que embora os discursos sejam convergentes na etiquetagem polarizada da direita e da esquerda e que recubram uma série de divisões morais, os postos ocupados na burocracia estadual e a variedade das passagens partidárias dos entrevistados revelam notável flexibilidade e pragmatismo nas relações, o que vai ao encontro não apenas dos perfis de representantes eleitos pela Igreja (BAPTISTA, 2007), como também demarcam características convergentes com o próprio comportamento eleitoral evangélico (BURITY, 2020). Pouco importa aqui estabelecer um julgamento a respeito dessas opções ou vaticinar sobre a continuidade ou não dos padrões identificados. Nossa opção, muito mais modesta, foi a de tomar essa configuração relacional, historicamente localizada, como um laboratório para o estudo dos temas dos cruzamentos entre a religião e política com todas as ambiguidades e complexidades que o tema suscita contemporaneamente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adroaldo José da Silva. Pelo Senhor Marchamos: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da **Universidade Federal Fluminense**. Niterói, 2016.

ALMEIDA, Ronaldo. Evangélicos à direita. **Horizontes Antropológicos** (UFRGS. IMPRESSO), v. 26, p. 419-436, 2020.

ALVES, Sebastião Cleyton. **História da Assembleia de Deus em Imperatriz**. Imperatriz: IEADI, 2002.

AYRES, Marcelo Camurça Lima. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 25, 2019.

_____. Um Poder Evangélico no Estado Brasileiro? Mobilização Eleitoral, Atuação Parlamentar e Presença no Governo Bolsonaro. **Nupem**, Campos Mourão, v.12, n.25, 2020.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil**. São Paulo: Annablume; São Bernardo dos Campos: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

_____. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no congresso nacional (1999-2006)**. Tese (Doutorado). Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

BURITY, Joanildo. Entre o reino de Deus e a autoridade civil: pentecostais, cultura e política. In: Idem. **Identidade política no campo religioso**. Recife: Editora da UFPE, 1997.

_____. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Unicamp, 2018. p.15-66.

_____. ¿Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? la coyuntura postimpeachment en Brasil. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v.22, e020015, 2020.

_____. Sociologia da religião no Brasil: artesanias, fronteiras e horizontes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, v. 25, p. 1-25, 2020.

CAMURÇA, M. A. Da “Boa” e da “Má vontade” para com a Religião nos Cientistas Sociais da Religião brasileiros. Comentários a propósito do balanço realizado por Antônio Flávio Pierucci sobre a produção acadêmica da Sociologia da Religião no Brasil, nos últimos 25 anos. **Religião & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 67-86, 2001.

CONDE, Emílio. **História das Assembleias de Deus**. Belém: CPAD, 1960.

COSTA, Moab César Carvalho. **Mudança de ethos do pentecostalismo clássico para o neopentecostalismo**. Estudo de caso: a Assembleia de Deus em Imperatriz-MA. (Mestrado em Ciência da Religião). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.

_____. **O aggiornamento do pentecostalismo: as Assembleias de Deus no Brasil e na cidade de Imperatriz-MA (1980-2010)**. (Doutorando em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017.

_____. **As estratégias de inserção das Igrejas Assembleias de Deus no Campo Político e a Ressignificação dos valores do Pentecostalismo Clássico (1985 – 1986)**. Recriar: São Paulo, 2018, p.187 – 203.

FRANKLIN, Adalberto. LIMA, Valdizar. **Repressão e resistência em Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2016.

FRESTON, Paul. **Protestante e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese (Doutorado em Sociologia). Unicamp, 1993.

_____. Entre o pentecostalismo e o declínio do denominacionalismo: o futuro das igrejas históricas no Brasil. In: CAMPOS, Leonildo Silveira; GUTIÉRREZ, Benjamin F. (Org.) **Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas**. São Paulo: AIPRAL/Pendão Real, 1996.

GIUMBELLI, Emerson. Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, p.47-52, 2004.

GRILL, I. G.; SEIDL, Ernesto. A politização do espaço social. **Revista Política e Sociedade**, v. 16, p. 7-17, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos; Burity, Joanildo A. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. **Dados** (Rio de Janeiro. Impresso), v. 57, p. 601-631, 2014.

MARIANO, Ricardo. **Neo Pentecostais: sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil**. São Paulo:

Loyola, 2005.

NERIS, Wheriston Silva. **Igreja e missão**: religiosos e ação política no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

NERIS, Wheriston Silva; SEIDL, Ernesto. Religiões e Religiosidade no Brasil: **História, Historiografia e Ensino**/ Ítalo Domingos Santirocchi, Márcia Milena Galdez Ferreira, Wheriston Silva Neris, (Orgs.). São Luís: UEMA, 2018.

OLIVEIRA JÚNIOR, Bezaliel Alves. **Religião e política**: As estratégias de Inserção e Reinserção das Assembleias de Deus na Política Brasileira. (1986 - 2018). Dissertação (**Mestrado em Sociologia**), Imperatriz, 2021.

PANTOJA, V. M. L., & PEREIRA, J. M. (2017). Grandes projetos e populações tradicionais na amazônia: a Suzano Papel e Celulose no Maranhão. **Revista de ciências sociais - política & trabalho**, 1(45).

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p.104-132, 1989.

PIERUCCI, A. F. Sociologia da religião: Área impuramente acadêmica. *In*: PIERUCCI, A. F. et al. **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**: Sociologia. São Paulo/Brasília: Anpocs/Sumaré/Capes, 2002. v. 2. p. 237-285.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social** [online]. 2017, v. 29, n. 2.

SOUSA, Bertone de Oliveira. **Uma perspectiva histórica sobre construções de identidades religiosas**: a Assembleia de Deus em Imperatriz-MA (1986-2009). Dissertação (Mestrado em História) – UFG, Goiânia, 2010.

_____. A Assembleia de Deus e o Movimento Pentecostal na Cidade de Imperatriz (1952 – 2002): História, Memória e Identidade Cultural. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v.5, n.1, 2008.

_____. **A Expansão da Assembleia de Deus em Imperatriz - MA**: História e Constituição Identitária. UFG. Goiás, 2009.

MARIA BONITA DE TOCANTINÓPOLIS: HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MÃE-DE-SANTO DO NORTE TOCANTINENSE

Data de aceite: 03/08/2022

Esta é uma versão pouco modificada do artigo publicado na revista *Escritas do Tempo*, v. 2, n. 4, p. 222-245, 30 jun. 2020.

Bruno Barros dos Santos

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA.
E-mail: brunoportofranco@gmail.com.

Rogério de Carvalho Veras

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), Campus Imperatriz, e do Mestrado Profissional em Ensino de História, Campus São Luís, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
E-mail: rogerio.veras@ufma.br.

RESUMO: A investigação deste trabalho se dá sobre a vida de Maria do Rosário, mais conhecida como Maria Bonita, mãe de santo pertencente à tenda São Jorge Guerreiro, moradora da cidade de Tocantinópolis, natural de Serra da Cinta - MA. Esta carrega consigo uma gama de narrativas míticas, onde aparecem personagens das sessões de cura da tenda em questão. Interessa-nos saber como caboclos, encantados e pombagiras influenciam a construção da identidade (história de vida) desta personagem. O foco central dessa pesquisa é apresentar um estudo da história de vida de Maria Bonita, que além de mãe de santo é vista como benzedeira, parteira, curandeira e filha dedicada aos encantados; entretanto

sua trajetória é marcada pelo contraditório, são momentos de descrença e solidão, apesar da ajuda de companheiros invisíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Maria Bonita, encantados, história de vida.

MARIA BONITA DE TOCANTINÓPOLIS: LIFE STORY OF A MOTHER-OF-SAINT FROM THE NORTH OF TOCANTINS

ABSTRACT: The investigation of this work takes place on the life of Maria do Rosário, better known as Maria Bonita, mother of saint belonging to the São Jorge Guerreiro tent, resident of the city of Tocantinópolis, born in Serra da Cinta-MA. It carries with it a range of mythical narratives, where characters from the healing sessions in the tent in question appear. We are interested in knowing how caboclos, encantados and pombagiras influence the construction of the identity (life story) of this character. The central focus of this research is to present a study of the life history of Maria Bonita, who in addition to being a mother of saint is seen as a healer, midwife, healer and daughter dedicated to the enchanted; however, her trajectory is marked by contradictions, there are moments of disbelief and loneliness, despite the help of invisible companions.

KEYWORDS: Maria Bonita, enchanted, life story.

MARIA BONITA DE TOCANTINÓPOLIS: HISTORIA DE VIDA DE UNA MADRE DE SANTA DEL NORTE DE TOCANTINS

RESUMEN: La investigación de este trabajo se desarrolla sobre la vida de Maria do Rosário, más

conocida como Maria Bonita, madre de santo pertenciente a la carpa São Jorge Guerreiro, residente en la ciudad de Tocantinópolis, nacida en Serra da Cinta-MA. Lleva consigo una gama de narraciones míticas, donde aparecen personajes de las sesiones de curación en la tienda en cuestión. Nos interesa conocer cómo los caboclos, encantados y pombagiras influyen en la construcción de la identidad (historia de vida) de este personaje. El eje central de esta investigación es presentar un estudio de la historia de vida de María Bonita, quien además de ser madre de santa se ve como curandera, partera, curandera e hija dedicada a los encantados; sin embargo, su trayectoria está marcada por contradicciones, hay momentos de incredulidad y soledad, a pesar de la ayuda de compañeros invisibles.

PALABRAS CLAVE: Maria Bonita, encantada, historia de vida.

1 | INTRODUÇÃO

Maria Bonita é um apelido para a mãe de santo Maria do Rosário Gomes Nascimento, dirigente da Tenda São Jorge Guerreiro. Ela tem 80 anos, é viúva, mãe de 5 filhos e moradora da cidade de Tocantinópolis - TO. Um dos autores entrou em contato com Maria Bonita no final da sua graduação em Ciências Sociais, quando da necessidade de realizar o trabalho de conclusão do curso. Em 2010, ele começou a frequentar o terreiro toda semana. Uma das principais intenções era descobrir sobre a religião que Maria Bonita praticava.

Dona Maria Bonita contou-lhe, durante quatro entrevistas e muitas conversas, aspectos pertinentes de sua vida, como: o cotidiano da infância no sertão, questões íntimas, as brigas com os homens, o trabalho vendendo comida e nas “curas”, o difícil relacionamento com os vizinhos, quando decidiu implantar o terreiro, os apelidos que recebeu. Todos os temas, de acordo com a interlocutora, tiveram por influência a ação dos encantados, algo que marcou sua vida.

Todas as informações aqui relatadas são fruto do diálogo com a mãe de santo Maria Bonita, suas entidades e algumas de suas filhas de santo, como Pacília, Dona Narcisa e Maria Antônia (as três *in memoriam*). As entrevistas, conversas e anotações de diário de campo foram obtidos entre 2010 a 2015 no terreiro Tenda São Jorge Guerreiro¹ na cidade de Tocantinópolis-TO.²

Procuramos utilizar como instrumento de pesquisa a história de vida. “As vantagens desse instrumental são expressas através da abertura de dois campos de problemas, que

1. O Terreiro São Jorge Guerreiro localiza-se no centro da cidade de Tocantinópolis. É uma construção simples, situada no fundo do quintal onde reside a mãe de santo Dona Maria Bonita. O terreiro foi fundado nos anos de 1970, como ela relata.

2. Primeiramente, a cidade foi conhecida como Pastos Bons, depois Boa Vista do Padre João, até chegar a ser conhecida como Tocantinópolis em 1943. A pesquisa aconteceu na cidade de Tocantinópolis - TO. Aproximadamente, a cidade conta hoje com uma população de 22.870 habitantes. Tem uma área de 1.077,066 km², seu bioma é o cerrado, a cidade está localizada à margem esquerda do rio Tocantins numa altitude de 156,79 metros (CENSO CIDADES, 2019). A distância para a capital Palmas é de 539 km. Tem em seu entorno a presença do território Indígena Apinajé.

tendem a mostrar que a coleta de relatos orais é praticamente insubstituível” (DEBERT, 1986, p. 141). O primeiro desses campos é produção de uma nova documentação que atenda a uma lacuna da história oficial; e o segundo é a democratização da história, que possibilita aos marginalizados produzirem suas narrativas, pondo em cheque preconceitos e pressupostos existentes sobre esses grupos na historiografia. Ademais, histórias de vida como a de Maria Bonita contribuem para compreensão de um contexto de opressões e discriminações de gênero e religiosas sofridas por esta mulher que se reconhece como independente e guerreira.

Nosso objetivo foi juntar os fragmentos de memória de diferentes informantes – a própria Maria Bonita, entidades incorporadas nela e as filhas de santo de sua casa – para tecer um panorama da trajetória de nossa personagem, demonstrando como sua vida relaciona-se a aspectos religiosos presentes na história da região norte do estado de Tocantins. Entendemos que essas experiências de vida são formadoras de uma identidade; sendo vivenciadas como boas ou não, foram fatores importantes para o fazer-se mãe de santo (VENÂNCIO; ARRUDA, 2017, p. 203) que está em constante construção e reconstrução.

Nesse sentido, a questão da identidade nas religiões afro-brasileiras guarda particularidades que devem ser consideradas. Segundo Ahrlert:

[...] para pensar a pessoa no terecô, me parece possível afirmar que se fala de uma pessoa “múltipla, plural, expansiva, conectada de forma que: o que existe entre o médium e eles [espíritos] melhor se compreenderá como um projeto contínuo de pessoa em construção – os seres de ambos jamais se encontram em estado fixo ou imutável, mas se nutrem congruentemente um do outro, especificando-se na prática e numa aprendizagem de si, ao longo do tempo” (AHLERT, 2016, p. 279).

No caso de Maria Bonita, dirigente de uma umbanda própria do Norte Tocantinense, a ideia de pessoa plural, múltipla, expansiva também se faz presente. Efetivamente, nas narrativas obtidas, observamos que sua religião está intrinsecamente ligada à história de sua vida. Assim, nosso objetivo foi saber como caboclos, encantados e pombagiras estão presentes na construção da identidade desta mãe de santo.

2 | O COMEÇO DA VIDA NO “SERTÃO”

Soubemos que Maria Bonita é filha de Maria Gomes e Fernando e que é natural de Serra da Cinta no Maranhão. Foi a entidade Cabocla Aninha³ quem relatou a infância de

3. Cabocla Aninha é tida como muito poderosa na Tenda São Jorge Guerreiro, principalmente por Dona Narcisa e sua Filha Antônia (ambas filhas de santo de Maria Bonita). Em um ritual que aconteceu no dia de São Bartolomeu [24 de Agosto], Mãe Marina (entidade principal da tenda) nos contou que um homem resolveu terminar sua roça no dia de

Maria Bonita neste lugar.

É longe demais, é lá onde Judas perdeu as botas. Lá tem umas serras, têm umas águas alvinhas. Eu desço lá, desço, me banho e vou me embora. Lá é a terra de meu aparelho Maria Bonita, ela ia ser criada lá mais não foi. Não foi porque a velha brigou mais o marido e se separaram. A velha era a mãe de Dona Maria Bonita. O Pedro Panaga queria matar a mãe dela, cortou alguns dedos dela, dois dedos ficaram só no couro, os dedos foram cortados de facão. Dona Maria Bonita era pequeninha, meteu o roçador [instrumento agrário com cabo de madeira], o facão tirou os dois dedos de Maria, deixou só no couro. E a Nenésia, vó de Dona Maria Bonita, botou os dedos no lugar antes do dia amanhecer, pegou uns cabelos dela, ruins, e botou em cima, umas teias de aranha, as aranhas com a teia amarela, ela pegou, os dedos foram colocados no lugar. [...] A Maria Gomes, era mãe da Maria Bonita. E a Mãe D'água disse pra D. Maria Bonita que ele [Pedro] ia matar a mãe dela. Aí ele, o Pedro Panaga chegou, com a tropa dos animais, aí tã o facão, mais a D. Maria botou, é botou um roçador. Ele então falou que ia para o Porto Franco [Maranhão] vender umas cargas, depois de três dias iria voltar, e queria que D. Maria Gomes tivesse ido embora de lá, da Serra da Cinta. Maria Bonita tava de frente pra ele, essa pequena ainda, tava de frente pra ele, tinha quatro anos apenas. Maria Gomes, mãe de Maria Bonita perguntou: – Minha filha o quê que nós faz? Decidiram então que iriam pra casa da mãe de Maria Gomes. Maria Gomes ordenou: – Panha a lamparina, o facão, a espingarda e a caixa de fósforos. Maria Bonita panhou as coisas dela e o roçador, mas não podia soltar as coisas e mostrar as mãos porque se o sangue caísse ela não podia tirar a mãe dela de lá. D. Maria Bonita assim mesmo pequeninha segurou a lamparina e [...]. As duas então partiram por uma estrada estreita. Aí quando chegou dentro d'água, Maria Bonita que era muito pequena e boba, imaginou assim: se metesse o dedo dentro d'água a Mãe D'água sarava os dedos dela. Ela pensou que ela fosse uma deusa mesmo. Mas não, elas são poderosas mas não são também isso tudo, não é? Aí ela meteu os dedos dentro d'água, meu filho aí a dor subiu. Ela atravessou a água e disse a mãe dela: Mãe eu tô doendo à barriga, a senhora deixa a espingarda e a lamparina e me leva nas costas porque eu quero ver a Nenesia, minha avó, antes deu morrer.⁴

Desde uma primeira leitura, percebe-se o quão rodeado de seres espirituais está a história de vida de Maria Bonita. A narrativa desta entidade demonstra que mesmo ela, a Cabocla Aninha, já havia comprovado que Maria Bonita, seu aparelho, era mesmo moradora da Serra da Cinta. Nesta época, por volta de 1943, ainda bem criança, ela começou a presenciar os maus-tratos e a dura realidade da vida – quase teve a mãe assassinada pelo possível dono da casa onde moravam. Com apenas quatro anos de idade, Maria Bonita recebe um aviso da entidade Mãe D'água que lhe fala: “sua mãe corre risco de vida”. Mesmo muito frágil, prepara-se para defender sua mãe.

Santa Aninha e iria cortar uma árvore. Ele já havia trabalhado em sua roça no dia de Santa Ana e não havia acontecido nada. No entanto, uma árvore quebrou e uma lasca veio atravessar o homem. Segundo Mãe Marina daquele dia em diante a lasca do pau com o sangue do homem foi considerada milagrosa e a Cabocla Aninha, ou Santa Aninha, ajudou a criar os filhos da viúva e a cuidar da terra.

4. Diário de Campo – Sessão pública – 25/05/2010.

Os relatos acima demonstram um completo isolamento social de Maria Bonita e de sua mãe. O pai de Maria Bonita morava no povoado Folha-Grossa⁵ e a casa da avó também aparece como sendo muito distante, pois é necessário levar uma boa quantidade de mantimentos para a viagem. A narrativa apresenta o lugar que Maria Bonita vivia como rodeado por encantados⁶ como as Mães D'água, ou seja, era para ela algo do cotidiano, uma realidade próxima. Percebemos isso quando ela coloca a mão ferida dentro da água esperando que este encantado lhe cure. A narrativa indica que pelo fato de ainda ser uma criança, ela não sabia que as Mães D'água não podiam realizar tamanho feito. E a Cabocla Aninha continua: “elas são poderosas, mas não são deusas, não são isso tudo”.

Cabocla Aninha costuma incorporar em D. Maria Bonita quando esta canta a seguinte doutrina: “São Cosme e Damião minha santa já chegou / É espírito do mar / É touro, é touro [2 vezes] / Quem quiser andar nesse touro / Tem clava de ferrão / Esse touro é malcriado é do Rei Sebastião / De onde é este touro? É da praia do Maranhão”. Nesta doutrina, a Cabocla Aninha aparece associada a São Cosme e São Damião, santos infantis assim como Aninha. Também aparece ligada a família encantada de Rei Sebastião. Na primeira estrofe, Maria Bonita às vezes substitui a palavra “santa” por “força”, e na segunda ela troca “espírito” por “fundo”, o que subentende que seu encanto fica no fundo do mar.

A entidade em questão pode ser tratada como uma cabocla (entidade que teve vida terrena. São exemplos: indígenas, ciganos, princesas etc.), um erê (entidade criança) e pode ser vista como uma santa. Em todo caso, segundo os preceitos da umbanda praticada por Maria Bonita, a entidade deve ter sido “doutrinada” para fazer somente a caridade ou o bem, uma espécie de passagem do sagrado selvagem para o sagrado domesticado (BASTIDE, 1992). Relato semelhante pode ser observado na pesquisa de Ahlert (2016) em um terreiro de Terecô em Codó,

Não é incorreto dizer que [...] os encantados se transformam na relação que constroem com seus “cavalos” – como podem ser denominados aqueles que os recebem. Luiza, por exemplo, afirmava que só construiu sua tenda depois que os encantados concordaram com a condição, por ela estabelecida, de que eles não lhe causariam constrangimentos durante os seus trabalhos como mãe de santo. Igualmente, em outro momento, negociou com um encantado que, quando ele fosse recebido, ele não deveria beber – hábito que lhe era caro –, já que ela, ‘pura’ (ou seja, sem receber a entidade) não bebia (p. 284).

A entidade Cabocla Aninha é famosa no terreiro Tenda São Jorge de Tocantinópolis - TO, pelo trabalho de cura e caridade. Ela é agraciada sempre que vem baiar no terreiro

5. Entrevista realizada dia 16/09/2010 com Maria Bonita. Folha-Grossa fica localizado a poucos quilômetros da cidade de Tocantinópolis-TO.

6. São seres que tiveram vida terrena, mas que desaparecem e voltam não como espíritos de mortos mas encantados, moram em encantos que são o lugar onde ocorre a “passagem”. É o caso da família de Legua-Bogi narrada por Maria Bonita que se encantou no Dilúvio Bíblico em uma “loca” (caverna) de pedra.

com brinquedos e doces, mas também pelo fato de ser criança deve ser doutrinada para que mantenha um mínimo de disciplina esperada pelo público que lhe procura.

Em todas as sessões públicas observadas no terreiro, segue-se um “roteiro” (uma linearidade na descida das entidades). Cantam-se as doutrinas uma após outra sempre na mesma ordem. Cabocla Aninha aparece sempre após a entidade Cabocla Mãe Marina e antes de Pombagira Moça Rica da Maré. Neste artigo, as entidades virão fora da ordem do rito da casa, porém, cada uma a seu modo, veremos ser uma manifestação de nossa biografada. A fala de Cabocla Aninha acontece dentro do terreiro em sessão pública semanal, onde muitos estão presentes. É um típico ritual de cura da tenda, mas que tem muita ligação com o catolicismo popular⁷ e o Terecô de Codó⁸. Assim, enquanto relata a vida da mãe de santo, seu aparelho, Cabocla Aninha revive momentos que podem estar no íntimo da memória da Maria Bonita, quase no esquecimento, ou pode também estar escrevendo novos momentos e novos sentidos aos acontecimentos, reconstruindo assim a história do seu aparelho.

Apesar da Cabocla Aninha dizer, no começo do relato acima, que a mãe de santo não foi criada na Serra da Cinta⁹, por conta da briga com Pedro Panaga, a própria Maria Bonita afirma que “eu fui criadinha no sertão sem vê televisão, sem vê nada. Era só coisas [encantados] que eu via. Ó eu dizia assim: – Gente hoje vai morrer tantas pessoas. A mamãe, cuãzinha amanheceu danada, hoje pode preparar o panelão de arroz para dá porque vai morrer um”¹⁰.

Essas narrativas apontam pelo menos que a frase: “é longe demais, é onde Judas perdeu as botas”, do relato da Cabocla Aninha, tem uma aplicação reduzida, ou seja, o lugar que ela nos descreve tem a ver apenas com o primeiro lar em que Maria Bonita viveu, onde morava sua mãe. No segundo relato, de Maria Bonita, podemos perceber que o sertão em questão abrange um território muito maior, possivelmente toda a Serra da Cinta no Maranhão, ou quiçá a definição de Guimarães Rosa (1994, p. 96): “O sertão é do tamanho do mundo”. Não temos certeza sobre a que sertão se refere Maria Bonita como lugar de sua criação. Provavelmente, trata-se do sertão em que sua avó morava, a casa para a qual ela e sua mãe se dirigiram depois da briga com Pedro Panaga, já que no segundo relato não aparece a figura deste homem, e ainda pelo fato de D. Maria ter fugido

7. Catolicismo popular é a resignificação realizada por pessoas das classes populares onde a figura dos santos ocupa lugar central nos cultos, as imagens sendo objeto de adoração e promessas. Em virtude da falta de padres nos rincões do Brasil, surgiu uma forma própria de adoração aos santos ou personalidades como o Padre Cícero do Juazeiro (ver BRANDÃO, 1986).

8. O terecô é a mais popular das denominações dadas à religião afro-brasileira encontrada em diferentes cidades do Brasil, mas que se afirma provir do município maranhense de Codó. Chamado ainda de tambor da mata, encantaria de Barba Soeira, brinquedo de Santa Bárbara ou verequete. Para mais, ver: Ahrlert (2016).

9. Fica hoje dentro dos limites territoriais de São João do Paraíso-MA e a 85,9 km de Porto Franco-MA.

10. Entrevista realizada dia 16/09/2010.

com apenas quatro anos de idade.

Na proximidade com sua avó, nossa personagem deve ter aprendido saberes próprios da religiosidade popular, semelhante à cura que foi feita com seus dedos. No entanto, Maria Bonita relata que quem primeiro lhe tratou, lhe rezou, não foi sua avó.

– [Pesquisador] A senhora já morou na roça, não já? Já viu aqueles Legua-Bogi nas plantações, como é que era aquela vida lá?

– Trabalhava com ele era escondido, com Legua-Bogi, fazia escondido, não tinha documento e era proibido não é? [...] o homem que veio do Maranhão chamava Manuel Buriti, [...] era o nome dele, filho do Legua-Bogi, pensa num veio que sabido, tratou muita gente [...]. O Chico Queiros¹¹ mandou matar ele de peia lá, porque era até proibido, a pajelança¹², baiar água não é, mesmo essas pajés que tem hoje que dá [pequeno espaço de tempo], era proibido, em 58, 59 pra 60 ele lá, ele mandou a polícia atrás dele, a polícia entrou pelo lado do Luzinópolis [Tocantins], que as matas era fechada tinha muita lama, nem tinha estrada pra carro, de Luzinópolis pra ir pra lá de pé é perto, menos de uma légua ai a polícia tava de pé [...]. Foi quem me tratou, primeiro rezador que me rezou, eu tinha um palmo de arca-caída e era toda desigual, tudo que me media em mim não dava igual, cabeça, corpo, media na faixa e na fita verde que ele media, ai esse, essa polícia pegou ele e levou preso, deixou o terreiro dele ficou quase sem nome com as médiuns.¹³

Essa narrativa traz informações de que Maria Bonita teria se impressionado com os dons de Manoel Buriti, vindo do Maranhão, que foi quem primeiro lhe rezou, isso por volta de 1960. Maria Bonita deveria ter seus 20 anos. Sua memória desse período parece ser mais bem acionada do que a de quando morava em Serra da Cinta.

Em conversa realizada no dia 01/03/2012, Maria Bonita relata que havia três mil pessoas, “filhos de pegação” (indivíduos chamados assim por suas parteiras), se ajoelhando em frente ao caixão de sua avó. Disse que naquela época não tinha médico. Dona Maria também disse que sua avó Nenesia (apelido de Eulalia), chamada de mãezinha por Maria, tinha um altar e as pessoas perguntavam quem decorava. A avó respondia que era sua neta de apenas 3 anos. A avó passou a “pegação” de meninos para Maria Bonita, e esta trabalhou uns 8 anos para o CESP (Centro de Especialidades em Saúde Pública, são os postos de saúde de hoje) de Tocantinópolis - TO nessa função e sem remuneração. Nenesia morreu com 85 anos. Vemos que Maria Bonita conviveu pelo menos 4 anos com sua avó, já que logo ela veio a falecer, como contou nossa interlocutora na mesma conversa.

É importante voltar à primeira entidade, Cabocla Aninha, e à relação desta com Maria Bonita, algo que não pode passar despercebido nesta análise de história de vida de

11. Francisco Silva Queirós foi prefeito de Tocantinópolis – TO na década de 50 (Disponível em: <https://www.achetudoe-regiao.com.br/to/tocantinopolis/historia.htm> acesso em: 05/03/2020).

12. Pajelança maranhense ou paraense é também conhecida como cura, linha de cura, linha de pena e maracá, linha de maracá ou linha de mãe d'água. Todos são cultos voltados para a cura. Ver: (VENANCIO, 2013).

13. Entrevista realizada em 17/05/2011.

uma mãe de santo. Segundo Augras (1983, p. 18) “nos cultos [...], não existe ruptura entre o duplo e a metamorfose. Manifestando o deus ao qual pertence, o fiel despessoaliza-se, e, deste modo, transforma-se naquilo que ele é realmente”. Para Boyer-Araújo (1995, p. 6) “essa personalização dos espíritos reflete a singularização indispensável ao sucesso das médiuns e das mães de santo, que vão pouco a pouco constituir o caboclo como parte integrante da identidade pessoal delas”.

É preciso dizer que essa discussão é cara à Antropologia. Segundo Goldman (1985, p. 26-27) alguns antropólogos estudiosos das religiões afro-brasileiras (tanto Bastide quanto Herskovits) já caíram no reducionismo de trabalhar apenas o caráter socialmente adaptativo do transe, ou seja, indivíduos marginalizados encontrariam no transe uma forma de “inverter sua posição social”. Outros pesquisadores, como Peter Fry e Yvonne Velho, vão defender a inversão hierárquica presente na possessão, mas não como um modo de adaptação social e sim como um protesto de certas camadas sociais (GOLDMAN, 1985, p. 27). A ideia de inversão hierárquica esbarra na compreensão de que o filho de santo ou médium, quando está em transe, também experimenta uma sujeição por parte da entidade (RABELO, 2008, p. 95). O “cavalo” não tem total domínio sobre o poder da entidade, isso porque, segundo Goldman (1985), o orixá sequer irradia todo seu poder, mas apenas uma ínfima parte.

Compreendemos, portanto, que a relação da Maria Bonita com as entidades que guiam, narram e fazem parte de sua história, como a Cabocla Aninha, são constituintes de sua singularidade, construtoras de sua identidade e da especificidade dos seus dons; mas também, nesta relação, há sempre um espaço simbólico para ressignificação e negociação com esses guias espirituais. É o que se observa a seguir nas reelaborações da memória presentes nas narrativas da história de vida da médium.

3 | MARIA BONITA SENTE NECESSIDADE DE ESTUDAR

Seguindo a vida de Maria Bonita, chegamos ao ponto onde ela sente a necessidade de estudar. Segundo seus relatos, sua mãe não queria que ela saísse de casa para estudar, pois imaginava que iria aprender a ler e escrever somente para mandar cartas para os homens. Dona Maria Gomes, segundo Maria Bonita, não entregou a filha nem para o pai Fernando, que tinha melhores condições de oferecer um colégio, nem para qualquer outra pessoa, seguindo o costume de permutar os estudos de crianças por trabalhos variados em famílias mais abastadas. Como Maria Bonita não seguiu este caminho, ela passou vinte anos no sertão. Todavia, segundo seu relato, não deixou de estudar, pagou por conta própria vários professores para lhe darem aulas particulares, dentre estes cita: Olavo Benônimo,

Nonatinha, Percilha, sua comadre Isaura e Oneide, possivelmente seus tios (não se sabe se por consideração ou sanguíneos). Maria disse também que tinha muito interesse em um curso que a Marinha Brasileira estava oferecendo, curso este que seria feito em Belém-PA.

[...] eu tive todas as condições de ter me formado, eu ia para Belém, fiz um curso aqui pela SUCAM [antigo órgão de vigilância sanitária domiciliar], era pra Marinha. Toda vida essa Mãe Marina me puxava. [...] E eu tinha que vim pra cá [Tocantinópolis] daqui eu descia de motor pra Belém. A mãe não deixou não meu filho, nem de jeito nenhum. Lá a gente estudava a custa do governo. Lá em Belém tinha o colégio eu ia trabalhar no mar, trabalharia nos navios. [...] Mas a mamãe não deixou eu ir, era longe, era treze léguas daqui lá onde nós morávamos, na Mata da Perua, mas nós vinha de pé, dentro do tucum, vinha muita gente vender carga, a gente vinha mais o povo da família, traziam a gente direitinho, entregava bem aí no porto, ainda hoje tem essa coisa da Marinha aí na beira do rio.¹⁴

A preocupação de Maria Bonita com os estudos esbarra na não aceitação da mãe de que ela deixasse o lugar onde morava. Há ainda o problema da distância do lugar em relação à cidade de Belém no Pará¹⁵. Na época, década de 1960, a rodovia Belém-Brasília ainda estava sendo construída, o que só permitia a ida para Belém de barco, que era demorada e perigosa. Maria Bonita nos falou que se não fosse por esse aprendizado que conseguiu, quando pagou professores particulares, ela estaria “fritinha”, porque hoje é muito necessário.

Notamos que Maria Bonita queria ser parecida com essa entidade (Mãe Marina), ela não se importava de deixar sua mãe sozinha, ela queria se “formar”, trabalhar no mar, ou seja, queria era seguir os passos de sua madrinha espiritual, atender seu chamado. Todavia, sabemos que ela não conseguiu atender aos pedidos de Mãe Marina, preferiu ficar ao lado de sua mãe. Ou melhor, foi obrigada. Mais uma vez percebemos em suas memórias que Maria Bonita sofreu as influências de suas entidades, no entanto, não seguiu à risca o que deveria ser feito, com a justificativa de obedecer à sua mãe.

A natureza das histórias acima narradas não é exclusividade de D. Maria Bonita, pelo contrário, elas são recorrentes neste universo mágico-religioso. Heraldito Maués e Gisela Villacorta (1998, p. 17) relatam a história de vida da pajé D. Maria Rosa, que morava em Belém - PA e que por conta de um “resgate cármico” decide mudar para Colares a fim de desempenhar sua missão como pajé. D. Maria Rosa afirma que em outra vida foi filha de um cacique Tupinambá, a mais querida deste, por sinal. Doravante, a aldeia em que viveu recebe a visita de um pesquisador francês, ambos, o pesquisador e a índia Tupinambá, se

14. Entrevista realizada dia 16/09/2010.

15. Além das treze léguas da sua moradia a Tocantinópolis (cerca de 50 km), havia ainda a distância a ser percorrida de barco desta cidade até Belém - PA, o que pela rodovia perfaz cerca de 700 km. No entanto, Maria Bonita poderia ter buscado melhores condições de estudo em cidades mais próximas, como: Imperatriz - MA, Araguaína - TO e Araguaatins - TO. A primeira e a última cidades também acessíveis pelas águas do Rio Tocantins.

apaixonam e decidem fugir para a casa do pesquisador. Muito tempo depois, ele recebe a proposta para ir trabalhar longe de casa, a Índia então cai em pranto, e então morre de saudade do amado.

Outro relato semelhante é narrado por Rachel Barros (2007), no qual ela apresenta a história de um babalorixá que se diz filho espiritual legítimo de uma Pombagira chamada Figueira Maria. Isso porque toda sua vida profissional é uma comprovação tida por ele mesmo para atestar que Figueira Maria foi sua mãe em outra vida. O babalorixá em questão diz que já transitou por todos os níveis administrativos do Estado de Alagoas: “Entreí como auxiliar de contínuo na Assembleia Legislativa não é côrte? Depois, entreí no Palácio [do governo]: côrte! [Por fim] no Tribunal de Justiça: côrte! Transitei nesses três poderes! Não é isso? Fui filho dela mesmo, não foi?” (BARROS, 2007, p. 7). Os relatos acima mencionados mostram como a influência da mitologia dos encantados transcende o plano do ritual e influencia na forma de realizar os trabalhos e na identidade social dos agentes mágico-religiosos.

Os relatos de Maria Bonita demonstram que seu comportamento foi também influenciado por valores familiares, pelas crenças e condições específicas do grupo a qual faz parte, o que delimita seu espaço de opções na forma em que deve agir, ou seja, todos os passos são mediados pela conduta que é legítima dentro da comunidade. No entanto, “nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação” (LEVI, 1998, p.179, 180).

A vontade de Maria Bonita em seguir plenamente o chamado das entidades esbarra nos interesses de sua mãe, Maria Gomes. Esta, por não ter igual conhecimento da importância que é seguir os preceitos religiosos, acaba por deixar sua filha em más condições, pois quando não se cumpre um chamado, algo de muito terrível pode acontecer na vida deste indivíduo, como Maria Bonita aponta à frente. Logo podemos supor que por mais que a avó de Maria Bonita tivesse dons de cura, fosse parteira, tivesse um altar para rezar, ornamentado por Maria Bonita quando tinha três (ou quatro) anos, ela morre antes de passar todos os conhecimentos necessários para que o resto da família entendesse o que deveria ser feito. A iniciação de Maria Bonita então é adiada. Ela sequer aprende a ler no tempo certo, o que expressa a realidade da época em que, somado à insuficiência de instituições educacionais, os sertanejos não viam a educação como fator de mobilidade social.

4 | A “CHEFE ESPIRITUAL” DE MARIA BONITA: MÃE MARINA

Depois de muitas idas e vindas, de acertos e transtornos, hoje, D. Maria Bonita reconhece Mãe Marina como sendo a chefe espiritual do seu terreiro¹⁶. É ela quem dá conselhos e prescreve os medicamentos aos pacientes tratados pela mãe de santo, é também quem comanda e pune os abusos das Pombagiras e dos Exus. Mesmo não cumprindo o chamado de Mãe Marina para ingressar na Marinha Brasileira, Maria Bonita diz ser a única pessoa que incorpora essa entidade: “é eu que incorpora Mãe Marina em Tocantinópolis e em qualquer outro lugar”. Temos notícia de um terreiro em Araguaína - TO com o nome Tenda Espírita Umbandista de Santa Joana D’Arc, chefiada por Valdeci Reis. Interessante notar que esta foi iniciada na umbanda também por Mestre José Odenir, o mesmo que iniciou dona Maria Bonita. Mestre Odenir, conhecido ainda como babá Deni, morava em Marabá - PA, mas ia para Araguatins - TO toda quarta-feira na década de 1970 (VENÂNCIO, 2013, p. 109).

É notório o lugar de autoridade que Mãe Marina desempenha no terreiro Tenda São Jorge Guerreiro e na vida da mãe de santo. O Caboclo Sete Flechas, entidade muito popular e prestigiada em alguns terreiros de umbanda, possui uma imagem dentro do Terreiro São Jorge Guerreiro, mas por ordem de Mãe Marina foi colocado para fora. Maria Bonita acredita que se não tivesse cumprido a determinação de Mãe Marina teria sido punida. E por que não foi antes quando não seguiu seus passos na Marinha? Mãe Marina também foi doutrinada? O que sabemos, seguindo os relatos de Maria Bonita, é que Mãe Marina posteriormente decidiu questões relacionadas à vida social da mãe de santo, quando, por exemplo, ela pretendeu mudar-se de Tocantinópolis.

Não sei se meu fim vai ser aqui mesmo, ou se eu preciso sair daqui. Já to interando quarenta anos que estou aqui, cheguei aqui novinha, ainda tinha o meu filho e isso tinha muita encrenca. Eu quis ir pra Goiânia, não me deixaram. Eu quis ir pra Belém, não me deixaram.¹⁷ Eu quis ir pra São Luís, não me deixaram. Isso aqui só era umas barrocas velhas a coisa mais feia do mundo.¹⁸

Há outros exemplos, em seus relatos, do não cumprimento do desejo de uma entidade, mas talvez por não ocupar lugar central no *panteon* do terreiro, as consequências

16. D. Maria Bonita afirma que ela é doutora, é guerreira. Sua história é binária, pois agrega elementos da revolucionária Joana D’Arc, que lutou disfarçada de homem na Guerra dos Cem Anos e também de Marina que, segundo a própria entidade, trabalhou comprando e vendendo negro nos navios negreiros, na rota Brasil/Portugal e vice-versa. D. Maria Bonita nos contou que a Cabocla Mãe Marina substituiu a Cabocla Mariana. De acordo com Mundicarmo Ferretti (2000), as duas seriam irmãs, pelo fato de serem filhas do mesmo pai, Rei da Turquia. Mariana é filha de sangue, enquanto Mãe Marina, também conhecida como Rainha Douro, é apenas adotada.

17. Mesmo dizendo que não saiu para Belém, Maria Bonita afirma ter sido iniciada por José Odenir Rodrigues também conhecido como Baba Deni, pai de santo de Marabá - PA. Dona Maria Bonita disse que “deitou” treze dias [ficou reclusa] e passou 2 meses com ele em Marabá fazendo a “formação” (Entrevista concedida em 25/02/2020). Sobre a umbanda em Marabá, Lima et al (2015).

18. Entrevista realizada em 16/09/2010.

não foram drásticas. Um destes casos, segundo D. Maria Bonita, foi quando a Cabocla Jurema pediu que a mãe de santo construísse o terreiro de palha e de forma arredondada. Maria Bonita não fez como a entidade pediu. Isso porque, segundo ela, era uma época muito conturbada [década de 60], caso fizesse correria o grande risco de a Tenda ter sido queimada por conta das perseguições à prática de religião afro-brasileira na cidade. Neste caso, Cabocla Jurema não fez nada além de afastar-se do terreiro, deixando de ser uma figura frequente, para vir apenas esporadicamente. Seu lugar foi ocupado por Mãe Marina. A partir de então, Mãe Marina passou a ser a principal entidade de cura do terreiro. Ao se referir a ela, Maria Bonita diz que ela é suas pernas. É a própria Mãe Marina quem nos diz sobre o ano que Maria Bonita chegou em Tocantinópolis e fundou o terreiro.

- Ele me acolheu, hoje eu tenho uma coroa, tenho um centro que eu trabalho aqui dentro de Tocantinópolis fui apoiada pelo um bispo.
- [Pesquisador] A senhora lembra o ano que era?
- Que eu cheguei aqui?
- [Pesquisador] Era.
- A Dona Maria chegou?
- [Pesquisador] A Dona Maria chegou, isso.
- Foi 69, 69 é a Valmerinda [filha de Maria Bonita] é de junho, julho, agosto, setembro de 69 foi chegaram ela comprou isso aqui esse pedacinho de chão, ela tava lá na cidade alta ficou três anos ela nasceu lá, não comprou casa ali na cidade alta comprou isso aqui, tombado de pau, ela é de junho a Valmerinda, 29 de junho, junho, agosto, setembro, outubro. Quer dizer ela comprou isso aqui uma casa de palha e fez primeirinho um centro depois a Mariana se viu apertada aí comprou querendo atirar nela, matar o povo aqui no terreiro.¹⁹

Em outra entrevista, Maria Bonita fala do primeiro dia em que Mãe Marina apareceu para ela como uma entidade.

- Menino, foi o primeiro dia que ela desceu em mim foi lá, na frente da igreja São Sebastião, São Sebastião é guerreiro, e ela é guerreira, e ela é da coroa do bispo.²⁰
- [Pesquisador] Dom Sebastião, não?
- São Sebastião.
- [Pesquisador] São Sebastião, o santo.
- São Sebastião o santo, São Sebastião lá era festejo, dia 20 de janeiro, isso foi

19. Entrevista em 21/09/2010.

20. Trata-se de Dom Cornélio Chizzini, que foi Bispo de Tocantinópolis - TO. Padre Cornélio chegou ao Brasil em 1956, após a morte de dois outros padres que estavam aqui, vítimas de afogamento no rio Tocantins. Bispo Dom Cornélio reconheceu que a importância da comunidade católica devia ser compreensiva, e estar sempre a disposição de visitar e viver em plena harmonia com outras manifestações religiosas (SCAMPA, 1991, p. 56). Dom Cornélio morreu em 1981.

no dia 20 de janeiro, a Valmerinda nasceu em 69, foi em 70. Foi em 70, pois é, ai eu não vi mais nada, meu irmão me pegou, me segurou, me botou no chão, me amarrou de corda e me jogou dentro do jipe, quem veio me desincorporar foi a Elade, dentro de casa, me levou lá pro balneário da Elade.²¹

Vemos a influência da Igreja Católica, representada pelo Bispo Dom Cornélio, no desenvolvimento espiritual de Maria Bonita, a qual fala que ele fez a santa sair dela, ou seja, o santo subir. Neste caso, ele teria feito um exorcismo (na concepção cristã do rito)? Da forma como Maria Bonita nos conta em outros momentos, parece mais que o Bispo já conhecia a entidade e os preceitos para lidar com a situação. Maria Bonita fala que, se não fosse ele, não tinha permanecido com o terreiro. Chama-o de irmão de santo. Tais relatos podem indicar uma proximidade do povo de santo com a Igreja Católica local neste período, ou ser uma forma de Maria Bonita, pela narrativa de sua história, legitimar-se socialmente como mãe de santo, ligando sua formação religiosa ao prestígio histórico do bispo Dom Cornélio.

As diversas experiências, boas e ruins, narradas por Maria Bonita e as entidades, constituem e justificam, para si e para outros, sua identidade. Estas narrativas

[...] sobre seu processo de desenvolvimento espiritual tornaram-se fundamentais para compreender como ocorreu a construção da identidade enquanto dirigente. Para explicar como ocorre esse processo formador, Josso (2004) destacou que: “formar-se é integrar-se numa prática o saber-fazer e os conhecimentos, na pluralidade de registros [...]. Aprender designa, então, mas especificamente, o próprio processo de integração” (VENÂNCIO; ARRUDA, 2017, p. 207-208).

5 | A VIDA ÍNTIMA

A vida íntima de Maria Bonita não se restringe apenas à sua condição religiosa. Segundo ela, sua vida foi difícil e cheia de percalços. Não foram poucas as vezes em que teve de enfrentar desafetos e muitas foram as intrigas com os homens. Teve oito companheiros, entre eles seu Sebastião (“Bartião”) com quem viveu cerca de trinta e cinco anos.²² Obtivemos os nomes de mais cinco companheiros que são: Valfredo Brito (com quem conviveu por seis anos, tiveram três filhas), Sr. “Salta-Chão” (de quem Maria herdou um apelido), Enoque, Zé Sabóia e Juarez (este foi o último até o momento).

Dona Maria Bonita foi alvo de muitos apelidos²³ e até mesmo considerada prostituta. Essa condição pode ter sido atribuída pela sociedade a ela, devido à posição que Maria Bonita ocupava em alguns relacionamentos. No relacionamento com seu Sebastião, por

21. Entrevista de 29/11/2010.

22. Conversa de 10/01/2015.

23. Beijo de rosa, Salta-chão e Maria Bonita.

exemplo, ela sabia que ele tinha outra mulher, e mesmo depois de se separarem, Dona Maria ainda levava comida para ele. Com Valfredo Brito não foi diferente: além dela, ele tinha mais uma amante.

Nesse sentido, é importante também observar o relato no qual Maria Bonita conta que:

[...] tinha um doutor que era marido da promotora de justiça. Eu ia comprar carne lá na Beira do Rio, lá naquele mercado, lá embaixo. Comprava todo dia. Quando eu passei de frente à delegacia, ele disse: – A Maria, salta chão, que mexe meu coração, posso é não comer essa mulher, mas eu não vou me salvar. [...] Eu voltei, peguei na mão dele que tava na calçada, puxei, derrubei ele no chão, pisei em cima dele com a sandália de salto alto, pisei nele todinho. Era o doutor Ézio, era o doutor dentista do CESP, era o marido da Dinaí, a mulher mais valente que tinha em Tocantinópolis. Ele correu, bateu uma coisa lá no escritório dele, denunciou de mim pra Dinaí. Dinaí, então respondeu: – Eu não vou ti atender, porque tu, por ser um doutor, teria que se respeitar, pra isso tu não ficaria numa esquina jogando charada numa prostituta que vai passando na rua, cadê teu moral, cadê teu caráter, se tu quer a mulher tu procura a mulher na casa dela e conversa a mulher.²⁴

Os termos usados por Maria Bonita para demonstrar a fala do homem que lhe cantava, como: “comer essa mulher”, ou “jogando charada numa prostituta”, denotam que Maria Bonita era percebida como uma mulher promíscua. Todavia, ela foi enfática em afirmar que trabalhava para sustentar a família e que “não olhava para homem nenhum e nem ficava em mesa que tinha muitos homens”. Ela tinha um homem e dele herdou o apelido de Salta Chão²⁵, mas isso não impossibilitou de outros homens lhe cantarem.

O “doutor” do relato parece que não estava em uma situação de pleno relacionamento com sua mulher, a promotora de justiça, tanto que a própria afirmou que se ele quisesse realmente a mulher (Maria Bonita), ele deveria ir à casa dela. Maria Bonita relata ter batido no homem depois de ser cantada, mas segundo consta na narrativa, ele não estava sozinho, o doutor estava acompanhado de seus semelhantes. Ele dirigiu-se a ela em tom de provocação, para se divertir com os amigos que, como ele, deveriam dispensar tal tratamento a uma mulher na condição de Maria Bonita. “Prostituta”, “mulher fácil” era a imagem social de D. Maria Bonita quando não estava em seus trabalhos religiosos, embora talvez tenha contribuído para isso os preconceitos envolvendo a vida sexual, principalmente, das mulheres das religiões afro-brasileiras. Por outro lado, quando estava envolvida com as atividades de seu terreiro, ela era a “feiticeira”, “macumbeira”.

A entidade Moça Rica da Maré é uma Pombagira que carrega o estigma de ser

24. Entrevista realizada em 29/11/2010.

25. – [Pesquisador] Dona Maria seu nome é mesmo Maria Bonita ou é apelido?

– Foi em 69. É que me botaram esse apelido, eu tinha o apelido de “salta chão” [nome de um pássaro], mas eu brigava com os doutores. É porque eu morei mais um homem chamado salta chão (Entrevista de 29/11/2010).

prostituta. Maria Bonita nos conta que esta entidade lhe ajudou uma vez a se livrar da agressão policial dentro do seu terreiro. Todavia, Mãe Marina cuida para que Pombagira não extrapole os limites morais de etiqueta presente no culto. O que fica claro é que, pelas características atribuídas à Pombagira, ela interferiu mais na vida de Maria Bonita do que o episódio da agressão policial relatado. Podemos entrever isso pelas histórias de seus relacionamentos amorosos que envolvem sua autonomia perante os homens, falta de compromisso afetivo com eles e até desrespeito a eles.

Fora dos rituais e do terreiro permaneceria alguma coisa da intimidade das duplas nas 'visões', 'conversas' e 'sonhos' das médiuns com os seres invisíveis. Com efeito, os caboclos mandariam às filhas-de-santo mensagens referentes à própria médium: suas relações com seus próximos, o que ela deve fazer, tanto na sua vida profissional ou sentimental quanto na sua carreira religiosa. Tirando vantagem desses "diálogos" íntimos com os espíritos na vida cotidiana, as médiuns vão impor a mediação dos caboclos, doravante seus companheiros, na gestão das tensões e conflitos aos quais são confrontadas (BOYER-ARAÚJO, 1995, p. 7).

Observa-se que tanto em relação aos homens quanto aos encantados, não existe um comprometimento absoluto de Maria Bonita. Em alguns casos, ela acata os conselhos dos encantados, como em não sair de Tocantinópolis, mas em outros não, como no caso da construção da tenda coberta com palha.

Maria Bonita, além de trabalhar na religião, curando, benzendo e realizando toda sorte de pedidos, também trabalhou em outros setores, como ela mesma relata:

O povo me pergunta assim: – Maria tu só pobre, como foi que tu formou as filhas? Trabalhando! Eu trabalhei. Tudo que elas precisaram eu paguei, eu não roubei nadinha. [...] Trabalhei mesmo na reza, trabalhei mesmo vendendo uma cervejinha, vendia um *dicumezinho* [comida caseira], aqui pra mim fazer um dinheirinho. Tudo pra elas, porque eu não tenho nada. Não comprei uma fazenda, não comprei um carro, só em fins de formar elas, com raiva que eu não aprendi.²⁶

Podemos dizer que Maria Bonita era chamada de "prostituta" não porque era uma profissional do sexo, mas porque, além de não ter uma estabilidade conjugal, ela ainda vivia do trabalho de vender comida em sua própria casa, que era uma espécie de bordel, como veremos a seguir. Maria vendeu comida em sua própria casa (desde a década de 1960, pouco depois de chegar em Tocantinópolis), ainda de palha. Ali, ela vendia umas cervejinhas, comida caseira, algo que fazia para sustentar a família e formar as filhas.

Ela nos contou que havia um senhor que trabalhava no Banco da Amazônia (este banco se instalou na cidade na década de 1970) e que gostava muito de comer rã. Então,

26. Entrevista de 16/09/2010.

foi obrigada a comprar uma panela apenas para preparar essa iguaria, pois não queria decepcionar este cliente e nem os outros que tinham nojo do prato, assim como ela própria. Tal história denota que pessoas consideradas importantes na cidade estavam entre seus clientes. Segundo nossa interlocutora, sua casa estava sempre muito cheia, principalmente de prostitutas. Tinha muitos carros na porta e a presença de policiais também se fazia sentir. Diz ainda que sua casa era muito frequentada por mulheres casadas e que, algumas vezes, teve de ajudá-las a saírem de lá sem que ninguém as reconhecesse. O que nos leva supor que se Maria Bonita não vendia o corpo, não estava muito longe do mercado do sexo, já que sua casa funcionava como um ponto de encontro entre prostitutas e clientes da sua comida caseira e bebidas, além de haver mulheres casadas em encontros com amantes.

6 | PROMESSAS E PERSEGUIÇÕES

A vida de Dona Maria Bonita está interpenetrada do sagrado e do profano, pois a mesma mulher que aluga sua casa para encontros amorosos, que é amiga da prostituição, também é uma crente descrente. A contradição marca a vida desta mulher, como demonstra Dona Pacilícia (filha de santo *in memoriam*).²⁷

A reza dela é uma promessa que ela fez com a Nossa Senhora da Conceição. Foi uma promessa que ela fez por causa de tá pra ganhar neném, e aí não tava com condição de ganhar neném e ela não acreditava nos espíritos. – Ela não acreditava. Então ela disse que fez aquela promessa, ela já tava como morta. Ela tava com duas crianças, aí tinha tido umas das crianças e a outra não. Ela disse que tava como morta. Mas ela alembrou, ela fez a promessa pra Nossa Senhora da Conceição e disse que: – Se ela vivesse, ela ia acreditar que tinha [os espíritos]. Era Nossa Senhora da Conceição na linha do espiritismo, ela é lemanjá. Ela é a mesma lemanjá. Ela disse que na mesma hora ela ia acreditar naquele negócio. Aí chegou aqui dois moços e uma enfermeira fizeram o parto dela. Aí ela viveu.

Pesquisador: – Esses moços são pessoas de carne e osso mesmo ou era...?

– Não, era espírito.

Pesquisador: – Há, a senhora sabe o nome deles, assim?

– Não, eu não sei qual era os médicos, ela disse que era dois homens assim de traje de médico e uma enfermeira, e aí aqueles médicos fizeram o parto dela, operaram ela, e aquela enfermeira ficou vindo visitar ela, pra fazer, dá os remédios, passar os remédios pra ela, aplicar os remédios nela, todo dia eles

27. D. Pacilícia, ou “Cilícia”, como também chamada, era a mais assídua filha-de-santo da Tenda São Jorge Guerreiro. Pacilícia é natural de Caxias no Maranhão. Descobriu que tinha mediunidade com quarenta e poucos anos, em 2010 tinha 69 anos. Tem um filho. Já foi lavadeira de roupa e era aposentada ao tempo da entrevista. Nasceu em Caxias, mas acabou de ser criada nas cidades de Vitória do Mearim - MA e Vitorino Freire-MA. Ela ainda morou em um sítio em Lago da Pedra - MA, onde ainda novinha se casou. Em 08 de dezembro de 1978, chegou a Tocantinópolis [dia de Nossa Senhora da Conceição]. Começou a trabalhar (frequentar o terreiro) porque estava doente, segundo ela, começando a endoidar.

vinha. Ela via, mas dormindo, ela tava dormindo.

Pesquisador: – Tipo um sonho né? Não era Mãe Marina ainda não?

– Não. Então quando dá no dia da nossa reza ali, que é pra Nossa Senhora da Conceição, aí tem a corrente dos médicos, aí sempre tem. É a primeira corrente que vem. Aí todo ano, sempre os primeiros que vêm, que desce aí, consulta, são eles. Eles fazem as consultas deles, aí vai embora, aí pronto. Depois, nós fica é pra brincar, aí vamos brincar nossa brincadeira, tem vez que o dia amanhece e nós brincando lá.²⁸

Uma segunda versão deste relato foi obtida morando na casa de Dona Maria Bonita em 2015²⁹.

Dona Maria Bonita conhecida em 1966 como Maria Beijo de Rosa estava sentindo as dores do parto, mas não dava a luz. Seu Pedro Ferreira, de Pedra de Fogo [município do Estado da Paraíba], pressentiu que Maria Beijo de Rosa iria morrer e seus filhos, mas ele benzia as vestis de Maria, que mandava de onde morava para ela bem como remédios. Maria segurou muita vela na mão, que queimava sua pele, porém não podia dizer. Ela disse que trocou a pele todinha nesse um mês de espera. No fim disse que teve Manuelzinho com 10 meses. Dona Maria disse que teve um osso quebrado. Osso da perna, da virilha. Uma rezadeira-parteira, na hora da oração usava um machado, a criança não queria sair, e nos movimentos da reza, a mulher acabou fazendo isso, dona Maria sentiu o estralo, mas o menino não queria sair. Maria andou caxingando por um tempo, mas não ficou com sequelas.³⁰

Podemos afirmar que Dona Pacílicia não foi testemunha ocular deste fato, porque ele ocorreu por volta de 1966 e esta chegou em Tocantinópolis - TO em 1978. Logo, é possível que a primeira versão seja uma memória passada por Maria Bonita à sua filha de santo. O primeiro relato demonstra que, mesmo já tendo contato com entidades, santos e caboclos, ter tido várias aparições de encantados, Maria Bonita não tinha plena fé nos espíritos, nas entidades. Entretanto, faz uma promessa para Nossa Senhora da Conceição, que neste caso seria lemanjá, orixá considerada como a grande mãe, mãe de todos os orixás e de todos os humanos, pedindo que ajudasse no parto do seu outro filho. Há que ressaltar que D. Maria Bonita nos disse que já foi parteira e que muitos dos filhos que ela colocou no mundo lhe consideram como mãe.

Pensava Maria Bonita que, por ter trabalhado como parteira, teria maior credibilidade com a santa, mesmo não acreditando em espírito? Se ela não acreditava em espíritos, então não acreditava na corrente dos médicos que apareceram quando a santa em questão foi solicitada? O que fica evidente é que mesmo vacilando na crença, ela recorreu a essas

28. Entrevista concedida em 08/11/2010.

29. O autor, Bruno Barros, morou na casa de Maria Bonita de janeiro a dezembro de 2015, em virtude de começar a trabalhar em Porto Franco - MA, cidade vizinha de Tocantinópolis - TO. Pela relação de proximidade afetiva já estabelecida pelos anos de pesquisa e por Maria Bonita estar morando sozinha, ela não viu problemas de ceder um quarto de sua casa. Nesse período, ele adotou um diário de campo e obteve relatos de vida em quase todos os dias.

30. Relato de conversas realizado em 30/09/2015.

forças e alcançou o milagre, teve o filho são e salvo. Com a promessa surtindo o efeito esperado, D. Maria Bonita passou a acreditar mais nos espíritos.

A falta de fé de D. Maria Bonita nos espíritos é no mínimo paradoxal aos olhos do pesquisador. Se ela recorreu a Nossa Senhora da Conceição é porque tinha alguma fé nesta santa, ou ela entende santos fora da categoria de espíritos? Diante dessas contradições e questionamentos, podemos traçar algumas assertivas. No que se refere a santos e espíritos, Maria Bonita acreditou por algum tempo que os primeiros não fossem iguais aos segundos. Um indício de que ela recebeu mais influência do chamado catolicismo popular do que do espiritismo, da umbanda ou outra religião afro-brasileira. Embora, mesmo antes deste fato, ela já tivesse construído terreiro, já fizesse mesa³¹ e rezasse para os santos na mata.

Em outro relato, Maria Bonita conta-nos que durante um ritual realizado na mata, certa entidade, provavelmente um caboclo, solicitou penas de peru para repassar o axé entre os presentes. A palavra axé é própria do candomblé, significa energia espiritual irradiada pelos orixás que dá força a seus filhos, e ele deve ser preservado através da manutenção adequada dos ritos e dos símbolos dos terreiros. No entanto, no terreiro Tenda São Jorge, Maria Bonita usa mais a palavra saravá, que representa uma saudação das entidades em dia de culto a quem está presente no terreiro, por exemplo, “saravá meu pai Ogum”, “saravá os que vieram”. Também representa a intenção de ter bom êxito nos trabalhos.

Se em um momento Maria Bonita parece pouco crédula, em outros exorta sobre os riscos que as pessoas com mediunidade podem correr se não cumprirem o que os espíritos ou os santos requerem.

[...] É porque é assim, a pessoa espírita se ela não trabalhar, ele morre, ele mata, ele tira o resto da vida dele num presídio ou ele fica numa cadeira de rodas, ou ele cega. Aí eu não tava conseguindo viver em paz com eles [os espíritos], aí eu montei o terreirinho, era dentro de casa, depois eu fiz a casa e mudei pra ali, e o povo brigando, os irmãos brigando, diabo tu viu espírito precisar de casa? Tem que fazer casa é pra tu.³²

Foi nesse momento que Maria Bonita resolveu fazer seu terreiro, pois ela acredita que se não o tivesse feito, cairiam sobre ela terríveis consequências, como ficar presa, aleijada, ou se tornar assassina. Certo é que Maria Bonita, apesar de ser chamada de mãe, por ter sido parteira, por ser mãe de santo e ter iniciado muitos filhos, também é filha e sabe respeitar a hierarquia. A etimologia da palavra hierarquia, por si só, já demonstra a

31. Objeto onde se distribuem os santos, faz-se na mesma a adoração dessas entidades, a mesa é considerada essencial para a realização das rezas dos santos católicos e outros como da umbanda.

32. Entrevista concedida em 16/09/2010.

existência de uma estrutura sagrada onde Maria Bonita está abaixo e os deuses estão no topo.³³

Dona Maria Bonita aponta que alguns debocharam dela quando estava fazendo a casa para os santos, e hoje estes debochadores estão em más condições. Os filhos deles são viciados em drogas ou estão em péssima situação financeira. Já Maria Bonita se diz conformada, pois conseguiu que os filhos estudassem e adquirissem uma profissão. Ainda tinha os vizinhos e policiais que atormentavam a vida de Maria Bonita, no que concerne à implantação do terreiro.

[...] Meus vizinhos aqui eram cobras e caranguejeiras. Os vizinhos eram jogando pedra dia e noite aqui na minha casa, porque diziam que eu era macumbeira e não botava esse terecô aqui, iam me matar. Entrava eram dezesseis pessoas armadas aí dentro, ia me matar. Eu dizia: vou ficar aqui nesse inferno, bem aqui junto com vocês tropa de cão. E era batendo tambor pra amansar os doidos. Cuspiam na minha cara bem aqui. – Não vai mandar tirar terreiro aqui não. Polícia não vai me tirar daqui, os encantados têm mais poder!³⁴

Além das perseguições da polícia, as rixas com os vizinhos e com os feiticeiros eram coisas pesadas ou ainda são, pois D. Maria Bonita afirma que benzedor não se dá com feiticeiro e vice-versa. Ou seja, ela seria a benzedeira e os outros os feiticeiros. Atualmente, o terreiro de Maria Bonita está oficialmente fechado; ela realizou um ritual de encerramento/agradecimento em 08 de dezembro de 2019. Segundo Ahlert (2016), a partir do momento que o pai ou a mãe de santo deixa de trabalhar na religião ele ou ela teoricamente estaria fraca, não por causa da idade biológica, mas por conta de não mais estar cumprindo com as obrigações ritualísticas.

No entanto, a mãe de santo acusa outros adeptos da umbanda de realizarem trabalhos para lhe derrubar. Desse modo, entende-se que há outra explicação para o fim dos trabalhos no terreiro. Ela diz:

Tô achando que foram eles que desmantelaram meu salão, desde que esse Antônio Macumba começou a trabalhar no meu salão, o salão foi acabando, porque ele trabalha é na quimbanda, junto com o Cão Negro Simplício, e aí um dia tinha um rapaz que eu tratei mais a De Jesus esse rapaz acompanhava nós também até nesse dia aqui, a rapariga dele topou com esse Simplício aí ensinando como é que ela fazia para amarrar o marido e eu pinicando o Simplício de um lado [risos] diabo tu não vai ensinar isso para essa desgraça não, porque o médium é meu.³⁵

Poderíamos pensar que, por praticarem a mesma religião, os dois agentes do sagrado,

33. O prefixo Hiera vem do grego que significa sagrado. Neste caso a mãe-de-santo em questão é submetida a uma estrutura sobrenatural. <https://origemdapalavra.com.br/pergunta/etimologia-palavra-hierarquia/>.

34. Entrevista de 16/09/2010.

35. Conversa de 17/05/2011.

Dona Maria Bonita e Seu Antônio, teriam algo que os unisse, mas não é isso que acontece. Cada terreiro é único, cada entidade recebida realiza atividades próprias, condizentes com sua personalidade e com a formação da casa. Há uma guerra não declarada entre os pais e mães de santo que gira em torno de acusações de charlatanismo, bruxaria, pacto com o maligno e relações incestuosas. No caso de Maria Bonita, em vez de receber ajuda do sacerdote afro-religioso em questão, foi ter apoio do bispo, Dom Cornélio Chizzini, como já foi relatado. Segundo Brandão, esse tipo de relação entre sacerdotes católicos, kardecistas e agentes populares mediúnicos é comum, podendo servir aos interesses de legitimação desses agentes populares.

Rezadores e capelães eram considerados pelos padres como rivais ilegítimos, mas eram também sujeitos que, uma vez reconduzidos à ordem da Igreja e subalternos às diretrizes dos vigários, recuperavam direitos oficiais de vida e de prática religiosa. No entanto, os curandeiros não podem ser “recuperados” da mesma maneira, porque não existe uma ordem eclesíastica ou uma corporação profissional que possa incluir, e ao seu trabalho: nem no catolicismo, pelo lado da religião; nem na medicina, pelo lado das agências burguesas de cura. Os agentes de possessão procedem da mesma forma com relação ao espiritismo kardecista, de cujos princípios podem se afirmar sincreticamente seguidores, mas de cuja religião jamais se apresentam como representantes. Alguns deles definem-se, no entanto, como “de umbanda”, procedendo como profissionais autônomos ou procurando criar a sua unidade religiosa coletiva (o centro ou o terreiro). Este é o ponto limiar onde tanto o rezador católico quanto o curandeiro mediúnico renunciam à representatividade de comunidade ou classe, em troca de legitimidade religiosa atribuída por agências confessionais de âmbito externo. (BRANDÃO, 1986, p. 54-55).

De certa forma, foi isso que aconteceu no caso acima: mesmo que em princípio Maria Bonita não tivesse intenção de obter vantagens da relação com o Bispo, a autoridade exercida por ele, sua personalidade forte e a tolerância com outras religiões levou-a a poder respirar aliviada por algum tempo, longe de perseguições, até poder levantar-se e se afirmar como uma espírita umbandista.

7 | CONCLUSÕES

Buscamos relatar os momentos mais importantes da vida da mãe de santo Maria Bonita. Momentos esses que se alternam entre o sofrimento de ter que negligenciar o pedido das entidades, mas também de seguir seus conselhos, obtendo a vitória por ter se tornado uma mãe de santo. Nessa trajetória de negociação, acordos e negligências, essa personagem foi se formando enquanto mãe de santo e aprendendo na prática os preceitos de sua religião.

As singularidades de sua história constituíram sua identidade como a única pessoa, como ela diz, a receber uma entidade, Mãe Marina, seja em Tocantinópolis ou em qualquer outro lugar. Uma mãe de santo que sofreu, durante sua trajetória, os preconceitos por sua condição de mulher e dirigente de uma religião afro-brasileira, a ponto de ser chamada de prostituta e macumbeira, enquanto trabalhava com independência dos homens para criar os filhos sozinha. Uma descrente que veio a acreditar em espíritos depois de uma promessa a Nossa Senhora da Conceição, ainda que já tivesse passado por inúmeras provas.

Assim se construiu a história de vida de Maria Bonita. Nos seus relatos, ora ela se apresentava como uma sacerdotisa de umbanda, ora era a mulher solteira que cozinhava, alugava quartos de casa para sustentar a família. O que marca a identidade de Maria Bonita é o estar se construindo constantemente na relação com seus guias espirituais e nos registros mutantes acionados pela memória, diante das novas necessidades da situação no presente.

Começamos a perceber que o que faz a experiência formadora é uma aprendizagem que articula, hierarquicamente: saber-fazer e conhecimentos, funcionalidade e significação, técnicas e valores num espaço-tempo que oferece a cada um a oportunidade de uma presença para si e para a situação, por meio da mobilização de uma pluralidade de registros (VENÂNCIO; ARRUDA, 2017, p. 216).

Maria Bonita não aparece em jornais, revistas ou filmes. Contudo, suas relações com os encantados permitiram-lhe estabelecer relações sociais com outros agentes religiosos e com outras religiões. Na maioria dos relatos, memórias lacunares e, muitas vezes, obscuras, o que prevaleceu para nossa observação foram as contradições e paradoxos de uma vida. Nestes impasses, Maria Bonita nunca esteve sozinha diante da liberdade de escolha, mas foi mediada pela cultura do seu grupo e guiada por suas mestras espirituais. Através das narrativas destas, das suas filhas de santo e dos fragmentos de memória da médium acionados a cada nova incorporação, a história de Maria Bonita também vai se renovando.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Martina. **Carregado em saia de encantado**: transformação e pessoa no Terecô de Codó. Etnográfica, vol. 20, núm. 2, junho, 2016, pp. 275-294.

AUGRAS, Monique. **O duplo e a Metamorfose**: A identidade mítica em comunidades nagô. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 1983.

BARROS, Rachel Rocha de Almeida. **O filho de uma rainha** – reflexões sobre parentesco ritual e seus

paralelos com a vida terrena. ICS/ UFAL, artigo, 2007.

BASTIDE, Roger. O sagrado Selvagem. **Revista Caderno de Campo**, v. 2, n. 2, 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/40311/43196>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BOYER-ARAUJO, Veronique. “**Macumbeiras**” e “**crentes**”: as mulheres veem os homens. *Horizontes Antropológicos*, janeiro de 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Deuses do Povo**: um estudo sobre religião popular. São Paulo: Brasiliense. 1986.

DEBERT, Guita G. Problemas relativos à história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth (Org.) **A Aventura Antropológica**: teoria e pesquisa. 4ª Ed. Paz e Terra, 1986.

FERRETI, Mundicarmo Maria Rocha. **Desceu na Guma**: o Caboclo no Tambor de Mina no processo de mudança de um terreiro de São Luís – A casa Fanti-Ashanti, São Luís: Sioge, 2000.

GOLDMAN, Marcio. **A construção ritual da pessoa**: a possessão no Candomblé. *Religião e Sociedade*, nº 12 (1): p. 22-54, ago. 1985.

LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, p.167-182, 1998.

LIMA, Ivan Costa; SILVA, Jaqueline Dayane C. da; SINDEAUX, Juliana Barbosa. **Mulheres de Terreiro em Marabá**: suas falas e representações. *Anais da V REA – Reunião Equatorial de Antropologia*, Maceió – AL, julho de 2015.

MAUÉS, Raimundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira. **Pajelança e encantaria amazônica**. São Paulo, 1998.

RABELO, Miriam. **A possessão como prática**: esboço de uma reflexão fenomenológica. *Mana*, 14 (1): 87-117. 2008.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

SCAMPA, Pe. Carmelo Di Gregorio. **Dom Cornélio Chizzini**. Diocese de Tocantinópolis – TO, 1991.

SODRÉ, Jaime. **Da Diabolização à Divinização**: a criação do senso comum. – Salvador: EDUFBA, 2010.

VENÂNCIO, Sariza Oliveira Caetano. **Tenda Espírita Umbandista Santa Joana d’Arc**: a Umbanda em Araguaína. 2013. 200p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís: CPGCS/UFMA.

_____; ARRUDA, Mayane Rumão de Souza. Fazer-se mãe de santo: uma trajetória espiritual de Maria Luiza da Conceição. In: SILVA, Idelma Santiago et al (Org.) **Mulheres em perspectiva: trajetórias, saberes e resistências na Amazônia Oriental**. 1ª ed. – Belém [PA]: Paka-Tatu, 2017.

**PARTE III - INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E
EXPERIÊNCIAS**

SOBRE PÁSSAROS E GAIOLAS: UMA ANÁLISE DA AGÊNCIA INFANTIL EM UMA CASA ABRIGO DE IMPERATRIZ

Data de aceite: 03/08/2022

Jéssica de Sousa Lima

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: adv.jessicasousa@outlook.com.

Emilene Leite de Sousa

Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: emilene.sousa@ufma.br.

RESUMO: Esta pesquisa dedica-se à análise da construção da autonomia infantil em crianças em situações de abrigo. As Casas Abrigo são espaços cuja organização repousa no excesso de regras e controle do tempo, do espaço e das ações infantis. Logo, esta pesquisa dedicou-se a investigar as estratégias através das quais as crianças da Casa da Criança em Imperatriz, Maranhão – constroem sua individualidade junto ao grupo. Embora nestas instituições o controle excessivo não deixe espaço para a agência infantil, as crianças criam estratégias para garantir sua autonomia, burlando as regras estipuladas. Ora, em que situações as crianças fazem escolhas, se vivem sob constante observação dos cuidadores? De que forma imprimem suas impressões e sua individualidade? Este artigo mergulha no universo das crianças em situação de abrigo e revela seu modo de transformar um contexto de institucionalização em lar, marcando-o com sua agência. Este é um

empreendimento etnográfico em construção.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Abrigo. Agência. Autonomia. Individualidade.

ABOUT BIRDS AND CAGES: AN ANALYSIS OF CHILDREN'S AGENCY AT A SHELTER HOME IN IMPERATRIZ CITY

ABSTRACT: This research analyzes the construction of children's autonomy in shelter situations. Shelter Homes spaces are organized based on an excess of rules controlling children's time and space, as well as their actions. Therefore, this research focused on investigating the strategies used by children from *Casa da Criança* in Imperatriz, in Maranhão – to build their individuality in the group. In these institutions, even though the excess of control leaves no room for children's agency, children create strategies to guarantee their autonomy by circumventing the stipulated rules. Well, in what situations do children make choices if they live under constant observation of caregivers? How do they record their impressions and their individuality? This article delves into the world of sheltered children and reveals their way of transforming an institutionalization context into a home, marking it with their agency. This is an ethnographic action under construction.

KEYWORDS: Childhood. Shelter. Agency. Autonomy. Individuality.

SOBRE PÁJAROS Y JAULAS: UN ANÁLISIS DE LA AGENCIA INFANTIL EN UNA CASA ABRIGO DE IMPERATRIZ

RESUMEN: Esta investigación está dedicada al análisis de la construcción de la autonomía infantil

en niños en situaciones de acogida. Las Casas Abrigo son espacios cuya organización descansa en el exceso de reglas y control del tiempo, el espacio y las acciones de los niños. Por lo tanto, esta investigación se dedicó a investigar las estrategias a través de las cuales los niños de la Casa da Criança en Imperatriz, Maranhão - construyen su individualidad dentro del grupo. Si bien en estas instituciones el control excesivo no deja espacio para la agencia de los niños, éstos crean estrategias para garantizar su autonomía, eludiendo las reglas estipuladas. Ahora bien, ¿en qué situaciones toman decisiones los niños, si viven bajo la constante observación de los cuidadores? ¿Cómo imprimen sus impresiones y su individualidad? Este artículo ahonda en el universo de los niños en situación de acogida y revela su manera de transformar un contexto de institucionalización en un hogar, marcándolo con su agencia. Esta es una empresa etnográfica en construcción.

PALABRAS CLAVE: Infancia. Abrigo. Agencia. Autonomía. Individualidad.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo consta de uma análise¹ da agência das crianças que vivem na Casa da Criança da cidade de Imperatriz – Maranhão, a partir da distinção de conceitos como universo infantil e autonomia infantil trabalhados por Sousa (2018). Embora o campo da Antropologia da criança tenha crescido no Brasil, ainda são muitos os estudos que se dedicam à análise da infância através de pesquisa *sobre* crianças e não necessariamente *com* crianças.

Isso resulta no fato de que há muitas pesquisas sendo feitas sobre a infância e as crianças, que tomam o ponto de vista dos pais, professores e cuidadores em detrimento do ponto de vista das próprias crianças. Quando isso ocorre, sob diversos aspectos, a agência infantil não é considerada. Parece estar olhando para as crianças nelas mesmas, mas estamos enxergando-as, em suas palavras e ações, a partir do ponto de vista dos adultos.

Essa negligência em relação às crianças e o não reconhecimento da importância de suas ações na construção dos sistemas sociais resultaram numa visão adultocêntrica não apenas dos próprios povos investigados - que muitas vezes não reconhecem a agência infantil na organização social da comunidade -, como também permeou por um bom tempo a literatura antropológica que sempre se reportava às crianças e à infância a partir das representações que delas tinham os adultos.

O desinteresse da Antropologia em ouvir as próprias crianças repousou, em parte, na concepção de que elas seriam incompetentes para falar de sua própria cultura, não tendo uma compreensão apurada das sociedades onde estariam inseridas. E essa análise leviana era produto da ideia de que existe uma cultura infantil diferente e dissociada da

1. Esta pesquisa foi realizada com bolsa de mestrado concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão/FAPEMA.

cultura dos adultos. Florestan Fernandes [1946] (2004) cunhou o termo *culturas infantis*² defendendo que as crianças habitam uma espécie de universo paralelo em relação ao universo dos adultos, ou que elas criam, inventam uma cultura própria em relação à cultura dos adultos. Diante disso, como poderia a criança compreender ou explicar os fenômenos sociais que diriam respeito apenas aos adultos? Inúmeras pesquisas com crianças, em contextos diversificados, têm revelado a complexidade desta discussão.

Em sua experiência com a infância nos cenários camponês, indígena e em reservas extrativistas, Sousa notou que o universo adulto e o infantil encontravam-se emaranhados, de forma que as experiências de crianças e adultos poderiam ser diferentes, mas repousavam em conhecimentos dispostos a todos e aptos a serem descobertos e experimentados (SOUSA 2005, 2007, 2008).

Tassinari, pesquisando em contexto indígena, esclarece que neste lugar os universos são os mesmos, tanto para adultos quanto para crianças, e que a nossa concepção ocidental de que a criança é um “vir a ser” ou “tornar-se alguém” prejudica a visão do tratamento dispensado pelos adultos indígenas às suas crianças, muitas vezes confundindo a liberdade e autonomia infantis como falta de responsabilidade dos pais (TASSINARI 2007, 2009, 2012, 2015).

Oliveira identifica a participação das crianças na Aldeia Guarani M’Biguaçu em Santa Catarina, sobretudo no tocante ao processo de valorização da tradição, o que engloba os espaços de rezas, coral e escola. Para esta autora, a presença das crianças está pautada numa noção de educação que engloba ensinar e aprender simultaneamente, quando ambos os sujeitos são considerados atuantes no processo de ensino-aprendizagem (OLIVEIRA 2005). Por sua vez, Cohn analisa a autonomia entre os Kayapó. Para este povo, as crianças aprendem tudo porque veem tudo, uma vez que possuem a possibilidade de estar em todos os lugares, bem como participar da vida cotidiana e rituais (COHN, 2000).

Assim, ao contrário do que defendia Fernandes [1946] (2004), em vários contextos e culturas, os universos adulto e infantil são um só, de modo que não se pode dizer o que pertence a um repertório de conhecimentos, procedimentos ou modos infantis de experimentar o mundo em total diferença de um modo adulto.

Segundo Sousa (2018), esta crença de universos adultos e infantis separados geraria a confusão que comumente se faz em torno da autonomia do universo infantil e da autonomia infantil. Para a autora,

2. “Cultura infantil, aqui, significa, aproximadamente, o mesmo que folclore infantil. A diferença entre ‘folclore infantil’ e ‘cultura infantil’ é pouco sensível. [...] A expressão ‘cultura infantil’ é mais adequada, na medida em que traduz melhor o caráter da subcultura que nos preocupa no momento. Ela é mais inclusiva que ‘folclore infantil’ e traz consigo a conotação específica, concernente ao segmento da cultura total partilhada, de modo exclusivo, pelas crianças que constituem os grupos infantis que acabamos de descrever” (FERNANDES, 2004, p. 245).

A autonomia do universo infantil retrata esta concepção de universos de crianças e adultos separados em suas culturas. Já a autonomia infantil diz respeito ao modo como as crianças em determinadas culturas podem ser donas de uma autonomia não imaginada nem conhecida pelas sociedades urbanas, cuja noção de proteção e segurança coloca crianças de modo geral sob os olhos e cuidados permanentes dos adultos implodindo qualquer possibilidade de autonomia das crianças (SOUSA, 2018, p. 181-182).

Assim, Sousa defende que alguns modelos de infância, como a indígena, camponesa, quilombola ou de crianças quebradeiras de coco, garantiria uma maior autonomia das crianças, em um universo onde não existiria distinção entre universos infantis e adultos, ou seja, sem que houvesse uma autonomia do universo infantil.

Em outra ocasião, Sousa (2007) já havia defendido que há espaços e tempos distintos para crianças e adultos nas cidades, ao contrário do que ocorre nos contextos camponês ou indígena. Logo, haveria uma diferença entre os universos infantis e adultos nas cidades, com espaços e tempos circunscritos para adultos e crianças, com suas prescrições e proibições. Nas cidades, vislumbramos uma possibilidade de que tempos e espaços de adultos e crianças não se encontrem, o que significa uma autonomia absoluta do universo infantil, mas nem tampouco uma autonomia infantil, uma vez que as crianças estão à mercê dos adultos, dependendo deles para quase tudo.

Diante de tais afirmações, e considerando que a antropologia tem se dedicado cada vez mais a analisar a agência infantil em distintos contextos, sabendo que no contexto das cidades há muito mais uma autonomia do universo infantil do que uma autonomia infantil, esta pesquisa dedicou-se a investigar como se dava a questão da autonomia do universo infantil ou a autonomia infantil no contexto das Casas Abrigos.

No caso da Casa da Criança em análise, ainda que as crianças convivam com os adultos que ali trabalham, o universo infantil é separado do universo adulto e também de quase toda a realidade lá fora, pois geralmente elas só saem da Casa para irem à escola e à igreja. Assim, estas crianças possuem também a particularidade de, no geral, estarem separadas não só de universos adultos, mas das outras crianças lá fora ou dos outros espaços tidos como infantis.

Logo, demonstraremos como o cuidado excessivo³ do Estado com essas crianças que estavam em situação de risco em sua própria casa e foram retiradas dos pais temporariamente para ficar sob a sua tutela gera uma completa dissociação da criança com a realidade “lá fora”, numa experiência com a infância restrita aos muros e portas da Casa da Criança.

3. Consideramos excessivo pelo fato de tudo ser acompanhado ou supervisionado por adultos, inclusive as brincadeiras. As crianças que residem na Casa da Criança são levadas para a escola por um motorista da Casa e uma das cuidadoras sociais diariamente.

Ao mesmo tempo em que esta experiência desloca os universos adultos e infantis, ela desloca também as crianças dos modos de experimentar a infância do lado de fora da Casa abrigo, por ruas e calçadas, circulando com amigos e observando a vida lá fora. Se comparadas com outras crianças que vivem com seus pais ou parentes e possuem a possibilidade de brincar na rua ou na casa dos vizinhos, dormirem na casa de familiares ou amigos e até realizarem trabalhos escolares na casa dos colegas, as crianças que vivem no abrigo estão superprotegidas e excessivamente controladas por um sistema que define tempo e espaço para tudo.

Ora, haveria espaço para uma autonomia infantil? É possível observar qualquer forma de agência entre estas crianças? Há algum protagonismo infantil? Neste artigo, revelaremos como as crianças conseguem criar estratégias para burlar o controle excessivo, a proteção e os cuidados rigorosos além do excesso de regras e imprimir alguma agência na experiência com a infância na Casa da Criança.

Esta análise refletirá sobre a situação destas crianças que, vivendo nesta Casa Abrigo, são cuidadas como em uma redoma, superprotegidas, excessivamente controladas com quase nenhum contato com a realidade externa. Neste contexto, reconhecemos que há uma autonomia do universo infantil, porque ele está separado não apenas de um universo adulto, mas também do universo infantil que existe para além da Casa abrigo, para crianças cuja rotina é marcada pela vida em família, idas à escola sem tanta vigilância, brincadeiras nas ruas, conversas nas calçadas, situações de risco inevitáveis e normais para qualquer criança que habite as grandes cidades.

Nas grandes cidades, é possível pensar não numa dissociação de um universo adulto do infantil, mas em uma autonomia relativa destes universos. No caso das crianças da Casa Abrigo pesquisada, o que nós temos é uma autonomia quase absoluta, já que a proteção e o controle excessivo privam as crianças de interagirem e conhecerem os universos adultos e até mesmo outros modos de vivenciar a infância, privando-as da experiência com a infância nas cidades como ela é experimentada por outras crianças de maneira geral.

Com base nisso é que este artigo dedica-se a uma análise da agência infantil no contexto das crianças que vivem em uma Casa Abrigo, defendendo que a agência das crianças deve ser considerada e analisada como forma de compreender os grandes sistemas ou a organização social geral das instituições em que estas crianças estão inseridas.

A noção de agência aqui adotada atribui ao ator a capacidade de processar a experiência social, e de desenhar modos de enfrentar a vida, mesmo sob as mais

diversas formas de coerção. Assim, reconhecemos que os atores sociais são “detentores de conhecimento” e “capazes”, uma vez que resolvem problemas, aprendem como intervir no fluxo de eventos sociais em seu entorno, e monitoram incessantemente suas próprias ações, através da observação de como os outros reagem ao seu comportamento (GIDDENS, 2003).

Assim, Giddens (2003) destaca que a agência não diz respeito às intenções dos indivíduos em fazer determinadas coisas, “mas primeiramente à sua capacidade de fazer essas coisas”. A ação depende da capacidade do indivíduo de “causar uma mudança” em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existente. Isso implica que todos os atores (agentes) exercem um determinado tipo de poder, mesmo aqueles em posições de extrema subordinação. Por isso, nesta pesquisa, interessou-nos o modo como as crianças abrigadas criam estratégias para burlar o controle excessivo da casa em suas regras e imprimir sua agência no cotidiano da casa.

O reconhecimento da agência dos atores sociais em contextos diversos e sob algumas formas de coerção extrema obriga-nos a reconhecer que também as crianças são partícipes dos sistemas sociais em que se encontram, significando e reeditando tais sistemas. Também elas são detentoras de conhecimento (alguns próprios apenas das crianças) e capazes de atribuir significados e tecer de forma particular, entre pares ou entre gerações, as teias de relações sociais que lhe emaranham. É isso que tentaremos demonstrar ao longo deste artigo, especialmente a partir da análise etnográfica sobre a agência das crianças nesta situação de abrigo.

2 | METODOLOGIA

Esta pesquisa, realizada na Casa da Criança em Imperatriz, considera as interações com profissionais e outras instituições com as quais a Casa da Criança e seus sujeitos se relacionam, com foco nas crianças e a experiência com a infância vivenciada por elas, por isso propõe-se a compor uma etnografia nos termos de Geertz (1989), tratando-se de uma pesquisa não apenas *sobre*, mas *com* crianças.

Para que fosse possível realizar esta pesquisa, redigimos um Requerimento de Autorização para pesquisa na Casa da Criança e submetemos ao juiz competente pela Vara da Infância e Juventude de Imperatriz. Com isso, pudemos ter acesso ao abrigo três vezes por semana, com duração média de quatro horas em cada uma delas, além de acompanhar as crianças até as respectivas escolas.

Como técnicas, foram realizadas entrevistas com os profissionais, observação direta e participante e conversas informais com as crianças. Assim, verificamos a perspectiva das

interações das crianças e como se dá a experiência com a infância entre elas, num local onde, no mais das vezes, não possuem autonomia e vivem integralmente em contexto institucional, buscando entender por meios das técnicas a serem utilizadas os seus discursos, as suas ações e as suas representações (MALINOWSKI, 1978).

3 | INFÂNCIAS CIDADINAS: APRENDIZAGEM, LUDICIDADE E SEGURANÇA

Sabemos que não há um modo homogêneo de se vivenciar a infância, mas as crianças têm experiências diferenciadas com esta fase do ciclo da vida a depender das circunstâncias em que se encontram. Logo, a infância não decorre de um conceito rígido e natural, mas é construída e, portanto, variável. Sousa (2007) argumenta:

[...] a partir do século XX, a infância é recortada de modo menos rígido, pois é vista como algo dependente da construção histórica. Assim ela ressurgue como algo para cuja constituição concorrem várias forças culturais contingentes. Percebe-se então que a infância de cada criança não é algo natural e a própria ideia de “infância natural” é algo historicamente criado (SOUSA, 2007, p. 2).

Dessa forma, sempre existiram crianças entendidas como seres biológicos jovens, mas a categoria social “infância” somente foi criada na modernidade a partir dos novos tratamentos empregados pelos adultos em relação às crianças, pois até meados do século XIII elas eram vistas como adultos em miniatura, com tamanho e força reduzidos (ARIÈS, 1986). Para este autor, na Idade Média “a criança mal adquiria desembaraço físico, era misturada aos adultos, partilhando de seus trabalhos e jogos” (ARIÈS, 1986, p. 10), sendo a educação fornecida através da aprendizagem, gerada no auxílio aos adultos em suas atividades.

Assim, é certo afirmar que, ao criar um conceito fechado de infância, corre-se o risco de excluir aquelas crianças cuja experiência com a infância possui características particulares, como a vivenciada pelas crianças em casas de abrigo ou de acolhimento.

A família é, no mais das vezes, o primeiro invólucro da infância, aparecendo em toda definição de infância que se deseje universal. Ressalta-se, ainda, que o conceito de família tem se tornado cada vez mais plural para abarcar as diversas constituições familiares que têm se formado. Nas palavras de Schuch (2012, p. 3), “a família é um produto social, não é um dado natural ou universal e não pode ser pensada no singular, pois há uma pluralidade de modos de família”.

Na Casa da Criança, encontramos uma representação diferenciada de família, devido ao vínculo afetivo que é gerado neste lugar. As crianças, sobretudo as que chegaram ao abrigo muito novinhas ou mesmo bebês, chamam as cuidadoras de mãe e pedem a

bênção antes de dormir. Crianças maiores, mesmo não chamando as profissionais de mãe, desenvolvem afeto pelas funcionárias, a exemplo de uma menina de onze anos que foi adotada, e no momento da despedida em que partiria junto à nova família para outro estado, em meio às lágrimas, retirou um colar do pescoço e o entregou nas mãos da psicopedagoga para que não se esquecesse dela.

Logo, a ideia da família extrapola, em muito, os parentes obtidos pela consanguinidade ou afinidade, sendo pelas crianças da Casa Abrigo muito mais entendida a partir do cuidado e do afeto, uma vez que, para boa parte destas, os membros da Casa da Criança são a única família que conheceram. Por se tratar de um empreendimento etnográfico em andamento, estamos ainda apreendendo entre as crianças sobre a noção de família em seus termos para que possamos, em breve, apresentá-la. Este processo, lento e delicado, construído através de diversas técnicas, estratégias e instrumentos de pesquisa, deve nos conduzir às representações de famílias das próprias crianças.

Ora, o que dizer de crianças que foram retiradas das suas famílias – responsáveis por lhes colocar em situação de risco –, tendo sido designadas para instituições de acolhimento? Deve-se pensar na experiência dessas crianças como uma forma diferenciada e inusitada de se vivenciar a infância. Sobre a variedade de conceitos do ser criança, discorre Sousa (2005):

O significado de ser criança varia muito de um lugar para outro. Por isso, acredito que a infância é uma categoria que só está em vigor no espaço social em que é estabelecida, negociada, desestabilizada, reconstruída, e claro, legitimada. Penso até que a invenção de uma definição fechada de infância mataria a vivência da mesma, pois, qualquer tentativa de invenção de uma definição deste tipo, corre o risco de excluir crianças deste ciclo de vida (SOUSA, 2005, p. 4).

Também Castro (2007) discorre sobre as diferentes concepções de infância:

Quando falamos de infância muitas vezes nos deparamos com concepções que desconsideram que os significados que damos a ela dependem do contexto no qual surge e se desenvolve e também das relações sociais nos seus aspectos econômico, histórico, cultural e político, entre outros, que colaboram para a constituição de tais significados e concepções, que, por sua vez, nos remetem a uma imagem de criança como essência, universal, descontextualizada ou então, nos mostram diferentes infâncias coexistindo em um mesmo tempo e lugar (CASTRO, 2007, p. 3).

Vários autores têm discutido a heterogeneidade dos modos de ser criança e de se vivenciar a infância revelada a depender do recorte analítico do pesquisador, se rural, camponês, nas cidades, quilombola ou indígena (COHN, 2005; SOUSA, 2005, 2007, 2008; TASSINARI, 2007, 2009, 2012, 2015). Mas é possível, mesmo na infância vivenciada nas

idades, descobrir modos distintos de se experimentar a infância.

Por exemplo, no contexto das cidades, é possível encontrar crianças que vivenciam a infância não dentro de um lar, mas pelas ruas e calçadas, ali dormindo e realizando as demais atividades cotidianas. Em sua maioria, são crianças e famílias negras em situação de extrema pobreza ou violência. Lewis (2004, p. 235) pesquisou na cidade de Recife sobre crianças em situação de rua, e destacou que “as crianças que participaram da pesquisa são todas do gênero masculino, na maior parte negras, com idade de cinco a dezoito anos, e que deixaram o espaço doméstico para morarem na rua devido à violência familiar”.

As crianças encontradas no abrigo, no mais das vezes, são compostas em maior quantidade por meninas, embora o fluxo de crianças possa alterar esse quadro. Outro dado considerável é o fato de quase todas as crianças serem negras ou pardas, além de pobres.

Sousa identificou em suas pesquisas um padrão que a sociedade ocidental tem desenhado um modelo de infância na cidade pautada no tripé: aprendizagem, ludicidade e segurança (SOUSA, 2007). Este modelo de infância tem pouco espaço para a autonomia infantil e repousa na proteção, sobretudo, por parte da família. Em todo caso, autores da antropologia da criança têm defendido a agência e o protagonismo infantil como presentes, ainda que em menor ou maior grau, nas distintas experiências com a infância. Assim, questionamos: o que ocorre com crianças cuja experiência com a infância não tem como invólucro a família e cuja autonomia é praticamente extinta quando se vive em uma casa abrigo?

Com base nisso, partimos da hipótese de que as crianças que moram em instituições de acolhimento têm uma experiência diferenciada com a infância, uma vez que o modo como elas são inseridas ou constroem representações acerca das demais instituições responsáveis pelo processo de socialização (família, escola e igreja) é diversificado. Ademais, essa infância passa a ter como invólucro maior a segurança, e não a família – podendo inclusive as duas dimensões serem excludentes. Trata-se, portanto, de uma infância cujo ponto de partida para a socialização não ocorre no seio da família consanguínea, mas em uma instituição pública – na casa abrigo ou casa de acolhimento – definindo estas crianças como crianças institucionalizadas.

Acredito que o cotidiano dessas crianças encerre qualquer possibilidade de uma autonomia infantil, mantendo-as distantes do mundo lá fora e das experiências com esse mundo. Isso se agrava para as crianças cuja entrada na Casa da Criança se deu desde bebês. Noções de coletividade e individualidade, representações de lar e família são completamente diferentes daquelas construídas por crianças que crescem no seio de uma família, seja ela na cidade, no campo, ou na aldeia. Falamos dessa diferença porque, em

geral, quando uma criança cresce em casa com seus pais ou parentes, estes procuram um meio de garantir a individualidade dos filhos – seja através de um presente ou objetos que pertençam apenas à criança –, fato que não ocorre com as crianças que vivem no abrigo, local onde tudo é de todos, a exemplo de roupas e calçados, que são de uso coletivo.

4 | NO CAMINHO PARA O ABRIGO

Décadas atrás, as crianças sequer eram vistas como sujeitos de direitos e deveres, sendo totalmente submissas ao julgo que já carregavam seus pais. Hoje, entretanto, podemos afirmar que a infância é um período decisivo na formação moral e psíquica de uma pessoa, e pode ser vivenciada de diversas maneiras. Inclui-se a participação da escola nesse desenvolvimento, onde a criança se socializa com adultos e outras crianças. Cada família, com seus costumes e valores, disponibiliza para suas crianças uma forma de desfrutar da infância. Fala-se, então, em heterogeneidade nas vivências da infância. Assim, descreve Sarmiento (2005):

As condições sociais em que vivem as crianças são o principal factor de diversidade dentro do grupo geracional. As crianças são indivíduos com a sua especificidade biopsicológica: ao longo da sua infância percorrem diversos subgrupos etários e varia a sua capacidade de locomoção, de expressão, de autonomia de movimento e de acção etc. Mas as crianças são também seres sociais e, como tais, distribuem-se pelos diversos modos de estratificação social: a classe social, a etnia a que pertencem, a raça, o género, a região do globo onde vivem. Os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças (SARMENTO, 2005, p. 370).

Bom, se os diferentes espaços estruturais diferenciam as crianças, como defende Sarmiento, torna-se necessário pensar no sentido da infância institucionalizada. Por institucionalização pode-se utilizar a conceituação de Afonso (2014):

“Institucionalização” é um conceito simultaneamente psicossocial e jurídico-legal. Assim, refere-se à mudança de “ecologia de desenvolvimento” decidida por uma autoridade legal. A institucionalização consiste na suspensão da guarda parental e conseqüente acolhimento institucional de crianças e jovens que se encontram em situação de perigo, considerando-se que há uma situação de perigo quando se verifica a ocorrência de várias situações de risco numa mesma criança ou jovem, podendo manifestar-se de várias formas, legalmente definidas (vide Lei nº147/99, de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) (AFONSO, 2014, p. 10).

Cumpre ressaltar, também, que a permanência na instituição é temporária. Sobre a durabilidade da estadia, também comenta Afonso (2014):

O acolhimento institucional quando é de curta duração (geralmente não superior a seis meses) tem lugar em “Casa de acolhimento temporário”, podendo tornar-se de longa duração quando não há a possibilidade imediata de retorno à família. Quando o acolhimento é prolongado tem lugar em “Lar de infância e juventude” e, nestas circunstâncias, o acolhimento é superior a seis meses. A instituição de acolhimento de menores tem como objetivos prevenir, intervir, remediar e contribuir para a melhoria da vida da criança e da sua família. Este tipo de instituição visa também proteger o menor de abuso, negligência e exploração (AFONSO, 2014, p. 10).

Cabe alertar que não se pode confundir instituição de acolhimento (ou abrigo) com orfanato. Enquanto na instituição de acolhimento as crianças são retiradas do seio familiar pelo Poder Público ao ser constatada situação de risco ou vulnerabilidade, o orfanato é entendido como sinônimo de caridade, e remete a um local que recebe crianças cujos pais não querem ou não podem criá-las, entregando-as voluntariamente para que sejam cuidadas ou possam conseguir outra família (GUEDES, 2013).

Nazario (2015), em seu trabalho *Entre estar na casa e estar em casa: modos de ser criança em um contexto de acolhimento institucional*, analisou uma Casa (Lar) de Santa Catarina. Nesse contexto, buscou analisar a percepção de estar *na casa* (visão dos adultos que ali trabalhavam) e estar *em casa* (visão das crianças que ali viviam). Para tanto, observou a Casa como instituição – repleta de regras e rotina – e como lar – onde crianças brincavam e desenvolviam vínculos. Nesse estudo, Nazario (2015) conclui a forma própria das crianças de ultrapassarem algumas regras da institucionalização e criarem suas utilizações próprias, traduzindo um sentimento de estar *em casa* (por exemplo, a destinação dos quartos que, em vez de serem utilizados apenas para dormir, o são para brincar).

Por sua vez, Santos (2013) realiza uma pesquisa bibliográfica sobre as mudanças na história brasileira no tocante ao acolhimento institucional. Ela descreve como o abrigo possuiu, durante muito tempo, caráter essencialmente assistencialista, pouco se preocupando com o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Entretanto, conclui a autora que, com as mudanças sociais e culturais e o conseqüente advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, o acolhimento institucional passou a visar ao retorno familiar da criança abrigada, bem como a ter um olhar mais amplo sobre as crianças, as famílias e a comunidade, apesar de não ter suprimido totalmente os antigos problemas.

A partir dos conceitos e discussões sobre crianças abrigadas ou institucionalizadas, infância e proteção infantil, esta pesquisa pretende analisar a experiência com a infância na Casa da Criança em Imperatriz. Para tanto, dialogará com conceitos do Direito e da Sociologia da Infância, e se utilizará de métodos e técnicas de pesquisa da Antropologia da Criança para uma investigação instigante sobre a infância em situação de abrigo.

5 | CRIANÇAS ABRIGADAS E A CASA DA CRIANÇA DE IMPERATRIZ

Sabe-se que a criança é um ser ainda em desenvolvimento, sendo por isso considerada vulnerável, social e juridicamente, constituindo dever de todos (família, Estado e sociedade) protegê-la. Assim assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

A instituição família, apesar de possuir a possibilidade de ser constituída de formas variadas – inexistindo assim um conceito universal, segundo Cláudia Fonseca (2005, p. 52), que afirma que “a própria noção de família varia conforme a categoria social com qual estamos lidando” –, pode ser considerada uma das bases de uma sociedade, na qual seus componentes são responsáveis por transmitir seus costumes e princípios às suas crianças, dando o pontapé inicial no processo de socialização. Se nesse processo há falhas e as crianças, em vez de serem educadas e protegidas, são expostas a riscos e situações perigosas, o Estado deve atuar de forma a fornecer essa proteção.

Assim, como forma de atuação conjunta de Estado e sociedade, surgem as instituições de acolhimento para crianças nessas circunstâncias. Nesse momento, as crianças são abrigadas, e a guarda dos pais é deliberada na justiça. Desse processo, pode-se resultar em dois vieses: a situação pode ser regularizada e os pais retomarem a criança para si, ou os pais podem perder o direito parental e as crianças serem postas para adoção. Durante o trâmite legal, as crianças são colocadas em instituição de acolhimento, como a Casa da Criança, em Imperatriz.

Tratando-se de uma instituição de acolhimento, a Casa da Criança de Imperatriz conta com a organização de uma rotina para realização das tarefas pelas crianças. Há horário para lanche, brincar e banhar, por exemplo. Onde fica, portanto, o protagonismo da criança no estabelecimento de seu dia a dia?

A Casa da Criança é uma instituição de muito valor, pois além de acolher as crianças que não se encontravam em um lar feliz, encontramos pessoas de bom coração que dão a elas amparo e cuidado (Depoimento de pais adotivos – trecho retirado da *Cartilha da Casa da Criança*, ainda não publicada).

Trata-se, portanto, de uma instituição de acolhimento para crianças com faixa etária de 0 a 8 anos⁴ que se encontravam em situação de risco – por abandono ou violência

4. Excepcionalmente, são abrigadas crianças com faixa etária superior à permitida (encontramos crianças com até 13 anos), em virtude dos grupos de irmãos que são recebidos na Casa da Criança. Isso porque o abrigo preza por manter os irmãos juntos, a fim de não lhes submeter a mais uma violência emocional.

– ou extrema pobreza, a qual visa a assegurar as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como orientações da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz, Secretaria de Desenvolvimento Social do Município e dos Conselhos e Protocolos de Referência Nacional.

A faixa etária e a possibilidade de permanência após a idade estabelecida, bem como o fato de prezarem pela união dos grupos de irmãos, lembram-nos da pesquisa de Nascimento (2014, p. 278) com as crianças indígenas Kaiowá que vivem em um abrigo no Mato Grosso do Sul, ao informar que:

O Lar de Crianças Santa Rita de Cássia é uma instituição filantrópica, administrada pela União Espírita de Dourados, que atua no acolhimento de crianças de 0 a 7 anos de idade, mas que podem permanecer na instituição até os 12 anos e, dependendo do bom comportamento, essa idade máxima de permanência na instituição pode se estender um pouco mais. Esse é o único abrigo que acolhe meninos e meninas, pois atua no modelo de lar comunitário, as chamadas casas/lares, e, por isso, tem a possibilidade de não separar irmãos dentro dessa faixa etária (NASCIMENTO, 2014, p. 278).

Retornando às informações do abrigo aqui pesquisado, a Casa da Criança é fruto de uma ideia discutida em 1995, quando uma senhora chamada Dulcimar⁵ abrigou em sua residência 03 crianças; contudo, sua implementação e conseqüente funcionamento deu-se entre 1997 e 1998, sendo denominada Casa de Passagem. Hoje a Casa da Criança é mantida pelo município de Imperatriz em parceria com o Poder Judiciário local, sendo de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) do município, e é considerada uma das melhores instituições de acolhimento do Brasil. Durante a realização da pesquisa, o abrigo estava acolhendo 25 crianças, das quais a maioria era de meninas (sendo 5 dessas crianças com mais de 8 anos de idade em razão dos grupos de irmãos), mas seu espaço físico possui capacidade para acolher até 45 crianças.

A instituição conta com uma equipe multidisciplinar para acompanhamento do desenvolvimento infantil, tais como psicóloga, enfermeira, assistente social e pedagoga. Nesse sentido, dispõe Calza e Carniel (2018), ao tratar do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), cujos parâmetros estão definidos da Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA):

[...] nota-se que compõe a rede de proteção à criança e ao adolescente um conjunto interinstitucional e amplo de órgãos, entidades, programas e serviços destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias constituído por profissionais das mais diversas áreas, com

5. Informação retirada da *Cartilha da Casa da Criança* (não publicada, mas disponível em via impressa na secretaria do abrigo), motivo pelo qual não constam mais detalhes acerca desta senhora.

diversificados históricos de vivências e formações - a exemplo de conselheiros de direitos, conselheiros tutelares, gestores e profissionais das áreas da saúde, assistência social, educação, segurança pública, cultura, esporte, lazer, trabalho, dirigentes e profissionais de entidades não governamentais da sociedade civil, profissionais do sistema de justiça (de tribunais e promotorias de justiça, defensorias públicas, delegacias especializadas), entre outros (CALZA E CARNIEL, 2018, p. 2).

Ao chegarem à Casa, as crianças trazem consigo conhecimentos de mundo de forma particular, em decorrência do meio em que estavam inseridas e das situações que vivenciaram. Ao analisar a experiência com a infância por estas crianças, serão considerados os saberes e as experiências que precedem a chegada à casa abrigo, no caso das crianças maiores. Conhecimentos de mundo *versus* conhecimentos adquiridos na instituição serão contrapostos nesta investigação. Isso é importante por partimos da hipótese de que estas crianças, uma vez inseridas na casa abrigo, passam a experimentar uma situação de superproteção em comparação às crianças com as quais convivem na escola ou na igreja e que crescem no seio de suas famílias. A atenção às experiências anteriores e suas trajetórias antes da casa de acolhimento podem revelar importantes aspectos da socialização destas crianças e da sua experiência com a infância na Casa da Criança.

Assim, é preciso destacar que este período é um período de espera, em que a criança e a experiência com a infância que era vivida em casa, no seio de uma família, está em suspenso. Só depois de cumprido este tempo e definidas as circunstâncias em que se encontra a sua família, ela poderá retornar ao lar familiar ou seguir para o processo de adoção.

Há também que se ressaltar o fato de o surgimento do termo abrigo ter acontecido com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo utilizado para definir as instituições que acolhem e protegem as crianças em situação de risco pessoal ou social, como dispõem Prada e Weber (2006):

Abrigo é o nome dado a instituições que têm por objetivo acolher e proteger crianças em situação de risco pessoal e/ou social, ou seja, "violados ou ameaçados em seus direitos básicos, seja por ação ou omissão do Estado, pela falta, omissão ou abuso dos pais/responsáveis, ou em razão da própria conduta" (Carvalho, 1993, p. 18). Uma ressalva importante a ser feita é sobre o uso dos termos abrigo, abrigamento, instituição e institucionalização. O termo abrigo é relativamente recente, nasce juntamente com o início das discussões e formulações do ECA (década de 1980). O termo mais comumente utilizado antes deste período era simplesmente "instituição" para crianças abandonadas, carentes, enfim, em situação de risco pessoal ou social. O processo de abrigamento destas crianças era chamado institucionalização (PRADA; WEBER, 2006, p. 2).

A razão pela qual as crianças são retiradas de suas famílias é, via de regra, por estarem em situações de risco, quando através de intervenção dos Poderes Públicos, seja por meio de denúncia pública ou constatação direta do Conselho Tutelar, elas são encaminhadas ao abrigo.

Tendo situação de risco como termo muito abrangente, Cruz (2007) exemplifica quais podem ser tais situações, conforme se observa:

A negligência dos pais tem despontado como motivo de ingresso mais freqüente em entidades de abrigo. A nível nacional, o recente Levantamento Nacional dos Abrigos (Silva, 2004) aponta que, entre os principais motivos de abrigamento, está a carência de recursos materiais da família (24,1%); o abandono pelos pais ou responsáveis (18,85); a violência doméstica (11,6%); a dependência química de pais ou responsáveis (11,3%) e a vivência de rua (7%) (CRUZ, 2007, p. 1).

Desta forma, inúmeros são os motivos que podem expor o menor a perigo, cabendo a quem é de dever protegê-lo, defender seus direitos e garantir uma boa formação moral. Se não for a família, que seja então o Estado e suas autoridades competentes. Portanto, após análise do Poder Judiciário em devido processo legal, se ficar sentenciada a perda do direito parental pela família original, a criança é posta em adoção.

Nota-se, então, uma parceria sociedade-Estado atuando em prol dos direitos das crianças, com um trâmite processual dividido em várias etapas, contando com a participação dos adotantes interessados, magistrado, equipe multiprofissional e, inclusive, a própria criança. Trata-se da famigerada burocracia, tratada por Correa (2018) como um exemplo de tecnologias de governo em ação.

A perspectiva teórica conceitual utilizada considera, em particular, a burocracia como uma das diversas tecnologias de governo para se pensar as engrenagens do estado em seus diversos níveis, tendo em vista a dinâmica que envolve tanto aparatos organizacionais quanto interações cotidianas que envolvem as famílias, funcionários da burocracia estatal e dos conselheiros tutelares (CORREA, 2018, p. 03).

Correa (2018), no mesmo sentido, comenta a importância de agregar forças nesses processos.

Pensar sobre a noção de tecnologias de governo implica em considerar formas de intervenções possíveis a partir de um agregado de forças, sejam elas legais profissionais, administrativas, orçamentárias; técnicas de implementação (capacitação, execução, avaliação) e conhecimentos autorizados cunhados para regular as decisões (CORREA, 2018, p. 03).

Portanto, todas as atividades que envolvam a Casa da Criança necessitam de profissionais devidamente instruídos para que cada ação não gere dano ainda maior aos

menores que deveriam ser protegidos.

6 I AUTONOMIA DAS CRIANÇAS *VERSUS* CONTROLE INSTITUCIONAL

Neste item, reunimos situações que identificamos no abrigo e estão ligadas ao processo de autonomia. Para tornar mais didática a reflexão, fizemos uma divisão em três vieses: situações nas quais não há qualquer forma de autonomia por parte das crianças, prevalecendo aquilo que é estipulado pelos adultos; situações em que há uma aparente autonomia, na qual as crianças podem escolher, mas somente dentro do leque de opções designado pela instituição; e situações nas quais as crianças de fato exercem seu poder de escolha.

6.1 Quando não há autonomia

Há na Casa da Criança situações em que as crianças não conseguem exercer qualquer tipo de autonomia. Trata-se de episódios rotineiros, nos quais se verifica uma série de imposições dos adultos sobre elas, devendo estas simplesmente acatá-las.

A Casa conta com um quadro de rotinas que estabelece o horário e a atividade a ser realizada. Por exemplo, o quadro dispõe que as crianças devem tomar banho às 06h10 (antes do café da manhã), 10h40 (após o momento lúdico da manhã), 11h40 (antes do almoço e da ida à escola), 17h30 (após brincadeiras no pátio). Se elas desejam tomar banho em algum momento diferente, via de regra não é permitido, apenas em situações excepcionais. Também, as idas e vindas da escola possuem horário determinado e acompanhamento do motorista e cuidadores, não existindo possibilidade de irem à casa dos demais coleguinhas de classe ou brincarem por um tempo após o término da aula.

Um ponto que destoa dos demais tipos de infância vivenciadas na cidade é o fato de que a infância vivenciada no abrigo, um lugar isolado dentro da cidade, é marcada por falta de opções em muitos aspectos. A refeição constitui um exemplo visível, visto que nesse ambiente as crianças devem comer o que lhes é servido. Não há como apontarem o que gostam ou não de comer. Por exemplo: muitas crianças não gostam de comidas cozidas, mas se esta é a refeição servida, elas consomem, caso contrário, ficarão com fome até a próxima refeição.

Outro aspecto a ser considerado é que, de modo geral, é comum que crianças escolham qual roupa desejam vestir ao longo do dia ou para passear, o que não ocorre na Casa da Criança. Ali, as roupas são de uso coletivo, e diariamente as funcionárias determinam quem vai vestir o quê, cabendo à criança apenas acatar tal determinação, não podendo fazer uso de suas preferências pessoais.

6.2 Quando a autonomia é apenas aparente

Por sua vez, a escolha das escolas nas quais cada criança estudará é feita pela equipe de profissionais do abrigo, bem como se a matrícula ocorrerá para o turno matutino ou vespertino. De hábito, é realizado um fórum com a pedagoga da Casa da Criança a cada 03 meses, consistindo em análise dos boletins e conversas com as crianças e seus professores. Nesse aspecto, encontramos outra forma do exercício da autonomia infantil nesse contexto institucional, pois as crianças – em especial as maiores – já perceberam que há uma forma de se voltarem contra a decisão que lhe é imposta: tornando-se desleixadas e, conseqüentemente, diminuindo o rendimento escolar. Isso porque uma vez que a criança não se adapte à escola na qual foi matriculada – seja por não ter conseguido estabelecer uma relação com os professores, seja por não ter se adaptado aos colegas, por exemplo – e passa a desenvolver um baixo rendimento ou rejeição ao contexto escolar, ela pode solicitar à pedagoga do abrigo que a troque de escola.

Geralmente as crianças solicitam serem matriculadas onde outro colega do abrigo já esteja estudando, citando os nomes das escolas desejadas. Trata-se de uma estratégia para permanecer por mais tempo ao lado de seus amigos, pois estudando no mesmo turno e estabelecimento de ensino, também retornarão juntos para a Casa, o que permite as brincadeiras no transporte oficial. O conhecimento do nome da instituição de ensino é obtido através das idas e vindas à escola no veículo que utilizam diariamente, demonstrando que elas permanecem alerta em todo o trajeto e tomam para si ciência das informações que lhes são úteis, como o nome dos colégios onde seus amigos estudam. Essa solicitação é analisada e, frequentemente, aceita, pois com a mudança há um aumento no rendimento escolar. Ressalta-se que essa alteração só é feita se também for benéfica ao abrigo, não atrapalhando o trajeto, por exemplo.

Outro caso de autonomia aparente trata sobre a possibilidade de que as crianças realizem atividades extraescolares. Tal possibilidade ocorre em virtude da existência de bolsas ofertadas pela comunidade que conformam um rol de opções para as crianças: estudo de língua estrangeira, prática esportiva, aprendizagem de instrumentos musicais e até mesmo de canto/coral. Após esforço das funcionárias para aquisição dessas bolsas, comunica-se às crianças a existência desse acervo, para que possam escolher se/e de qual atividade extraescolar desejam participar, revelando assim sua autonomia no processo.

Durante a pesquisa, constatou-se a prática de aulas para aprendizagem de instrumentos (violão e flauta) por três crianças e aulas de canto/coral por outras duas crianças. Além disso, elas contam com apoio de uma escola particular da cidade, SESI, que oferta colônias de férias de forma gratuita para as crianças do abrigo, podendo elas

escolherem se desejam ou não participar.

No que diz respeito ao material escolar, destaca-se que seu fornecimento pode ocorrer de duas maneiras distintas: através do município - por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) - ou por doações da comunidade. No primeiro caso, o material é comprado em grande quantidade e possui qualidade inferior, consistindo no essencial, tal como caderno e lápis, com *design* padronizado. Assim, o material é idêntico e não há qualquer possibilidade de escolha. Entretanto, no que se refere às doações feitas pela comunidade, observa-se que os produtos são de uma melhor qualidade e maior variedade. Nesse caso, é dado às crianças o direito de escolha, mas dentro de opções pré-determinadas, tratando-se de uma escolha limitada. Não apenas isso, mas se recebem algum produto com características conhecidas por agradar alguma criança específica – cor de rosa, por exemplo – as funcionárias o separam para essa criança, mesmo sem questioná-la se é realmente isso o que ela quer, também retirando dos demais a possibilidade de tê-lo. Ainda, as crianças se aproveitam das visitas de terceiros para uma tentativa de conseguirem algo específico, como ocorreu com a pesquisadora ao lhe pedirem uma caneta de quatro cores igual a que ela utilizava.

6.3 Quando há autonomia por parte das crianças

Uma primeira consideração da autonomia de fato exercida pelas crianças na Casa repousa no fato de que as maiores⁶, advindas de um lar no qual tinham sobre si a responsabilidade consigo mesmas e com seus irmãos menores, à revelia da rotina que lhes é imposta, participam dos afazeres domésticos. Assim, costumam cuidar da organização das cadeiras para a realização das refeições, bem como ajudar na separação das frutas e demais alimentos para o lanche, puxar a água do chão do banheiro após os constantes banhos, e procurar as “tias” da Casa para que lhes auxiliem na execução das atividades escolares. Ressaltando que tais ações ocorrem de forma espontânea, sem que estejam previstas nas inúmeras tabelas fixadas pelas paredes da Casa.

Percebe-se que não há regras na Casa acerca da execução ou não de atividades domésticas por parte das crianças, mas estas conseguem se afastar da redoma que lhes é sobreposta e resgatar uma espécie de agência que possuíam no antigo lar. Em contrapartida, eventualmente recebem das funcionárias da Casa, agradecidas pela ajuda, recompensas em forma de pequenos mimos. Esses presentinhos são variados, mas normalmente consistem em lacinhos de cabelo e, certamente, animam as crianças a continuarem contribuindo com as atividades domésticas.

6. Referimo-nos aqui, como regra, às crianças com faixa etária a partir dos 7 (sete) anos de idade, podendo haver exceções.

No que se refere ao universo lúdico, espaço no qual deveríamos encontrar maior liberdade por parte das crianças, constatou-se que há imposição por parte das funcionárias no modo como elas devem desfrutar do momento. Nesse contexto do abrigo, na sala de lazer (espaço que funciona ao mesmo tempo como biblioteca/brinquedoteca/sala de vídeo), as crianças podem escolher qual filme desejam assistir, mas não podem escolher se querem ou não assistir. Quando mudam o foco, escutam a seguinte frase: “Menino (a), senta e assiste!”

Contudo, há um meio de burlar o controle excessivo nesse momento que deveria ser divertido e exercer sua autonomia através da esperteza infantil (característica inerente aos atores sociais que são): quando há visitas na Casa. As crianças aproveitam quando há a presença de terceiros no espaço para finalmente brincarem sem serem advertidas. Correm, pulam, brincam de pega-pega... Foi exatamente o que fizeram durante a presença da pesquisadora e de outros visitantes.

Crianças têm necessidade de brincar e explorar o universo, visto que tudo consiste em algum tipo de novidade. Portanto, além dos momentos lúdicos internamente, há passeios nos quais as crianças obtêm conhecimento de outros pontos da cidade, tais como cinema, visitas aos shoppings e passeios ao ar livre – sobretudo na Beira-Rio e praças, espaços que contam com pequenos parques e brinquedos. Esses passeios são realizados com uma frequência de, pelo menos, uma vez ao mês, e sempre são acompanhados por algum funcionário da Casa, sendo que na maioria das vezes esse acompanhamento é realizado pela pedagoga.

Nesses casos, pode-se constatar o exercício da autonomia por parte das crianças no processo de escolha do local a ser visitado. Não somente isso, mas essa decisão envolve também outra característica fundamental: o desenvolvimento da noção de coletividade. Isso porque as crianças precisam chegar a um acordo sobre o destino do passeio, prevalecendo a vontade da maioria em detrimento do desejo da minoria. Entretanto, ainda que livres para escolherem o destino, continuam com uma redoma sobre si durante o passeio, não tendo total liberdade para explorarem o local.

Diante do exposto, passo a descrever, talvez, a maior prova de autonomia encontrada na pesquisa na Casa da Criança, embora tratemos aqui de uma exceção: o desejo de estar ou não na Casa. Durante a pesquisa, nos deparamos com um caso peculiar de uma criança que fugiu da casa dos pais biológicos e procurou refúgio no abrigo – pela segunda vez.

Seu primeiro contato com a Casa da Criança foi através de denúncia de suposto espancamento por parte da avó, momento em que o Conselho Tutelar efetivou a institucionalização durante o período de investigação. Após detalhada apuração,

constatou-se que não houve qualquer espancamento, portanto, o caso não consistia em situação de risco, momento em que restituíram a criança à família. Trata-se de um caso em que a criança – ressalta-se novamente que a criança é um ator social, e como tal munido de uma visão própria das coisas ao seu redor – tomou ciência da existência da Lei 13.010/2014, conhecida informalmente como Lei da Palmada, e sempre que a avó lhe castigava, ainda que de forma branda, a criança fugia e buscava proteção no abrigo. Isto porque, conhecendo crianças que passaram a morar lá e tendo estado lá uma vez, gostaram da vida no abrigo e criavam estratégias constantemente para voltar a ele. Da segunda vez, a criança não só fugiu como levou consigo o irmão mais novo. Ao chegarem ao abrigo, e as funcionárias ouvirem as queixas, não encontraram outra alternativa a não ser proceder à institucionalização. Ainda não foi definido o desenrolar desse caso, mas a avó frequentemente vai até o abrigo, em prantos, em busca dos netos.

Essa é uma curiosa situação através da qual se torna nítido como crianças fazem leituras específicas da realidade e da vida à sua volta, exercendo autonomia – que é trazida do próprio lar – desde as formas mais simples até em escolhas que mudarão o rumo das suas vidas. A autonomia desta criança do exemplo é dada no caminho para o abrigo e não lá, em suas dimensões.

Portanto, na Casa da Criança predomina a imposição dos adultos sobre as crianças, mas estas conseguem burlar determinadas regras e encontrar espaço para exercerem sua autonomia nos processos de escolha. Por serem crianças vindas de situações de risco, o Estado as coloca numa redoma para serem protegidas, o que justifica a presença constante de profissionais com as crianças onde quer que estejam. Entretanto, por também serem crianças advindas de lares onde exerciam a própria responsabilidade consigo mesmas, desempenhando muitas vezes o papel de filhos, pais e cuidadores de si próprias, essa proteção institucional reveste-se de um controle excessivo, e retira delas a possibilidade de agir como desejarem, tal como eram acostumadas. Diante disso, encontramos uma linha tênue e questionamos que objetivo tem o abrigo e que força rege tal espaço: se a proteção ou o controle.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar a construção da autonomia infantil por crianças em situações de abrigo, este artigo partiu da hipótese de que instituições de acolhimento infantil são espaços cuja organização repousa no excesso de regras e controle de tempo/espaço/ações, não deixando lugar para a agência infantil. Todavia, as crianças criam estratégias para garantir sua autonomia, burlando as regras estipuladas.

Para tanto, partimos de uma discussão sobre a complexidade do fazer antropológico em relação às crianças, não as considerando como capazes de compreender a sociedade na qual estão inseridas. Isso ocorre porque, desde Florestan Fernandes [1946] (2004) e sua definição de culturas infantis, entendeu-se que as crianças habitam uma espécie de universo paralelo em relação ao universo dos adultos. Entretanto, autores como Sousa (2018) e Tassinari (2007, 2009, 2012, 2015) entendem que, embora a experiência de crianças e adultos possa ser diferente, repousa em conhecimentos que parecem estar à disposição de todos para serem descobertos e experimentados.

Transformando as terminologias autonomia infantil e autonomia do universo infantil em categorias sociológicas, consideramos que em comunidades indígenas e rurais, por exemplo, há uma maior autonomia das crianças, em um universo onde não há distinção entre ambientes infantis e adultos. Por sua vez, a infância vivenciada nas grandes cidades diferencia os espaços e tempos circunscritos para adultos e crianças, produzindo universos relativamente autônomos, mas dificultando a autonomia infantil.

Em seguida, passamos a uma definição de criança institucionalizada ou abrigada, conforme Afonso (2014), sendo aquela criança em situação de risco que sofreu suspensão da guarda parental e conseqüente acolhimento institucional. Ainda, definimos Casa Abrigo, a partir dos autores Prada e Weber (2006), como instituições que têm por objetivo acolher e proteger crianças em situação de risco pessoal ou social, diferenciando-as de orfanato.

Por fim, trouxemos situações que nos pareceram reveladoras da dicotomia Autonomia Infantil *versus* Controle Institucional, tal como a imposição da escola onde a criança é matriculada e a sutil descoberta por esta mesma criança de uma tática para voltar-se contra a imposição e conseguir mudar para a escola de algum amigo; ou como se aproveitam da presença de terceiros para burlarem a regra das tias de “sentar e assistir”, transformando o momento do filme em momento de brincadeiras sem serem advertidas pelas funcionárias.

Concluimos, assim, que no caso da Casa da Criança de Imperatriz, o Estado, responsável por mudar o destino da vida dessas crianças, ao retirá-las de suas famílias onde viviam em situações de risco, e, com a intenção de protegê-las e também proteger a si próprio no desempenho de suas atividades, termina por exceder-se no controle em determinadas situações, colocando as crianças em uma espécie de redoma, sendo monitoradas em tempo integral e tendo alguém para fazer todas as suas escolhas, a exemplo de suas vestimentas, situação conflitante com o ritmo de vida com o qual eram acostumadas, tomando conta de si próprias, o que as leva a criar estratégias para exercer sua autonomia, ainda que de forma esporádica.

Por um lado, entendemos que no caso de crianças em situações de risco, o Estado cumpre a sua função ao resguardá-las e protegê-las sob a sua tutela. Por outro lado, analisamos que, uma vez retiradas de suas casas e sob a proteção do Estado, podemos perceber certos excessos por parte da Casa da Criança, instrumento do poder público, para protegê-las. Tal compreensão nos levou à reflexão sobre que instituto rege a Casa da Criança, se a proteção ou o controle. E ainda que consideremos a proteção como fim maior, perguntamo-nos se esta proteção institucional excessiva é realmente em defesa das crianças ou da própria Casa Abrigo, no empenho de suas funções.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da Criança e da Família**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 06 jan. 2017.

AFONSO, S. A. T. **Processos de resiliência, regulação emocional e perspectiva temporal**: um estudo comparativo sobre adolescentes institucionalizados vítimas de maus-tratos familiares. Universidade Portucalense, Portugal. 2014 (Dissertação de Mestrado). Disponível em <http://repositorio.uportu.pt:8080/bitstream/11328/938/2/TMPS%2033_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Susete%20Afonso.pdf> Acesso em: 10 nov. 2018.

CALZA, L. C.; CARNIEL, F. **A promessa da infância protegida**: uma etnografia das práticas de documentação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança na região metropolitana de Maringá. 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (RAM), dez. 2018. Disponível em <<https://www.31rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhc mFtcyl7czozNToi YToxOntzOjE wOiJRf9BUIFV SVZPljtzOjQ6I jlwMzUiO30iO 3M6MToiaCl7czozMjoiNWNk NjkyNzVhNWJkMTkzMU1ZmJkNjk3NzJlZGY3ZmMiO30%3D>> Acesso em: 26 fev. 2019.

CASTRO, M. G. B. de. Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, Saberes de Infâncias e a Formação de Professores Indígenas interlocuções. *In*: **COLE – CONGRESSO DE LEITURA**, UNICAMP, 2007. P. 1-11

COHN, C. Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá. *In*: **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 2000. Vol.43, nº 2, pp. 195-222.

_____. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Coleção Passo a Passo; 57). 2005.

CORREA, R. M. S. **Famílias em ação**: construindo estratégias e cruzando caminhos de políticas de acesso à creche em Porto Alegre. 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (RAM), dez. 2018. Disponível em <<https://www.31rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhc mFtcyl7czozNToi YToxOntzOjEwOiJRf9BUIFVSVZPljtzOjQ6I jljzNDEiO30iO3M6MToiaCl7cz ozMjoiYhMxZTkxZjE5MGZiNzU1NmlyY2E2YzQwNglwMWlyMDQiO30%3D>> Acesso em: 25 fev. 2019.

CRUZ, L. R. da. **Infância abrigada**: negligências e riscos no campo das políticas públicas. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 9, abr. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2007000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2018.

FERNANDES, F. [1946]. As trocinhas do bom retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis. *In: Folclore e Mudança Social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, ago. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov. 2019.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora Aplicada, 1989.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da Sociedade**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Biblioteca Universal).

GUEDES, C. F. **Acolhimento institucional na assistência à infância**: reflexões a partir da experiência de um abrigo. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LEWIS, L. Como ser uma criança na calçada – pontuações etnográficas sobre algumas crianças em situação de rua na cidade do Recife. *Revista Mediações*, Londrina, v.9, n.2, 2004.

MALINOWSKI, B. Introdução: Tema, método e objetivo desta pesquisa. *In: Argonautas do Pacífico Ocidental*. (Coleção Os Pensadores) São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NASCIMENTO, Silvana Jesus do. **Múltiplas vitimizações**: crianças indígenas kaiowá nos abrigos urbanos do Mato Grosso do Sul. *Horizontes Antropológicos*, n. 42, p. 265-292, 2014.

NAZARIO, R. **Entre estar na casa e estar em casa**: modos de ser criança em um contexto de acolhimento institucional. 37ª Reunião Nacional da ANPEd, UFSC, Florianópolis. 2015. Disponível em <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt07-3900.pdf>> Acesso em: 17 nov. 2018.

OLIVEIRA, L. M. A. **Vulnerabilidade Social e Situações de Risco**. Ministério Público do Rio Grande do Norte, 2014.

OLIVEIRA, M. Nhanhembo é: infância, educação e religião entre os Guarani de M'Biguaçu, SC, *Revista Cadernos de Campo*, nº 13, 2005.

PRADA, C. G.; WEBER, L. N. D. O abrigo: análise de relatos de crianças vítimas de violência doméstica que vivem em instituições. *Revista de Psicologia da Unesp*, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 12, mar. 2006.

SANTOS, A. M. A. dos. **Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes**: mudanças na história brasileira. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte: 6º CRESS, 2013.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade*. (Dossiê Temático Sociologia da Infância: Pesquisas com Crianças). CEDES – Brasil, Vol. 26, nº 91: 361-378, Maio/ago. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 10 nov. 2018.

SCHUCH, P. **Família no plural**: Considerações antropológicas sobre família e parentesco (à luz dos seus confrontos de significados num órgão da justiça juvenil). Apresentação oral, 2012. Disponível em <http://www.pim.saude.rs.gov.br/a_PIM/noticias/987/PatriceSchuch.pdf> Acesso em: 16 nov. 2019.

SOUSA, E. L. de. **Infância no Caleidoscópico**: desconstruindo conceitos, desestabilizando teorias. Caderno Pós Ciências Sociais – São Luís, v. 2, n. 3, jan. /jun. 2005. P. 61

_____. A infância das crianças Tentehar-Guajajara no Maranhão. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST24/Emilene_Leite_Sousa_24.pdf> Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. Vivendo entre fendas: Infância nas palafitas de São Luís do Maranhão. VII **Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM)** - UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2007. Disponível em <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/emilenesouzaVivendo_entre_Fendas.pdf> Acesso em: 05 nov. 2018.

_____. Autonomia Do Universo Infantil Versus Autonomia Infantil: A Agência Das Crianças No Contexto Camponês Capuxu. **Temáticas** - Revista de pós-graduandos em ciências sociais da Unicamp, n. 51, p. 181-182, 2018. Disponível em <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/download/3304/2443>> Acesso em: 15 fev. 2009.

TASSINARI, A. **Produzindo corpos ativos: a aprendizagem de crianças indígenas e agricultores através da participação nas atividades produtivas familiares**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, p. 141-172, 2015.

_____. **A participação de crianças indígenas e camponesas na produção de alimentos**. Trabalho apresentado no 54º Congresso Internacional de Americanistas no Simpósio: Children's Food Heritage. Anthropological Issues, Viena, 15 a 20 de julho, 2012.

_____. Concepções Indígenas de Infância no Brasil. *In*: **Revista Tellus**, ano 7, n.13, outubro, Campo Grande: UCDB, p.11-25, 2007.

_____. **Múltiplas Infâncias**: o que a criança indígena pode ensinar para quem já foi à escola ou A Sociedade contra a Escola. Comunicação apresentada no 33º Encontro da ANPOCS. Caxambu, 2009.

PROIBICIONISMO BRASILEIRO E MORALIDADES NA OPINIÃO PÚBLICA: O PAPEL DA MÍDIA MARANHENSE

Data de aceite: 03/08/2022

Uma primeira versão desse artigo foi publicada na revista *Askésis*. Cf: NASLAUSKY, CONCEIÇÃO e BRANDÃO (2019).

Ana Luísa Rocha Martins Naslausky

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA.
E-mail: aluisarmm@gmail.com.

Wellington da Silva Conceição

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: wellington.sc@ufma.br.

Beatriz Brandão

Pesquisadora de Pós-Doutorado em Sociologia da Cultura pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RIO). E-mail: brandao.beatrizm@gmail.com.

RESUMO: O presente texto trata do modelo proibicionista brasileiro no que tange ao uso de determinadas substâncias psicoativas, tidas como drogas ilícitas, e sua adesão pela opinião popular. Parte do questionamento sobre quais seriam as razões pelas quais o modelo vigente ganhou aceitação entre os brasileiros, ao ponto de se tornar uma das justificativas expressas no texto legal da Política Nacional Sobre Drogas de 2019. De início, foi traçado um panorama histórico, a

fim de demonstrar como a moralidade protestante estadunidense esteve presente nos primórdios do proibicionismo ocidental. Considerando que os brasileiros pautam suas posições sobre o tema, influenciados pela mídia, foi apresentada, ao final, uma pesquisa em 448 notícias, sobre como a mídia maranhense abordou a temática em 2019.

PALAVRAS-CHAVE: Proibicionismo. Drogas. Brasil. Pnad. Mídia maranhense.

BRAZILIAN PROHIBITIONISM AND MORALITY IN PUBLIC OPINION: THE ROLE OF MARANHÃO MEDIA

ABSTRACT: This article deals with the Brazilian prohibitionist model with regard to the use of certain psychoactive substances, considered as illicit drugs, and their adherence by popular opinion. Part of the questioning about the reasons why the current model gained acceptance among Brazilians, to the point of becoming one of the justifications expressed in the legal text of the National Drug Policy of 2019. At the beginning, a historical panorama was drawn, in order to demonstrate how American Protestant morality was present in the early days of Western prohibitionism. Considering that Brazilians base their positions on the topic influenced by the media, a survey was presented at the end of 448 news stories about how the media in Maranhão approached the topic in 2019.

KEYWORDS: Prohibitionism. Drugs. Brazil. Pnad. Maranhão media.

PROHIBICIONISMO BRASILEÑO Y MORALIDAD EN LA OPINIÓN PÚBLICA: EL PAPEL DE LOS MEDIOS DE MARANHÃO

RESUMEN: Este artículo trata sobre el modelo prohibicionista brasileño respecto al uso de ciertas sustancias psicoactivas, consideradas drogas ilícitas, y su adhesión por la opinión popular. Parte del cuestionamiento sobre cuáles serían las razones por las cuales el modelo actual ganó aceptación entre los brasileños, hasta el punto de convertirse en una de las justificaciones expresadas en el texto legal de la Política Nacional sobre Drogas de 2019. Para demostrar cómo la moral protestante estadounidense estuvo presente en los inicios del prohibicionismo occidental. Teniendo en cuenta que los brasileños basan sus posiciones en el tema influenciado por los medios, al final, se presentó una encuesta de 448 noticias sobre cómo los medios de Maranhão abordaron el tema en 2019.

PALABRAS CLAVE: Prohibicionismo. Drogas. Brasil. Pnad. Medios de Maranhão.

1 | INTRODUÇÃO

Entre 2019 e 2021, desenvolvemos uma pesquisa etnográfica junto a uma comunidade terapêutica na cidade de Imperatriz (MA)¹. Diante das questões que encontrávamos no campo, descobrimos que lidávamos com algo muito maior do que os fatos que nos apareciam cotidianamente. As representações das drogas e das suas usuárias na comunidade terapêutica espelhavam um sistema de percepções e classificações presente em todo o país e até em outras partes do mundo. Diante disso, detectamos que uma tarefa importante para a continuidade da pesquisa, com o intuito de desvelar o fenômeno local, era compreender o sistema de representações envolvente. Assim, esse artigo apresenta um esforço em investigar a relação entre drogas e moralidade na sociedade brasileira (marcada por um viés proibicionista), consultando primeiramente a literatura especializada sobre o tema, as leis e suas transformações e o que circula na opinião pública, por meio de notícias veiculadas em portais de informação maranhenses no ano de 2019.

Quanto a essas moralidades, vale lembrar que na própria língua portuguesa brasileira, o vocábulo “droga” exprime uma gama de sentidos. Dentre eles, o Dicionário *Michealis* o identifica como “substâncias químicas alucinógenas, entorpecentes ou excitantes”, sendo essas as que são artificialmente divididas entre drogas lícitas e ilícitas. Paralelamente, os brasileiros utilizam o termo em seu sentido figurado quando referem-se a algo desagradável, sem valor, de má qualidade, ou mesmo como um xingamento, uma expressão de indignação.

Na literatura sobre proibicionismo e antiproibicionismo², o termo “drogas” não é

1. O trabalho culminou na dissertação de pesquisa defendida por Ana Luiza Naslauský em 2021, orientada pelo Dr. Wellington da Silva Conceição e pela Dra. Beatriz Brandão. Cf. NASLAUSKY, 2021.

2. Para citar alguns pesquisadores: BECKER (2008); VELHO (1998); FIORE (2008, 2013); CARNEIRO (1994, 2008); RUI (2007, 2014); LABATE (2004, 2008); VARGAS (2001).

somente um vocábulo e sim um conceito problematizador, ao se analisar que seu uso evoca regências morais e um gradiente de significados que mobilizam categorias de estigma, desigualdades, sofrimentos, dores, crimes, associados a valores e símbolos socialmente aceitos, de ordem pejorativa, com cunho moral. Quando se aciona a terminologia “drogas” (para se referir, sobretudo, as ilícitas), em alguns eventos e contextos, são elas utilizadas como um mal em si mesmo. Nas palavras de Simões (2008, p.13):

“Drogas” não são somente compostos dotados de propriedades farmacológicas determinadas, que possam ser natural e definitivamente classificadas como boas ou más. Sua existência e seus usos envolvem questões complexas de liberdade e disciplina, sofrimento e prazer, devoção e aventura, transcendência e conhecimento, sociabilidade e crime, moralidade e violência, comércio e guerra.

Em que pese evidências científicas das mais diversas áreas denunciem o fracasso do modelo proibicionista³, o Estado, aliado à maioria dos brasileiros - no percentual de 58%, conforme Bokany (2015) – se posiciona pela manutenção de tal abordagem.

Esse aparente alinhamento entre opinião pública e ação estatal também serviu de justificativa para a atual Política Nacional Sobre Drogas - Pnad, em vigor desde abril de 2019. O texto legal inicia com dados estatísticos sobre um crescente consumo de drogas, lícitas e ilícitas, de modo a caracterizar o cenário como problemático para, ao final da parte introdutória, concluir:

Dar respostas efetivas e concretas a estes contextos é de fundamental relevância visto que a população brasileira, em quase sua totalidade, posiciona-se favorável à oferta de propostas de tratamentos gratuitos para o uso de álcool e outras drogas, além da ampliação das já existentes, bem como ao aumento da fiscalização sobre o comércio, tanto de drogas lícitas como ilícitas. [...]

Em seguida, aparece entre os pressupostos da Pnad:

2.2 A orientação central da Política Nacional sobre Drogas considera aspectos legais, culturais e científicos, especialmente, a posição majoritariamente contrária da população brasileira quanto às iniciativas de legalização de drogas. (Pnad – Decreto nº 9.761/2019).

Atendendo, em tese, à opinião pública dessa dita ‘população brasileira’, a Pnad mais recente estabeleceu diretrizes de atuação pública em diferentes setores (educação, saúde, assistência social, segurança pública, etc), priorizando o modelo de abstinência, em detrimento da redução de danos, bem como, reforçando o viés proibicionista por meio de algumas determinações.

3. O neurocientista Sidarta Ribeiro ajudou na elaboração da moção, com 33 referências científicas, condenando a política brasileira de entorpecentes. Mais informações na matéria de Alves (2018).

Diante desse cenário, questiona-se: quais seriam as razões pelas quais o modelo proibicionista ganhou tamanha aderência entre os brasileiros? Quais são as raízes que sustentam tal política e as fazem resistir a questionamentos nos mais diversos âmbitos? Questiona-se, além disso: quais seriam as influências que, no tempo presente, reverberam na opinião pública sobre o consumo de determinadas substâncias psicoativas?

Assim como outros temas sensíveis na sociedade brasileira, os meios de comunicação têm uma grande relevância na discussão sobre drogas. Por vezes, esses veículos abrem espaço para informações que até desafiam o imaginário coletivo sobre drogas, como resultados de pesquisas que mostram as fragilidades/fracassos de políticas de combate a sua venda e uso ou a eficiência do uso medicinal de plantas que são as bases de alguns entorpecentes. Mas, muitas vezes, tanto na forma como no conteúdo das notícias, acabam por coadunar com uma perspectiva proibicionista e moralizante do uso e vendas de drogas ilícitas.

Esse artigo está dividido em quatro partes, além da introdução e conclusão: nas duas primeiras, a partir de pesquisadores/autores que tratam da temática, construímos um breve histórico e perfil do proibicionismo na política de drogas e suas consequências, com foco no território brasileiro. Depois, nas duas partes finais, trazemos uma análise da perspectiva proibicionista no meio midiático, trazendo autores que discutem o tema e apresentando/ analisando as notícias que foram objeto de nossa pesquisa.

Nosso objetivo nesse artigo é, a partir da análise do discurso sobre drogas dos principais portais de informação do estado do Maranhão⁴, identificar a presença de um discurso moralizante na abordagem proibicionista a partir dos temas, conceitos e perspectivas escolhidos pelos jornalistas desses veículos ao tratarem da temática “drogas”.

2 | A CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA

O sociólogo espanhol Antonio Escotado (1996) relata que, com exceção dos esquimós, todas as sociedades tiveram, ao longo da história, alguma relação com drogas psicoativas, elaborando regras para estabelecer quem, como, qual e quando se poderia usá-las. Segundo ele, tal grupo não tinha acesso a nenhuma fonte – animal, vegetal ou fúngica – de onde retirar compostos químicos que, em contato com a corrente sanguínea, provocam alterações sensíveis no sistema nervoso central. Portanto, não há qualquer novidade no fato de que psicoativos fazem parte da vida das sociedades humanas.

No entanto, há algo de novo nessa história milenar, como constata Rodrigues

4. Foram selecionados cinco portais de informação pertencentes a diferentes jornais: *G1/MA*, *O Imparcial*; *O Estado do MA*; *O progresso* e *Jornal Pequeno*. O recorte temporal para essa pesquisa foi o ano de 2019.

(2017). Essa novidade se chama *proibicionismo*, nome pelo qual, contemporaneamente, se designa o conjunto de leis nacionais, alinhavada por tratados internacionais, que proíbem a produção, comércio e consumo de algumas substâncias psicoativas. Tal conjunto de leis, segundo Rodrigues (2017), não provém de tempos remotos, mas remete a um processo que conta com pouco mais de um século e que rapidamente se projetou mundialmente, constituindo um dos poucos temas quase consensuais nas conturbadas agendas das políticas internas e internacionais.

A análise sobre as origens do moderno proibicionismo, segundo Delmanto (2015), não pode deixar de se ater à América do Norte e aos fatores que engendram e difundem a alternativa repressiva como alternativa global para o trato político de certas substâncias, depois consideradas ilícitas. Tena (2000, p. 34, *apud* DELMANTO, 2015) afirma que as políticas de drogas são resultado de um processo histórico paralelo à criação e consolidação da própria nação dos Estados Unidos como potência mundial.

A primeira regulamentação importante sobre drogas e alimentos nos Estados Unidos data de 1906, e é conhecida como *Food and Drugs Act*. Neste período, os produtos psicoativos preferidos dos estadunidenses eram o álcool, os hipnóticos e os sedativos, como relata Szasz (2001). A essa altura, o poder político dos ideais puritanos já ganhava força desde metade do século anterior.

Rodrigues (2017) coloca que, em linhas gerais, as recomendações de conduta dos puritanos são muito rigorosas, predicando uma vida sem prazeres materiais ou sensoriais como a única forma virtuosa de existência. Assim, o uso de drogas psicoativas era condenado do mesmo modo que o jogo, as experimentações artísticas, o comportamento alegre e o sexo fora do casamento e sem propósito de procriação. Associações religiosas ganharam milhares de adeptos em todo o país e, na virada para o século XX, haviam formado bancadas parlamentares nos estados e, também, no governo federal.

A campanha contra o álcool era a mais visível e foi, também, a primeira grande campanha a ser vitoriosa, com a aprovação de uma lei – conhecida como “Lei Seca” – que proibiu, entre 1919 e 1933, a produção, importação, exportação, venda e consumo público, ou em estabelecimentos comerciais, de álcool. Rodrigues (2017) antecipa que não era apenas o álcool que estava na mira dessas organizações e das opiniões expressas por jornais, folhetos, livros e no dia a dia dos estadunidenses.

Segundo Rodrigues (2017), a relação entre algumas drogas psicoativas e minorias étnicas/sociais era amplamente arraigada nos Estados Unidos. O uso de *cannabis* era associado com mexicanos e hispânicos, em geral; o do álcool, com italianos e irlandeses; o consumo de ópio, com chineses; enquanto a cocaína era tida como droga de negros.

Em todos os casos, os preconceitos sociais e raciais difundidos entre a maioria branca e protestante eram potencializados pela crença de que esses grupos sociais eram compulsivos consumidores de substâncias que induziam ao pecado sensual e à violência. Assim, na base dos clamores por proibição do consumo de psicoativos residiam interesses de controle social, vigilância e criminalização de certas populações tidas como “perigosas”.

A crença de que o uso de algumas drogas psicoativas constituía uma ameaça à saúde pública e à segurança pública foi alicerçada, conforme Rodrigues (2017), em juízos de valor que repudiavam a experimentação de estados alterados de consciência, principalmente se esses fossem praticados por grupos já estigmatizados, temidos e perseguidos.

De modo semelhante, o Brasil dessa época registrou formas locais de associação entre drogas psicoativas, racismo e repúdio moral, como preleciona Rodrigues (2017). O consumo de maconha, também chamada de *diamba*, passou a ser objeto central da versão brasileira da medicina evolucionista de procedência europeia e estadunidense, interessada em entender as razões raciais para o suposto atraso econômico, intelectual e moral do país.

No início do século XX, as discussões sobre as drogas – como aconteceu com outras questões importantes – passavam pelo debate racial, conforme Silva (2015), de modo que entender o processo histórico que conduziu à percepção das drogas como reificação do mal. O uso da maconha foi pioneiramente criminalizado quando uma lei municipal promulgada em 1830, na então capital imperial, proibia o chamado “fumo de pango”, visando criminalizar um comportamento associado a negros escravos ou libertos.

A partir da década de 1910, com a chegada de grandes levas de imigrantes europeus e orientais, a emergência de grandes centros urbanos, aliada ao processo de industrialização, culminou nos primeiros grandes planos de reurbanização. A essa época, grupos maçônicos e organizações nacionalistas incorporaram, entre seus temas voltados à “regeneração da pátria”, a correção dos hábitos e da moralidade, incluindo a necessidade de combater o uso de drogas psicoativas. São Paulo e Rio de Janeiro contavam com a Polícia de Costumes, responsáveis pela aplicação das leis sobre decoro e respeito à moralidade pública. Nesse cenário, em 1915, o Decreto Federal nº 11.481 tratou sobre a restrição do uso de opiáceos e, em 1921, a Lei Federal nº 4.294 proibiu a venda e uso de cocaína e opiáceos para fins não medicinais.

Rodrigues (2017) arremata, afirmando que sociedades marcadas pelo racismo, pela xenofobia e pela moralidade cristã – ainda que com características e formas próprias – como a estadunidense e a brasileira, encamparam a luta contra o uso de drogas e contra quem as utilizava, produzia e vendia. O repúdio moral ao uso de algumas drogas, associado

ao medo e rechaço a determinados grupos sociais, mesclou-se com as teses científicas em voga sobre progresso, salubridade e desenvolvimento, produzindo um ambiente no qual passou-se a exigir do Estado a tomada de medidas repressivas visando salvar, ao mesmo tempo, a moral, a saúde e a ordem públicas.

Ao longo do século XX, o proibicionismo tornou-se um sucesso em termos de difusão, conforme Rodrigues (2017), influenciando normas nacionais em todo o planeta, ao mesmo tempo em que demonstrava explicitamente a incapacidade de alcançar o que se propunha.

Cem anos depois das primeiras proibições, ainda não se conseguiu equacionar o problema do abuso de substâncias ilícitas, conforme Boiteux (2015), embora as penitenciárias estejam cheias de pessoas presas por envolvimento com drogas. Para Delmanto (2015), em relação aos objetivos não declarados e pouco defensáveis, como os relacionados à maximização dos lucros e ao controle social das classes baixas, aí sim, pode-se afirmar que a proibição é um sucesso.

Na passagem do século XX para o século XXI, segundo Rodrigues (2017), a hegemonia das políticas proibicionistas começou a apresentar fissuras importantes. Avolumaram-se as críticas à violência gerada pelo mercado ilegal de drogas, grupos de usuários passaram a se organizar e a exigir mudanças nas leis repressivas, propriedades terapêuticas de muitos psicoativos foram crescentemente aceitas pela comunidade médica. Inauguraram as chamadas políticas de redução de danos, surgiram os defensores da “legalização” das drogas ou da sua “descriminalização” e as diferenças entre essas propostas não são claras. Algumas drogas ilegais passaram a ser crescentemente toleradas, como a maconha, deixando até mesmo de serem ilegais no Uruguai e em alguns estados dos Estados Unidos.

No Brasil, a promulgação da atual Lei de Drogas (nº 11.343/2006) foi saudada pela sua retórica preventiva que subjazia ao afastamento da possibilidade de pena privativa de liberdade ao usuário de drogas, embora tenha mantido esta conduta como um crime, segundo Delmanto (2015).

Portanto, o modelo proibicionista vivenciado pelo Brasil na atualidade tem origens históricas que remetem a tantas outras questões, ainda mais complexas do que os processos químicos desencadeados pelo uso de psicoativos. Mesmo que a proibição tenha se propagado a partir de interesses puritanos, políticos e econômicos dentro do país dominante na política global durante o século XX, para Delmanto (2015), sua eficácia mundial não se explica senão pela conjugação destes interesses dos Estados Unidos com os das elites locais de cada nação e do próprio aparato estatal enquanto tal, interessadas

no controle social das populações e de seus corpos, valendo-se dos discursos médico e jurídico.

Rodrigues (2017) conclui sua abordagem histórica afirmando que os empreendedores morais são os fundadores do proibicionismo. Os tratados e leis que instituem os “impositores” da “guerra às drogas” devem sua vida e continuidade ao substrato moral que considera insuportável aceitar ou conviver com estados alterados de consciência. Segundo Boiteux (2015), a estratégia proibicionista faz uso de um discurso moralista, baseado na alegada necessidade de proteção da saúde pública. Para Oberling e Pinto (2015), a mudança para um discurso moral marcou a forma pela qual as drogas foram definidas, etiquetadas, estigmatizadas e controladas do último século até a atualidade.

Em suma, a experiência proibicionista brasileira seguiu a tendência mundial (estadunidense) e, ainda hoje, mesmo diante de tantas fissuras no modelo adotado, a moralidade em torno do assunto permeia a opinião pública e ação política dos brasileiros, de forma tão consistente que, em alguns casos, faz da “Guerra às drogas” um tema inquestionável.

3 | O MORALISMO NA PROIBIÇÃO

Visando aferir a opinião pública brasileira quanto ao tema “Drogas”, em 2013, o Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo (FPA), em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo (RLS), realizou 2.400 entrevistas, em abordagem domiciliar, com aplicação de questionário estruturado e entrevistas face a face, distribuídas em 240 setores censitários, nas áreas urbanas e rurais de 120 municípios, distribuídos pelas cinco macrorregiões do país. Os principais resultados foram publicados na obra *Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões*, organizada por Vilma Bokany, em 2015.

Dentre as conclusões da pesquisa, Bokany (2015) sintetiza que a percepção da opinião pública sobre as drogas, de modo geral, é predominantemente negativa, associada à destruição, ruína, decadência e degradação pessoal, além de ser causa de problemas familiares, mortes, vício, violência e destruição da juventude.

Segundo Delmanto (2015), os dados obtidos apontam uma hegemonia do proibicionismo dentro das percepções do senso comum brasileiro. Trata-se, também, da hegemonia da desinformação, da razão entorpecida, afinal as respostas dos entrevistados não correspondem a aspectos evidentes da realidade – e muitas vezes, umas contradizem as outras. O autor identifica entre a população entrevistada um evidente desconhecimento, ou desinteresse, em ver substâncias lícitas como pertencentes a essa categoria drogas. Desta forma, naturaliza-se a legalidade de alguns alteradores de consciência e a ilegalidade

de outros, sem que haja um questionamento das origens, dos interesses e da própria lógica de tal ordenamento político e jurídico.

Venturi (2017) considera a incidência de um forte estigma sobre os consumidores de drogas ilícitas no Brasil. O autor se refere à pesquisa publicada em Bokany (2015), segundo a qual a associação entre droga e problema social foi confirmada logo em uma das primeiras perguntas, pois diante do enunciado “quando ouve a palavra ‘droga’, qual é a primeira coisa que você pensa?”, quase em sua totalidade as respostas espontâneas dos indivíduos a essa questão aberta expressaram associações indesejáveis. Apenas cerca de um em cada vinte entrevistados fez uma referência “neutra”, e só 1% fez alguma associação positiva, remetendo o termo a uso recreativo ou à autonomia dos indivíduos para decidir sobre seu consumo.

Conforme aferido na pesquisa, a opinião pública brasileira atribui o uso de drogas majoritariamente a processos de socialização e problemas sociais, por um lado, em combinação, por outro, com fatores que podem ser agrupados como debilidades individuais dos usuários. Ou seja, conforme analisa Venturi (2017), prevalecem respostas em que transparecem concepções em que o indivíduo usuário de droga é ora vítima da sociedade, ora culpado por causar o que se considera um mal a si mesmo.

Menos de dois quintos (38%) citaram como motivações para as pessoas usarem drogas algum tipo de busca, expressando, ainda que implicitamente, uma concepção de indivíduo como sujeito em interação ativa com o meio, capaz de fazer escolhas, como comenta Venturi (2017).

Cinco perguntas aplicadas na pesquisa trazem opiniões direta ou indiretamente relacionadas com a discussão da política proibicionista vigente, na visão de Venturi (2017). Indagados sobre o que seria melhor para lidar com os usuários de “drogas proibidas”, diante de quatro alternativas sugeridas – prisão, tratamento médico, ambas ou nenhuma delas –, quase dois terços manifestaram-se favoráveis a que usuários recebam tratamento médico (64%) e ainda 4% a “que possam consumir drogas sem ser presos e sem ser obrigados a fazer tratamento”; menos de um terço manifestou-se favorável à prisão (30%), seja combinada com tratamento médico (22%) ou como medida isolada (8%).

Segundo Venturi (2017), tais dados significam que a opinião pública é majoritariamente favorável a que o consumo de drogas seja enfrentado como uma questão antes de saúde do que de segurança pública – o que expõe o atraso da política brasileira para substâncias que considera ilícitas, tendo em vista a Lei de Drogas (nº 13.343/2006) que criminaliza o usuário, embora não lhe comine pena privativa de liberdade. Tal indicativo, segundo o autor, sinaliza a necessidade de se alterar o paradigma proibicionista vigente.

Para Oberling e Pinto (2015), embora nos últimos anos tenham se acirrado e produzido novas discursividades sobre o tema das drogas, o embate moral sobre a questão ainda se orienta por uma visão religioso/penal, onde a resolução dessas questões está apenas no âmbito do pecado/punição.

Ainda sobre os dados coletados na pesquisa de opinião, foi constatado um viés incoerente, segundo Delmanto (2015), no discurso do senso comum proibicionista, a respeito da informação que as pessoas dispõem para se posicionarem em relação às drogas. Mesmo que boa parte da população entrevistada disponha de fontes de acesso sobre drogas ilícitas ou primárias, já que são ou foram usuários, ou secundárias, já que conhecem usuários, no restante elas se informam primordialmente através da televisão – como declaram 75% dos entrevistados. Apenas 20% se informam pela Internet, e outros 10% e 7% se informam predominantemente através de seus pais e líderes religiosos, respectivamente.

Uma das principais críticas ao proibicionismo é a de que ele não só inibe o consumo, como ainda faz com que este seja menos seguro, por não prover informação de qualidade e digna de crédito por parte dos usuários.

Essa falta de informação, que pode em parte ser fruto da principal fonte, que, na concepção de Delmanto (2015), majoritariamente não prima pelo bom senso e pela profundidade (pelo contrário), fica bastante claro quando 26% das pessoas afirmam acreditar que crack e maconha são igualmente consumidos no Brasil – 32% acreditam que o crack é a droga mais consumida; 25% acham que é a maconha; 19%, a cocaína; apenas 14% e 9% reconhecem álcool e tabaco, respectivamente, como as drogas mais consumidas, sendo que em verdade são as principais, como indicam os dados disponíveis.

Segundo Delmanto (2015), a falta de acesso à informação e reflexão de qualidade também pode ser observada na visão generalizante que a maioria dos entrevistados demonstrou em relação ao consumo de drogas ilícitas. A maioria das pessoas – nos grupos de discussão e na pesquisa quantitativa – demonstrou ver o consumo de drogas numa chave completamente negativa, associando-o à doença, marginalidade, violência, fuga da realidade, analisando um fenômeno complexo através de um viés bastante específico e limitado, além de bem alinhado à cultura do medo que, sendo ele, a mídia “desinformante” costuma difundir.

4 | A MÍDIA (DE)FORMADORA DE OPINIÃO

São inúmeros os estudos que, nas últimas décadas, demonstraram como a televisão orienta demandas por determinados temas e ainda atua de forma a selecionar e direcionar

as informações (BOURDIEU, 1997). Isso indica, conforme Oberling e Pinto (2015), o grau de influência e orientação que ela pode produzir na construção de percepções e ideologias para a população de modo geral, sobretudo pelo apelo forte que as imagens desempenham na construção do imaginário social.

As autoras consideram que os principais meios de comunicação brasileiros se constituem como atores políticos e, como tais, suscitaram com que o tema das drogas se convertesse em uma problemática obrigatória para o Brasil.

O fato é que, segundo Boiteux (2015), os brasileiros têm uma opinião pública mal informada, que se deixa influenciar pela mídia (e não pela escola) e não tem acesso a fontes fidedignas de informação, o que faz com que se fortaleça a manutenção do modelo atual de controle de drogas o qual, segundo ela, se baseia na ignorância e no medo para manter. Para Boiteux (2015), o melhor exemplo dessa desinformação que legitima campanhas repressivas é o fenômeno do crack.

Nos últimos anos, o uso do crack adquiriu centralidade no debate público e midiático sobre drogas, conforme Oberling e Pinto (2015). Segundo as autoras, num primeiro momento, foi através das reportagens feitas na “cracolândia” de São Paulo. Gradativamente, outras “cenários de uso” em grandes cidades passaram a ser descobertas e amplamente divulgadas pelos principais meios de comunicação.

Esse tipo de reportagem engendra explicações de causa e efeito, entre crack-miséria-perda de controle/autonomia-violência. Nesse cenário, Oberling e Pinto (2015) constataam que os usuários são apresentados como “zumbis humanos” que perambulam pelas ruas das capitais, roubando pessoas e assustando pela sua aparência decrépita, de modo a reforçar ações do Estado que violam os direitos individuais, em prol de um suposto “bem comum” da sociedade.

Oberling e Pinto (2015) não refutam o fato de que, nos últimos anos, a venda e o consumo de crack se proliferou em diversas cidades do país. São médicos que atuam no atendimento ambulatorial e emergencial, moradores de comunidades, relatos de famílias, agentes da segurança pública. Segundo elas, são diversas as vozes e relatos sobre situações que retratam o surgimento de um novo produto no mercado ilegal de substâncias psicoativas. A forma sensacionalista que muitas vezes certos meios de comunicação usam para noticiar o “problema do crack” enseja para o público que não há outra opção que não a via da repressão e criminalização destes sujeitos, com internação compulsória⁵.

A estratégia médico-jurídica é reforçada por uma imagem hipossuficiente sobre os usuários de drogas. Segundo Oberling e Pinto (2015), é nesse sentido que a mídia combina

5. Segundo o Jornal Folha de São Paulo, em pesquisa do Datafolha, em 2019, oito em dez brasileiros aprovavam a internação involuntária de dependente de drogas.

e reifica, por meio de seus critérios, uma abordagem punitiva para a sociedade brasileira como única saída possível para a questão.

Diante deste cenário, Boiteux (2015) conclui que a opinião pública brasileira reage de forma emocional ao problema das drogas retratado na mídia não por acaso, mas sim por não ter acesso a informações e evidências concretas sobre prevenção, efeito das drogas e tratamento, o que dificulta ainda mais a discussão sobre alternativas ao modelo atual.

5 | DROGAS: O QUE AS NOTÍCIAS MARANHENSES TÊM A INFORMAR?

Na tentativa de aferir de que modo a mídia maranhense tem abordado o tema, foram selecionados cinco portais de informação pertencentes a diferentes jornais, todos com ampla circulação no Maranhão, sendo eles: *G1/MA* (<<https://g1.globo.com/>>), *O Imparcial* (<<https://oimparcial.com.br/>>); *O Estado do MA* (<<https://imirante.com/oestadoma/>>); *O Progresso* (<<http://www.oprogressonet.com/>>); e *Jornal Pequeno* (<<https://jornalpequeno.com.br/>>). Ao inserir a palavra “droga⁶” no campo de busca dos referidos sites, foram obtidas 448 notícias, no período entre 01/01/2019 e 01/01/2020. Partindo dessa amostra, foram elaboradas algumas considerações, acerca de como o assunto é tratado, em seus mais diversos sentidos.

Em relação à frequência, foi possível constatar que todos os cinco portais de notícias veicularam matérias jornalísticas “sobre drogas⁷” em todos os meses do ano de 2019, exceto o jornal *O Imparcial*, no mês de janeiro. Portanto, uma vez que os maranhenses foram rotineiramente expostos à temática, questiona-se: de que forma isso ocorreu?

A maioria das matérias jornalísticas, em 61,3% (275), noticiaram que alguém “prende”, foi “preso” ou sobre a “prisão” de alguém, ao passo que em 44,8% (199) das notícias houve menção direta ao “tráfico”, “traficar” ou “traficante”. Tendo em vista a amostra como um todo, considerando essas duas referências e outras correlatas, foi constatado que 89,5% (401) das notícias publicadas trataram diretamente sobre a atuação policial em relação à prática criminosa, envolvendo produção, consumo, venda e transporte de drogas, seguindo a tendência nacional que, conforme a pesquisa *Mídia e Drogas - O perfil do uso e do usuário na imprensa brasileira* (2004), noticia um grande volume de casos individualizados e de situações que envolvem violência, privilegiando o enfoque policial, em detrimento de matérias que atendam às demandas de usuários e daquelas que buscam acompanhar a implementação das medidas anunciadas pelo poder público.

Apenas 10,4% (47) das notícias abordaram o assunto em outras perspectivas, tais

6. No singular, pois deste modo a busca também acusou as ocorrências das palavras “drogas” e “drogado”.

7. O termo equivale aos parâmetros utilizados na pesquisa, ou seja, “sobre drogas” no sentido do que foi apurado na amostra sob análise.

como, envolvendo discussões legislativas, sobre pesquisas, ações de prevenção, palestras educativas, premiações a ações governamentais, etc. Dessa fração, apenas 3 notícias, ou seja, 0,006% do total aferido, abordaram de alguma forma a perspectiva antiproibicionista, sendo elas: “Estado de Nova York descriminaliza o uso de maconha (30/07/2019) – *Jornal O Estado do MA*”⁸; “Marcha da maconha acontece neste sábado (8) na Ilha (04/06/19) – *Jornal O Imparcial*”⁹; e “Anvisa aprova por unanimidade registro de medicamentos à base de maconha (03/12/19) – *Jornal Pequeno*”¹⁰.

Tendo em vista os dados aqui apurados, é possível afirmar que a mídia maranhense aborta o tema proeminentemente sob a linha proibicionista, especialmente pelo viés da criminalidade. Tal fato decorre, em primeira análise, da própria perspectiva formalmente adotada pelo país. Entretanto, mais que isso, a postura reafirma, fomenta e, de certo modo, legitima a linha de atuação estatal, em vez de permitir uma discussão mais ampla, sob outras perspectivas. A título de exemplo, temos a matéria “O uso das drogas, suas consequências e o inferno causado por elas (04/02/29) – *O Imparcial*”¹¹. Esta foi a primeira notícia do ano de 2019, publicada “sobre drogas” no aludido jornal - consagrado na mídia maranhense como o mais antigo do estado, vez que foi fundado em 1926.

A carga moral, com referência, inclusive, religiosa, embora corresponda a apenas uma notícia, significa bem mais que um caso isolado. Aqui, o sentimento de repulsa – que também permeia outras notícias, ainda que de modo velado – encontra-se explícito, para que seja compartilhado entre os leitores, a final de contas, quem, em uma sociedade pautada nos valores cristãos, quer viver em um “inferno”?

Foram constatados, ainda, indícios de que a veiculação de notícias “sobre drogas” reforça alguns estereótipos. Embora a palavra “suspeito (a)” apareça 73 vezes nas manchetes, a figura do “traficante” apareceu 27 vezes, do “bandido”, 4 vezes, e do “criminoso”, 1 vez. A referência a esses personagens constrói no imaginário popular a personificação do problema. Outras referências aos componentes do universo criminoso foram constatadas nas recorrências das palavras: “facção(ões)” (10), “quadrilha e organização criminosa” (15), “CV” (2) e “PCC”(1).

Cria-se um cenário polarizado, dividido entre dois mundos. De um lado, a polícia que prende, de outro, o suspeito que foi preso por tráfico. A recorrência do êxito policial,

8. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/07/30/estado-de-nova-york-descriminaliza-uso-de-maconha/>>. Acesso em: 27/04/2020.

9. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/cidades/2019/06/marcha-da-maconha-acontece-nesta-sexta-feira-8-na-ilha/>>. Acesso em: 27/04/2020.

10. Disponível em: <<https://jornalpequeno.com.br/2019/12/03/anvisa-aprova-por-unanimidade-registro-de-medicamentos-a-base-de-maconha/>>. Acesso em: 27/04/2020.

11. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/saude/2019/02/o-uso-das-drogas-suas-consequencias-e-o-inferno-causado-por-elas/>>. Acesso em: 27/04/2020.

ainda que na prisão do “líder” do tráfico na região (4), na operação que “desarticula” (14) ou “desmonta” (1) um arranjo criminoso, parece não repercutir no fato de que só crescem os índices de criminalidade nessa seara. Em 2019 foram veiculadas 4 notícias apontando dados estatísticos sobre o aumento de ocorrências de tráfico e de quantidade de droga apreendida, sendo elas: “Cresce o número de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas no Maranhão (14/09/2019) – *O Estado do MA*”¹², “Ocorrências de tráfico de droga crescem em Imperatriz (30/03/19) – *O Progresso*”¹³, “100 quilos de crack e cocaína apreendidos em cinco meses (14/06/19) – *O Imparcial*”¹⁴, “Quantidade de cocaína apreendida pela Receita bate recorde em 2019 (15/11/19) – *O Imparcial*”¹⁵.

Diante da condição construída como alarmante, surgem códigos de guerra, como se observa na recorrência da palavra “combate” (22), em que as tarefas das polícias federal, civil e militar são elevadas ao nível de “operação(ões)” (48). Tantos esforços empreendidos contra o lado oposto permite a indagação: será que as notícias de aumento nas ocorrências de tráfico são causa ou consequência da atuação policial? Ainda que a resposta seja afirmativa para ambas as hipóteses, ou seja, a despeito disso, as estatísticas têm o condão de justificar, perante a opinião pública, o trabalho nessa seara.

Por meio da mídia, as polícias prestam contas de seus trabalhos da maneira que lhes convém, ao passo que os veículos de informação garantem acessos, inclusive na divulgação de situações inusitadas. Histórias como a da “dama do crime”, do desmonte do laboratório de cocaína, do transporte de drogas dentro de bichos de pelúcia, da plantação de maconha em terras indígenas, do tráfico por meio dos Correios, etc, estão entre as notícias de repercussão, assim consideradas as que apareceram em mais de um dos cinco portais pesquisados, compondo 18,3% (82) da amostra.

Nessa guerra são identificados também territórios de disputa, quer seja na identificação de rotas de circulação de drogas, na prisão dos líderes de certas regiões, no desmonte de bocas de fumo, entre outros. Entram em cena diferentes entes estatais, visando o controle de territórios e conquista daqueles sob os quais supostamente se perdeu o domínio, a exemplo das notícias: “Vara da Infância e Juventude fiscaliza presença de adolescentes no Centro Histórico de São Luís (16/01/19) – *Jornal Pequeno*”¹⁶ e “Município

12. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/09/14/cresce-o-numero-de-mulheres-envolvidas-com-o-trafico-no-maranhao/>>. Acesso em: 27/04/2020

13. Disponível em: <<http://www.oprogressonet.com/policia/ocorrencias-de-trafico-de-droga-crescem-em-imperatriz/103568.html>>. Acesso em: 27/04/2020.

14. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/policia/2019/06/100-quilos-de-crack-e-cocaina-apreendidos-em-cinco-meses/>>. Acesso em: 27/04/2020.

15. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/policia/2019/11/quantidade-de-cocaina-apreendida-pela-receita-bate-recorde-em-2019/>>. Acesso em: 27/04/2020.

16. Disponível em: <<https://jornalpequeno.com.br/2019/10/01/vara-da-infancia-fiscaliza-presenca-de-adolescentes-na-praia-grande-em-sao-luis/>>. Acesso em: 27/04/2020.

de São Luís deverá demolir barracas irregulares no Sá Viana (01/07/19) – *Jornal Pequeno*¹⁷.

Além disso, foi possível notar a contribuição da mídia maranhense no processo de territorialização do consumo de crack, conforme Rui (2019), valendo-se, inclusive, de códigos interestaduais, na tentativa de enquadrar o regional no cenário nacional, por meio da notícia “Mais de 110 minicracolândias reúnem dependentes na Grande São Luís (27/07/2019) – *O Estado do MA*”¹⁸. A matéria pontua diferentes endereços na capital, descrevendo as dinâmicas de consumo e de vivência nesses territórios semelhantes à cracolândia paulista. Por fim, o texto apresenta o “Raio X do entorpecente na Ilha”, lançando mão de dados e conceitos, dentre eles: “Cracolândia: espaço onde várias pessoas se reúnem para consumir crack. Em São Luís, as cracolândias costumam reunir de 5 a 20 pessoas, diariamente.”

6 | CONCLUSÃO

O uso de “drogas” implica a formação da tríade substância, sujeito, contexto, em que contextos variados modulam experiências. Partindo dessa perspectiva, passamos de uma breve revisão de literatura sobre o proibicionismo para a compreensão de como são modulados seus valores. Questionamos como o contexto midiático poderia absorver certos gradientes valorativos da proibição, assim como se inscrevia numa visão moralizante da droga e de usuário, ou seja, como determinado contexto (nesse caso, a mídia) apresentava a relação entre sujeito e substância.

Nosso levantamento confirmou uma hipótese inicial de que as matérias dos meios de comunicação tendiam a uma prática de reificação e ratificação de toda a construção do proibicionismo, como apontado pela bibliografia explorada. Foram encontradas matérias com ênfase na linha proibicionista, especialmente pelo viés da criminalidade; com carga moral, com referência religiosa, bem como reforços de estereótipos de seus usuários.

Resultado disso é uma opinião pública arraigada em um moralismo centenário, porém, bastante presente e ainda atual, ao ponto de servir como umas das justificativas para a implementação do Pnad de 2019.

Acreditamos, assim como os autores Feffermann, Figueiredo e Adorno (2017), que a discussão sobre o tema de álcool e outras drogas na sociedade contemporânea, conforme perpassa, em geral, por um discurso moralista, criminalista e punitivista, é o que impede uma reflexão crítica e produz um efeito nefasto para o indivíduo e para a sociedade. Nesse

17. Disponível em: <<https://jornalpequeno.com.br/2019/07/01/municipio-de-sao-luis-devera-demolir-barracas-irregulares-no-sa-viana/>>. Acesso em: 27/04/2020.

18. Disponível em: <<https://mirante.com/oestadoma/noticias/2019/07/27/mais-de-100-minicracolandias-reunem-dependentes-na-ilha/>>. Acesso em: 27/04/2020.

entendimento simplista, a droga é encarada como a “metáfora do mal”, situação em que o próprio termo “droga” adquire um significado negativo, reforçado em contextos que não são questionados. Diante da complexidade da discussão sobre drogas, os autores defendem uma visão multidisciplinar, no intuito de buscar desconstruir estigmas e preconceitos reforçados e justificados por questões econômicas, políticas, religiosas e por modos de vida.

Conforme relatado até aqui, o modelo proibicionista repousa sobre o fundamento moral originário do protestantismo anglo-saxão do final do século XIX, que vê na abstinência um ideal de virtude. O discurso proibicionista vende o assunto “droga” como um tabu, de modo que as substâncias proibidas representam o mal absoluto, a corrupção da juventude e negação dos valores morais, mas ignora completamente outras representações, costumes e culturas, conforme Boiteux (2015).

Figueiredo, Feffermann e Adorno (2017) defendem que, em relação ao uso problemático do álcool e outras drogas, a criminalização, os interesses econômicos, reforçados pelas mídias (conforme pudemos observar nos veículos de comunicação maranhenses pesquisados), produzem um efeito nefasto que têm como consequência o encarceramento em massa – tendo o Brasil a terceira maior população carcerária do planeta. Por fim, Soares (2019) destaca que em um contexto de criminalização de territórios empobrecidos e de seus moradores, somados a um alto índice de homicídios, as drogas servem também para manter a criminalização da pobreza e dos pobres, particularmente em uma sociedade que não conseguiu superar a tradição escravagista, autoritária e racista, como a sociedade brasileira.

Portanto, dentre as raízes do proibicionismo no Brasil, tem-se a aderência nacional a uma política autoritária e higienista, inspirada no modelo americano centenário de repúdio a estados alterados de consciência. Essa política e todo o imaginário que a sustenta é reafirmada e alimentada pelos grandes meios de comunicação e o Maranhão não escapa a essa realidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. A proibição às drogas não possui sustentação científica, diz neurocientista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2018/07/a-proibicao-as-drogas-nao-possui-sustentacao-cientifica-diz-neurocientista.shtml>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BOITEUX, L. Opinião pública, política de drogas e repressão penal: uma visão crítica. *In*: BOKANY, V (Org.). **Drogas no Brasil**: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 143-158.

BOKANY, V. Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça – Proximidades e opiniões. In: _____ (Org.). **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 7-33.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019.** Aprova a Política Nacional sobre Drogas. *Diário Oficial da União*: Edição: 70-A, Seção: 1 – Extra, p. 7, 11 de abr. 2019.

CAMPOS, M. S. As percepções dos brasileiros sobre drogas, justiça e saúde. In: BOKANY, V (Org.). **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 63-84.

DELMANTO, J. Drogas e opinião pública no Brasil: hegemonia da desinformação. In: BOKANY, V (Org.). **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 85-102.

ESCOHOTADO, A. **Historia elemental de las drogas.** Barcelona: Anagrama, 1996.

FIGUEIREDO, R.; FEFFERMANN, M.; ADORNO, R. Introdução: Drogas e Saúde Pública: uma relação política e Complexa. In: _____ (Org.). **Drogas & sociedade contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo.** São Paulo: Instituto de Saúde, 2017

LEITE, P. Datafolha: Oito em dez aprovam a internação involuntária de dependente de drogas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/datafolha-oito-em-dez-aprovam-a-internacao-involuntaria-de-dependente-de-drogas.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MICHAELIS. Dicionário brasileiro de língua portuguesa. **Droga.** Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/droga/>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

MÍDIA E DROGAS - O perfil do uso e do usuário na imprensa brasileira. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância & Programa Nacional de DST/AIDS – Ministério da Saúde. Brasília, 2004 (org.). Disponível em: <<https://www.andi.org.br/publicacao/midia-e-drogas-o-perfil-do-uso-e-do-usuario-na-imprensa-brasileira>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

NAPPO, Solange A.; SANCHEZ, Zila M., RIBEIRO, Luciana Abeid. Is there a crack epidemic among students in Brazil? comments on media and public health issues. **Cad. Saúde Pública** [online]. 28 (9), p. 1643-1649, 2012.

NASLAUSKY, Ana Luísa Rocha Martins. **Entre flores, espinhos e cruz:** etnografia de uma comunidade terapêutica feminina em Imperatriz/MA. 130 f. Dissertação (mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz-MA, 2021.

_____; CONCEIÇÃO, Wellington da Silva; BRANDÃO, Beatriz. Proibicionismo brasileiro e seus desdobramentos: a moralidade na opinião pública e o papel da mídia maranhense. **Áskesis**, São Carlos - SP, v.8, n.2, p. 77 - 95, jul./dez. 2019.

OBERLING, A. F.; PINTO, N. M. Reflexões sobre as representações da mídia no debate de drogas. In: BOKANY, V (Org.). **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça: proximidades e opiniões.** São Paulo:

Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 159-176.

RODRIGUES, T. Drogas e Proibição: um empreendedorismo moral. *In*: FIGUEIREDO, R.; FEFFERMANN, M.; ADORNO, R. (Org.). **Drogas & sociedade contemporânea**: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017. p. 33-55.

RUI, Taniele. Por entre territórios visíveis e territórios invisibilizados: Mercados ilícitos e Cracolândias de São Paulo e Rio de Janeiro. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 573-588, 2019.

SILVA, M.L. **Drogas**: da medicina à repressão policial – a cidade do Rio de Janeiro de 1921 e 1945. Rio de Janeiro: Outrasletras/FAPERJ, 2015.

SIMÕES, J. “Prefácio”. *In*: LABATE, B. et al (orgs). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. Contra a drogafobia e o proibicionismo: dissipação, diferença e o curto-circuito da experiência. *In*: _____. **Desmilitarizar**: segurança pública e direitos humanos. São Paulo: Biotempo, 2019.

SZASZ, Thomas. **Nuestro derecho a las drogas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2001.

VENTURI, G. Consumo de drogas, opinião pública e moralidade: motivações e argumentos baseados em uso. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 29, n. 2, p. 169-186.

UMA ANÁLISE DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Data de aceite: 03/08/2022

Luiza Maria Paixão Lepos

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA.
E-mail: luizalepos@gmail.com.

Vanda Pantoja

Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: vanda.pantoja@ufma.br.

RESUMO: Este artigo busca compreender os efeitos do patriarcado e da colonialidade no lugar destinado às mulheres na produção de conhecimento nas Ciências Sociais, e como isso é refletido no ensino de Sociologia na educação básica. Para isso, nos debruçamos sobre os livros didáticos de Sociologia do ensino médio que foram utilizados pelas escolas públicas do país durante o triênio de 2018 a 2020, buscando perceber como as questões de gênero aparecem na disciplina, se são colocadas de forma explícita ou subentendida, identificando as influências femininas, a quantidade de autoras e autores presentes nos livros, e o espaço que estas e estes ocupam nas obras. Diante das fontes analisadas, constata-se que apesar da ampliação do acesso feminino à educação e ciência, ainda temos barreiras a serem ultrapassadas, principalmente quando se referem à carreira científica. Portanto, esta pesquisa busca contribuir para a compreensão da estrutura

normáscula e eurocêntrica das Ciências Sociais, a fim de refletir e construir outras possibilidades de produção de conhecimentos, que levem em conta aspectos tão importantes como o gênero e as questões étnico-raciais.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero nas Ciências Sociais. Decolonialidade do gênero. Sociologia no ensino médio. Análise de livros didáticos.

A GENDER ANALYSIS IN BASIC EDUCATION BASED ON SOCIOLOGY TEXTBOOKS

ABSTRACT: This article seeks to understand the effects of patriarchy and coloniality on the place assigned to women in the production of knowledge in the Social Sciences, and how this is reflected in the teaching of Sociology in basic education. For this, we focus on the high school Sociology textbooks that were used by public schools in the country during the triennium from 2018 to 2020, seeking to understand how gender issues appear in the discipline, whether they are explicitly or implied, identifying the female influences, the number of authors present in the books, and the space that these and these occupy in the works. In view of the analyzed sources, it appears that despite the expansion of women's access to education and science, we still have barriers to be overcome, especially when it comes to the scientific career. Therefore, this research seeks to contribute to the understanding of the normative and Eurocentric structure of the Social Sciences, in order to reflect and build other possibilities for the production of knowledge, which take into account such important aspects as gender and ethnic-racial issues.

KEYWORDS: Gender in the Social Sciences. Decoloniality of the genre. Sociology in high school. Analysis of textbooks.

UN ANÁLISIS DE GÉNERO EN LA EDUCACIÓN BÁSICA A PARTIR DE LOS LIBROS DE TEXTO DE SOCIOLOGÍA

RESUMEN: Este artículo busca comprender los efectos del patriarcado y la colonialidad sobre el lugar asignado a la mujer en la producción de conocimiento en las Ciencias Sociales, y cómo esto se refleja en la enseñanza de la Sociología en la educación básica. Para ello, nos enfocamos en los libros de texto de Sociología de nivel medio superior que fueron utilizados por las escuelas públicas del país durante el trienio de 2018 a 2020, buscando comprender cómo aparecen las cuestiones de género en la disciplina, ya sean explícitas o implícitas, identificando las influencias femeninas, el número de autores presentes en los libros, y el espacio que estos y estas ocupan en las obras. A la vista de las fuentes analizadas, parece que a pesar de la expansión del acceso de las mujeres a la educación y la ciencia, todavía tenemos barreras que superar, especialmente en lo que se refiere a la carrera científica. Por lo tanto, esta investigación busca contribuir a la comprensión de la estructura normativa y eurocéntrica de las Ciencias Sociales, con el fin de reflexionar y construir otras posibilidades de producción de conocimiento, que tomen en cuenta aspectos tan importantes como el género y las cuestiones étnico-raciales.

PALABRAS CLAVE: Género en las Ciencias Sociales. Decolonialidad del género. Sociología en la escuela secundaria. Análisis de libros de texto.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho é decorrente da dissertação intitulada *Entre “homens europeus e velhos que já morreram”: a mulher no ensino de Sociologia, um estudo a partir das escolas estaduais de Imperatriz - MA*, desenvolvida no mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão/Campus Imperatriz. O trabalho buscou compreender os efeitos do patriarcado e da colonialidade no lugar destinado às mulheres na produção de conhecimento nas Ciências Sociais, e como isso é refletido no ensino de Sociologia na educação básica, em escolas públicas de Imperatriz - Maranhão. Nesse sentido, trago neste artigo as discussões sobre o gênero na educação básica e no ensino de sociologia, a partir da análise dos livros didáticos da referida disciplina.

Nos propomos a pensar o processo de produção do conhecimento a partir de olhares e marcadores que vão além da ciência hegemonicamente eurocentrada e masculina. Primeiramente, partindo da inquietação sobre o lugar da mulher na produção científica, em especial o gênero nas Ciências Sociais. Conforme Danielle Chaboud-Rychter (et al., 2014) argumenta, a Ciência Social é “normáscula”, isto é, construída a partir da ótica masculina, colocando as demandas do homem como universal aos demais gêneros, dessa

forma, as concepções femininas ocupam um lugar marginal na produção do conhecimento. Mesmo quando adentram espaços acadêmicos, as pesquisadoras não têm o devido reconhecimento por seus trabalhos, são diversas as razões para a marginalização feminina no mundo científico, entre as quais podemos destacar o processo sistêmico de exclusão da mulher da esfera pública, pois a elas (a nós) sempre foi reservado o espaço privado e doméstico, enquanto que os homens podiam se dedicar à vida pública, como nos mostra Vivian Matias Albuquerque:

Sabendo-se que as funções masculinas e femininas são distintas – o homem exerce a razão, a mulher cuida da reprodução e dá assistência à espécie humana – no pensamento aristotélico a educação destinada aos dois sexos é diferenciada, visto que deve despertar dois tipos distintos de virtude. Percebe-se então que a educação masculina deveria se basear na razão, dando acesso ao conhecimento científico. Em contrapartida, a educação destinada às mulheres servia para ensinar-lhes a cumprir seu papel na vida em sociedade, permanecendo excluídas das Ciências (ALBUQUERQUE, 2006, p. 81).

No entanto, para falar de gênero, principalmente no contexto que essa pesquisa se desenvolve, num país como o Brasil, em que as heranças do colonialismo marcam até hoje nossa sociedade e, mais especificamente no Maranhão, um estado com maioria da população negra (entre pretos e pardos temos o percentual de 76,21%)¹, falar de mulher de maneira neutra e universal configura-se como mais uma imposição daquilo que María Lugones (2014b) chama de sistema moderno colonial de gênero. Para essa autora o colonialismo fundamenta sua dominação a partir da construção da noção de raça e de gênero, desenvolvendo múltiplas formas de opressões, que vão desde o machismo imbricado na estrutura da sociedade moderna, até o racismo que atinge todos os não-brancos. Desse modo, para falar de gênero numa perspectiva decolonial é fundamental destacar a interseccionalidade étnico-racial, classe e sexualidade.

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz (2019), temos o patriarcado e o racismo como as duas estruturas fundantes da sociedade brasileira, que moldam todas as relações sociais e, conseqüentemente, isso também se reproduz dentro da ciência. Ideia reforçada pela perspectiva de María Lugones, para a qual a “intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial.” (LUGONES, 2014b, p. 939). Por isso, ancoramo-nos na perspectiva decolonial para investigar o gênero nas Ciências Sociais e no ensino de Sociologia na educação básica.

Reconhecendo a importância das experiências e saberes desenvolvidos na vida

1. O censo realizado pelo IBGE em 2010 apresenta os seguintes índices sobre a população maranhense: considerando o gênero, temos 50,39% de mulheres e 49,61% de homens. Levando em consideração a cor ou raça/etnia temos 9,69% preta, 66,52% parda, 22,13% branca, 0,54% indígena, 1,13% amarela. Além disso, 36,92% vivem no espaço rural e 63,08% no ambiente urbano. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175#resultado>. Acesso em: 29 jul. 2020.

cotidiana, a autora também utiliza suas vivências como professora de Sociologia do ensino médio, para pensar sobre esta pesquisa, e sobre as possibilidades que o lugar que ocupa pode trazer para refletir sobre e no espaço escolar.

Certa vez, ministrando uma das aulas, em uma escola pública na cidade de Imperatriz - MA, estávamos estudando sobre as desigualdades sociais no Brasil e percebemos o quanto essa discussão é inseparável do que vimos desenvolvendo neste trabalho. Buscamos abaixo narrar a experiência e a linguagem que utilizamos com os jovens estudantes secundaristas:

Utilizando nossa capacidade criativa, vamos imaginar todos os seres humanos, independente de gênero, etnia, sexualidade, classe social, etc. Inicialmente, é necessário deixar explícito que a vida humana, em todos os tempos e lugares por onde passou, está em constante processo de descobertas e aprendizados, socializando, interagindo e construindo modos de vida, visões de mundo e conhecimentos.

Agora imaginemos que, em um determinado território, a metade desses seres humanos (os do sexo masculino) se “fecham” em si, só dialogam com outros homens e ignoram a fala dos seres de sexo feminino. Esses homens compartilham ideias, falam sobre suas necessidades, concepções morais, políticas, ideológicas e isto tudo orienta suas ações, isto é, eles colocam em prática aquilo que consideram importante de acordo com a interação entre estes companheiros, e nisso consideram que o que fazem é bom, acreditam assim que estão buscando o progresso da humanidade. No entanto, como vimos acima, eles desconsideraram os seres humanos do sexo feminino. Será que o que eles decidiram atende às especificidades das mulheres? Como poderiam eles saber das necessidades das mulheres se elas não foram ouvidas? Se elas, confinadas na vida privada, foram histórica e sistematicamente impedidas de participar das questões públicas?

Aqui temos um importante aspecto que compõe nossa sociedade. Porém, ainda temos outros elementos a considerar...

Tendo em conta que a humanidade tem como característica a pluralidade cultural e étnico-racial, imaginemos os machos atuantes que vimos acima, conforme foram encontrando outros territórios e outros seres com corpos e culturas bem diferentes dos seus. A partir daí, foram se fechando cada vez mais nas concepções e interesses daqueles que se pareciam com eles, identificando os que são como o “eu” e aqueles que são os “outros”. Agora, suas decisões e interesses não giravam mais em torno somente do seu próprio grupo, mas também confabulavam sobre como poderiam usar esses “outros” para satisfazer suas necessidades. Desse modo, temos o processo de negação, exploração e silenciamento dos seres humanos considerados os “outros”, assim como já tinha ocorrido

com as fêmeas pertencentes à cultura deste “eu”.

Como falamos acima, todos os seres humanos possuem capacidade cognitiva, de aprendizado e de construção de conhecimentos, mas se assim for, por que os conhecimentos, autores e pesquisadores reconhecidos giram em torno de um mesmo perfil: cientistas do sexo masculino, oriundos do continente europeu e norte-americano? Onde estão os conhecimentos dos outros continentes? Conhecimentos latino-americanos, africanos, asiáticos, do Oriente Médio? “Agora, peguem seu livro didático de Sociologia, qual o perfil de autores vocês vêem?” - perguntamos. “Homens europeus”, “velhos que já morreram” - os alunos responderam. Prosseguimos: Cadê as mulheres no rol de autores que estudamos nos livros didáticos? Acaso elas não contribuíram com a Sociologia? Quantas sociólogas vocês conhecem ou já ouviram falar? “Só a senhora, professora” - os estudantes disseram.

A partir desse diálogo com as/os estudantes, discutimos como as desigualdades sociais são múltiplas e se estruturam a partir de diversos aspectos como a classe social, o gênero e sexualidade, raça/etnia, regionalidade, entre outros, sendo, justamente por isso, necessário compreendê-las desde o período escolar.

Levar essas discussões para a educação básica é fundamental para compreender os processos históricos que fundam nossa sociedade, baseados na imposição do sistema moderno/colonial, que tem como formas de controle social o patriarcado, o racismo e a heteronormatividade. Desse modo, buscamos discutir as relações de gênero de modo mais aprofundado, saindo das discussões genérica e superficiais sobre “menina veste rosa e menino veste azul”, e aprofundando o debate, pois não se trata apenas de convenções sociais sobre o feminino e o masculino, mas também é necessário compreender que este “ser mulher” e “ser homem” é balizado por outros fatores como raça, classe e sexualidade, e que conforme essas características vão se cruzando, mais preconceito, discriminação e marginalização vão sendo reproduzidos. Nesse sentido, desenvolver uma educação decolonial de gênero

É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir ✕ ✕ resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas “pela situação”. Deve incluir “aprender” sobre povos. Além disso, o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela. (LUGONES, 2014b, p. 940).

Construir uma educação decolonial é um desafio ainda maior quando olhamos para a estrutura da educação escolar que é regulada e formatada pelo Estado a partir dos interesses dominantes, desempenhando funções ideológicas para a manutenção das relações de poder no sistema capitalista.

Para garantir a reprodução dos meios de produção, o capitalismo precisa garantir também a reprodução da força de trabalho: ora, esta reprodução da força de trabalho está sendo assegurada pelo sistema escolar e por outras instituições, situadas fora da produção, e pressupõe, além da qualificação dos trabalhadores, a submissão à ideologia dominante como meio de preservar os lugares sociais, de acordo com seus interesses. A escola é a instituição encarregada de inculcar a ideologia dominante, pelo conhecimento e valores que transmite. (SEVERINO, 1986, p. 46).

Nesse contexto, a decolonialidade do gênero desenvolve-se como um movimento de resistência contra as opressões do sistema moderno/colonial, lutando contra as hierarquias impostas, e contra os padrões ocidentais que promovem o apagamento das histórias e culturas locais. Esse movimento vem contribuir para a mudança de perspectivas sobre as relações sociais, discutindo as desigualdades e violências a que as mulheres foram (e são) submetidas, permitindo discutir o papel de mulheres e homens nas sociedades ao longo da história, os desafios que a sociedade contemporânea ainda enfrenta, as novas configurações familiares, além de esclarecer muitas confusões e preconceitos contra toda a diversidade de pessoas que não se identificam como heterossexuais. Isso tudo remexe com as estruturas de poder que são subjetivamente impostas, “o gênero perturba, e é bom que assim seja. Ele obriga a descompartmentar as disciplinas, a reformular as hipóteses, a repensar os paradigmas” (MARUANI, 2019, p. 12).

2 | A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Neste tópico, vamos analisar a Sociologia na educação brasileira, primeiramente apresentando o histórico de sua implementação no país e posteriormente compreendendo como ela se apresenta atualmente no ensino médio.

A Sociologia surge no Brasil no final do século XIX, como uma disciplina do curso superior de Direito, substituindo o “Direito Natural” pela Sociologia. De 1890 a 1897, a Reforma Benjamin Constant² tentou incluí-la como disciplina obrigatória nos cursos

2. “A Reforma Benjamin Constant, instituída pelo Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, teve como particularidade a montagem de uma diretriz educacional que abrangia todos os níveis de ensino. [...] Segundo o decreto, quando os estados tivessem organizado estabelecimentos de ensino secundário segundo o plano do Ginásio Nacional, seus exames de madureza dariam o mesmo direito à matrícula nos cursos superiores. A reforma é lembrada também por ter estabelecido o processo educativo sob o modelo seriado e por ter ampliado o currículo das escolas brasileiras, incentivando o enciclopedismo.” (BOMENY, [s.d.]

preparatórios, mas essa reforma não chegou a ser concretizada. De acordo com Cinthia Lopes da Silva e Rogério Silva, a institucionalização da Sociologia para o Brasil “esteve vinculada a um projeto de formação de novas elites, que dariam conta de assumir a construção política, econômica e social da nação moderna” (SILVA e SILVA, 2012, p. 105), assim importaram-se instrumentos sociológicos desenvolvidos no contexto europeu, com o objetivo de explicar e construir nossa sociedade.

José Segatto e Edison Bariani (2010) mostram que a Sociologia no país dá seus primeiros passos a partir da segunda metade do século XIX, inicialmente como uma ciência social não específica, feita por intelectuais, literatos, advogados e médicos que pretendiam desenvolver explicações histórico-sociais sobre o país. Nesta fase as teorias evolucionistas tiveram forte influência sobre as concepções étnico-raciais no país. Com as mudanças sociais, políticas e econômicas da década de 1930, a modernização e a nacionalização passaram a ser a base do desenvolvimento do país. Nesse período, a Sociologia ganhou força, pois representava a possibilidade de formar uma nova elite capaz de liderar o processo de industrialização e modernização do país.

Pouco antes, em 1925, a partir da “Reforma Rocha Vaz (Decreto n. 16.782-A, de 13/01/1925), a Sociologia torna-se obrigatória nos anos finais dos cursos preparatórios” (MORAES, 2010, p. 361), e na década de 1930, temos os primeiros cursos superiores de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (1933), na Universidade de São Paulo (1934) e na Universidade do Distrito Federal (1934), com a importação de professores, teorias e técnicas de pesquisa estrangeiras, em especial advindos da Europa e Estados Unidos, sendo o marco inicial da produção científica especializada. Isso possibilitou a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e a formação da comunidade de sociólogos, com associações e federações de representação da categoria.

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 4.024/61) recoloca a Sociologia nos cursos secundários, como componente optativo. No entanto, a partir de 1964, com o Golpe Militar, a Sociologia passa a ser evitada, pois é vista como um conhecimento perigoso, subversivo e sinônimo de socialismo. Durante grande parte do período militar, no ensino secundário é priorizada a educação profissionalizante e tecnicista. A partir de 1982, há uma flexibilização da grade curricular e há uma abertura maior para as ciências humanas. Nesse momento a Sociologia retorna ao ensino secundário como disciplina optativa.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, com a atuação de diversos movimentos sociais, volta a ser questionada a presença da Sociologia e Filosofia no currículo da educação básica, no entanto, nesse período ainda não temos a inserção definitiva dessas disciplinas na educação básica brasileira. Em 1996, a nova LDB (Lei

9394/96) estabelece que “ao final do ensino médio o educando demonstre: domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Entretanto, em 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio estabelecem que os conhecimentos de Filosofia e Sociologia devam ser trabalhados de maneira interdisciplinar e contextualizada, não sendo necessário uma disciplina específica para isso. Somente em 2008, através da Lei 11.684/2008, essas disciplinas são finalmente incluídas no currículo obrigatório do ensino médio.

Em 2017 é aprovada a Reforma do Ensino Médio, que altera substancialmente a estrutura desta modalidade de ensino e flexibiliza a grade curricular, pois apesar de manter a oferta de todas as atuais disciplinas, estabelece como obrigatórias apenas Língua Portuguesa e Matemática, enquanto que as demais comporão os chamados “itinerários formativos” por área de conhecimento, a saber: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências humanas e sociais aplicadas, Formação técnica e profissional. Desse modo, a partir dos itinerários disponibilizados pelas escolas, os estudantes poderão escolher em quais áreas ou disciplinas desejam se aprofundar. Essas alterações estão em processo de implementação, sendo que, até março de 2022, todos os estados precisaram se adequar ao novo sistema (BRASIL, 2021).

Dessa forma, o histórico da Sociologia no Brasil revela uma descontínua presença na educação básica, mostrando uma verdadeira confusão imposta à disciplina, ora aparecendo como obrigatória, ora optativa, ora incluída, ora excluída do currículo da educação básica.

As Ciências Sociais, grande área na qual a Sociologia está inserida, juntamente com a Antropologia e a Ciência Política, têm como objetivo estudar as múltiplas dimensões da sociedade, utilizando recursos teóricos e metodológicos para a compreensão das diferentes realidades sociais, políticas, culturais, econômicas e educacionais. A partir desses objetivos, a disciplina vai sendo formatada em diferentes modelos curriculares, de acordo com a instituição educacional e o nível de ensino.

Analisando as orientações curriculares para o ensino de Sociologia, da rede estadual do Maranhão (MARANHÃO, 2017), contexto em que essa pesquisa se insere, recomenda-se que no primeiro ano do ensino médio os discentes desenvolvam conhecimentos e habilidades que lhes permitam conhecer a sociedade e se reconhecer dentro desse contexto. Entender o surgimento e desenvolvimento da Sociologia e identificar suas contribuições para a compreensão da sociedade; perceber a relação indivíduo e o meio social, dando destaque para o processo de socialização e a importância da cultura para a construção do ser humano, permitindo que, através dos estudos sociológicos, os jovens identifiquem sua própria vida, seu cotidiano e as relações sociais que participa, refletindo

sobre a complexidade da vida social, a diversidade cultural e a capacidade de agência do indivíduo diante da estrutura social.

No segundo ano do ensino médio, busca-se compreender a sociedade em seus aspectos macrosociais, remetendo-se aos interesses coletivos e a capacidade dos grupos intervirem na vida pública. A partir disso, estudam-se as relações de poder, formas de organização política, Estado, formação política brasileira, democracia, cidadania, direitos humanos, os movimentos sociais, estratificação social, divisão social do trabalho e modos de produção.

No terceiro ano do ensino médio, busca-se analisar e compreender a sociedade atual, com temas como globalização, neoliberalismo, política internacional, desenvolvimento das nações, espaço urbano e rural, questões ambientais e sustentabilidade, além do entendimento socioantropológico sobre gênero e sexualidade, os tipos de violência, racismo, preconceito, discriminação, intolerância e segregação (MARANHÃO, 2017). Dessa forma,

[...] espera-se que, no ensino médio, o aluno tenha condições de compreender e analisar os fenômenos sociais, apreender a relação homem-natureza, as relações indivíduo e sociedade e suas instituições, assim como a estrutura social, a produção e reprodução das desigualdades, as dinâmicas do Estado, da cultura e da ideologia, num processo de desnaturalização desses fenômenos. (BRIDI; ARAÚJO; MOTIM et al., 2009, p. 12).

Nesse sentido, a disciplina se insere no ambiente escolar com o objetivo de trabalhar com os jovens a formação cidadã e a capacidade de agência sobre sua comunidade. Não obstante, é importante ressaltar uma contradição intrínseca, pois apesar dos objetivos acima mencionados, a Sociologia no Brasil reproduz perspectivas, categorias e conceitos eurocentrados, desconsiderando saberes dos outros povos, além de que, como disciplina escolar, se insere em uma das principais instituições estatais de reprodução e legitimação do status quo, o que cria limites para a efetivação de uma formação crítica e emancipadora.

Por isso, é importante problematizar: que Sociologia é esta? E a quais interesses ela está voltada? *Em Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos*, Edgardo Lander (2005) discute o processo de constituição dessa ciência moderna que se coloca como neutra, objetiva e universal, mas que é uma representação do mundo Europeu, que impôs sobre os povos colonizados uma formação cognitiva, intelectual e ideológica baseada na separação antagônica entre corpo e mente, razão e mundo, objetividade e subjetividade. Assim,

[...] ao construir-se a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história europeia e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade radicalmente excludente. (LANDER, 2005, p. 09).

Apesar da pretensão crítica emancipadora da Sociologia na educação básica, na prática a disciplina reproduz a lógica da colonialidade ao utilizar principalmente as categorias e conceitos criados pelas ciências modernas que promovem a compartimentação dos conhecimentos e dos seres, criando padrões evolucionistas e hierárquicos para impor noções de desenvolvimento que anteriormente não existiam nesses espaços. Assim, a partir da “régua” moderna, foram impostas as noções dicotômicas de atrasados x avançados, primitivo x modernos, pobres x ricos.

Outro aspecto que destacamos na produção sociológica é a hegemonia masculina, identificada tanto nos autores estudados nas escolas e universidades, que são majoritariamente homens, quanto na limitada produção e disseminação de estudos sociológicos de gênero. Nesse sentido, falar sobre gênero e sobre as cientistas sociais revela as formas como a sociedade pode ser interpretada sob o ponto de vista feminino, mas a ausência das mulheres revela ainda mais sobre a estrutura da sociedade patriarcal e da ciência normáscula. Por isso, no tópico a seguir, vamos analisar os livros didáticos de Sociologia buscando perceber como as questões de gênero aparecem, e a inclusão (ou não) das mulheres nas obras.

3 | O GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO

No processo de construção deste trabalho, utilizamos como uma das principais fontes de pesquisa a análise dos livros didáticos de Sociologia, tendo como objetivo compreender como as questões de gênero aparecem na disciplina, se são colocadas de forma explícita ou subentendida, buscando identificar as influências femininas, a quantidade de autoras e autores presentes nos livros, e o espaço que ocupam nas obras.

De acordo com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), no triênio de 2018, 2019 e 2020, temos disponíveis nas escolas de ensino médio cinco modelos de livros, os quais foram construídos atendendo os seguintes critérios:

1. Assegurar a presença dos conteúdos das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia.
2. Respeitar o rigor teórico e conceitual.
3. Realizar a mediação didática.

4. Contribuir para a apreensão do conhecimento sociológico pelo estudante.
5. Garantir a autonomia do trabalho pedagógico do professor (BRASIL, 2017, p. 08).

Desse modo, os livros didáticos são construídos de modo a levar para a educação básica as principais discussões, teorias, autores e perspectivas das Ciências Sociais, adequando a linguagem, metodologias e didáticas para o público-alvo do ensino médio. Analisamos os cinco livros aprovados pelo Ministério da Educação e inseridos no PNLD, conforme o quadro a seguir:

Livro	Autores	Editora	Ano
Sociologia	Benilde Lenzi Motim, Maria Aparecida Bridi e Sílvia Maria de Araújo	Scipione	2016
Sociologia em Movimento	Afrânio Silva, Bruno Loureiro, Cassia Miranda, Fátima Ferreira, Lier Pires Ferreira, Marcela M. Serrano, Marcelo Araújo, Marcelo Costa, Martha Nogueira, Otair Fernandes de Oliveira, Paula Menezes, Raphael M. C. Corrêa, Rodrigo Pain, Rogério Lima, Tatiana Bukowitz, Thiago Esteves, Vinicius Mayo Pires;	Moderna	2016
Sociologia Hoje	Celso Rocha de Barros, Henrique Amorim e Igor José de Renó Machado	Ática	2016
Sociologia para Jovens do Século XXI	Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa.	Imperial Novo Milênio	2016
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	Bianca Freire-Medeiros, Helena Bomeny, Julia O'Donnell, Raquel Balmant Emerique	Editora do Brasil	2016

Quadro 1 - Livros didáticos de Sociologia
Organizados pela autora (2020)

O processo de análise deu-se a partir da exploração minuciosa de cada livro, onde buscamos identificar e registrar os nomes e nacionalidades dos autores e autoras citados. Tais informações possibilitaram a sistematização de tabelas detalhadas apresentando esses/as cientistas sociais, demarcando o gênero e país de origem (LEPOS, 2021, pag. 111-126). Em seguida elaboramos um quadro resumido com as informações gerais das cinco obras, conforme pode ser visto na tabela abaixo (Quadro 2).

Livro	Autores e continente de origem	Autoras e continente de origem
Sociologia	170 homens, correspondendo a 79,8% dos autores. Destes, 32% são latino-americanos, 8,8% norte-americanos e 58% europeus.	43 mulheres, correspondendo a 20,1% das autoras. Sendo, 74,4% são latino-americanas, 9,3% norte-americanas e 16,2% europeias.
Sociologia em Movimento	122 homens, correspondendo a 84,7% dos autores. Destes, 31,9% são latino-americanos, 14,7% norte-americanos, 1,6% africanos, 4% asiáticos e 47,5% europeus.	22 mulheres, correspondendo a 15,2% das autoras. Sendo, 54,4% são latino-americanas, 18,1% norte-americanas, 4,5% asiáticas e 22,7% europeias.
Sociologia Hoje	130 homens, correspondendo a 83,8% dos autores. Sendo, 34,3% são da América Latina e Caribe, 18,3% norte-americanos, 1,5% africanos, 1,5% asiáticos e 43,5% europeus.	25 mulheres, correspondendo a 16,1% das autoras. Sendo, 52% são latino-americanas, 36% norte-americanas e 12% europeias.
Sociologia para Jovens do Século XXI	164 homens, correspondendo a 84,7% dos autores. Destes, 53,6% são da América Latina e Caribe, 10,9% norte-americanos, 0,6% africanos, 0,6% asiáticos e 34,1% europeus.	81 mulheres, correspondendo a 33% das autoras. Sendo, 80% são latino-americanas, 9,8% norte-americanas, 2,4% africanas, 1,2% da Oceania e 6,1% europeias.
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	82 homens, correspondendo a 77,3% dos autores. Destes, 40% são latino-americanos, 9,7% norte-americanos, 1,2% africanos, 1,2% da Oceania e 47,5% europeus.	24 mulheres, correspondendo a 22,6% das autoras. Sendo, 79,1% são latino-americanas, 8,3% norte-americanas e 12,5% europeias.

Quadro 2 - Quantitativo de autores e autoras por continente de origem
Organizados pela autora (2020).

Com esse quadro, podemos quantificar a participação feminina e masculina dentro dos livros didáticos de Sociologia do ensino médio, verificando a desproporção de gênero dentro da disciplina, pois contabilizando as cinco obras, temos um total de 668 homens citados, representando um percentual de 78,52%, e apenas 195 mulheres citadas, totalizando 21,38% de citação feminina.

Levando em consideração apenas o continente de origem, sem o marcador de gênero, temos os seguintes dados: 46,4% são da América Latina³ (predominantemente brasileiros/as), 38,6% da Europa, 12,7% da América do Norte (predominantemente dos Estados Unidos), 1% da Ásia, 0,9% da África e 0,1% da Oceania. No entanto, se considerarmos o gênero, os dados tornam-se mais complexos, conforme podemos ver na tabela abaixo:

3. Compreende-se como América Latina os países do continente americano que possuem como línguas oficiais o espanhol, o português e o francês (línguas derivadas do latim), e que tiveram seus territórios e povos colonizados pelos impérios europeus, principalmente da Espanha e Portugal.

Livros Didáticos	América Latina		Europa		América do Norte		África		Ásia		Oceania	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Sociologia	55	32	100	7	15	4	0	0	0	0	0	0
Sociologia em Movimento	39	12	58	5	18	4	2	0	5	1	0	0
Sociologia Hoje	54	13	57	3	24	9	2	0	2	0	0	0
Sociologia para Jovens do Século XXI	88	65	56	5	18	8	1	2	1	0	0	1
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	33	19	39	3	8	2	1	0	0	0	1	0
Total	260	141	311	23	83	27	6	2	8	1	1	1
Percentual por Gênero	38%	72%	46,5%	11,7%	12%	13%	0,8%	1%	1,1%	0,5%	0,1%	0,5%
Percentual Total	46,4%		38,6%		12,7%		0,9%		1%		0,1%	
M - Masculino F – Feminino												

Quadro 3 - Origem geográfica por gênero

Organizados pela autora (2021)

Quando olhamos apenas para o total de autoras citadas, temos uma ampla maioria de mulheres da América Latina (total de 141), principalmente do Brasil, representando 72% da participação feminina. Enquanto que, ao analisar o conjunto masculino, constata-se que a maioria (46,5%) são de origem europeia (total de 311 homens). Para analisar esses dados, precisamos ter em conta o histórico das Ciências Sociais nesses territórios. A Sociologia, e as Ciências Sociais como um todo (Antropologia e Ciências Políticas), são relativamente recentes no Brasil, passando a se consolidar a partir da segunda metade do século XX, contexto em que, mesmo diante de todas as limitações sociais, as mulheres já conseguem adentrar a academia e lutar por espaço, enquanto que no continente europeu a Sociologia nasce em meados do século XIX, num contexto em que a academia era um espaço que restringia a entrada de mulheres, como pode ser expresso pela ínfima participação das europeias nos cinco livros, apenas 23 autoras (11,7%). Nesse sentido, verificamos inclusive que as autoras e os autores latino-americanas são contemporâneas, enquanto os autores

européus são, em grande parte, mais antigos, reforçando a ideia de que a Sociologia estuda, predominantemente, “homens europeus” e “velhos que já morreram”⁴.

Outro fator observado durante a análise dos livros refere-se à presença de conteúdos e discussões que levem em consideração o gênero. Essas informações possibilitam-nos compreender como cada obra aborda a temática aqui investigada. Abaixo apresentamos as circunstâncias em que o gênero aparece em cada obra:

4 | SOCIOLOGIA

Não há um capítulo destinado às questões de gênero, no entanto, a sessão do livro que mais apresenta estas discussões é o terceiro capítulo, que tem por título *A família no mundo de hoje*. Nele, trata-se dos papéis socialmente estabelecidos para homens e mulheres na instituição familiar e os desequilíbrios que essa relação provoca. Discorre sobre como, na história do Brasil, sempre houve uma relação muito próxima entre o patriarcado, a concentração de terras, a pose dos meios de produção, a escravidão e exploração da mão de obra, produzindo uma sociedade desigual sob os aspectos de gênero, raça, classe, e etc.

Discute sobre as transformações pelas quais a instituição familiar passa, e a diversidade de formatos familiares, dando um destaque para pontos como o divórcio, as mães solteiras, e as famílias “chefiadas” por mulheres. Trata também sobre os trabalhos relacionados ao cuidado, que são geralmente destinados às mulheres, em funções como empregadas domésticas, babás, cuidadoras, etc. Além disso, traz um tópico específico sobre o movimento de mulheres.

Nos outros capítulos encontramos fragmentos sobre o gênero, como nos casos a seguir: o capítulo 2, que tem como título *Viver em sociedade: desafios e perspectivas das Ciências Sociais*, fala das desigualdades sociais e sobre discriminação e preconceitos contra mulheres e negros. O capítulo 4, *Os sentidos do trabalho*, discute sobre as desigualdades de gênero e étnico-raciais no mercado de trabalho. No quinto capítulo, *Tecnologia, trabalho e mudanças sociais*, encontramos, logo no início, uma linha cronológica com os avanços científicos e tecnológicos, e que cita contribuições de mulheres como a física Marie Curie, a pioneira na aviação Amelia Earhart e a cosmonauta Valentina Tereshkova. Mas não há aprofundamentos sobre as contribuições femininas na ciência e nas tecnologias, nem sobre as desigualdades de gênero na produção e legitimação do conhecimento. O oitavo capítulo, *Cidadania, política e Estado*, cita brevemente e sem detalhamentos a conquista do voto feminino no Brasil, com a constituição de 1934. No capítulo 9, *Movimentos sociais*, cita de

4. Confirmando a hipótese levantada por meus alunos na dinâmica descrita na página 5, deste artigo.

modo breve o movimento feminista. O décimo capítulo, *Educação, escola e transformação social*, apresenta dados sobre as taxas de alfabetização de homens e mulheres, no período de 1992 a 2008, mas sem aprofundar sobre as questões de gênero. O capítulo 11, *Juventude: uma invenção da sociedade*, fala sobre os ritos de passagem da infância para a fase adulta que meninas e meninos passam em diferentes sociedades. O capítulo 12, *O ambiente como questão global*, relaciona brevemente a dominação da sociedade ocidental sobre a natureza, as desigualdades entre homens e mulheres e a exploração entre os diferentes povos, alegando que em todos esses casos há um mesmo padrão de opressão, isto é, existe sempre uma relação em que há o explorador e os explorados.

5 | SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO

Nesta obra, o capítulo 14 é destinado especificamente a tratar das questões de gênero e sexualidade, sendo apresentadas as distinções entre gênero e sexo e discutindo-se a noção de construção e desconstrução do gênero. Reflete sobre os efeitos do patriarcado sobre as vidas de mulheres e homens, discorre sobre a divisão sexual do trabalho, no espaço privado e no espaço público. Apresenta o percurso e as transformações históricas do movimento feminista e debate sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe. Trata sobre as sexualidades em constante transformação, a instabilidade da categoria gênero a partir da perspectiva de Judith Butler, apresentando brevemente a “teoria Queer”.

Para além deste capítulo específico, pouco é mencionado sobre o gênero, ficando restrito às seguintes passagens: no capítulo 6, *Poder, política e Estado*, a única referência à questão de gênero é apresentada em um “box”, em um conceito de patriarcalismo, explicando que na história brasileira o patriarcado está relacionado com o racismo e concentração das terras. O capítulo 7, *Democracia, cidadania e direitos humanos*, não apresenta claramente uma discussão relacionada ao gênero, mas discute sobre cidadania, direitos humanos e a opressão contra as chamadas “minorias sociais”, isto é, todos aqueles que não estão no padrão homem, branco/europeu, heterossexual e jovem. Nesta perspectiva verificamos que a maioria da população mundial é oprimida pela minoria que detém o poder e os privilégios sociais. O texto ressalta que a violência contra a mulher é um exemplo de violação dos direitos humanos e negação da cidadania. O capítulo 10, *Estratificação e desigualdades sociais*, trata sobre os marcadores das desigualdades sociais, discutindo as desigualdades de gênero e raça e trazendo aspectos relacionados ao mundo do trabalho, acesso à moradia, violência doméstica e renda mensal. A única autora citada é a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, e sua discussão é sobre a relação entre o direito das mulheres à moradia e a violência doméstica.

6 | SOCIOLOGIA HOJE

O livro é subdividido de modo a contemplar as três grandes áreas das Ciências Sociais, isto é, Antropologia, Sociologia e Ciências Políticas. O mais interessante nesta obra é que na parte que trata dos conteúdos antropológicos, as questões de gênero são apresentadas constantemente, de forma clara, direta e relacionada aos conceitos antropológicos, provocando reflexões críticas e aprofundamentos, o que permite ao leitor pensar sobre questões que passam despercebidas, mas que são fundamentais para compreender nossa sociedade. No entanto, quando vamos para a parte da Sociologia e Ciências Políticas, a questão de gênero é substancialmente abandonada, como se não houvesse relação entre os conhecimentos dessas ciências com as experiências de gênero. Detalharemos abaixo esta situação:

No início da obra, intitulada *Introdução: o que é a sociedade?*, propõe-se a desnaturalização da vida social, problematizando questões que, no senso comum, parecem sem sentido, como “por que em geral só as mulheres usam saia?”, mas que revela os padrões sociais impostos sobre mulheres e homens. Logo em seguida, aprofunda a reflexão sobre “de que maneira o fato de o trabalho doméstico ter sido destinado predominantemente às mulheres resultou em mais tempo livre para os homens? Por que esse entendimento exemplifica uma questão de poder e de favorecimento de um grupo sobre o outro?”. Desse modo, o livro já inicia buscando apresentar um conceito importante para as Ciências Sociais - o de desnaturalização - a partir do recorte de gênero.

Discute também sobre os conceitos produzidos pelas ciências e como eles podem mudar de acordo com o contexto histórico e social. Para exemplificar tal reflexão, propõe pensar sobre a palavra “mulher” e os muitos significados que ela carrega, desde a definição dos seres humanos do gênero feminino, os papéis atribuídos, valores, (pre) conceitos, visões de mundo, etc., propondo a reflexão sobre o “poder” das palavras, e como a linguagem possui história e carrega inúmeros significados. Explica sobre ideologias e “ideologias alternativas” (ou contra-ideologias), trazendo o exemplo de como o machismo é uma ideologia dominante, e que a partir das críticas contra esse sistema as ideologias feministas se desenvolveram, buscando novos valores e ideias sobre as relações de gênero.

No capítulo 1, *Evolucionismo e diferença*, instiga-se a reflexão sobre “como é possível lucrar com o conhecimento sobre populações nativas?”, alertando que a colonização levou à submissão e extermínio de milhares de indígenas e africanos, sob o discurso que esses povos eram “bárbaros”, “selvagens” ou “atrasados”, e como as teorias evolucionistas contribuíram para legitimar esse tipo de exploração e desumanização desses povos. Além

disso, apresenta os modos de organização social e os sistemas de parentesco, trazendo como exemplo as sociedades matrilineares, em que a descendência é determinada pela linhagem materna.

O segundo capítulo, *Padrões, normas e cultura*, aborda como determinados costumes são usados como instrumentos de opressão e violência, trazendo dois exemplos: o primeiro é sobre a prática de mutilação genital feminina, que é uma tradição em alguns povos africanos e do Oriente Médio. A prática é alvo de diversos debates que envolvem, de um lado, uma tradição milenar e, por outro lado, uma violação de direitos humanos. O segundo exemplo é o caso de um protesto contra a transfobia e homofobia, realizado em 2015 por uma artista transexual, em que ela desfilou simulando uma crucificação, visando questionar os altos índices de violência e assassinato de pessoas LGBTQIA+. O caso gerou polêmica na comunidade religiosa cristã, sendo a artista acusada de crime hediondo e “cristofobia”. Por outro lado, a metáfora da crucificação também foi utilizada, em 2012, por uma revista de futebol que trazia em sua capa a manchete *A crucificação de Neymar* e uma montagem do jogador em uma cruz; neste caso, o episódio não gerou a mesma comoção social. Nesse sentido, os dois casos abrem discussões que envolvem o conceito de Relativismo Cultural, isto é, a partir de quais pressupostos uma mesma prática pode ser criminalizada ou socialmente aceita.

O capítulo traz ainda os estudos antropológicos de Ruth Benedict e Margareth Mead, que trouxeram profundos questionamentos sobre a “natureza feminina”, mostrando que os papéis da mulher na sociedade ocidental não eram naturais, mas consequências dos costumes e padrões sociais.

O quarto capítulo, *Antropologia brasileira*, cita como as questões de gênero e a opressão sobre as mulheres passaram a ser temas de estudos da antropologia, assim como outras diferenças sociais como etnia, raça, sexualidade e geração, temas relacionados ao conceito de identidade. Mostra como a antropologia, que classicamente estuda a cultura do “outro”, mais contemporaneamente passa a estudar também questões próximas à realidade do pesquisador, como os estudos da antropologia urbana, as antropologias feministas, os estudos sobre a questão racial realizados por antropólogos/as negros/as, os/as pesquisadores/as homossexuais investigando as relações de gênero e sexualidade, entre outros. Isso trouxe para a antropologia uma transição do “olhar sobre o exótico” para o “estranhamento do cotidiano do eu”. Finaliza o capítulo trazendo o aspecto político proporcionado pelos estudos sobre identidades sexuais, feminilidades, masculinidades, heteronormatividade, homoafetividades, entre outros.

O capítulo 5, *Temas contemporâneos da Antropologia*, traz um tópico sobre gênero e parentesco, em que discute sobre as opressões contra as mulheres. Explica o conceito de

gênero como uma questão cultural, e não natural, que produz hierarquias e desigualdades que, geralmente, privilegiam os homens em detrimento das mulheres. Nesse contexto, o texto ainda traz a discussão sobre a divisão sexual do trabalho, em que as mulheres ficam limitadas ao ambiente doméstico e as atividades ligadas ao lar e à maternidade, enquanto o homem é levado ao mundo público, do trabalho, da produção, da transformação do mundo e do reconhecimento social. Trata também sobre o parentesco homoafetivo e da “desbiologização” do parentesco.

A partir do capítulo 6, o livro nos leva para os conteúdos da Sociologia e, como dito anteriormente, as questões de gênero ficam superficiais. O sétimo capítulo, *Mundos do trabalho*, trata brevemente sobre a divisão sexual do trabalho, apresentando a tese da socióloga francesa Danièle Kergoat que explica que as desigualdades de gênero no mundo do trabalho seriam estruturadas, primeiramente, com a separação entre as atividades ditas como masculinas e femininas e, posteriormente, com a hierarquização entre esses trabalhos, atribuindo diferentes graus de prestígio e rendimento a partir do gênero do/da trabalhador/a.

O capítulo 13, *A sociedade diante do Estado*, que já faz parte da seção das Ciências Políticas, discorre sobre os movimentos sociais LGBTQIA+, feminista, movimento negro e indígena, que lutam por reconhecimento, fim da discriminação e preconceitos, combate aos tipos de opressões que cada grupo sofre diante da estrutura racista, machista, patriarcal e heteronormativa. O capítulo 14, *A política no Brasil*, cita apenas a conquista do voto feminino no Brasil, em 1934, sem discutir como isso aconteceu. E no capítulo 15, *Temas contemporâneos da Ciência Política*, apresentam-se, a partir do filósofo Michel Foucault, as relações de poder e como isso molda aquilo que somos, o que pensamos e como nos comportamos. Traz o exemplo da sexualidade que, apesar de nas últimas décadas ter passado por mudanças progressistas, ainda é bastante controlada pela sociedade. Além disso, cita brevemente a discussão acerca do corpo que é fortemente moldado pelos padrões de beleza. Além disso, também traz o argumento do cientista político Ronald Inglehart, para o qual a estabilidade econômica abriria espaço para os “valores pós-materialistas”, isto é, as discussões de gênero, sexualidade, étnico-raciais, ambientais, entre outros, que estão ligadas às pautas identitárias e de qualidade de vida.

7 | SOCIOLOGIA PARA JOVENS DO SÉCULO XXI

Traz a maior quantidade de autoras (81 mulheres), apesar de que muitas delas são jornalistas e não cientistas sociais. As questões de gênero aparecem espalhadas ao longo de todo o livro, mas também há um capítulo específico para gênero e outro para

sexualidade. Portanto, vamos à descrição sobre como o gênero aparece na obra:

No capítulo 2, *“Quem sabe faz a hora e não espera acontecer”*: a socialização dos indivíduos, explica que o processo de socialização dos indivíduos é iniciado desde o nascimento e perdura por toda a vida. Desse modo, apresenta-se a reflexão sobre como, de acordo com o sexo biológico da criança, ela vai passar por diferentes experiências em sua formação, que vão desde as roupas com as quais será vestida, as cores, os comportamentos estimulados e repreendidos, os valores recebidos, entre outros aspectos. Isso tudo contribui para sua formação social, de acordo com aquilo que a sociedade espera de homens e mulheres.

O quinto capítulo, *“Sejam realistas: exijam o impossível!”* Identidades sociais e culturais, destaca as transformações políticas provocadas pelas lutas sociais nas últimas décadas, o enfrentamento às diversas formas de opressão, como o machismo. A partir dessas lutas, tivemos um movimento de ampliação das perspectivas sobre os papéis femininos, visto que as mulheres passaram a ocupar cada vez mais espaço no mercado de trabalho e na luta pela superação das desigualdades sociais.

No sexto capítulo, *“Ser diferente é normal”*: as diferenças sociais e culturais, argumenta-se que comportamentos como preconceitos, discriminação, machismo, racismo, homofobia, etc, são construídos, legitimados e reproduzidos a partir das diferenças sociais e culturais. O capítulo 21, *“Onde você esconde seu racismo?”* desnaturalizando as desigualdades raciais, traz um tópico em que se discute a mestiçagem no Brasil, mostrando que, em grande parte, foi construída através do estupro de mulheres negras e indígenas. Assim, a mistura racial brasileira é reflexo de um histórico de profunda violência e exploração.

O capítulo 22, *“Lugar de mulher é onde ela quiser?”* Relações de gênero e dominação masculina no mundo de hoje, é destinado aos diferentes aspectos das questões de gênero. Inicia discutindo sobre “ser menina” e “ser menino”, explicando as diferenças conceituais entre gênero (que é uma construção social) e sexo biológico, e como essas relações se constituem como um dos mais fortes instrumentos de poder e dominação. Discute também sobre a transgeneridade e os questionamentos sobre a visão binária. Problematisa os estereótipos colocados sobre as mulheres, através dos arquétipos das personagens bíblicas de Eva - a traidora que levou a humanidade à perdição - e Maria - a mãe santa que deu seu filho para salvação de todos. Expõe a história do movimento de mulheres, a partir da divisão das ondas feministas, trazendo desde a figura histórica de Olympe de Gouges, proletária feminista e revolucionária, que lutou, no contexto da revolução francesa, pelos direitos de cidadania da mulher, para que houvesse igualdade de gênero, mas que acabou guilhotinada, acusada de ser contrarrevolucionária e de ser uma

mulher “desnaturada”. Apresenta a luta das mulheres no Brasil, no começo do século XX, pelo direito ao voto, que foi conquistado em 1934; as contribuições de Simone de Beauvoir sobre a construção social da mulher; de Lélia Gonzalez, sobre o feminismo negro, e Judith Butler que dá destaque para as questões de sexualidade e problematização do paradigma da binariedade, que desembocará na teoria Queer; trata sobre alguns tipos de violência a que as mulheres são submetidas, como a exploração sexual; a condição das mulheres em situação de encarceramento no Brasil, entre outros. Discute as violências domésticas, que podem ser moral, psicológica, financeira, física, etc., e a criação da lei Maria da Penha, que busca combater esses crimes. Por fim, reflete sobre a importância de estudar e pesquisar sobre as mulheres, para dar visibilidade às diversas questões que envolvem o universo feminino, combater as opressões dessa sociedade machista, patriarcal e misógina, e construir perspectivas outras, para além da vigente, que é hegemonicamente centrada no masculino.

O capítulo 23, “*Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é*”: debatendo a diversidade sexual e de gênero, inicia explicando conceitos importantes como sexo, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, heteronormatividade, homofobia e transfobia. Evidencia os altos índices de violência a que a população LGBTTQIA+ é exposta, no Brasil e no mundo. Traz o histórico de como a identidade de gênero e orientação sexual foram encaradas através do tempo e das culturas. E fala sobre os movimentos sociais que lutam pelos direitos à visibilidade, saúde e segurança, direito a expressar livremente afeto e a sexualidade, ao reconhecimento legal do nome social, direito ao acesso à educação, ao casamento, à adoção de filhos e filhas, entre outros.

8 | TEMPOS MODERNOS, TEMPOS DE SOCIOLOGIA

O livro é organizado em três partes, sendo a primeira destinada à apresentação da Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas. Na segunda parte, cada capítulo traz um sociólogo clássico ou contemporâneo, apresentando suas principais perspectivas, teorias e contribuições para o pensamento social. A terceira parte é destinada à compreensão de diversos aspectos da sociedade brasileira. O livro não possui um capítulo específico para tratar sobre o gênero, sendo que este aspecto aparece fragmentado em algumas partes do livro.

No capítulo 4, *Saber as manhas e as astúcias da política*, apresenta-se a pesquisa da antropóloga Beatriz Heredia sobre a relação entre política, família e relações de gênero. Nele a pesquisadora investigou como, muitas vezes, o voto feminino é determinado pelos interesses dos homens da família, configurando-se como uma das formas de desigualdades

de gênero e limitação da participação política.

O capítulo 12, *Sonhos de consumo*, fala especificamente sobre o sociólogo alemão Walter Benjamin e a construção capitalista da sociedade consumista. O texto discorre sobre o status das mulheres a partir das relações de consumo e nos leva até a Paris do século XIX, com suas galerias e passagens de consumo (precedente do shopping center), que eram alguns dos poucos lugares públicos em que as mulheres da classe média podiam frequentar sem receber um julgamento social. Naquele contexto somente as prostitutas podiam circular pelas ruas, pois eram “mercadorias” disponíveis para o “consumo” masculino.

O capítulo 14, *“Brasil, mostra a tua cara!”*, possui um tópico sobre as famílias brasileiras, discutindo sobre a diversidade de formatos familiares e as alterações do comportamento das mulheres, provocadas pelo acesso ao mercado de trabalho, o direito ao divórcio, o aumento da escolaridade, diminuição das taxas de fecundidade, entre outros aspectos.

No capítulo 15, *Quem faz e como se faz o Brasil?*, discute-se sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, como a desvalorização das atividades tidas como femininas, as diferenças salariais entre homens e mulheres, que ficam ainda maiores quando se trata de mulheres negras.

O capítulo 18, *Desigualdades de várias ordens*, problematiza as desigualdades de gênero no que diz respeito à vida familiar e doméstica, ao mercado de trabalho e à participação política. Discute também a construção do termo gênero, que inicialmente estava atrelado ao sexo biológico, mas que depois passou a ser compreendido como uma construção social, na qual esperam-se determinados comportamentos que corresponderiam ao masculino e feminino.

O capítulo 19, *Participação política, direitos e democracia*, apenas cita-se que em 1934 as mulheres conquistam o direito ao voto no Brasil. No final do capítulo 20, *Violência, crime e justiça no Brasil*, vemos um box em que se discute o problema da violência doméstica, o feminicídio e a lei Maria da Penha, aprovada em 2006, para combater esse tipo de crime. O capítulo 21, *O que os brasileiros consomem?*, discute sobre a cultura brasileira que supervaloriza a juventude e tem preconceito com o envelhecimento, principalmente das mulheres. Assim, para “fugir” das marcas da idade, elas são empurradas para o consumo de inúmeros produtos visando mantê-las jovens e atraentes.

Portanto, a partir da análise desses livros didáticos podemos perceber que o gênero é apresentado considerando-se os seguintes pontos: processo de socialização, família e parentesco, divisão sexual do trabalho. Movimento feminista, LGBTQIA+, movimento negro

e indígena. Desigualdades de gênero na vida social e, principalmente no trabalho. Voto feminino. Relação entre o explorador e o explorado: na dominação da sociedade ocidental sobre a natureza, as desigualdades entre homens e mulheres, e a exploração entre os diferentes povos. Diferença entre gênero e sexo. Algumas obras citam a teoria Queer, mas sem aprofundamentos. Direitos humanos e opressão contra as minorias sociais. Violência contra a mulher.

O gênero está mais presente nas discussões sociológicas sobre as desigualdades, e quando se fala sobre a cultura brasileira e a miscigenação, apresentam-se as discussões e críticas em torno do evolucionismo e do eurocentrismo. Porém, poucas obras relacionam esse processo de formação do país com os abusos, estupro e exploração sexual a que as mulheres racializadas foram submetidas.

9 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa partimos da inquietação sobre o lugar da mulher na produção científica, em especial o gênero nas Ciências Sociais e no ensino de Sociologia na educação básica, tendo como pressuposto que a Ciência é hegemonicamente eurocentrada e masculina, e isso reproduz uma série de desigualdades de gênero.

Ao analisar os livros didático de Sociologia, pudemos identificar a reduzida participação de autoras apresentadas nas obras. Trata-se de um reflexo do quanto as questões de gênero chegam à educação básica a passos lentos e enfrentam diversos desafios, que vão desde a produção de conhecimentos científicos, que é hegemonicamente normáscula, até a sua implementação na realidade escolar, além do próprio cenário das políticas públicas, em que as discussões de gênero na educação sofrem uma série de ataques e retrocessos. Isso tudo evidencia que, apesar das conquistas femininas e dos avanços nas discussões de gênero nas últimas décadas, a estrutura educacional ainda é bastante estática e conservadora. Justamente por isso é necessária a luta pela construção de um processo educativo, que tenha como alvo a transformação destas relações, possibilitando a emancipação dos sujeitos.

Entre os/as estudantes do ensino superior no Brasil, a partir dos anos 2000, as mulheres passaram a ser maioria, principalmente, como estudantes nos cursos de licenciatura. No entanto, quando observamos os cargos de professor universitário e as bases de dados científicos, temos a predominância masculina. Assim, quanto mais elevado o cargo e os postos de comando, maior a quantidade de homens e menor a de mulheres. Como argumenta Ângela Saini, “desde seus primeiros dias, a ciência trata as mulheres como intelectualmente inferiores aos homens” (SAINI, 2018, p. 23). Assim, mesmo quando

adentram espaços acadêmicos, as pesquisadoras não têm o devido reconhecimento por seus trabalhos. São diversas as razões para a marginalização feminina no mundo científico, entre as quais podemos destacar o processo sistêmico de exclusão da mulher da esfera pública, pois a ela (a nós) sempre foi reservado o espaço privado e doméstico, enquanto os homens podiam se dedicar à vida pública.

Desse modo, temos aqui, em todas as estatísticas sobre trabalho doméstico, gravidez, cuidado com os filhos, preconceito de gênero e assédio, algumas explicações do motivo pelo qual há tão poucas mulheres nos cargos mais elevados do campo da ciência e da engenharia. Antes de cair na tentadora armadilha de Lawrence Summers e presumir que o mundo tem essa configuração porque essa é a ordem natural das coisas, dê um passo para trás. A razão do desequilíbrio entre os gêneros nas ciências é, ao menos em parte, as mulheres enfrentarem um conjunto de pressões ao longo de toda a sua vida que os homens não têm de enfrentar. (SAINI, 2018, p. 22).

Diante da emergência das epistemologias femininas, a Sociologia, como ciência da sociedade, precisa encarar a responsabilidade de reconhecer a voz das mulheres em sua diversidade, não sob a ótica masculina. Mas para encarar essas desigualdades é necessário incluir na educação, além das questões de gênero, as sociólogas e cientistas de diversas áreas, e que escreveram sobre os diversos aspectos da vida social.

Portanto, uma ciência social que realmente queira refletir criticamente sobre a sociedade precisa reconhecer o que as vozes femininas têm a dizer, suas perspectivas e análises. É necessário repensar os processos educacionais, encarando o desafio de construir um projeto de emancipação epistêmica que se desprenda das amarras criadas pela colonialidade, acolhendo outras formas de conhecer, ser e pensar, não negando os conhecimentos já estabelecidos, mas encarando-os como uma possibilidade, e não a única via possível.

O conhecimento também é uma forma de poder, e quando temos conhecimentos validados apenas sob o ponto de vista de um povo, isso os reforça e os legitima como dominantes, criando aquilo que Chimamanda Adichie chamou de “o perigo da história única”, isto é, a versão de apenas um lado, desconsiderando a perspectiva dos outros sujeitos envolvidos. Assim, a história que estudamos sobre nosso país se dá a partir da visão do europeu, legitimando sua dominação e silenciando os grupos dominados. Chimamanda Adichie nos convida à reflexão sobre como a forma que as histórias são contadas constroem a realidade:

Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazer a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que se você quer

destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com “em segundo lugar”. Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente. Comece a história com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente. (ADICHIE, 2019, p. 13-14).

Assim, quais histórias estamos contando? Quais histórias estamos aprendendo na academia? Quais estamos reproduzindo na escola?

Atualmente a Sociologia no ensino médio se propõe a construir um currículo que estimule o estudante à compreensão de si, enquanto indivíduo, e do mundo, enquanto sujeito social, cultural e político, a percepção da sociedade em suas dimensões mais amplas. Em síntese, o currículo desta disciplina estuda relação indivíduo e sociedade, processo de socialização, cultura, questões étnico-raciais, gênero, sexualidade, ideologia, relações de poder, organização política, Estado, democracia, cidadania, direitos humanos, os movimentos sociais, estratificação social, desigualdades sociais, violência, relações de trabalho, política internacional, espaço urbano e rural, questões ambientais. Nesse sentido é possível e urgente desenvolver esses conteúdos a partir da perspectiva decolonial, trazendo a diversidade de conhecimentos para além da eurocêntrica e normáscula, mas que também parta das epistemologias dos povos latino-americanos, indígenas e africanos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. **O Perigo de uma História Única**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE, Vívian Matias dos Santos. **As origens do processo de marginalização das mulheres na ciência**: uma análise das influências culturais nas teorias que legitimaram uma educação desigual entre os sexos. Revista *Emancipação*, v. 6, n. 1, 2006, pag. 69-96.

AMORIM, Henrique. BARROS, Celso Rocha de. MACHADO, Igor José de Renó. **Sociologia hoje**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2016.

BOMENY, Helena. **Reformas educacionais**. [s.d.]. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>>, acesso em 22 abr. 2021.

BOMENY, Helena. EMERIQUE, Raquel Balmant. FREIRE-MEDEIROS, Bianca. O'DONNELL, Julia. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. 3ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018**: Sociologia - guia de livros didáticos - Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017. 55 p.

_____. Ministério da Educação. **Guia de implementação do Novo Ensino Médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação, [s.d.]. Disponível em: <<http://>

novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/Guia.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRIDI, Maria Aparecida. ARAÚJO, Sílvia Maria de. MOTIM, Benilde Lenzi. **Ensinar e aprender Sociologia**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2009.

_____. **Sociologia**. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 2016.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle. DESCOUTURES, Virginie. DEVREUX, Anne-Marie. VARIKAS, Eleni. **O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

LANDER, Edgardo. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 07-24.

LEPOS, Luiza. **Entre homens europeus e velhos que já morreram: à mulher no ensino de Sociologia, um estudo a partir das escolas estaduais de Imperatriz** - MA. Orientadora: Vanda Maria Leite Pantoja. 2021, 119 p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, Maranhão.

LUGONES, María. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter et. al. **Género y descolonialidad**. Coleção El desprendimiento. 2. ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014a. p. 13-42.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014b.

MARANHÃO. Governo do Estado. Escola Digna: **caderno de orientações pedagógicas** - Sociologia como componente curricular. Secretaria de Estado de Educação - São Luís, 2017.

MARUANI, Margaret. **Trabalho, logo existo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

MORAES, Amaury. **Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade**. Cad. CEDES vol.31 no.85 Campinas-SP. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622011000300004>. Acesso em: 22 abr. 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

SAINI, Angela. **Inferior é o caralho: eles sempre estiveram errados sobre nós**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2018. 320 p.

SCHWARCZ. Lília M.. Introdução: a história não é uma bula de remédio. In: SCHWARCZ. Lília. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 11-26

SEGATTO, José. BARIANI, Edison. As Ciências Sociais no Brasil: trajetória, história e institucionalização. **Revista em Pauta**, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vol. 07, nº 25, jul 2010. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2922/2086>, acesso em 12 de dezembro de 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-educação**. São Paulo: EPU, 1986.

SILVA, Afrânio [et. al.]. **Sociologia em Movimento**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, Cinthia Lopes da. SILVA, Rogério de Souza. A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: percalços e conquistas. **Revista Impulso**. Piracicaba-SP, ago. 2012, p. 97-106.

SILVA, Tânia E. M. da. SANTOS, Manoel M. R. SILVA, Adriana E. M. da. Sociólogo/professor: novos desafios para a formação profissional. **Anais XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2009. Disponível em http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3105&Itemid=171, acesso em 24 de agosto de 2015.

INTERPRETANDO A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ / MA

Data de aceite: 03/08/2022

Edisio Do Ó Loiola Junior

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: edisio@hotmail.com.br.

Maciel Cover

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: macielcover@gmail.com

capazes de cessar aquela violência no local da ocorrência e que também continua a proteger a mulher através da política pública de segurança desenvolvida Patrulha Maria da Penha que visita, monitora e atende as mulheres que possuem Medida Protetiva de Urgência.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Militar. Violência doméstica. Instituições.

INTERPRETING THE PERFORMANCE OF THE MILITARY POLICE IN CASES OF DOMESTIC VIOLENCE IN THE MUNICIPALITY OF IMPERATRIZ / MA

ABSTRACT: This article was extracted from a master's thesis developed between 2019 and 2021 whose objective was to understand the action of the Military Police in relation to cases of domestic violence against women in the municipality of Imperatriz - MA. Data about police action in situations of domestic violence were collected through the daily record of military police action carried out by two types of police officers from the 3rd Military Police Battalion: those from ordinary policing and those from the Maria da Penha Patrol. Two questionnaires were applied with these two categories of police officers, whose results indicate differences in the police action of each group. The answers to the questionnaires brought information that allow us to conclude that Imperatriz is a city that produces domestic violence and that women request the support of the military police that sometimes revictimizes women. But it is an institution whose police are able to stop that violence at the place of occurrence and that also continues to protect women through the public security policy developed by Patrulha Maria

RESUMO: Este artigo foi extraído de uma dissertação de mestrado desenvolvida entre os anos de 2019 e 2021, cujo objetivo foi compreender a ação do Policial Militar em relação a casos de violência doméstica contra mulheres no município de Imperatriz - MA. Os dados acerca da ação policial em situações de violência doméstica foram coletados através do registro cotidiano sobre a ação policial militar desenvolvida por dois tipos de policiais do 3º Batalhão de Polícia Militar: os do policiamento ordinário e os da Patrulha Maria da Penha. Foram aplicados dois questionários com estas duas categorias de policiais, cujos resultados apontam divergências na ação policial de cada grupo. As respostas dos questionários trouxeram informações que permitem concluir que Imperatriz é uma cidade que produz violência doméstica e que as mulheres solicitam o apoio da polícia militar que por vezes revictimiza a mulher. Mas é uma instituição cujos policiais são

da Penha, which visits, monitors and assists women who have an Emergency Protective Measure.

KEYWORDS: Military police. Domestic violence. Institutions.

INTERPRETANDO LA ACTUACIÓN DE LA POLICÍA MILITAR EN CASOS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA EN EL MUNICIPIO DE IMPERATRIZ / MA

RESUMEN: Este artículo fue extraído de una tesis de maestría desarrollada entre 2019 y 2021 cuyo objetivo fue comprender la actuación de la Policía Militar en relación a los casos de violencia doméstica contra la mujer en el municipio de Imperatriz-MA. Los datos sobre la actuación policial en situaciones de violencia doméstica fueron recogidos a través del registro diario de la actuación policial militar realizada por dos tipos de policías del 3.er Batallón de Policía Militar: los de la policía ordinaria y los de la Patrulla Maria da Penha. Se aplicaron dos cuestionarios con estas dos categorías de policías, cuyos resultados indican diferencias en la actuación policial de cada grupo. Las respuestas a los cuestionarios arrojaron información que permite concluir que Imperatriz es una ciudad que produce violencia intrafamiliar y que las mujeres solicitan el apoyo de la policía militar que en ocasiones revictimiza a las mujeres, pero es una institución cuya policía es capaz de frenar esa violencia en el lugar de los hechos y que también continúa protegiendo a las mujeres a través de la política de seguridad pública desarrollada por la Patrulha Maria da Penha, que visita, acompaña y asiste a las mujeres que tienen una Medida de Protección de Emergencia.

PALABRAS CLAVE: Policía Militar. La violencia doméstica. Instituciones.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar a atuação da Polícia Militar em casos de violência doméstica contra as mulheres no município de Imperatriz - MA, fazendo parte de um estudo mais detalhado realizado entre 2019 e 2021 (LOIOLA JUNIOR, 2021). Estranhar o familiar e tornar o familiar exótico é um exercício constante que permeia toda a pesquisa do qual resulta este artigo, que teve como ponto de partida de inspiração as recorrentes ocorrências policiais militares de violência contra a mulher, campo em que atuei e ainda atuo na qualidade de oficial da Polícia Militar do Maranhão em Imperatriz – MA. Assim, este trabalho tem aspectos de uma visão de um agente do Estado sobre as políticas públicas, devido às condições intrínsecas ao autor, ao mesmo tempo que busca apresentar uma análise sociológica de um pesquisador.

Contudo, há de se convir que a violência contra a mulher é uma triste realidade do nosso país, que assola todas as regiões, inclusive o município de Imperatriz, cidade de quase trezentos mil habitantes no sul do estado do Maranhão e cenário deste trabalho. Somente no ano de 2020 computaram-se 257 ocorrências de violência doméstica registradas na área do 3º Batalhão de Polícia Militar – 3º BPM; (CIOPS, 2020). O poder

público tem tomado medidas para mitigar essa ação covarde que acomete as mulheres e que são evidentes em todo o país. A criação de varas judiciais especializadas para a mulher, delegacias dedicadas somente a elas, centros de referência de assistência social à mulher, dentre outros mecanismos estatais, são medidas de suporte para as mulheres vítimas de violência doméstica.

Desde o advento da Lei Maria da Penha¹ (Lei 11.340/06), que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher, como a Medida Protetiva de Urgência – MPU, o combate a este tipo de crime tornou-se mais evidente e efetivo. A MPU é um instrumento que possui particular eficiência devido ao apoio jurídico-policial dedicado a seu funcionamento em Imperatriz. Os plantões judiciais, uma vara especializada de apoio à mulher e uma viatura da polícia militar dedicada exclusivamente para este fim (Patrulha Maria da Penha - PMP) são fatores que contribuem para o sucesso das MPU em Imperatriz - MA, onde desde a sua implementação em 2018 não há registro de feminicídio de nenhuma das mulheres que tiveram a MPU deferida.

Especificamente em relação à MPU, ela é, na prática, um documento expedido pela autoridade Judiciária (juiz ou juíza), que impõe ao autor da agressão uma série de restrições: ele não pode se aproximar ou frequentar locais em que a vítima costuma ir, como a igreja ou local de trabalho, não pode entrar em contato via quaisquer meios (telefonema, mensagens, recados) e, se for o caso, determina que o agressor saia da casa onde coabita com a mulher (ele é comunicado pelo oficial de justiça que vai juntamente com a Polícia Militar para removê-lo da casa).

Caso o alvo da MPU, isto é o agressor, descumpra a medida, ele cometerá um crime previsto na Lei Maria da Penha e poderá ser preso em flagrante. Para se ter acesso a este documento, a mulher pode solicitar ao: Delegado de Polícia Civil, Promotor do Ministério Público ou Defensor Público. Estes, por sua vez, irão remeter o pedido para o Juiz ou Juíza correspondente, que terá 48 horas para deferir a medida. Uma vez deferida, um oficial de justiça entregará uma cópia da MPU para ambas as partes, pessoalmente, e esclarecerá do que se trata e qual o prazo das restrições, que podem durar até 300 dias.

Uma vez deferida a MPU, a Juíza da Vara da Mulher em Imperatriz determina à Patrulha Maria da Penha o acompanhamento, que é realizado através de uma primeira visita, e a partir daí é a mulher quem decide com que frequência a Polícia Militar a visitará.

1. A Lei Maria da Penha, em grande medida, é tributária da Convenção de Belém do Pará e, nesse sentido, é importante visibilizar os desafios para a implementação dessa Convenção pelos Estados-Partes da OEA, dentre os quais o Brasil. A Lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006 –, para além de seus efeitos legais, representa o resultado de uma bem-sucedida ação de advocacy que pode ser definida como o conjunto de características-chave, dentre as quais: forte organização, análise clara da questão, estratégia dinâmica, grupo de apoio ou de constituintes significativo, mobilização e ação visíveis voltadas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres e para a compreensão de que as mulheres têm o direito a uma vida sem violência (CAMPOS, 2011, p. 15).

Em outros municípios que compõem a comarca de Imperatriz, o trabalho também é realizado pela Patrulha Maria da Penha - PMP de Imperatriz. São eles: Vila Nova dos Martírios, Governador Edison Lobão e Davinópolis.

A mulher em situação de violência precisa inicialmente quebrar este ciclo através da denúncia. Um dos caminhos é acionar² as polícias: Militar, através do telefone 190, que ocorre durante ou logo após a agressão ou; Civil, quando a vítima se desloca até a delegacia com o objetivo de registrar um boletim de ocorrência, relatando ao Delegado de Polícia o fato para que esta autoridade solicite, mediante interesse, a MPU ou a abertura do Inquérito.

Uma abordagem utilizada pela mulher para com seu agressor, que via de regra é um parente seu ou o seu companheiro afetivo, é entrar em contato com os órgãos de segurança pública. É neste momento em que, dependendo do ente envolvido, que a situação poderá ser resolvida ou não. Por um lado, temos uma vítima de violência doméstica fragilizada, atacada por alguém que possui laços fraternos ou amorosos, numa luta interna da sua *psiquê* para romper este ciclo de violência. Do outro lado podemos ter, por exemplo, um policial militar despreparado, que (re) vitimiza a mulher agredida, culpando-a por toda a situação sem conduzir os envolvidos para delegacia, atuando como conciliador. A partir daí é que se agravam os casos de feminicídio no país, que já é o quinto no mundo no ranking deste tipo de crime, atingindo 4,8 a cada 100 mil mulheres de acordo com a Organização Mundial da Saúde em 2015. Fazer a denúncia não significa necessariamente se ver livre da violência, já que se trata de um problema que pode ser visto como estrutural. Por isto este estudo é importante, pois precisamos entender o limite da política pública como efeito desta estrutura, conjunção entre dinâmica social e ação dos indivíduos, que percebe a violência contra a mulher como algo quase natural, que naturaliza um fenômeno eminentemente social.

Esse agente da lei, o Policial Militar, é uma peça central no cenário da violência doméstica e estudá-lo, tanto como indivíduo como representante de uma instituição maior que atua como braço armado do Estado, pode se revelar um caminho para se entender o social.

O interesse em abordar este tema deu-se devido à frequência das ocorrências de violência doméstica que ocorrem em Imperatriz. Ainda que o tema violência contra mulher seja constantemente abordado, a atuação do policial militar precisa ser compreendida/problematizada.

2. A violência doméstica ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Até que este ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela. (Saffioti H. I., 2004, p. 79).

Somente em 2019 foram 245 ocorrências atendidas pela polícia militar, que tinham por sua natureza relação com os crimes descritos na Lei Maria da Penha, isto é: foram ocorrências de violência doméstica. Atualmente a Patrulha Maria da Penha acompanha cerca de cem mulheres vítimas de violência doméstica em Imperatriz. O que essas ocorrências não apontam, contudo, é a abordagem policial militar utilizada, como se deu o processo de amparo estatal à vítima da violência. É por isto que se reveste de particular importância conhecer e problematizar a ação policial militar.

O universo da pesquisa se detém ao 3º Batalhão de Polícia Militar, uma unidade de polícia que realiza o policiamento ostensivo e preventivo no município de Imperatriz. O recorte utilizado nesta pesquisa extrai uma amostra justamente desses policiais que atuam na atividade fim da polícia militar, prevenindo o crime através do patrulhamento motorizado em viaturas e atendendo ocorrências de toda a sorte. Além destes policiais do serviço ordinário, que lidam com o cidadão diariamente, também fazem parte desta pesquisa os policiais da Patrulha Maria da Penha, que em Imperatriz são cerca de quinze profissionais que atuam exclusivamente em ocorrências que envolvem violência doméstica contra a mulher.

Desta forma o levantamento de dados foi realizado através de dois questionários voltados para o *policia de rua*, que atua atendendo todo o tipo de ocorrência policial, incluindo as de violência doméstica contra a mulher, e outro questionário voltado para os policiais da Patrulha Maria da Penha.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram aplicados dois tipos de questionários aos policiais militares que atuam no serviço especializado, isto é, na Patrulha Maria da Penha, e outro questionário dedicado aos policiais do serviço ordinário. Na Patrulha Maria da Penha, doze policiais se dedicam ao serviço operacional, isto é, atuam diretamente no atendimento às vítimas de violência doméstica. Destes, dez responderam ao questionário aplicado através da plataforma eletrônica do Google Docs.

Inicialmente estes policiais responderam aos questionários de forma presencial da mesma forma que os policiais da Patrulha Maria da Penha. Contudo, a partir do dia 16 de março de 2020 iniciaram-se os decretos estaduais que tinham por objetivo combater a disseminação do novo coronavírus, o que tornou inviável solicitar a presença física de policiais para que compartilhassem equipamentos como computadores e que se aglomerassem em uma sala. Notando também uma escalada nos casos, não tive alternativa senão suspender esta etapa da pesquisa até que tudo se normalizasse. Ainda assim, passada a severa onda

de contágio que acometeu o 3º BPM, optei por realizar coleta de dados de forma online.

Assim, nesta terceira fase, enviei o link do questionário para oitenta policiais da minha lista de contatos telefônicos, escolhidos por atuarem no serviço operacional, já que conheço pessoalmente todos. Desta forma, entre os dias 18 e 23 de junho de 2020 obtive cinquenta e oito respostas nesta etapa, totalizando setenta e uma respostas deste segundo instrumento de coleta de dados.

Através de minha atuação como policial militar, estive em contato com situações cotidianas que me permitiram um olhar de “participante observador” (SILVA, 2011) e neste sentido, durante a pesquisa de campo coletei grande parte dos dados descritos que registrei neste trabalho. A participação de ocorrências policiais militares envolvendo vítimas de violência doméstica foram inúmeras, em momentos em que desempenhei a função de Coordenador de Policiamento de Unidade. A função de coordenador é comandar todo o serviço policial operacional voltado ao atendimento ao cidadão. Houve dias com até quatro ocorrências de violência doméstica. Embora nesses momentos a prioridade de atuação é a de Policial Militar, em paralelo apercebia as ações e reações dos outros policiais militares para com as vítimas, acusados e testemunhas envolvidas em cada ocorrência.

Em fevereiro de 2020 passei a comandar a Patrulha Maria da Penha em Imperatriz. A então comandante, 1º Tenente Josmara Rocha Aguiar, teve de retornar à capital do Estado por motivos pessoais e fui indicado como seu sucessor por ela, dada a minha afinidade com o tema e proximidade com a ex-comandante por ter sido escrivão de um inquérito no qual ela era a encarregada.

Ao assumir o comando deste serviço especializado - a Patrulha Maria da Penha, passei a ter mais contato com a temática desta pesquisa, atuando junto com os policiais da Patrulha nas visitas às vítimas de violência doméstica e nas ocorrências de descumprimento de medida protetiva. Trabalhar diretamente no campo com os dois tipos de policiamento, isto é, o policiamento ordinário e o policiamento especializado da Patrulha Maria da Penha, permitiu-me apontar diferenças no atendimento que cada um desempenha nas ocorrências de violência doméstica.

3 | RESULTADOS

Foram preenchidas setenta e uma respostas no questionário online, pelos policiais que atuam no serviço ordinário, de um universo de cento e vinte. Como já descrito na metodologia, apenas treze responderam “presencialmente” ao questionário, e aos demais foi enviado o link para preenchimento online.

Dos entrevistados nesta etapa, 80,3% eram policiais do sexo masculino e 19,7% do

sexo feminino. Este número de mulheres é interessante, visto que somente 5% do efetivo policial militar do Estado do Maranhão é composto por mulheres, sendo que 10% das vagas são destinadas a elas, conforme o edital do último concurso em 2018 (MARANHÃO, 2017, p. 4). Isto demonstra que o 3º BPM, universo da pesquisa, possui uma quantidade maior de mulheres na atividade fim, que é o policiamento ostensivo.

A escolaridade dos entrevistados é predominantemente composta por policiais com ensino superior completo. Não há na amostra policial com escolaridade inferior à de nível médio, visto que essa é a escolaridade mínima exigida nos últimos editais. Outrora apenas o ensino fundamental era exigido. Vale ressaltar que esta é uma observação que obtive através de relato oral. O fato é que dos setenta e um policiais entrevistados, 76%, já tiveram contato com a educação de nível superior, com uma quantidade incipiente de policiais se dedicando inclusive ao ensino a nível de pós-graduação. Estes que estão cursando ou já concluíram a pós-graduação são todos cabos ou soldados ingressos no ano de 2007 ou posteriormente. Trataremos das patentes dos entrevistados mais à frente.

Importante registrar que, do conjunto de policiais que responderam ao questionário, constata-se a presença de integrantes das seguintes companhias: Rádio Patrulha, Destacamento, Força Tática, Esquadrão Águia, Guarda e Operações Especiais. A maioria dos policiais entrevistados atuam na atividade fim em Imperatriz, isto é, Companhia de Rádio Patrulha, Força Tática e Esquadrão Águia, totalizando 49% da amostra. Reafirmo, contudo, que os outros policiais também representam relevância em seus depoimentos dada a rotatividade de funções que o policial exerce em várias companhias.

A pirâmide hierárquica se reflete na composição das patentes dos entrevistados. É sabido que a estrutura de pessoal militar possui sua base na grande quantidade de soldados, passando por uma quantidade menor de cabos, sargento e subtenentes. Este questionário não foi aplicado em oficiais. Das respostas recebidas, 49% eram de soldados, 34% de cabos, 14% de sargentos e 1% de subtenentes.

Vale ressaltar que, dentre as patentes relacionadas acima, não há nenhuma mulher em patente superior a cabo, não há no universo pesquisado Sargento ou Subtenente do sexo feminino no batalhão. Dados de vinte e três unidades da federação em 2003, incluindo o Maranhão, demonstram que a quantidade de mulheres nas patentes que vão de cabo a subtenente é reduzida. O estudo mostrou que elas representam entre 5% e 6%, do efetivo policial no Brasil (CASTRO; FRANCO, 2011).

Quando questionados sobre o ano de ingresso na corporação, o intuito foi de contrastar o ano de ingresso com o Curso de Formação de Soldado - CFSD ao qual este policial foi submetido. A maioria dos policiais entrevistados ingressou entre 2001 e 2019 na

Polícia Militar. Neste intervalo há registros dos CFSD nos anos de 2001, 2007, 2010, 2014, 2016 e 2018. A comparação entre a formação inicial, isto é, do CFSD e as respostas do policial, pode contribuir para compreensão de como este policial age durante as situações de violência doméstica contra a mulher.

Os dados acerca do ano em que o policial militar realizou o seu Curso de Formação de Soldados apontam que a maioria dos policiais entrevistados, que estão, por consequência, atuando nas ruas, foram formados na última década, com 64% dos policiais formados entre de 2010 e 2020, sendo a maioria composta por policiais de 2014 até 2020. Trata-se de um lapso temporal ainda mais recente, com policiais jovens, pois em 2014 a data limite para ingresso na PMMA era de trinta anos de idade.

Na pergunta seguinte, inicia-se a parte do questionário voltado para o tema desta pesquisa. Ao serem questionados se “Você já atendeu alguma ocorrência envolvendo violência doméstica contra a mulher?”, apenas cinco policiais afirmaram não ter participado de ocorrência desta natureza. Assim, 93% dos entrevistados afirmaram já ter participado de ocorrências deste tipo. Dentro deste universo de policiais que já participaram de ocorrências envolvendo violência doméstica contra a mulher, cinquenta e dois policiais tiveram que utilizar a força física para efetivar a prisão de algum acusado de violência doméstica. Dado que aponta certa resistência do indivíduo em relação à ação do policial entrevistado, pois representa 73% dos entrevistados, ou seja, o emprego da força física para conter o agressor é uma constante.

O uso da força física contra civis por parte de integrantes da polícia militar é comum e reafirma a tese de monopólio do uso legítimo da força pelo Estado proposta por Weber. Neste sentido é que Bayley (2006, *apud* BUENO; LIMA; TEIXEIRA, 2019) define a polícia moderna como um conjunto de pessoas que estão autorizadas por um determinado grupo de cidadãos a regular as relações interpessoais num determinado local através do uso da força física. O autor complementa que há um elemento essencial para que a polícia possa cumprir sua função: a autoridade para intervir quando for necessário restaurar um distúrbio da ordem pública (BUENO; LIMA; TEIXEIRA, 2019).

Em seguida iniciam-se as perguntas abertas. A primeira é composta pelo seguinte questionamento: “Qual o papel do Policial Militar diante das ocorrências em que a mulher é vítima de violência doméstica? (Entenda a palavra “papel” como: dever, obrigação legal, moral)”. Dos setenta e um entrevistados, apenas um não respondeu e, ainda que alguns tenham preenchido respostas curtas e objetivas como: “Garantir a proteção da vítima”, “Manter a integridade da vítima” e “Obrigação Legal”, como os entrevistados 66, 68 e 69 declararam, a maioria dos policiais relatam que devem proteger a mulher e conduzir o agressor para a delegacia de polícia.

O entrevistado nº 37 aponta que o papel do policial militar é de “defender a vítima caso ainda esteja sendo agredida; fazer a condução do agressor até a delegacia competente. Tentar acalmar, amenizar a situação de violência sofrida pela vítima”. Esta conduta revela um viés conciliador que o policial se propõe a fazer para com a vítima, contudo este não é o papel da polícia militar, uma vez que o PM não deve buscar a resolução do conflito no local, apenas cessar a violência e então encaminhar o agressor à presença da autoridade policial na delegacia de polícia civil.

O entendimento do policial militar sobre o encaminhamento da ocorrência, ainda que a vítima não queira representar nos crimes que seja exigida tal representação vem de encontro com a missão constitucional do Polícia Militar na preservação da ordem pública, ou seja, o PM deve atuar de forma a restaurar a ordem pública no local de uma violência contra uma mulher, bem como atuar no aspecto de prevenir uma possível continuidade das agressões contra a mulher. Também o policial militar tem o dever de devolver a tranquilidade à comunidade, pois não é concebível que numa agressão constatada pela Polícia Militar, o agressor não seja preso porque não houve a representação da vítima. (SOUSA, 2011, p. 36).

Alguns policiais entendem que o flagrante³ é essencial. O entrevistado nº 45 aponta que é dever da PM: “Prestar todo o apoio necessário, caso esteja em flagrante, realizar a prisão e condução do acusado, entretanto se não estiver em situação de flagrante, orientar a vítima a procurar a delegacia da mulher.” Sani, Coelho e Manita, ao estudarem as atitudes e crenças policiais em intervenções em situações de violência doméstica trazem que:

Vários motivos podem ser apontados, desde haver alguma relutância por parte da polícia no envolvimento nos incidentes de violência familiar (JORDAN, 2004; SANI & MORAIS, 2015), bem como uma forte resistência em encará-los como “verdadeiro trabalho da polícia” (MACHADO et al., 2005). Esta situação parece estar associada às crenças dos policiais relativamente às vítimas de violência familiar, principalmente no que respeita à apresentação de queixa, à presunção de não cooperação ou, mesmo, à antecipação da desistência da acusação (GAUTHIER, 2010). (SANI, COELHO, & MANITA, 2018, p. 74).

Perguntar se a vítima tem “total certeza” acerca da representação é uma questão delicada neste momento de fragilidade em que a mulher se encontra. Se o policial tem em vista, de maneira antecipada, que a mulher há de se arrepender e posteriormente irá retirar a acusação, há de se convir que a ação do PM pode ser insuficiente para cessar o delito.

Na segunda pergunta aberta foi solicitado que o policial descrevesse o *modus operandi* da PM em relação à ocorrência de violência doméstica contra a mulher: “Descreva

3. Considera-se em flagrante delito quem: I - está cometendo a infração penal; II - acaba de cometê-la; III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; IV - É encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração” (BRASIL, 1941).

como é o atendimento da polícia militar em caso de ocorrência envolvendo mulher vítima de violência doméstica tendo como base a sua experiência pessoal. Desde o chamado até o fim da ocorrência na delegacia.”.

As respostas variaram bastante, sem que fosse possível traçar um padrão. O que demonstra uma desinformação por parte do policial e uma falta de padronização do procedimento no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica. Uso o termo de “desinformação” porque é preciso traçar um ponto de comparação entre a ação supostamente ideal e a relação do discurso (e da análise) do que o policial relata que faz.

O Entrevistado nº 10 foi taxativo ao relatar que “Bom, 90% das ocorrências se desfazem a partir do momento da chegada da viatura”. Este discurso revela que para este entrevistado a simples chegada da viatura, na forma de Estado materializado, é suficiente para se encerrar a ocorrência, isto é, a presença da polícia militar faz com que a agressão acabe. O Entrevistado nº 71 apresentou uma resposta genérica: “A princípio técnico e imparcial respeitando todos os limites impostos na situação”.

A Entrevistada nº 18, que identifiquei como sendo um soldado do gênero feminino que ingressou em 2017 nas fileiras da PMMA, relatou que:

Muitas vezes acontece da mulher ligar para a polícia apenas para “dar um susto” no companheiro, ou para os policiais “aconselharem” o agressor. Não querem dar prosseguimento com a denúncia. Outras vezes elas vão até o fim e chegam até a delegacia para os procedimentos legais. Às vezes desistem na delegacia. Isso envolve muito a dependência financeira que as mulheres têm com relação ao parceiro. (ENTREVISTADO Nº 18, 2020).

De fato, o relato da Policial Militar encontra correspondência em outros casos, já que em parte das ocorrências fica evidente que a mulher queria apenas “assustar” o agressor (marido ou namorado), mostrar força e de alguma forma cessar a agressão que estava sofrendo, sendo que por vezes elas relatam de forma objetiva: “Eu só queria dar um susto nele” ou “Eu queria que vocês conversassem com ele para ele ir embora”. São frases que não são estranhas de se ouvir em ocorrências deste tipo. Algumas mulheres no local da ocorrência realmente aceitam representar criminalmente e são conduzidas para a Delegacia junto com o agressor (vão em compartimentos separados), mas acalmados os ânimos, diante da presença do delegado, a mulher desiste ou traz outra narrativa, diferente da que foi dita à PM, dizendo que nada houve.

A dependência financeira é um argumento recorrente que observamos. O entrevistado nº 62 também aponta que “Existem também aqueles casos em que a vítima quer apenas que o agressor saia de casa, pois depende financeiramente dele e não quer que ele seja preso”.

Em seu estudo Modelli (2019, p. 1) aponta que “A dependência financeira é o principal motivo do silêncio de mulheres agredidas em casa”. A dependência financeira é descrita como motivo de escusa da denúncia por Abreu (2015); Gomes (2012); Porto (2014) e Cordeiro (2017).

O relato do abuso de álcool aparece no relato do Entrevistado nº 3: “na maioria das ocorrências o homem é o agressor, e muitas das vezes está embriagado e oferece resistência na hora da prisão.” Num grande número de ocorrências que participei, o agressor está sob influência de álcool e acaba por agredir a mulher. A influência do álcool parece ser um fator desencadeador da violência doméstica.

A quinta pergunta direcionada aos policiais do serviço ordinário foi: “Qual sua percepção sobre o agressor em ocorrências envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica?”

Para este questionamento as respostas foram diversas, embora a influência do álcool e o estado de embriaguez tenham sido pontuados por alguns entrevistados. O Entrevistado nº 3 aponta que “O agressor, para mim é uma pessoa agressiva, e necessita de uma correção penal.” O entrevistado nº 15 aponta o agressor como alguém “possessivo, ignorante e extremamente machista”.

A influência do álcool nas ocorrências de violência doméstica é corroborada por dezesseis entrevistados. Os relatos são: “Muitas vezes envolve álcool e discussões banais, sempre nesses casos percebo que não estão em sã consciência” (ENTREVISTADO nº 14). Os agressores geralmente estão alcoolizados ou já têm histórico de agressões contra mulheres. (ENTREVISTADO nº 20). “Maioria das vezes estão sob a influência de álcool” (ENTREVISTADO nº 28). “Quase sempre alcoolizado” (ENTREVISTADO Nº 48). “A maioria das vezes o agressor está alcoolizado e muito violento.” (ENTREVISTADO n55). O entrevistado nº 54 aponta que:

Maioria das situações percebe se que os mesmos são usuários de alguma substância ilícita, tipo, álcool, drogas sintéticas, cocaína, maconha e etc... E que em muitas das ocorrências os mesmos no momento da ação encontram-se bêbados, drogados, e já com antecedentes criminais creditados em seu CPF, ou seja o mesmo já respondeu por situações parecidas em seu passado. (ENTREVISTADO nº 54).

E ainda: “Geralmente o agressor é reincidente e está sob efeito de álcool.” (ENTREVISTADO nº 61). “Os agressores geralmente estão alcoolizados ou já têm histórico de agressões contra mulheres. (ENTREVISTADO nº 71).

O ciúme é apontado como um dos fatores pelo Entrevistado nº 38. Para ele os agressores são “geralmente pessoas com ciúmes descontrolado, ou simplesmente com

desconfiança de traição por parte da mulher, que não conseguem se conter e partem pra violência.”.

Um relato bastante elaborado foi feito pelo Entrevistado nº 57, que relatou que:

São pessoas mal resolvidas que apresentam sentimento de posse em relação à outra, tratando como um bem ou objeto de satisfação pessoal, que não aceitam a perda ou que não conseguem superar as frustrações de um relacionamento. Se colocam em posição superior à sua companheira, adotando uma postura de total desrespeito e opressão, que na maioria das vezes evolui pra as agressões físicas e verbais. (ENTREVISTADO nº 57).

Quando questionado sobre “Qual sua percepção sobre a mulher que é vítima em ocorrências envolvendo violência doméstica?”, os entrevistados apontaram uma visão de vulnerabilidade por parte da vítima. A dependência financeira novamente é aparente, mas com o relato também da dependência emocional: “uma vítima da sua insegurança, dependência emocional, financeira” (ENTREVISTADO nº 40). A palavra “dependência” aparece em ao menos vinte relatos:

Em sua grande parte, as mulheres dependem do marido (financeiramente, em deslocamento e para viverem) são pessoas que nunca imaginam que o parceiro vai passar do ponto atual em que se encontra (às vezes a violência é manifesta só em sua fase verbal), por fim, a maioria acredita na mudança do parceiro em detrimento a violência por ele cometida. (ENTREVISTADO nº 36).

A fragilidade das vítimas e a sua situação de vulnerabilidade é apontada em diversos relatos, a saber: “Sempre se mostra uma pessoa oprimida e sem força para reverter aquela situação” (ENTREVISTADO nº 5). “Pessoa com aparência sempre fragilizada e desprotegida em decorrência da convivência conturbada com seu cônjuge. (ENTREVISTADO nº 8). “Uma sofredora”. (ENTREVISTADO nº 13). “Frágil e submissa.” (ENTREVISTADO nº 15). “De uma mulher sofrida.”. (ENTREVISTADO nº 16). “Vulnerável.” (ENTREVISTADO nº 30). “Uma vítima da sua insegurança, dependência emocional, financeira.” (ENTREVISTADO nº 40). “Sofredora, que na maioria das vezes não tem força ou condições para resolver tal problema”. (ENTREVISTADO nº 45). “A maioria são de famílias humildes, dependentes financeiramente dos maridos por isso algumas vivem anos aceitando serem vítimas. (ENTREVISTADO nº 50). “Pessoas frágeis, dependentes do homem...outras são mais agressivas que o homem, porém com menos força física”. (ENTREVISTADO nº 52) “Vítima indefesa”. (ENTREVISTADO nº 59). Aqui poderíamos contrastar essa visão dos policiais sobre as mulheres, com as estratégias das quais as mulheres lançam mão para reagir diante das situações de violência.

Num segundo momento foram entrevistados dez policiais da Patrulha Maria da Penha. A maioria desses profissionais que lidam diariamente com ocorrências e vítimas

de violência doméstica fazem parte da equipe desde a criação da patrulha em Imperatriz. Foram dez entrevistados, sendo que sete eram homens e três mulheres. O efetivo da patrulha na época do estudo contava com cerca de doze policiais do serviço operacional e dois no administrativo, sem contar o comandante, o que perfazia um total de quinze policiais.

O nível de escolaridade desses policiais apontou um maior contato destes com a formação de nível superior, com somente um policial tendo respondido possuir o ensino médio completo, ao passo que os demais haviam concluído a graduação (4), estavam cursando (2) ou interromperam o curso (1). Havia também um estudante de pós-graduação, o único com a patente de cabo dentre os entrevistados, sendo os demais soldados. Destaque-se que todos os policiais entrevistados já haviam passado por algum tipo de capacitação sobre o atendimento a ocorrências a vítimas de violência doméstica. Apenas um dos entrevistados apontou que nunca teve que utilizar a força durante a prisão de algum acusado de violência doméstica.

Na etapa de respostas discursivas, quando questionados acerca de “qual o papel da Patrulha Maria da Penha diante das ocorrências em que a mulher é vítima de violência doméstica? (Entenda a palavra “papel” como: dever, obrigação legal, moral, profissional, atribuição, função que se desempenha ou cumpre.)”, os entrevistados citaram a fiscalização das MPU, bem como a proteção da vítima. O Entrevistado nº 3 apontou que:

Fiscalizar e promover a eficiência das medidas protetivas de urgência, estabelecendo uma maior sensação de segurança às mulheres que sofrem de violência doméstica, além disso, realizamos palestras em unidades de ensino fundamental, médio e superior, a fim de aumentar o conhecimento da comunidade em relação à Lei Maria da Penha (11.340/06) atuando assim de modo preventivo, como determina a própria Constituição Federal em seu artigo 144. (ENTREVISTADO Nº 3).

Esta resposta resume o que de fato a PMP se predispõe a fazer em Imperatriz, atuando no acompanhamento e fiscalização das MPU, além de palestras em unidades de ensino.

Outras respostas a este questionamento foram: “Prestar apoio a essas vítimas e realizar a fiscalização quanto ao cumprimento das MPUs por parte do agressor” (ENTREVISTADO Nº 8). O que está em consonância com a letra da lei, que atrela especificamente a ação da PMP à medida protetiva que a mulher possui. A preservação da vida no aspecto físico e social da mulher também foi retratada: “Resguardar a integridade física e moral da mulher que está sobre [sic] violência doméstica.” (ENTREVISTADO Nº 9). Outro entrevistado apontou a exclusividade que a PMP tem sobre as ocorrências relacionadas ao crime de descumprimento de Medida Protetiva de Urgência: “Nosso papel

é fundamental, pois somos responsáveis pela fiscalização das medidas e também temos uma resposta pronta e rápida para o descumprimento da mesma.” (ENTREVISTADO Nº 10). De forma genérica o Entrevistado nº 11 aponta que “O papel da PMP é garantir a segurança da vítima e prevenir a violência doméstica para que ela não aconteça.” (ENTREVISTADO Nº 11).

Em seguida, quando solicitados para que descrevam como é o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica realizado pela Patrulha Maria da Penha em Imperatriz, os relatos apontam o seguinte *modus operandi*.

Realizamos um primeiro contato com a assistida, a fim de estipularmos um grau de periculosidade relacionados à medida protetiva, logo após promovemos visitas constantes e rondas para a referida assistida para que haja uma sensação de segurança, promovendo assim a efetividade da medida protetiva, uma política pública cumprida e atuante por parte do Estado. (ENTREVISTADO Nº 3).

Quando o policial relata que estabelece “um grau de periculosidade” está se referindo ao relato que a vítima faz acerca do agressor, se é uma pessoa que possui armas de fogo, se tem o costume de consumir bebidas alcoólicas ou se houve ameaça recente. É com base nesse relato que são estipulados os números de visitas, diárias, semanais, quinzenais ou mensais, contudo a palavra final sobre a frequência das visitas é da vítima, como relata o Entrevistado nº 5: “A PMP realiza visitas periodicamente, de acordo com a solicitação da vítimas, podem ser feitas rondas, são feitos questionários a respeito se o agressor está cumprindo a MPU”.

Acerca das visitas o Entrevistado nº 7 apontou que:

Realizamos visitas para as vítimas com frequência, assim podemos verificar se a medida tem sido cumprida, se houve alguma tentativa de quebra, nossas assistidas se sentem seguras quando visitamos elas pois temos um compromisso com cada uma.

O atendimento da Patrulha Maria da Penha, portanto, é direcionado de forma preponderante a mulheres que já são vítimas da violência doméstica e resolveram pedir a Medida Protetiva de Urgência, como relata o Entrevistado nº 4:

Após a violência doméstica, há o acompanhamento da vítima, que é realizado com visitas e rondas nas residências e é produzido o relatório do acompanhamento. Já no primeiro contato quando a violência está em andamento assim que a patrulha é acionada e o fato é verificado, o agressor juntamente com a vítima são encaminhados à delegacia da mulher para o procedimento (ENTREVISTADO Nº 4).

Ao analisarmos as respostas, é possível perceber uma coesão no relato dos policiais

numa unanimidade protecionista em relação às vítimas. Assim, é relevante retomar a discussão da análise do discurso desses atores, sob a ótica da sociologia pragmática, uma sociologia das provas, segundo Barth, Catherine e Danny (2016): os atores não têm uma consciência plena e constante das razões de sua ação, eles não estão sempre prontos para enunciá-las de forma clara para si mesmo ou para os outros.

Trago esta ótica pragmática porque há aqui uma armadilha da dúvida ao se ler os relatos, em que podemos duvidar de que o atendimento da Patrulha Maria da Penha seja altamente coerente, ético, respeitador e complacente, já que são os próprios agentes relatando como agem.

Entretanto, os relatos desses policiais não podem ser descartados, é preciso “levar a sério” o discurso feito por esses atores para justificar suas práticas e condutas ainda que saibamos que não é o simples registro do seu ponto de vista, como está sendo feito aqui, com a transliteração das suas respostas problematizadas em um vocabulário científico que hão de confirmar (ou não) que os policiais têm razão, mas sim que eles possuem “razões para afirmar” o que estão dizendo. (BARTHE, CATHERINE, & DANNY, 2016).

Em seguida os policiais responderam ao seguinte questionamento: “Você acredita que a mulher é a responsável pela violência doméstica que sofre? Justifique sua resposta”. Acerca deste questionamento, os policiais foram unânimes em negar que fosse culpa da mulher. O Entrevistado nº 2 apontou que “A vítima jamais é culpada pelas transgressões realizadas pelo acusado/indiciado”. O Entrevistado nº 3, por sua vez, relata que “Não, pois a mesma vivencia um ciclo de violência ficando refém do mesmo”. O Entrevistado nº 6, na mesma linha discorreu que: “Com certeza não, nada justifica uma agressão independente de qual tipo seja”. E o Entrevistado nº 7, por fim: “Não, nenhum motivo será suficiente para justificar agressão a uma mulher”.

Um relato mais completo foi descrito pelo Entrevistado nº 4:

Não. A violência tem como o total culpado o agressor, de forma alguma a vítima é culpada, esse ciclo da violência se torna uma tormenta para a vítima que apesar de tudo ainda busca uma solução, mas sem êxito e na maioria das vezes a sociedade pensa que ela está no ciclo de violência porque quer, mas a vítima tenta salvar seu relacionamento. (ENTREVISTADO Nº 4).

O relato acima se contrapõe àqueles policiais do policiamento ordinário do capítulo anterior, que apontam que a mulher tem culpa da violência que sofre sem levar em consideração as amarras que a prendem num relacionamento, seja pela dependência financeira, emocional, familiar etc.

As falas dos entrevistados revelam, de uma maneira geral, que há uma conscientização por parte dos policiais da PMP de que a culpa não é da mulher, o que

reduz a revitimização provocada pelo Estado, dada a consciência de que aquela mulher é, de fato, uma vítima de violência doméstica e necessita de apoio.

Se a culpa da violência não é da mulher, outras questões surgem para demonstrar de quem é a culpa desta violência que, obviamente, recai sobre o agressor, mas este culpado está inserido num contexto social que coloca a mulher como vítima. De acordo com Silva (2010), isso perpassa pela influência decisiva que a acumulação capitalista tem na produção da miséria que gera vítimas de todo o tipo: pobreza, falta de moradia, oportunidade de emprego e educação.

São três grandes sistemas de dominação e de exploração que vão vitimizar a mulher na nossa sociedade: a desigual divisão das classes sociais, o patriarcado e o racismo. Todos reforçam o processo de vitimização no qual as mulheres estão inseridas, na medida em que o poder da sociedade capitalista no ocidente é predominantemente exercido pelo detentor de capital que é geralmente o homem branco rico. (SAFFIOTI H. I., 1976).

Em seguida, quando questionados acerca do atendimento de vítimas de violência doméstica que procuraram desistir da denúncia contra o agressor durante a visita ou quebra da medida protetiva, apenas um policial nunca presenciou a desistência da mulher. Alguns dos que confirmaram ter acompanhado uma situação onde a mulher desistiu da denúncia ou do acompanhamento pela PMP, apontaram de forma complementar que “[...] tem medo de seguir com a denúncia e muitas relatam que não é a primeira vez, e que ele não fica preso, que não confia na justiça, pois ele não fica preso”. (ENTREVISTADO nº 1).

O Entrevistado nº 3 apontou a influência da falta de independência financeira e emocional da mulher como fator que leva a desistência e o Entrevistado nº 10 amplia o horizonte ao relatar que o sentimento de insegurança e a falta de amparo da família e dos amigos contribui para desistência, mesmo com o apoio da PMP.

Os entrevistados responderam, ainda, acerca do seguinte questionamento: “Qual sua percepção sobre o agressor em ocorrências envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica?”

As respostas apontam várias vertentes, como o sentimento de posse do homem sobre a mulher e a concepção de que as agressões são tão somente físicas. O Entrevistado nº 8 aponta a possessividade do agressor ao descrever que:

Acham que a mulher é uma posse sua, um objeto que ele só abandona quando não precisa mais, do contrário a mulher não pode nunca rejeitá-lo, ou tem que sofrer as consequências; você percebe que na maioria são homens “trabalhadores”, bons pais, ótimo vizinho, no trabalho é querido, mas na parte conjugal ele quer manter a posse sobre a mulher, tem uma visão deturpada da mulher. (ENTREVISTADO Nº 8).

Centeville e Almeida (2007), ao discutirem a temática do ciúme e sua relação com a violência, apontaram que alguns aspectos culturais, como a preservação da honra e reputação masculina, “são percebidas como associadas ao comportamento da companheira na cultura patriarcal e à possessividade”. Este sentimento de posse pode estar relacionado ao modelo familiar que a pessoa teve, como pais que dedicaram sua atenção por demasia à criança, em detrimento das funções de marido e esposa que ora os adultos exercem; mas o sentimento de posse também está associado com a cultura capitalista, que valoriza excessivamente o “ter em detrimento do ser.” (CENTEVILLE & ALMEIDA, 2007, p. 88)

De forma semelhante o Entrevistado nº 7 relata que:

Particularmente não consigo entender o sentimento de obsessão que chega ao ponto de agredir, humilhar e etc... Independentemente de ser rico ou pobre ter família estruturada ou não, todos são obsessivos ou têm interesse financeiro na vítima (ENTREVISTADO Nº 7).

O patriarcado foi trazido como questão central pelo Entrevistado nº 2, que respondeu que: “Geralmente estão sob um regime patriarcal intenso perante a família, retrógrado e desatualizado, comparado com o cenário atual.” O Entrevistado nº 10 também relata que a maioria dos agressores aceitam como normal o ato de agredir a mulher devido a algum erro dela, sendo esta agressão “fruto de uma estrutura familiar abalada por agressões no passado que fazem com que o indivíduo ache normal e justificável as agressões.”

Estas amarras que prendem o indivíduo a uma cultura patriarcal e machista retrógrada têm suas origens na própria formação do povo brasileiro, pois temos uma nação com o histórico de opressão contra a mulher de forma sistemática e legitimada pelo Estado. Embora tenha-se desconstruído parte dos artifícios legais que subjogavam a mulher há tempos, podemos reconhecer as raízes desta violência legitimada pelo poder público nas leis desde a época do império,⁴ que permitiam que os maridos castigassem suas esposas. De lá para cá, passamos pela Lei do Casamento Civil, promulgada por Deodoro da Fonseca em 1890, que investe o marido de representação legal da família, sendo dele o direito de autorizar a profissão da mulher. No mesmo ano o Código Penal de 1890 consente com o rapto da mulher caso o raptor case com ela e, sendo menor, basta o consentimento dos pais. (BRASIL, 1890). O direito ao voto por parte das mulheres só se constitui em 1932, ainda que no século passado alguns avanços tenham acontecido. Uma legislação de 1962, o Estatuto da Mulher Casada, afirma que “a mulher não pode praticar alguns atos sem a autorização de seu marido, como alienar ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime de bens.” (RIBEIRO, 2018, p. 16).

4. “E estas penas não ocorrerão no que não utilizar arma (branca ou de fogo) ou ferir em defesa de seu corpo e vida [...] nem em quem castigar criado, ou discípulo, ou sua mulher, ou seu filho, porém, se em castigando ferirem com armas, não serão relevados das ditas penas”. (BRASIL, 1870, p. 1188).

É com base neste preconceito e nessa cultura centenária de patriarcalismo, na opressão masculina, que a sociedade brasileira é moldada. Por fim, os policiais foram questionados sobre: “Qual sua percepção sobre a mulher que é vítima em ocorrências envolvendo violência doméstica?”. Os relatos retomam a questão financeira e emocional, como descreveu o Entrevistado nº 3:

Geralmente estão sob influência financeira e emocional em relação ao agressor, por isso a necessidade de medidas preventivas para a promoção de informação sobre a lei para as mulheres vítimas de violência e um acompanhamento psicológico efetivo. (ENTREVISTADO Nº 3).

De forma semelhante acompanha o relato do Entrevistado nº 8:

Tem medo de abandonar o parceiro, pois a maioria tem filhos e não tem ofício, não tem como se sustentar se sair daquela situação. Outras tem o apego emocional, acha que não encontrará outra pessoa pra viver, e na sua maioria, tem medo de abandonar com medo das ameaças de morte (ENTREVISTADO Nº 8).

O Entrevistado nº 10 traz um comentário que é pertinente para a discussão acerca do Ciclo da Violência. Ao responder o questionamento, o entrevistado apontou que a maioria das mulheres se sente culpada ou aceita as agressões por acreditar que depende financeiramente do companheiro ou pela ligação emocional: “acha que é uma fase e logo vai passar” (ENTREVISTADO Nº 10). Na mesma linha de raciocínio o Entrevistado nº 3 discorre: “Mulheres amedrontadas por viver em um ciclo de violência doméstica”. O abandono por parte de outros membros da família é apontado pelo Entrevistado nº 8: “Muitas vezes é uma sensação de fragilidade, sem muito apoio psicológico ou de familiares.”

Uma questão extra que foi aberta à contribuição dos entrevistados foi: “Uma vez que esse questionário tem por objetivo descrever o papel da polícia militar em prol das mulheres vítimas de violência doméstica, você tem mais alguma coisa para acrescentar sobre o tema violência contra a mulher?” Apenas metade dos entrevistados se propuseram a acrescentar dados. O Entrevistado 4 relatou que:

A polícia militar e em especial a Patrulha Maria da Penha possui um papel essencial no combate a violência doméstica pois seu objetivo principal é acompanhar com mais exclusividade essa vítima que vive em um ciclo abusivo de violência, ajudando a, através de um acompanhamento com visitas presenciais e disponibilizando um atendimento 24 horas. (ENTREVISTADO Nº 4).

O Entrevistado nº 7 aponta que há certo preconceito oriundo de outros membros da polícia militar, pois para o entrevistado: “Muitos policiais ainda acham a Patrulha Maria da Penha desnecessária, acham os motivos das vítimas irrisórios, a maioria por parte dos

policiais masculinos”. A reafirmação da cultura machista dentro dos quartéis está presente neste relato. Aqui temos a visão do policial militar acerca do julgamento, o qual é submetido por seus pares, que vai de encontro ao papel que este indivíduo policial está representando, à luz de Goffman (2002, p. 25): “quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante a eles”. Ao ter sua ação policial para com as vítimas de violência doméstica questionada, este indivíduo acaba também por questionar a si mesmo e sua ação como profissional.

Por fim, é pertinente mencionar o que o Entrevistado nº 6 relata, ao descrever “Que as leis deveriam ser mais rígidas e efetivas, não adianta a Polícia Militar fazer o trabalho de conduzir o agressor e fazer acompanhamento da vítima e a justiça não fazer valer os direitos dela.”

Essa frustração que o policial apresenta nos revela que há nele uma descrença na justiça, como relata Muniz (1999):

Somam-se aos sentimentos de frustração que os PMs de ponta nutrem em relação à invisibilidade institucional e pública a que está confinada a maior parte das atividades ostensivas convencionais, a sofrida e preocupante percepção de que nem mesmo a justiça criminal parece ser capaz de “fazer justiça” ao seu árduo e arriscado trabalho. A máxima “a polícia prende e a justiça solta” além de animar os seriados de TV, visita os diversos meios policiais brasileiros e internacionais (cf. GRAEF, 1989; SKOLNICK, 1994; KLEINIG, 1997). (MUNIZ, 1999).

As ações policiais em Imperatriz desenvolvidas pela PMP são realizadas de forma a proteger a vítima de violência doméstica contra novas agressões. É evidente que há maior atenção por parte dos policiais da patrulha no que tange aos sentimentos e à situação geral da mulher assistida por este grupo de policiais. Um efetivo reduzido e, portanto, mais coeso, uma capacitação prévia voltada para o atendimento à mulher violentada, a supervisão diária de um oficial e a necessidade de justificar a sua razão de existir são caminhos para se entender o porquê da Patrulha Maria da Penha desempenhar um papel que não emprega a revitimização nas suas ações e atua como uma face do Estado paternalista e patriarcal, mas com o intuito de fazer valer os direitos das vítimas e a proteção da sua integridade física.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os policiais que responderam aos questionários deste estudo foram divididos em dois grandes grupos. É notório que eles têm suas ações de intervenção a ocorrências de violência doméstica voltadas para a defesa da vítima, contudo, ficou evidente que o

patriarcalismo e o machismo estão presentes nas respostas de grande parte destes profissionais - principalmente os do serviço ordinário de policiamento, que não têm um treinamento especializado para lidar com vítimas de violência doméstica, uma das principais diferenças entre a formação do policial dito “comum” e o policial da Patrulha Maria da Penha.

Aponto a ausência de mais conteúdos relacionados à abordagem em violência doméstica no processo de formação desses policiais como um dos motivos para que se perpetue a cultura machista de opressão que permeia a ação policial daqueles que revitimizam a mulher.

O medo de errar durante o atendimento está presente no relato das guarnições. Mais presente ainda está o preconceito contra a mulher em razão do seu gênero, caracterizando-a como a que provoca, a que perturba, a que consente com as agressões, relatos presentes nas falas dos policiais.

Não há uma conduta padrão de atendimento, o que deixa as decisões de cada caso de violência doméstica a cargo das convicções pessoais da guarnição. Cerca de 40% dos entrevistados entendem a mulher como culpada da violência em algum sentido. Um atendimento feito por sujeitos que pensam nestes termos tende a violentar ainda mais a mulher. Ficou evidente que há um nível de revitimização promovida por policiais militares em ocorrências de violência doméstica.

As reflexões de Lahire (1998) podem contribuir para uma explicação da incoerência e falta de padrão da ação policial desempenhada por parte da tropa do 3º BPM. Segundo o autor, numa perspectiva pós-bourdiesiana, indo além do *habitus*, os esquemas de ação que envolvem a percepção do indivíduo, ou seja, como este policial avaliará e apreciará cada situação, depende do que este agente já internalizou, assim a coerência de suas ações vai depender dos princípios de socialização aos quais ele foi submetido, e o indivíduo é colocado de forma simultânea e sucessiva numa pluralidade de contextos sociais que não são homogêneos e por vezes são contraditórios. Esta pluralidade de contextos sociais não homogêneos gera um estoque de disposições, hábitos e capacidades que não estão unificados, que vão variar de acordo com o que contexto social exigirá em cada situação em que o policial será submetido. (LAHIRE, 1998).

Quando se fala da Patrulha Maria da Penha, temos uma conclusão diferente: estes policiais estão plenamente convictos do papel que devem exercer. Sua atuação segue um padrão e a atenção para amparar a vítima é maior. Duas hipóteses se erguem para justificar este padrão de conduta: a primeira é o treinamento a que estes policiais são submetidos, através de palestras e da formação continuada que se desenvolve na prática policial, pois lidam todos os dias, quase de forma exclusiva, com ocorrências de violência doméstica

e com as vítimas deste tipo de crime. E a segunda é uma vigilância mais estrita e o fato de se tratar de uma equipe menor e mais coesa. Isto porque é notoriamente mais fácil controlar, fiscalizar e orientar 15 policiais que atuam sempre e quase que exclusivamente com ocorrências de violências doméstica do que o policiamento ordinário que se desdobra em quase uma dezena de viaturas por múltiplos bairros, atuando de forma ostensiva, combatendo todo tipo de crime. Como na PMP eles são poucos, a instituição se impõe, controlando seus passos, forçando-os a preencher relatórios, fotografar o seu serviço, uma constante vigilância que mantém o policial seguindo a mesma linha que seus colegas da patrulha. Além disto, tem-se a PMP trabalhando estritamente com o judiciário, através dos oficiais de justiça e recebendo demandas diretamente da Vara da Mulher e da Promotoria da Mulher. São olhares de fora da PM acompanhando o serviço da PMP.

Queremos dizer também que a Patrulha Maria da Penha, justamente por ter um caráter de grupo especializado em atendimento a vítimas de violência doméstica, precisa justificar sua razão de existir, e isto passa pela prestação de um bom serviço, uma vez que se comesçassem a surgir denúncias de abuso, negligência ou de revitimização provocados por integrantes da PMP, a razão de existir do serviço estaria comprometida.

Não podemos restringir tão somente ao treinamento específico e a estrita vigilância como causas únicas das ações desempenhadas pelos policiais, como versa Douglas (1998, p. 19): “os indivíduos contribuem sim, para o bem público com generosidade até mesmo sem hesitações, sem a intenção óbvia de se obter um benefício próprio”.

Contudo, de forma geral a ação policial, ao comparecer no local, cessa a violência que está sendo praticada e oferece à mulher a oportunidade de prosseguir com a representação criminal do acusado na delegacia ou não. Isto posto, a Polícia Militar tem se demonstrado como um instrumento eficaz no combate a violência doméstica quando a vítima decide levar adiante a denúncia.

Não há dúvidas de que há um processo de violência contra a mulher estabelecido de forma crônica na sociedade imperatrizense. Enquanto a PMP atua numa segunda etapa preservando a integridade das vítimas com MPU, o policiamento ordinário cumpre seu papel de cessar a agressão, mas também gera violência durante este processo. A política pública de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres desenvolvida pela polícia militar precisa, portanto, padronizar suas ações e indicar para seus integrantes, de maneira clara, quais os rumos sadios para livrar a mulher da violência doméstica sem revitimizá-la.

Isto porque a mudança deve ser operada nas instituições, é ela que deve mudar, pois quando há discordância entre as ações de indivíduos de uma instituição devemos

ter em mente que é o pensamento institucional que ocupa, também, a maior parte do pensamento do indivíduo, que é o verdadeiro agente no conflito. (DOUGLAS, 1998). Ou seja, podemos nos indagar se as ações individuais dos policiais que aqui se agruparam e foram discutidas podem revelar, sobretudo, o pensamento institucional da Polícia Militar do Maranhão?

As respostas dos policiais nos ajudam a desvendar como pensam as instituições, neste caso, o segmento policial militar que atua em Imperatriz - MA. Honneth (2014) aponta que há uma relação assimétrica entre as normas, regras, formatos de prova, modos de cálculo e controle impostos pela instituição (Estado e PM) e o dominantes e “dominados” (e aqui utilizo essa categoria para incluir não só as mulheres vítimas de violência doméstica, mas todos aqueles sob o domínio do Estado). O cidadão que está numa posição de vulnerabilidade diante da presença estatal considera a instituição ali presente como um ente quase sagrado que deve seguir as regras ao pé da letra. Já os dominantes, personificados no momento da violência doméstica pelo policial fardado e armado, podem adotar uma relação mais prática com a solução que eles mesmos julgam ser adequada, simplesmente porque são eles que “fazem a instituição”. Assim, há a quebra da sacralidade no momento em que eles interpretam a regra, ora realmente seguindo ao “pé da letra”, ora se desviando, mas um desvio que tem por condição permanecer “no espírito da regra” com o fito de ficar mais perto da realidade que se apresenta para ele. (HONNETH, 2014).

Esta realidade, a da violência doméstica, é apresentada ao policial militar apenas no cotidiano. Foi constatado que não há treinamento prévio para tal durante o Curso de Formação de Soldado – CFSD. Assim, embora durante o treinamento, prevendo-se um confronto armado entre assaltantes e policiais a polícia o capacite, não há o mesmo esforço para treinar e conscientizar o policial militar em relação às cotidianas ocorrências de violência doméstica na qual a mulher é vítima. Claramente há um esforço de se militarizar a polícia durante o treinamento, garantindo e perpetuando ideais machistas, em detrimento ao atendimento humanístico ao cidadão.

A formação policial militar aponta indícios de instituição total – porque essa é a definição mais próxima – durante aquele momento, o do curso de formação inicial. Após este momento a socialização do indivíduo policial militar se sobrepõe e a sociedade fora dos muros dos quartéis se contrapõe em maior ou menor grau com o que lhe foi ensinado. Quero dizer que há uma oportunidade primária por parte da instituição de se sobrepor ao indivíduo durante a formação do curso de soldado. Ali é o momento em que é ensinado o que a Polícia Militar do Maranhão tem como ideal para capacitação dos seus quadros, e pelo menos no aspecto de atendimento as vítimas de violência doméstica ela acerta apenas em parte.

Isto porque a formação se traduz, sim, em agentes policiais capazes de cessar a agressão à mulher vítima de violência doméstica quando há o chamado. Para além deste movimento de interrupção da violência há um atendimento continuado, o da Patrulha Maria da Penha, que é otimizado no sentido de prestar apoio a esta vítima que prosseguiu com a denúncia, mas só isso não é suficiente, na medida que parte da polícia tem ações, conforme os relatos obtidos, que julgam a mulher tão culpada quanto o homem pela violência sofrida.

Quando os participantes numa situação social estão naquela situação, há de se fazer duas perguntas: “O que se está a passar aqui?” e “Em que circunstâncias pensamos que o que se está a passar é real”. (NUNES, 1993, p. 39). É aqui que a análise deve ser feita, articulando a análise da interação, a experiência dos participantes e a dimensão cognitiva da participação em situações sociais. (NUNES, 1993). E a análise da interação polícia militar e mulher vítima de violência doméstica contrapõe desejos de ambas as partes. O policial quer que a agressão acabe no sentido de que a ocorrência seja finalizada com o agressor preso ou não. Ele quer acabar com aquilo. Alguns, pelas repetidas experiências de desistência da vítima, optam por tentar acabar com o problema no local sem ir para a delegacia; outros querem que a mulher denuncie e insistem na necessidade da prisão. A mulher espera que o policial acabe com a agressão, mas nem sempre quer que o indivíduo seja algemado, preso, colocado num camburão e conduzido para a delegacia. São expectativas diferentes analisadas com base na moral do indivíduo.

O policial militar é, portanto, pressionado a agir legalmente pela instituição, pelos colegas, pelas testemunhas no local e pela vítima – esta, por sua vez, é quem de fato tem o domínio, ainda que não tenha consciência disso, de toda a situação. É a mulher que decidirá naquele momento, via de regra, qual será o destino do agressor, pois são suas palavras as mais importantes, são elas que vão orientar o policial. Se ela diz que nada houve e que não quer a prisão do indivíduo, o “susto” porventura pretendido está concretizado. Mas se essa mulher exige a prisão imediata do indivíduo, resta ao agressor ouvir a dura frase que cessa momentaneamente a liberdade do cidadão: Você está preso.

AGRADECIMENTO

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. M., & ZOGAHIB, A. N. (dezembro de 2017). O Nível de escolaridade dos integrantes das agências policiais e um paralelo com a Polícia Militar do Estado do Amazonas. **Revista Nova Hileia**, 3(1).

- ABREU, M. S. **As facetas da dependência econômica como obstáculo para mulheres que sofrem violência doméstica e familiar.** Brasília 2015.
- BARTHE, Y., CATHERINE, R., & DANNY, T. Sociologia pragmática: guia do usuário. **Sociologias** (41), (2016). 84-129.
- BLUMER, H. La Sociedad Como Interácio Simbólica. Em A. M. Rose. **Human Behavior and Social Process an Interactionist Approach.** Londres: Routledge & Kegan Paul, 1962
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina** (2ª ed.). (M. H. Khuner, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. (1870). Quinto livro das ordenações. Em C. M. Almeida, Ordenações Filipinas: **Ordenações e leis do Reino de Portugal Recopiladas por mandato d'el Rei Filipi, o Primeiro.** (p. 1487).
- BRASIL. (1890). **Decreto 847 de 11 de outubro de 1890.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm Acesso em 11 de julho de 2022.
- BRASIL. (1941). **Decreto-lei nº 3.689**, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm Acesso em 11 de julho de 2022
- BRASIL. (1941). **Decreto-lei nº 3.914**, de 9 de dezembro de 1941. Brasília. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3914.htm Acesso em 11 de julho de 2022.f
- BUENO, S., LIMA, R. D., & TEIXEIRA, M. C. (Novembro de 2019). Limites do uso da força policial no Estado de São Paulo. **Caderno EBAPE.**
- CAMPOS, C. H. D. Teoria Feminista do Direito e Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, C. H. D. **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. 1, 2011. Cap. 1, p. 396.
- CASTRO, M. R., & FRANCO, R. (Novembro de 2011). **Relações de gênero e poder:** o caso da Polícia Militar Feminina de Minas Gerais. III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade.
- CENTEVILLE, V., & ALMEIDA, T. Ciúme romântico e a sua relação coma violência. **Psic. Rev.**, 16, (2007). 73-91.
- CIOPS. (2020). **Estatísticas de Violência Doméstica.** Centro Integrado de Operações de Segurança Pública, Imperatriz.
- CORDEIRO, D. C. **Por que algumas mulheres não denunciam seus agressores?** Artigo de Conclusão de Curso – Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFJF, Juiz de Fora, 2017. Disponível em <https://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/DEBORA-CRISTINA-DA-SILVA-CORDEIRO.pdf> Acesso em 11 de julho de 2022.
- CORREA, D., & DIAS, R. **Crítica e os momentos críticos:** De La Justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. Mana, 2015.

DE PAULO, B. G., & ROQUE, A. L. (2019). VITIMIZAÇÃO SECUNDÁRIA DE MULHERES. **Revista Jurídica Luso-Brasileira In: RJLB**, Ano 5 (2019), nº 1 361-400t.

DOUGLAS, M. **Como pensam as instituições**. (C. E. Moura, Trad.) São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana** (10 ed.). (M. C. Raposo, Trad.) Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, N. P. (2012). Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: Características Socioeconômicas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, 2, 116.

HONNETH, A. (Abril de 2014). Barbarizações do conflito social: Lutas por reconhecimento ao início do século 21. **Civitas**, 14, 154-176.

JACOBUCCI, P. G. **Estudo psicossocial de mulheres vítimas de violência doméstica, que mantêm o vínculo conjugal após terem sofrido as agressões**. (Dissertação de Mestrado) FCM, UNICAMP, Campinas, 2004.

LAHIRE, B. **O homem plural ou a sociologia em escala individual**. Petrópolis, Vozes, 1998.

LEITE, V. (2017). **Fato Típico** - Conduta de acordo com a teoria finalista. Disponível em: <https://castro96.jusbrasil.com.br/artigos/541194610/fato-tipico-conduta#:~:text=FATO%20T%C3%8DPICO%20%C3%A9%20a%20conduta,ser%20crime%20ou%20contraven%C3%A7%C3%A3o%20penal>. Acesso em: 04 ago. 2020.

LOIOLA JUNIOR, Edisio do O. **A atuação da Polícia Militar em casos de violência doméstica no município de Imperatriz/MA**. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em Sociologia) - Universidade Federal do Maranhão, 2021.

MARANHÃO. (2017). Edital nº 1 – PM/MA, de 29 de setembro de 2017. São Luís.

MODELLI, L. (2019). Autonomia financeira como saída para a violência doméstica. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/autonomia-financiera-como-sa%C3%ADda-para-a-viol%C3%AAncia-dom%C3%A9stica/a-49021379> Acesso em: 20 ago. 2020.

MUNIZ, J. D. **“Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”**. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In: M. C. Minayo. Pesquisa Social Teoria Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

NUNES, J. A. Erving Goffman, a Análise de Quadros e a Sociologia da Vida Quotidiana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Junho 1993, 33-46.

PASINATO, W., & CAMPOS, C. **Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil**. Campinas, PAGU/ UNICAMP, 2008.

PORTO, M.. A Permanência de Mulheres em Situações de Violência: Considerações de Psicólogas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Jul-Set de 2014, 30, 276.

RAMOS, A. C. Atendimento a mulheres em situação de violência: atuação e ponto de vista de policiais militares. Dissertação - Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, UFBA, Salvador, 2017.

RIBEIRO, L. C. **Violência contra a mulher nas relações domésticas**: uma análise acerca da proteção conferida pela lei maria da penha em face do direito comparado. TCC – Faculdade de Direito, UFU, Uberlândia, 2018.

SAFFIOTI, H. I. **A mulher na sociedade de classes**: Mito e realidade (2ª ed.). Petrópolis - RJ: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. I. **Gênero Patriarcado e Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANI, A., COELHO, A., & MANITA, C. Intervenção em Situações de Violência Doméstica: Atitudes e Crenças de Polícias. **Psychology, Community & Health**, 2018, 7.

SANTOS, V. R. **Práticas Policiais nas Delegacias de Proteção à Mulher de Joinville e Florianópolis**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Florianópolis. (2001).

SILVA, F. M. **Poder discricionário da Administração Pública**. 2006. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2635/Poder-discricionario-da-Administracao-Publica>. Acesso em 04 ago. 2020.

SILVA, S. G. **Preconceito e Discriminação**: As bases da Violência Contra a Mulher. *Psicologia Ciência e Profissão*, 2010, 556-571.

SILVA, R. R. **Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato”**: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói: Editora da UFF, 2011.

SOARES, B. M. **Enfrentando a violência contra mulher** - Orientações Práticas para profissionais e voluntários (as). *Curadoria Enap*, acesso em 12 de julho de 2022, <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/220>. Brasília, 2005e.

SOUSA, J. P. **Aplicação da Lei Maria da Penha**: Procedimentos do Policial Militar. TCC – Especialização em Políticas de Gestão e Segurança Pública, Faculdade Estácio de Sá, São José, 2011.

WALKER, L. **The Battered Women Syndrome**. Nova York: Harper Row, 1979.

WEBER, M. **Conceitos Básicos de Sociologia** (5ª ed.). São Paulo: Centauro, 2008.

SOBRE OS AUTORES

ANA LUÍSA ROCHA MARTINS NASLAUSKY - Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGS/UFMA), Imperatriz, Maranhão. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Assessora da Promotoria de Justiça do Ministério Público Estadual do Maranhão.

ANA PAULA PINTO PEREIRA - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGS/UFMA), Imperatriz, Maranhão. Especialista em Sociologia (Faculdade Anhanguera). Licenciada em Ciências Humanas/Sociologia (LCH/UFMA). Professora substituta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Açailândia. Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas e Estudos sobre as Cidades e seus Conflitos (CITADINOS/UFMA).

ANGÉLICA LIMA MELO - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGS/UFMA), Imperatriz, Maranhão. Especialista em Educação Inclusiva (UEMA/NET). Licenciada em Ciências Humanas/Sociologia (LCH/UFMA). Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas e Estudos sobre as Cidades e seus Conflitos (CITADINOS/UFMA).

BEATRIZ BRANDÃO DOS SANTOS - Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC/RIO). Professora colaboradora da Pós-Graduação em Educação e Divulgação Científica do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Pesquisadora associada do Laboratório de Estética e Política da Escola de Comunicação (LEP-ECO-UFRJ).

BEZALIEL ALVES OLIVEIRA JÚNIOR Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGS/UFMA), Imperatriz, Maranhão. Especialista em Metodologia do Ensino Superior (INESPO). Especialista em Metodologia do Ensino da História e Geografia (Faculdade São Marcos). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Religião, Memória e Trajetória (MENS MEMINÍ /UFMA).

BRUNO BARROS DOS SANTOS - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGS/UFMA), Imperatriz, Maranhão. Especialista em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em África e Africanidades pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor substituto na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Religião, Memórias e Trajetórias (MENS MEMINI/UFMA), do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Educação e Sociedade (GIEPEES) e do Grupo de Pesquisa em Religião e Cultura Popular do Tocantins (GPencanto /UFT).

CLODOMIR CORDEIRO DE MATOS JÚNIOR - Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP). Professor Adjunto do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Sociologia (LCH) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciência de São Bernardo. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz, MA. Professor da Especialização Cidadania, Inclusão e Diversidade (UFMA), São Bernardo. Coordenador do Laboratório de Pesquisas e Estudos sobre as Cidades e seus Conflitos (CITADINOS/UFMA).

EDILMA DO NASCIMENTO JACINTO MONTEIRO - Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS/UFRN). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC). Professora Substituta no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Criança: cultura e sociedade (CRIAS/UFPB), do NEPI - Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI/UFSC) e do Grupo Gênero, Corpo e Sexualidade (GCS/UFRN). Participa da Rede Saberes e Educação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) - Brasil Plural. Integra a rede de pesquisadores do Grupo de Trabalho Romani Studies. Integrante no Comitê de Antropólogas/os Negras/os, Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e do Comitê de Antropologia e Saúde da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). É pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN (PPGAS/UFRN).

EDISIO DO Ó LOIOLA JÚNIOR - Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGS/UFMA), Imperatriz, Maranhão. Graduado em Segurança Pública (PMMA/UEMA). 2º Tenente do Quadro de Oficiais Combatentes da Polícia Militar do Estado do Maranhão.

EMILENE LEITE DE SOUSA - Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA-UFPB). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PGAS/UFSC). Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), CCSST, Imperatriz, MA. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz, MA. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSOC) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA. Integra o GT Infancias y Alteridades en América Latina da Asociación Latinoamericana de Antropología (ALA). Coordenadora do Grupo de Estudos Educação, Cultura e Infância (GECI) e do Grupo de Estudos Cultura e Identidade na Contemporaneidade (GECIC). É vice-líder do Grupo de Pesquisa Criança: cultura e sociedade (CRIAS-UFPB).

FRANCISCA REGILMA DE SANTANA SANTOS - Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGS/UFMA), Imperatriz, Maranhão. Especialista em Economia e Desenvolvimento Agrário (UFES). Graduada em Administração (Universidade Metodista de Minas Gerais). Consultora, Formadora e educadora popular.

GLENDA ALMEIDA MATOS MOREIRA - Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGS/UFMA), Imperatriz, Maranhão. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Atualmente é professora especialista da Faculdade Santa Terezinha (CEST), Imperatriz, MA, e advogada (Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão).

GREACY KELLY RODRIGUES AZEVEDO - Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGS/UFMA), Imperatriz, Maranhão. Especialista em Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família (UNINTER). Graduada em Nutrição (IESMA). Licenciada em Geografia (UEMA). Concursada como Nutricionista no Município de Imperatriz, Maranhão, atuando no Programa Academia da Saúde.

JANEIDE DA SILVA CAVALCANTE - Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc/UFMA). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGS/UFMA), Imperatriz, Maranhão. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Imagens (LAEPCI/UFMA).

JÉSSICA DE SOUSA LIMA - Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGS/UFMA), Imperatriz, Maranhão. Especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho (Faculdade IBMEC). Graduada em Direito pela Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST). Pesquisadora do Grupo de Estudos Educação, Cultura e Infância (GECI/UFMA).

JESUS MARMANILLO PEREIRA - Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB). Doutorando em Antropologia pela mesma instituição (PPGA-UFPB). Professor do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Sociologia (LCH) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), CCSST, Imperatriz, MA. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz, MA. Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Imagens (LAEPCI/UFMA). Membro do Comitê de Antropologia Visual da Associação Brasileira de Antropologia (CAV/ABA).

LEANDRO ARAÚJO DA SILVA - Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc/UFMA). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da

Universidade Federal do Maranhão (PPGS/UFMA), Imperatriz, Maranhão. Licenciado em Ciências Humanas/Sociologia (LCH/UFMA). Professor do Ensino Básico na Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Brejão, MA. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Indígenas e Indigenistas do Estado do Maranhão - GEIIMA e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Território, Desenvolvimento, Gênero e Modernidade (TDeGeM).

LUIZA MARIA PAIXÃO LEPOS - Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGS/UFMA), Imperatriz, Maranhão. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Professora da Educação Básica na Secretaria Estadual de Educação do Maranhão.

MACIEL COVER - Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (PPGCS/UNICAMP). Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG) com estágio doutoral (PDSE/CAPEs) no Programa de Economia Humana da Universidade de Pretória, África do Sul. Professor Adjunto da Área de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande/RS. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz, MA.

ROGÉRIO DE CARVALHO VERAS - Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, SP. Professor do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Sociologia (LCH) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), CCSST, Imperatriz, MA. Professor permanente e atual vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz, MA. Professor do Mestrado Profissional em Ensino de História (UFMA/São Luís). Coordenador do Grupo de Pesquisas Religião, Memórias e Trajetórias (MENMEMINI/UFMA). Pesquisador do Grupo de Pesquisas História, Religião e Cultura Material (REHCULT/UFMA) e do Grupo de Pesquisas Espaço Biográfico e História da Historiografia (MEMENTO/UNESP).

VANDA PANTOJA - Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). Professora do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Sociologia (LCH) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), CCSST, Imperatriz, MA. Professora Permanente e atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz, MA. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Território, Desenvolvimento, Gênero e Modernidade (TDeGeM).

WELLINGTON DA SILVA CONCEIÇÃO - Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCS/UERJ). Professor

do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Sociologia (LCH) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), CCSST, Imperatriz, MA. Professor Permanente e atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz, MA. Vice-líder do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Imagens (LAEPCI-UFMA).

WHERISTON SILVA NERIS - Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS), com estada de doutoramento junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/CESSP) e à Ecole Normale Supérieure, Centre Maurice Halbwachs (Paris). Professor do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Sociologia (LCH) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Bacabal, MA. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz, MA, e do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFMA), Bacabal, MA.

SOBRE OS ORGANIZADORES

CLODOMIR CORDEIRO DE MATOS JÚNIOR - Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP). Professor Adjunto do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Sociologia (LCH) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciência de São Bernardo. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz, MA. Professor da Especialização Cidadania, Inclusão e Diversidade (UFMA), São Bernardo. Coordenador do Laboratório de Pesquisas e Estudos sobre as Cidades e seus Conflitos (CITADINOS/UFMA).

KARINA ALMEIDA DE SOUSA - Doutora em Sociologia (2020) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com estágio sanduíche (PDSE-CAPES) desenvolvido junto a Georgia State University (2018-2019). Especialista em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico (2019) pela Universidade de Brasília. Atualmente é professora adjunta vinculada ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão/Campus Grajaú e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia/Campus Imperatriz. É pesquisadora associada a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). É líder do Grupo de Pesquisa Diáspora Africana e Culturas Afrodiaspóricas e membra do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Imagens (LAEPCI/UFMA), do grupo de pesquisa Transnacionalismo Negro e Diáspora Africana (UFSCar) e do GRAFITE- Grupo de Pesquisa sobre Ações Afirmativas e Temas da Educação Básica e Superior (UNEMAT). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia das relações étnico-raciais, transnacionalismo negro, diáspora africana, feminismos negros e educação para as relações étnico-raciais.

WHERISTON SILVA NERIS - Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS), com estada de doutoramento junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/CESSP) e à Ecole Normale Supérieure, Centre Maurice Halbwachs (Paris). Professor do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Sociologia (LCH) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Bacabal, MA. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz, MA, e do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFMA), Bacabal, MA.

Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA



Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

